

COLEÇÃO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

organizadores

Maro Lara Martins
Marcos Abraão Ribeiro

Economia, Estado e sociedade.

nacionalismos, modernismos, modernidades

volume 1

FAPES
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

 **pimenta
cultural**

COLEÇÃO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

organizadores

Maro Lara Martins
Marcos Abraão Ribeiro

Economia, Estado e sociedade.

nacionalismos, modernismos, modernidades

volume **1**

FAPEs
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

 pimenta
cultural

2022
São Paulo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E19

Economia, Estado e sociedade. Nacionalismos, modernismos, modernidades / Organizadores Maro Lara Martins, Marcos Abraão Ribeiro. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

(Pensamento social brasileiro, V. 1)

Livro em PDF

ISBN 978-65-5939-573-6

DOI 10.31560/pimentacultural/2022.95736

1. Economia. 2. Ciências sociais. 3. Pensamento. 4. Estado.
5. Modernidade. I. Martins, Maro Lara (Organizador). II. Ribeiro,
Marcos Abraão (Organizador). III. Título.

CDD: 330

Índice para catálogo sistemático:

I. Economia

Janaina Ramos – Bibliotecária – CRB-8/9166

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2022 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2022 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons: Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0). Os termos desta licença estão disponíveis em: <<https://creativecommons.org/licenses/>>. Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural. O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Biegging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Biegging
Coordenadora editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Marketing digital	Lucas Andrius de Oliveira
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Peter Valmorbida Potira Manoela de Moraes
Imagens da capa	Pikisuperstar, Rawpixel.com, Nuchao - Freepik.com
Tipografias	Swiss 721, Gobold Uplow, Montserrat
Revisão	Autores e autoras
Organizadores	Maro Lara Martins Marcos Abraão Ribeiro

PIMENTA CULTURAL

São Paulo · SP

Telefone: +55 (11) 96766 2200

livro@pimentacultural.com

www.pimentacultural.com



2 0 2 2

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski
Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosângela Colares Lavand
Universidade Federal do Pará, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos
Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Christiano Martino Otero Avila
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva
Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva
Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edson da Silva
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Éverly Pegoraro
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabírcia Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Gabriella Eldereti Machado
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geymeesson Brito da Silva
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handerson Leylton Costa Damasceno
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa
Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales
*Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
Anísio Teixeira, Brasil*

Helena Azevedo Paulo de Almeida
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges
Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Ivan Farias Barreto
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles
Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa
Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jônata Ferreira de Moura
Universidade São Francisco, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luis de Oliveira Pinto Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini
Universidade de São Paulo, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro
Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik
Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett
Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Manoel Augusto Polastrelli Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Marcio Bernardino Sirino
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos
Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva
Instituto Federal do Piauí, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patrícia Biegging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taiza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Elisieni Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabete de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

PARECER E REVISÃO POR PARES

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

SUMÁRIO

Apresentação..... 13

parte 1

Economia, Estado e sociedade

Capítulo 1

“Engradecer-se ou perecer”:

o nacional-desenvolvimentismo
conservador na *geopolítica do Brasil*
de Golbery do Couto e Silva..... 18

Helio Cannone

Capítulo 2

O fim do desenvolvimentismo?

A crise do modelo democrático
e desenvolvimentista no Brasil..... 41

Joana Caroline Gomes Cipriano de Oliveira
Eduarda Alves da Silva

Capítulo 3

Um pensamento *outsider*:

a crítica social anarquista no Brasil..... 55

Marcelo Luiz da Costa

Capítulo 4

Visões do inferno: a sociabilidade
do “homem comum” brasileiro pela ótica
da Escola de Sociologia Paulista..... 82

Marcos Marques de Oliveira

Capítulo 5

**O peso do Estado no desenvolvimento
da sociedade brasileira:** a interpretação

de Raymundo Faoro e Fernando Henrique Cardoso 104

Pollyanna Paganoto Moura

Camilla dos Santos Nogueira

Rodrigo Emmanuel Santana Borges

Capítulo 6

Florestan Fernandes e Jessé Souza:

dois intérpretes do Brasil 120

Raimundo Paulino da Silva

Francisco de Assis Kuhn

Lílian Almeida de Souza Cid

Ana Laudelina Ferreira Gomes

Capítulo 7

Debilidade social no pensamento brasileiro 132

Rodrigo Badaró de Carvalho

Capítulo 8

O capitalismo nos países “atrasados”:

o debate que se repete 152

Rodrigo Straessli Pinto Franklin

Pollyanna Paganoto Moura

Camilla dos Santos Nogueira

parte 2

Nacionalismos, modernismos e modernidades

Capítulo 9

O Poder Coordenador na obra

de Alberto Torres: apontamentos iniciais 179

Allysson Eduardo Botelho de Oliveira

Capítulo 10

O ciclo do gado ou da civilização do couro:

uma tendência de interpretação de Brasil..... 199

Ana Maria Bezerra do Nascimento

Capítulo 11

O esquadro do sofrimento: leituras

d'Os *Sertões* e interpretações do Nordeste
no pensamento de Gilberto Freyre,

Celso Furtado e Josué de Castro 217

André Luiz de Miranda Martins

Capítulo 12

Só se não for brasileiro nessa hora: novos

Baianos e a reconstrução da identidade nacional 230

Caique G. Oliveira de Carvalho

Maria Silveira Garcia Guerra

Capítulo 13

Manoel da Conceição: a trajetória

de um camponês pentecostal

no Maranhão durante a Ditadura Militar 244

Carlos Eduardo da Silva Colins

Capítulo 14

Raízes antropofágicas do Brasil 265

Christian Bruno Alves Salles

Capítulo 15

A obra de Manoel Bomfim

e o Pensamento Decolonial: o conceito

de Parasitismo Social como um antecessor

da Teoria da Decolonialidade 285

Isabel Foletto Curvello

Capítulo 16

O Imaginário Social Brasileiro:

notas do Império à Segunda República..... 301

Jessica Almeida Fontes

Marcela de Oliveira Pessôa

Carla S. S. Esquivel

Pedro Henrique Santos de Sales

Stefany Ferraz Sousa

Capítulo 17

Dois momentos da trajetória crítica

de Jean-Claude Bernardet 312

João Pedro Silva dos Santos

Capítulo 18

Diagnóstico e ruptura

na obra de Paulo da Silva Prado 342

Marcel Villemor Jofily de Lima

Capítulo 19

Entre Americanos e Ibéricos:

Teoria Social na Primeira República Brasileira..... 354

Maro Lara Martins

Capítulo 20

Aproximando Pensamento Social Brasileiro

e Pensamento Pós-colonial: pressupostos

e pistas para um diálogo de(s)colonial

com Sérgio Buarque de Holanda, a partir

da releitura crítica do clássico “Raízes do Brasil” 382

Thiago de Oliveira Thobias

Sobre os organizadores..... 398

Sobre os autores e autoras..... 399

Índice remissivo..... 405

APRESENTAÇÃO

Entre os dias 23 e 27 de novembro de 2020, o Netsib-Ufes – Núcleo de Teoria Social e Interpretação do Brasil organizou o II Seminário de Pensamento Social Brasileiro – Intelectuais, cultura e democracia. Neste evento foram apresentadas mais de uma centena de comunicações divididas em áreas temáticas, mesas redondas, além das conferências de abertura e encerramento. Os apresentadores de trabalho e conferencistas vieram das mais diversas regiões do país interessados em debater estes temas candentes do pensamento social brasileiro e do contexto social e político em que vivemos.

Este livro é fruto dos debates realizados durante o evento, cujos autores, gentilmente, se dispuseram a encarar o desafio de compartilhar suas reflexões com público mais amplo. Os textos foram divididos em 4 volumes que compõem a Coleção Pensamento Social Brasileiro: Volume 1 – Economia, Estado e Sociedade / Nacionalismos, Modernismos, Modernidades, Volume 2 – História das Ciências Sociais / Interpretes e Interpretações do Brasil Contemporâneo, Volume 3 – Marxismo / Gênero / Raça e Volume 4 – Educação / Arte e Literatura.

Parte

1

**ECONOMIA,
ESTADO
e sociedade**

Um dos temas candentes da área de pensamento social brasileiro é o debate sobre as interseções entre economia, Estado e sociedade. Diversos intérpretes do Brasil poderiam ser enquadrados nesta seara como Roberto Simonsen, Caio Prado Junior, Celso Furtado, Inácio Rangel entre outros. Nesta primeira parte do Volume 1, os estudiosos se debruçaram sobre os modos pelos quais estas relações apareceram em diversos contextos intelectuais de modo a nos permitir reconstruir o quadro geral das análises que nortearam desde as configurações do Estado moderno no país, as políticas públicas implementadas, como os diferentes diagnósticos sobre o próprio país.

Em seu texto, que abre o Volume 1 desta coleção, Helio Canhone analisou a inserção de Golbery do Couto e Silva no debate dos anos 1950 sobre o desenvolvimentismo no seu período de maior pujança e contestação no cenário político e intelectual brasileiro, situando-o enquanto conservador que mobilizou conceitos desta família de pensamento político para propor seu projeto de desenvolvimento nacional.

Joana de Oliveira e Eduarda da Silva apresentaram estudo sobre o governo do presidente Michel Temer e os desdobramentos que conduziram o Impeachment da presidente Dilma Rousseff e a avassaladora influência da Operação Lava Jato, engendradas pela simbiose entre conservadorismo e neoliberalismo, podendo ser interpretadas como formas de “violência sistêmica” e “violência objetiva”. Através das ideias de alguns teóricos que desenvolveram o debate acerca da democracia brasileira, assim como os efeitos da economia neoliberal e da ruptura do papel do Estado no processo de desenvolvimento do país.

Por sua vez, Marcelo Costa pesquisou registros do pensamento anarquista no Brasil, entendido não como simples exotismo interno oriundo do transporte de ideias estrangeiras trazidas pelas mãos de imigrantes, mas um pensamento que refletiu sobre questões e problemáticas nacionais, com autores imigrantes e brasileiros, elaborações que tiveram entre outras características a dispensa do Estado como

categoria fundamental de explicação da sociedade, sendo seus portadores trabalhadores, sindicalistas, militantes, intelectuais e artistas como Edgar Leuenroth (1881-1968), José Oiticica (1882-1957), Lima Barreto (1881-1922), Maria Lacerda de Moura (1887-1945), Jaime Cubero (1926-1998) e Edgar Rodrigues (1921-2009).

Marcos Marques, em seu texto se debruça a chamada “Escola Paulista de Sociologia”, que se caracterizou pela constituição de uma sociologia enraizada nas singularidades históricas, sociais e culturais brasileiras, buscando o entendimento das condições específicas desta sociedade internamente marcada por ritmos desiguais de desenvolvimento, enfatizando a necessidade de uma compreensão mais efetiva, densa e profunda de seus diversos agentes – com destaque dos contingentes populacionais que mais sofreram com os nossos históricos processos de socialização e conformação ao modo de produção capitalista, ainda hoje hegemônico.

No capítulo *O peso do Estado no desenvolvimento da sociedade brasileira: a interpretação de Raymundo Faoro e Fernando Henrique Cardoso*, os autores Pollyana Paganoto Moura, Camilla dos Santos Nogueira e Rodrigo Emmanuel Santana Borges evidenciam as relações entre o pensamento de Faoro e Cardoso, no que tange ao papel da burocracia estatal no desenvolvimento econômico do país.

Já os autores Raimundo Paulino da Silva, Francisco de Assis Kuhn, Lílian Almeida de Souza Cid e Ana Laudelina Ferreira Gomes tem como objeto de análise, o pensamento sociológico de Florestan Fernandes e Jessé Souza para se compreender a conjuntura nacional, sobretudo nestes últimos anos. Para tal empreitada, analisaram as obras de Florestan Fernandes, *A Revolução Burguesa no Brasil* (1976); *A sociologia no Brasil* (1976) e *A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios* (2009), e de Jessé Souza, *A tolice brasileira* (2015), *A radiografia do golpe* (2016), *A elite do atraso* (2017), *Subcidadania*

brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro (2018) e A classe média no espelho (2018).

No capítulo *Mobilização social em diferentes tradições do pensamento político e social brasileiro*, Rodrigo Badaró investigou as leituras da mobilização social e das lutas por direitos ao longo da história brasileira e verificou de que modo essa leitura permeou as construções teóricas de diferentes tradições de pensamento tais como Fernando Henrique Cardoso, Caio Prado Júnior e Oliveira Vianna.

E por fim, Rodrigo Franklin, Pollyana Paganoto Moura e Camilla dos Santos Nogueira no capítulo que encerra esta parte, intitulado *O capitalismo nos países “atrasados”: o debate que se repete*, analisaram duas versões da teoria da dependência: a de Ruy Mauro Marini e a de Fernando Henrique Cardoso. A vertente da Teoria da Dependência de Ruy Mauro Marini, aponta que, apesar do capitalismo ser o sistema existente nos países periféricos, seu desenvolvimento era impossível (mas também não necessário). Já a vertente de Fernando Henrique Cardoso, as ressalvas vão para a forma específica como as estruturas tradicionais aparecem transformadas no capitalismo dos países atrasados, para o abandono da postura revolucionária socialista e da visão subsumida que as alternativas dessa vertente colocam.

1

Helio Cannone

“Engradecer-se ou perecer”:

o nacional-desenvolvimentismo
conservador na *geopolítica do Brasil*
de Golbery do Couto e Silva

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende-se uma análise da inserção das ideias de Golbery do Couto e Silva no debate dos anos 1950 e 1960 sobre Desenvolvimento e desenvolvimentismo. Para tal, será mobilizado a sua principal obra, *Geopolítica do Brasil*, que embora tenha sido publicada como livro em 1967, constitui-se de textos e conferências do autor produzidos entre 1952 e 1960. Partindo das categorias propostas por Andrew Vincet (2004), podemos classificar este esforço como um estudo de Teoria Política entre suas modalidades histórica e ideológica. Nos aproximamos da primeira pois temos a intenção de estudar as disputas do conceito de desenvolvimento no seu período de maior pujança e contestação no cenário político e intelectual brasileiro. Compreender a obra de Golbery de Couto Silva em perspectiva história seria, então, buscar entender – em termos de John Pocock – qual a *Parole* do autor em uma *langue* determinada. O alinhamento com a segunda modalidade se dá porque, além de Pocock, também nos valeremos da contribuição de Michael Freedon (2006) para classificar nosso objeto dentro das Ideologias políticas modernas. Buscamos situá-lo enquanto conservador que mobiliza conceitos centrais, adjacentes e periféricos desta família de pensamento político para propor seu projeto de desenvolvimento nacional.

O caminho a ser percorrido nesta empreitada seguirá o de primeiro estabelecer qual é o conceito do qual estamos partindo e suas potencialidades epistemológicas e deontológicas. Advogamos que, para além de uma operacionalização intelectual, Desenvolvimento é um dever ser para o autor que trabalharemos, assim como para outros em seu contexto de produção. Em fase seguinte, iremos descrever brevemente o momento histórico no qual esta ideia está enquadrada. Nos valeremos de John Pocock (1981) para propor interpretação de que o desenvolvimentismo é uma linguagem de um momento do pensamento político brasileiro na qual o conceito de desenvolvimento está em disputa por diversos autores, que são também atores políticos.

Finalmente, nos aproximando de Michael Freeden (2006), conectaremos o texto de Golbery de Couto e Silva com a morfologia conceitual da ideologia moderna conservadora e faremos descrição analítica da obra. Dentre as características conservadoras do autor estão: uma visão culturalista de Nação, valorização dos resultados históricos de acúmulos herdados de uma tradição e ordem política e social como fundamental, assim como a necessidade de coordenar o progresso, que é aceito, mas limitado e preenchido de forma específica. Além disso, o medo da ameaça comunista se apresenta como estranhamento de um conjunto de ideias exógenas, não sedimentadas na realidade brasileira. O seu conceito de desenvolvimento seria então uma resposta por uma via Ocidental, Ibérica e brasileira para o problema do atraso.

APROXIMAÇÃO AO CONCEITO

Os distintos atores políticos que buscaram definir conceitualmente o que significava o Desenvolvimento o fizeram reivindicando para si o lugar de intelectuais. Tal assertiva serve tanto para o caso dos estudiosos reunidos no Instituto Superior de Estudos Brasileiro (ISEB), quanto para os *Ensaio de História econômica e Sociologia* do economista liberal Roberto Campos (1963) e para a *Geopolítica do Brasil* de Golbery de Couto e Silva, objeto deste trabalho. Embora partissem de perspectivas ideológicas distintas, todos buscaram definir conceitualmente o processo que defendiam a partir do lugar de cientistas sociais.

A partir dos critérios de John Gerring (1999), podemos compreender quais eram as estratégias de formação conceitual usada pelo nosso objeto e por outros em seu contexto. O primeiro ponto que o autor chama atenção é a necessidade da palavra utilizada ser familiar. O uso do termo, desenvolvimento serve para pensar nos anos 1950 e 1960 um processo em curso que – de modo variado de acordo com

o autor – precisaria ser intensificado. O termo era empregado como aperfeiçoamento de condições econômicas e sociais pelo menos desde os anos 1930. Pedro Fonseca (2015) sugere que o uso do conceito surgiu – no sentido empregado nas gerações seguintes – a partir do processo iniciado por Getúlio Vargas de industrialização com planejamento estatal e projeto nacional mais amplo. A partir do otimismo gerado pelos resultados destas políticas, também se confirma outra característica de Gerring (1999), isto é, a ressonância do conceito. De fato, naquelas décadas nos parece mais fácil selecionar quem não defendia algum tipo de projeto desenvolvimentista do que o contrário. A utilidade teórica – e no campo – do conceito de Desenvolvimento também se destaca, uma vez que ele é operacionalizado nos mais diversos estudos e dá conteúdo a diversas polêmicas no período.

As demais características advogadas por John Gerring (1999) são de mais difícil encaixe. Parcimônia e coerência não são comumente encontradas na formulação conceitual dos intelectuais supracitados. Em nossa interpretação, isso se deve a motivo similar ao fato de como as características de diferenciação e profundidade se aplicam. Embora as obras se apresentem como abordagens científicas sobre o fenômeno, seus autores estão igualmente preocupados em ser atores políticos, na medida em que querem intervir diretamente na realidade com seus postulados. Nesta preocupação normativa, o conceito é esticado ou comprimido, tem pouca coerência interna – e menos ainda externa – e é diferenciado e aprofundado de acordo com as concepções ideológicas de quem o operacionaliza.

Concordamos com Mark Warren (1989) em sua assertiva de que qualquer estudo empírico em ciências sociais pressupõe valores. De fato, o uso de dados é abundante nos autores desenvolvimentistas marcados tanto por um otimismo econômico quanto por um momento da História da sociologia e da Ciência Política em que este tipo de metodologia começa a ganhar força. Acreditamos, contudo, em aproximação

com Ruth Grant (2002) que embora as ciências sociais descubram novos fatos, as grandes inovações costumam ter mais a ver com mudanças de interpretação do que já é conhecido. No período que aqui nos debruçaremos o desenvolvimentismo é o paradigma comum que Golbery de Couto e Silva tinha como partida. Em termos que John Pocock (2003) empresta de Ferdinand de Saussure, nós compreendemos que a *parole* do autor em uma *langue* desenvolvimentista pode ser bem interpretada se compreendermos a sua posição ideológica como conservador. Para tal, nos serviremos em parte seguinte do trabalho da contribuição de Michael Freedon (2006). Contudo, antes julgamos adequado desenvolver um pouco melhor a linguagem na qual ele está inserido.

O DESENVOLVIMENTISMO COMO LINGUAGEM NO PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO

Em “The Reconstruction of Discourse: Towards the Historiography of Political Thought” John Pocock (1981) trata de sua abordagem de reconstituição do pensamento político como discurso. Para ele, a categoria se definiria como uma sequência de atos de fala performados por agentes em determinada estrutura social, contexto histórico e linguagem política.

Assim como Quentin Skinner, ele parte da divisão da linguagem entre locucionária, ilocucionária e perlocucionária. Por sua vez, este outro autor da célebre Escola de Cambridge retira essa divisão da Filosofia da Linguagem de John Austin (1990). Nos três, o aspecto locucionário se aplicaria a língua empregada de acordo com as regras sintáticas para transmitir uma mensagem. Já o ilocucionário serviria para categorizar o seu uso com a intenção de transmitir determinada mensagem e ao mesmo tempo realizar uma ação. O último aspecto, o perlocucionário, se definiria pela busca a partir da linguagem de gerar

determinado efeito em seu receptor. Skinner (1969) e Pocock (1981) destacam o último tipo para entender as ideias políticas como forma de intervir e transformar a realidade. Entretanto, o segundo se preocupa mais diretamente em inserir estes atos de fala dentro de seu contexto histórico mais amplo, enquanto o primeiro tende a enfatizar o autor em sua sincronia, dando ênfase maior para o intelectual em si, que costuma ser sua unidade de análise. Nos aproximando mais de John Pocock, teremos como unidade de análise deste trabalho o texto do autor enquanto discurso inserido em uma linguagem.

Para John Pocock, a ação linguística dos indivíduos parte do vocabulário disponível na estrutura do seu contexto histórico. A partir disso, a ação deles buscaria modificar essa situação em favor do agente. Em “O conceito de linguagem e o métr d’historien” (POCOCK, 2003) o autor usa termos da linguística para marcar que os atos de fala seriam uma *parole* inseridos em uma *langue*, que é o seu contexto. Então, a partir de John Pocock, podemos considerar o estudo dos discursos políticos como a busca de compreender o diálogo entre o autor e seus correspondentes no qual cada um deles pode explorar os recursos linguísticos disponíveis e performar atos de fala, a partir dos padrões de comunicação que lhes são impostos. (POCOCK, 1990, p. 963). Nesta abordagem, o texto é considerado como uma estrutura formal na qual uma unidade intelectual foi imposta pelos atos de fala do seu autor, que, por sua vez, está dentro da história. (POCOCK, 1990, p. 977). No estudo que aqui pretendemos explorar, o Desenvolvimento é um conceito inserido em uma linguagem desenvolvimentista dos anos 1950, que, na longa duração, está conectada às tradições do pensamento político brasileiro.

De acordo com Christian Lynch (2013), existiriam duas correntes que marcam a supracitada tradição. A primeira seria a Cosmopolita, que foi hegemônica entre 1880 e 1930. De caráter universalista, ela estava preocupada em enquadrar o Brasil em uma filosofia da história geral segundo a qual o país estaria atrasado em relação à Europa,

embora todos tendessem para uma mesma direção. Segundo o mesmo autor, as guerras mundiais teriam sido responsáveis por mudar a hegemonia para a segunda corrente, nacionalista. Nela, teria havido um esforço de compreensão do Brasil a partir de suas especificidades

Na história do pensamento político brasileiro, o desenvolvimentismo – e, portanto, o próprio Golbery de Couto e Silva – estaria no influxo do movimento iniciado de década de 1920. Neste período, a questão nacional seria retomada como forma de fortalecer o país contra ameaças externas. Alberto Torres e Oliveira Viana são postos por Christian Lynch (2016) como os maiores representantes desta fase. Já Celso Furtado seria responsável por inserir a CEPAL na discussão depois da Segunda Guerra Mundial. Cabe então que descrevamos brevemente nos próximos parágrafos qual é o contexto econômico e político no qual estas ideias surgiram enquanto *parole* de uma *langue* ao qual eles buscavam intervir para modificar.

Segundo análise clássica de Celso Furtado (1963), acompanhada por José Serra (1982), o início da industrialização no Brasil teria início a partir de crise de 1929 e a consequente queda no preço do café dada pela sua superprodução. Uma vez que o setor cafeeiro não tinha o que exportar (devido à baixa do preço de seu produto, que por sua vez não tinha alto valor agregado) e existia demanda crescente por produtos manufaturados, o excedente é reinvestido na Indústria. Estas medidas não compunham um projeto, mas uma forma de se salvar de uma crise. O conjunto das atividades ocorria ao redor do setor produtor de Café, com uma indústria de bens de consumo duráveis. Tratava-se de uma industrialização leve e dependente do setor primário.

Na cena política, a consequência de 1929 teria gerado uma ruptura no pacto das oligarquias que, como consequência final, teve a Revolução de 1930. Nesta nova fase, a industrialização, com ênfase no setor pesado é levada a frente como processo induzido pelo Estado de forma deliberada e consciente, ocorrendo uma mudança do setor dinâmico da economia para o mercado interno.

Wanderley Guilherme dos Santos (1970) afirma que a revolução de 30 teria sido um “divisor de águas” (1970, p. 20) no pensamento político brasileiro. A partir de tal evento, começaram a ganhar força pautas características do nacionalismo, como a dicotomia entre um Brasil agrário e um Brasil industrial, a busca de singularidades do país e a crítica a tentativas de transplantação mecânica de ideias estrangeiras. Estas ideias ganharam projeção a partir das leituras de Alberto Torres e Oliveira Viana. Passou a haver, então, uma complexificação ainda maior da tradição de pensamento nacionalista brasileiro, tendo derivações tanto à esquerda quanto à direita no espectro político. Wanderley Guilherme dos Santos (1970) entende que nos anos 1950 essas pautas se intensificaram ainda mais.

Tratando das diferenças entre os governos tidos como desenvolvimentistas, César Guimarães considera que a República de 1946 seria uma “democracia limitada ou relativa” (GUIMARÃES, 2001, p. 155) que se sucedeu de uma ditadura, o Estado novo. A saída de Vargas teria se caracterizado por um apelo crescente aos trabalhadores (que culminou na formação do PTB) e a um “nacionalismo econômico defensivo” (GUIMARÃES, 2001, p. 156) de tipo muito diferente da experiência fascista europeia. No governo de Eurico Gaspar Dutra, a situação haveria sido diferente. O então presidente pôs na ilegalidade o Partido Comunista do Brasil e perseguiu diversos sindicatos. Nesta conjuntura de aproximação com a Política externa americana, o Nacionalismo era lido como comunismo, tal como teria ocorrido Campanha do Petróleo é nosso, onde a reivindicação de exploração nacional do petróleo foi enquadrada como subversão.

César Guimarães destaca a importância do contexto da Guerra Fria e do seu ator principal na América Latina – os EUA – na condução da política nacional. Desde 1947 a potência do Norte adotara doutrina de contenção à União Soviética, apoiando países (ou grupos dentro deles) que quisessem “resistir”. Posteriormente, com Eisenhower, a

Nação do Norte teria passado a enxergar qualquer política externa moderadamente nacionalista como comunista. Como veremos na parte seguinte deste trabalho, esta conjuntura internacional interferiu diretamente nas ideias que Golbery do Couto e Silva.

Ao mesmo tempo, o desenvolvimento teria se transformado palavra-chave da política, tendo sua polissemia disputada pelos mais diversos grupos. O termo teria entrado para o vocabulário político e econômico, produzindo um novo horizonte de expectativas¹. Nas palavras do autor:

O pós-guerra, contudo, não é apenas a Guerra Fria. Nele se explicita um conjunto de ideias-força, que anima a política de velhos e novos Estados. Assim, o termo 'desenvolvimento' penetra no vocabulário econômico, político e jornalístico e empolga estadistas, de particular nas novas nações. O crescimento econômico acelerado seria a chave da redução das desigualdades intra e internacionais. É verdade que os caminhos para o desenvolvimento são diversos, há fórmulas opostas – capitalismo, socialismo –, mas uma segunda ideia-força, a de planejamento, plano programa, parece amenizar – parece... – as diferenças. Às intervenções estatais dos anos 30 e da guerra em todos os países, ao sucesso do que veio a ser conhecido como keynesianismo vem somar-se o prestígio da economia planejada da vitoriosa União Soviética – um experimento antes tido por inviável. (GUIMARÃES, 2001, p. 157)

Para o cientista político, a ideia de desenvolvimento planejado pelo Estado foi uma forma de dar substância econômica ao fenômeno político da descolonização, que estaria ocorrendo nos países periféricos. Assim, se de um lado haveria um conceito de desenvolvimento oriundo dos Estados Unidos que busca conter avanços subversivos na América Latina, há também outro, que é preenchido por um conteúdo emancipatório. César Guimarães sintetiza perfeitamente a hipótese em uma frase: [d]escolonização, nacionalismo econômico, planejamento são nomes da esperança." (GUIMARÃES, 2001, p. 158)

¹ A referência ao célebre termo de Reinhart Koselleck (2006) é nossa e não de César Guimarães. Entretanto, acreditamos que o conceito se encaixa na análise feita por ele.

Este conceito de Desenvolvimento seria, segundo o autor, o análogo da socialdemocracia europeia para os povos periféricos. Ele representaria, então, a resolução da desigualdade entre indivíduos e classes. A esperança de igualdade política e econômica entre nações se configuraria em um projeto político, ao qual o autor se refere como nacionalismo democrático. Este, estaria em um contexto de democracias com valor substantivo, tal como no caso da Revolução cubana. Porém, suas pautas de Nacionalismo econômico e de políticas externas autônomas esbarraram com os interesses dos EUA no período.

Voltando a análise das questões endógenas, César Guimarães apresenta que o caráter democrático da República de 1946 teria se ampliado com a eleição de Vargas em 1950. Destacando o ponto que dá título ao artigo, é apresentada a maior diferença entre os governos do Getúlio Vargas eleito e o de Juscelino Kubitschek: o lugar do nacionalismo em cada um deles. Getúlio Vargas encampou a Petrobrás como projeto seu. Para o autor, o nacionalismo do ex-ditador não conseguiria se expressar se não fosse através das classes populares, porque associaria soberania, desenvolvimento econômico e participação popular.

César Guimarães não deixa de ressaltar o viés pragmático de suas considerações sobre Getúlio Vargas. Para ele, o apelo às massas do ex-presidente era mais importante por suas consequências do que pelos seus motivos ou intenções. O Partido Trabalhista Brasileira seria opção eleitoral mais à esquerda dentre as viáveis (visto que o PCB estava na ilegalidade). A Petrobrás seria símbolo do Nacionalismo no segundo governo Vargas porque representaria uma alternativa econômica às empresas estrangeiras “imperialmente predatórias” (GUIMARÃES, 2001, p. 167). Já no Governo de Juscelino Kubitschek, teria havido favorecimento de entrada de Capitais estrangeiros e política externa de alinhamento com o Bloco Ocidental (EUA). Esta aproximação teria se dado pela expectativa de ser parceiro preferencial dos Estados Unidos na América Latina. O símbolo do modelo de desenvolvimento deste governo seria Brasília.

Embora retrate bem as disputas políticas envolvidas no conceito de desenvolvimento, César Guimarães enfatiza apenas um tipo de enquadramento do conceito. Para além da visão progressista e contra a hegemonia dos Estados Unidos na América Latina, havia outras percepções do conceito que partiam de outras concepções ideológicas. Se analisarmos as políticas desenvolvimentistas descritas por Pedro Fonseca (2015), perceberemos que o período considerado de maior implementação de políticas econômicas desenvolvimentistas – do pós golpe de 1964 até a crise do Petróleo de 1979 – é ignorado na análise de César Guimarães.

A nosso ver, isso não se deve a uma dissociação entre discurso e prática, mas ao fato de que os vencedores da disputa sobre a definição do conceito não são tratados na análise do autor. A partir de aproximação da obra *Geopolítica do Brasil*, discutiremos em parte seguinte do trabalho o nacional-desenvolvimentismo conservador de Golbery de Couto e Silva. Assim como o ISEB, – instituto que representa também o desenvolvimentismo descrito por César Guimarães – o autor que analisaremos e os demais intelectuais e atores políticos reunidos na ESG (Escola Superior de Guerra) desejavam um processo de desenvolvimento que fosse nacionalista e liderado pelo Estado. Contudo, a ideologia que eles partiam era outra, e, conseqüentemente sua definição de nacionalismo e do modelo mais adequado de planejamento estatal também.

A GEOPOLÍTICA DO BRASIL E O DESENVOLVIMENTISMO CONSERVADOR

Michael Freeden (2006) propõe uma abordagem sobre as Ideologias políticas modernas a partir da morfologia conceitual que as compõe. Segundo o autor, estas visões de mundo estariam ancoradas em processos históricos reais com a intenção de gerar determinada

mobilização política. Por isso, tanto critérios racionais e lógicos quanto critérios de fundo emocional ou irracional poderiam compor uma mesma corrente de ideias políticas. Em sua formação conceitual, haveriam conceitos centrais, adjacentes e periféricos que definiriam cada tradição. No arranjo que compõe o conservadorismo, o conceito de ordem comportaria o *core*, assim como as ideias a ele associadas. Também seriam padrões historicamente verificados nesta ideologia a valorização de uma tradição e cultura assim como o medo de ameaças a estes valores.

Tentaremos sustentar nas páginas seguintes interpretação da obra de Golbery do Couto e Silva a partir deste núcleo conservador comum. Fazendo a devida conexão com o seu contexto social, político e intelectual, pretendemos advogar também que ele estaria vinculado a uma tradição nacionalista do pensamento político brasileiro, em vertente culturalista. Nacionalismo aparece como conceito adjacente em suas elucubrações intelectuais, afinal, embora ele seja axiomático para o autor, ele faz sentido porque é a liga que mantém o ordenamento social. A obra é composta por textos e palestras de Golbery que datam dos anos 1950. Inserido em contexto linguístico desenvolvimentista, o desenvolvimento é para ele conceito periférico, que serve tanto como meio para enaltecimento da nação quanto para impedir o avanço de ideias tidas como “alienígenas” à cultura brasileira e que, por isso, ameaçariam sua estabilidade.

A maneira como o autor aqui analisado escreve se enquadra no que Christian Lynch (2016) intitula na sua “Cartografia do Pensamento Político Brasileiro” de estilo periférico de redação. O fato dos autores do pensamento político brasileiro se enxergarem como habitantes de uma periferia atrasada deu ao conjunto dos seus textos conformação estilística e temática específica. As elites brasileiras teriam internalizado os pressupostos europeus de um processo histórico evolucionista, onde o Brasil estaria atrasado em relação ao centro.

O fato de não se virem como pertencentes à civilização produtora de filosofia e de universalismos teria feito com que os pensadores brasileiros escrevessem de forma menos abstrata e menos teórica. Portanto, o “estilo periférico” teria menor grau de generalização e maior sentido prático. Somar-se-ia a isto uma visão negativa do passado e positiva do futuro, na qual o primeiro é percebido como a época quando teriam surgido os problemas que precisariam ser superados. Já o segundo seria “[...] o lugar da redenção nacional, a se alcançar pelo progresso, pela civilização, pela evolução, pela modernização, pelo desenvolvimento” (LYNCH, 2016, p. 85).

O estilo periférico também se caracterizaria pelo que o autor nomeia de “pedagogismo” (LYNCH, 2016, p. 86). Isso significa que estes autores acreditariam ser imprescindível educar as elites e as massas na cultura necessária para a vida social e para a transformação política almejadas. Consequentemente, é comum aos textos do pensamento político brasileiro a intenção de influenciar o processo político:

No fundo, todas ou quase todas as obras canônicas do PPB pretenderam influenciar o processo político. Refletiram o dilema insolúvel da ciência política: ser entendida como uma disciplina aplicada, voltada para a resolução de determinados fins práticos, ou uma disciplina pura, que descrevesse o fenômeno político independentemente de comprometimento com valores (Gunnell, 1993, p. 5). O que as distingue a esse respeito, portanto, é uma questão de grau: algumas se acharam mais voltadas para a intervenção do que outras, que se detiveram mais na descrição da realidade. Por esse motivo, apenas em sentido aproximado será possível aqui classificar as principais obras do PPB como mais normativas ou pragmáticas do que desinteressadas ou científicas. (LYNCH, 2016, p. 87)

A distinção que Golbery do Couto e Silva faz entre a Geopolítica e a disciplina de geografia política, se fundamenta em característica das elites periféricas percebidas por Christian Lynch (2016). A primeira seria o uso do conhecimento do território para fins políticos, já a segunda, seria ciência apenas preocupada em compreender a relação

entre uma comunidade política no espaço que a cerca. O autor opta pela primeira porque pretende intervir na realidade nacional para acelerar seu progresso a luz de um planejamento da política de segurança estatal que levasse em conta seus fatores geográficos

Logo na introdução, Golbery Silva ressalta que os Estados são os verdadeiros protagonistas no cenário internacional e dentro deles, sua elite dirigente. Esta, teria a capacidade fazer com que o povo entendesse seus anseios e verdadeiros interesses, que seriam os próprios interesses nacionais. É nesta linha argumentativa que o autor faz uso do conceito de desenvolvimento:

Entre esses objetivos, é evidente, caba posição de relevo aos que dizem respeito à persistência de todo o grupo social, do Estado e da Nação como tais – isto é, à sua sobrevivência no espaço e no tempo, sua autonomia em relação aos demais e o próprio desenvolvimento econômico e social, já que, para as sociedades humanas, assim como para todos os organismos de maior ou menor complexidade, a estagnação é a morte (SILVA, 1981, p. 11)

Cada Estado seria animado por seus próprios objetivos nacionais, os quais eles deveriam perseguir afim de se destacarem no cenário internacional. Quando o conflito de interesses distintos chegasse a um ponto de não serem negociados por via diplomática, a guerra seria o resultado esperado. Contudo, o autor chama atenção em seu tempo para um novo modelo de guerra, na qual os avanços tecnológicos teriam produzido capacidade destrutiva nunca presenciada na experiência humana. Só restaria às nações se prepararem para ela. Em tal cenário, seria necessário que o Brasil maximizasse o seu Poder Nacional.

A primeira Parte da obra visa tratar de aspectos geopolíticos do Brasil. O autor parte de um diagnóstico de uma mudança radical de valores e conceitos tradicionais em sua época. Tal como característico da emergência de um paradigma nacionalista nos anos 1930 diagnosticado por Wanderley Guilherme dos Santos (1970) e Christian Lynch

(2013), Golbery do Couto e Silva considera estas novas reivindicações como resposta das massas cansadas das promessas do liberalismo. As críticas a esta ideologia continuam no plano interacional. Para ele, a renúncia da guerra como fenômeno da política advogada pelo ONU no plano das relações internacionais seria negar a realidade. A reunião de nações que inimizade irreconciliável pelos seus interesses nacionais distintos seria fruto de um idealismo a ser superado. Mantendo topos da tradição nacionalista do pensamento político brasileiro, Golbery elogia o surgimento de uma “[...] nova filosofia do poder estatal, mais cruamente realista, mais sincera segundo uns, mais cínicas segundo outros, pondo de lado os idealismos já gastos e as fórmulas racionalizantes já de todas caducas [...]” (SILVA, 1981, p. 22)

Tendo como ponto de partida esta análise realista das relações internacionais, o intelectual da ESG afirma que o progresso da técnica e da industrialização estaria acentuando as diferenças entre os países, criando uma relação análoga à feudal, com Estados-barões e seus vassallos. A disputa se daria a partir daí por um conceito ampliado de guerra, que para além de seu sentido militar agora também seria econômica, política e científica. A este conceito seria preciso responder com um outro, de estratégia, igualmente total. Dentre deste cenário, os Estados subdesenvolvidos deveriam reconhecer as imposições externas como base do seu Planejamento, afim de explorar as potencialidades de seus territórios. Do contrário, sua liberdade e sua segurança estariam ameaçadas. A chave para o modelo de desenvolvimento do Brasil deveria ser, então, o conceito de Segurança Nacional:

Resulta daí haver o conceito de Segurança Nacional, entendido – é claro – na sua mais ampla e ativa acepção, permeado aos poucos o domínio todo da política estatal, condicionando quando não promovendo ou determinando todo e qualquer planejamento, seja de ordem econômica, seja de natureza social ou política, para não falar dos planos propriamente militares, tanto de guerra quanto de paz. (SILVA, 1981, p. 23)

Uma vez que o Brasil deveria buscar a realização de seus objetivos nacionais frente a esta guerra, um conceito de geopolítica se faria necessário. Contudo, enfatiza o estrategista: “Mas só vale, realmente, a Geopolítica por sua contribuição se, como a Estratégia, souber assentar-se em Objetivos Permanentes que traduzam as aspirações e os anseios da consciência nacional.” (SILVA, 1981, p. 33)

Seguindo tradição narrativa de Euclides da Cunha e Oliveira Vianna, Golbery Silva continua no texto com uma longa descrição da geografia natural do território brasileiro. As conclusões que ele chegou também não diferem tanto destes dois outros nacionalistas. Os três compartilham visão dualista na qual o Brasil teria conflito entre regiões atrasadas e evoluídas. Para o autor desenvolvimentista, se faria necessário conectar o Sudeste – região economicamente mais rica e com maior densidade populacional – com as demais regiões do Brasil. Esta tarefa se impunha porque era preciso garantir a integração do território nacional via ocupação dos territórios “ociosos” e conter o êxodo rural descontrolado. Vincular o homem à terra pela pequena propriedade, reduziria a diferença cultural entre campo e cidade e diversificaria a economia.

Variáveis geopolíticas (posição do Nordeste de quase monopólio do Atlântico Sul, reservas de manganês e embocadura amazônica) fazem o autor concluir a necessidade alinhamento com os EUA. Ele também justifica esta política externa se baseando uma suposta tradição histórica de amizade entre os países e pelo fato de que ambos estariam comprometidos na defesa dos ideais da civilização cristã. Ponto benéfico deste alinhamento seria ter a potência do Norte como aliado contra a possível invasão da União Soviética pelo Atlântico Sul, deixando o Brasil refém de um “[...] imperialismo de origem exótica.” (SILVA, 1981, p. 52)

Ao tratar das linhas tradicionais da geopolítica brasileira o autor destaca uma tradição brasileira que demonstra o seu culturalismo conservador. Desde a colônia, graças ao realismo na ação política da Coroa portuguesa, o Brasil manteve sua unidade territorial. A partir daí,

começaria a ter se estabelecido “[...] uma identidade luso-brasileira, que carregaria um “sentimento de uma genuína identidade cultural com o mundo latino e católico além-mar” (SILVA, 1981, p. 70). Também surgiria daí um espírito pan-americano, baseado em uma unidade continental ameaçada constantemente por perigos externos.

Partindo também de distinção presente nas análises de Michael Freedden (2006), advogamos que Golbery do Couto e Silva é conservador, mas não reacionário. Esta diferença está no fato de que ele aceita a mudança, mas quer dirigi-la, preservando o que julga fundamental para a manutenção das tradições enraizadas no ordenamento social. Existe na obra certa concepção de progresso que é valorizada. Para ele, a industrialização teria quebrado com o padrão percebido desde Oliveira Viana de um tipo organização social derivada do estabelecimento dos latifúndios. A ruptura com estas estruturas precisaria ser levada em frente para libertar o país:

Mas, no que mais importa, esse desenvolvimento pela industrialização faz prenciar, afinal, uma libertação mais efetiva em relação aos grandes centros externos, motores do dinamismo econômico mundial, e implicará, em benefício da unidade e da coesão nacionais, na articulação cada vez mais sólida das diversas porções do amplo domínio, mesmo as mais distantes ou mais excêntricas, a núcleos propulsores radicados no próprio território e, sobretudo, orientados por genuínos propósitos nacionais. (SILVA, 1981, p. 72)

O autor enxergou algo equivalente a um processo de revolução burguesa, com tomada de consciência política das massas e substituição da classe dominante do senhor de engenho para a burguesia industrial. O crescimento de ideias nacionalistas, mesmo que com distorções, demonstraria um “enrijecimento benéfico da estrutura psicossocial da Nação.” (SILVA, 1981, p. 73). Para dar sentido a este movimento e mantê-lo de forma ordenada, seria preciso fixar a partir de nossa História os objetivos nacionais permanentes do Brasil. Os principais deles seriam a manutenção da unidade política do país,

cooperação com os EUA e com a América Latina, manutenção de valores cristãos e projeção do país no cenário internacional.

A maior ameaça para concretização destes objetivos se daria pela invasão do eixo comunista Moscou-Pequim pelo Atlântico-Sul. Para impedir este suposto atentado, o Brasil precisaria cooperar para impedir o avanço comunista na África, pois ela seria fronteira com o Oceano. No capítulo sobre “Aspectos geopolíticos do Brasil” que data de 1960 o geopolítico parece ainda mais radicalizado sobre este tema.

O autor inicia o discurso afirmando que a Lealdade seria fator ontológico do ser humano. A nação seria o alvo máximo de lealdade que o homem atingiu historicamente, lhe dando “vontade de engrandecer cada vez mais a nação” (SILVA, 1981, p. 98). O marxismo é então criticado como doutrina que disputa a lealdade do homem com a nação. Em passagem seguinte, ele defende um ideal de Nacionalismo que o contrasta com o nacional-desenvolvimentismo progressista do ISEB. Apesar de tal perspectiva ter sido encabeçada por Helio Jaguaribe, ela foi levada a frente por outros membros do instituto, como o trabalhista Alberto Guerreiro Ramos e o comunista Nelson Werneck Sodré. Na definição do primeiro: “O nacionalismo, como se viu, não é imposição de nossas peculiaridades, nem simples expressão de características nacionais. É, ao contrário, um meio para atingir um fim: o desenvolvimento.” (JAGUARIBE, 1958, p. 52). O nacionalismo do instituto tinha viés pragmático, de ser um método para atingir o desenvolvimento. Golbery inverte a relação de causalidade e, com isso, diverge ao mesmo tempo da concepção comunista e da isebiana em geral:

O nacionalismo é, portanto, deve ser, só pode ser um absoluto em si mesmo um fim último – pelo menos enquanto perdurar a nação como tal. Lugar não há, nem deve haver, nem poderá haver para o nacionalismo como simples instrumento de um fim que o transcenda, como degrau, apenas numa escala que o transmonte. Isso nunca será nacionalismo – será engano, será burla, será até mesmo chantagem.” (SILVA, 1981, p. 99)

Embora os dois mobilizem o conceito de nação e de desenvolvimento na concepção de nosso autor, é o desenvolvimento que está submetido ao nacionalismo e não o contrário. Este ponto é uma divergência fundamental entre o seu nacional-desenvolvimentismo e o do ISEB. O nacionalismo como meio seria, para o ideólogo da ESG, um ideal comunista que na verdade só disfarçaria o internacionalismo imanente à doutrina. Eles seriam inimigos da Soberania nacional e do Ocidente como um todo.

Se nos textos anteriores do livro, de 1952 até 1959, Golbery via positivamente os Nacionalismos de países em luta anticolonialista na África e na Ásia, no ano seguinte ele já os considerava românticos, com “confusas credences” (SILVA, 1981, p. 100). Mais preocupado em fazer espécie de separação entre o joio e o trigo do conceito de nacionalismo, ele descreve a definição correta a partir da síntese dos objetivos nacionais permanentes da Nação: “Sobrevivência da nação como nação e, pois, soberania, integração crescente, prosperidade, bem-estar e prestígio são as categorias intemporais em que tais interesses e aspirações necessariamente se inscrevem.” (SILVA, 1981, p. 101)

Nas partes finais do livro, o medo da ameaça comunista é ainda mais latente. No capítulo intitulado “O Ocidente ameaçado” Golbery parte de que existiria uma oposição mundial entre um bloco ocidental e cristão e um bloco oriental comunista e materialista. Esta doutrina é posta como toxina criada por Marx e Engels pela conjunção de ideais socialistas ingênuos de Fourier e Saint Simmon, teorias econômicas rudimentares de David Ricardo e a súpil dialética de Hegel. (SILVA, 1981. p. 228).

A adesão por parte da Rússia e da China desta doutrina, conjugada com o avanço tecnológica por eles empreendido, ameaçaria a cultura Ocidental. O autor teme que a América Latina, exposta a baixíssimo padrão de vida e instabilidade econômica, poderia se deixar seduzir pelas promessas do comunismo. Ele se aproveitaria do fato de Ocidente ser constituído por valores democráticos para infiltrar-se com seus discursos

e propagandas. As estratégias do comunismo mundial para se expandir seria a de atrair povos não-ocidentais para sua órbita ao mesmo tempo em que se infiltraria ideologicamente nos povos Ocidentais (incluindo América Latina) “[...] com a sua pregação antiamericanista, anticapitalista, anticristã, materialista e demagógica.” (SILVA, 1981, p. 238)

Para combater este avanço, seria necessária uma estratégia coordenada dos Estados. Cada um de acordo com suas capacidades e com seus objetivos nacionais. Qualquer postura neutra neste conflito significaria não entender que a ameaça é contra o mundo Ocidental como um todo, portanto também seria contra a Europa e a América Latina. A América do Sul seria região pela qual o comunismo poderia se expandir e os EUA, como líder do Ocidente, precisaria cooperar e prestar assistência a esta região.

A relação da potência do Norte com o Brasil deveria se dar pela conjugação dos interesses nacionais dos dois países. O segundo ocuparia situação de prestígio, pelo seu potencial de riquezas naturais, capital humano e pela posição geopolítica. Contudo, o baixo nível cultural e a fraqueza econômica do Brasil o exporiam à agressão comunista. Parte da estratégia de contenção deveria vir então por assistência econômica dos Estados Unidos para o seu desenvolvimento. Por sua vez, o Brasil dependeria dos Estados Unidos para o seu desenvolvimento econômico, progresso técnico, cultural e para a manutenção de sua segurança. A aposta no alinhamento com o Ocidente é uma aposta em uma via de desenvolvimento para a Nação, afim de que ela seja capaz de se realizar como tal:

O que realmente importaria, no caso, seria uma grande e inconscusa demonstração de vitalidade e poder de criação do próprio regime democrático, no rápido soerguimento de povos subdesenvolvidos a um nível elevado de bem-estar, de riqueza e de progresso. Seria patentear, aos olhos do mundo, através de uma experiência em vasta escala, indiscutível e inspiradora, que nesse regime, sem sacrifício das liberdades públicas, sem

opressão da personalidade humana, sem escravização nem trabalho, forçado romper o ciclo deprimente do subdesenvolvimento econômico e levar um povo à plena realização de seus destinos históricos. (SILVA, 1981, p. 248)

Golbery do Couto e Silva não compreende apenas que o Brasil precisaria cooperar com o Ocidente, mas que ele faz parte desta cultura, centrada na razão, no homem e no aprimoramento cultural e técnico de sua experiência. Seu fundamento seria o cristianismo, que a daria liga independente da fé professada pelos indivíduos que a compõem. O autor pensa o “Ocidente como ideal, o Ocidente como propósito, o Ocidente como programa.” (SILVA, 1981, p. 225) que poderia nunca vir a se realizar completamente, mas seria inspiração a perseguir. O Brasil estaria dentro deste conjunto já que seria “[...] produto de uma transplantação feliz dessa cultura do Ocidente europeu para terras quase desertas e virgens onde não havia cultura autóctone que lhe resistisse [...]” (SILVA, 1981, p. 226). O país já teria incorporada as ideias Ocidentais na sua cultura e não poderia negá-las. Defendê-lo e cooperar com ele é reafirmar seus interesses nacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do trajeto de compreender a sua inserção em contexto linguístico desenvolvimentista, em uma tradição nacionalista de pensamento político brasileiro e em uma ideologia moderna conservadora, buscamos aqui uma interpretação da obra *Geopolítica do Brasil* de Golbery do Couto e Silva. Compreendemos que este autor estava inserido de modo particular neste debate, que nos parece melhor entendido com os cruzamentos aqui feitos. Embora o conceito de desenvolvimentismo fosse polissêmico nos anos 1950 e tivesse seu conteúdo disputado pelos mais distintos atores políticos, após 1964 a via implementada se assemelha muito mais com a do intelectual aqui

analisado do que com a de seus contemporâneos. Reconstituir esta disputa nos parece válido não só para compreender o que a política nacional já foi, mas o que ela poderia ter sido. Outros capítulos desta história ainda estão por ser contados.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Arte médicas, 1990.

FREEDEN, Michael. **Ideologies and political theory**. A conceptual approach. Oxford: Clarendon Press, 2006.

FONSECA, Pedro César Dutra. **Desenvolvimento: a construção do conceito**. In: IPEA. *Texto para Discussão*, n. 2103, jul. 2015.

FURTADO, Celso. **Political Obstacles to Economic Growth**. *International Affairs*, Londres, vol. 41, n. 2, p. 252-266, abr. 1965.

GERRING, John. **What makes a concept good? A criterial framework for understanding concept formation in the social sciences**. *Polity*, Chicago, v. 31, n. 3, p. 357-393, primavera 1999.

GRANT, Ruth. **Political Theory, Political Science, and Politics**. *Political Theory*, v. 30, n. 4, p. 577-595, 2002.

GUIMARÃES, César Augusto Coelho. **Vargas e Kubitschek: a longa distância entre a Petrobrás e Brasília**. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende (Org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

JAGUARIBE, Hélio. **O nacionalismo na atualidade brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da educação e cultura, 1958.

KOSSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006

LYNCH, Christian Edward Cyril. **Cartografia do pensamento político brasileiro: Conceito, história, abordagens**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 19. Brasília, p. 75-119, jan.-abr. 2016.

LYNCH, Christian Edwrdd Cyril. **Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica**. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 4, p. 727-766, 2013.

POCOCK, John Greville Agard. **The Reconstruction of Discourse: Towards the Historiography of Political Thought.** *Comparative literature*, v. 96, n. 5, p. 959-980, dez. 1981.

POCOCK, John. **O conceito de linguagem e o métier d'historien.** In: _____. *Linguagens do ideário político.* São Paulo: EDUSP, 2003.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Raízes da Imaginação Política Brasileira.** *Revista Dados*, Rio de Janeiro, IUPERJ, n. 7, 1970.

SERRA, José. **Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do após guerra.** *Revista de Economia Política*, v. 2, n. 6, p. 5-45, 1982.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional o poder executivo & Geopolítica do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

SKINNER, Quentin. **Meaning and Understanding in the History of Ideas.** *History and Theory*, v. 8, n. 1, p. 3-53, 1969.

VINCENT, Andrew. **The Nature of Political Theory.** Oxford: Oxford University Press, 2004.

WARREN, Mark. **What is political theory/philosophy?.** *Political Science and Politics*, v. 22, n. 3, p. 606-612, 1989.

2

Joana Caroline Gomes Cipriano de Oliveira

Eduarda Alves da Silva

o fim do desenvolvimentismo? **A crise do modelo democrático e desenvolvimentista no Brasil**

INTRODUÇÃO

Um olhar sobre os últimos anos, entre (2004-2016) da história brasileira, particularmente sob a égide do governo do partido dos trabalhadores revela-se que o Brasil vivenciou momentos de grandes transformações, tanto no âmbito econômico, educacional e social, e que ao serem analisadas essas mudanças, observa-se o importante papel que é exercido pelo poder estatal.

Entretanto, dentro desse espaço de tempo, o Brasil passou por um momento de crise política aguda no cenário nacional, marcado pelas grandes repercussões e desdobramentos do Golpe de Estado ocorrido em 2016, que foi desencadeado em junho de 2013, com os grandes protestos nas ruas, que surgiam se intitulando “apartidário” e possuíam uma pauta difusa. De acordo com Chauí (2017), é necessário observar quando um movimento assume tais argumentos como pautas de protesto, para que a sociedade entenda a cerne daquela ideia.

Meu partido é meu país, está assumindo uma postura própria do nazismo, nascido na luta contra a socialdemocracia, sobretudo quando o nazismo se opõe à República de Weimar e leva a pensar que os partidos políticos roubam ou tomam para si as ações políticas que caberiam exclusivamente ao governante (Chauí, 2017, p. 2).

Ainda segundo Chauí (2017, p. 2), nesse panorama, *o governante aparece como o chefe e é dele que deve resultar toda a decisão política. Partindo deste ponto de vista, se os partidos políticos usurpam uma função que não pertence a eles, é preciso eliminá-los.*

Sob a alegação do “combate a corrupção” e manipulando um discurso contra a “política” e os “partidos”, os grandes veículos de comunicação passaram a produzir e a estimular a polarização entre os que queriam manter o governo eleito pelo voto, representado pela presidenta Dilma Rousseff, do partido dos trabalhadores, e aqueles que se mobilizaram para retirá-la do poder, representados pelo candidato

que participou da disputa eleitoral, o senador e presidente nacional do PSDB Aécio Neves, afastado do cargo em junho de 2017 após ser surpreendido cometendo crimes de corrupção e obstrução da justiça.

As ações iniciadas em 2013 e seus desdobramentos findaram por contribuir para desmoronar a popularidade da presidenta Dilma Rousseff, ainda que, ela tenha conseguido reeleger-se em 2014, seus opositores, derrotados nas urnas, passaram a impedir, no âmbito do Congresso Nacional, a maioria das pautas propostas pelo seu governo. Esse cenário, aliado às repercussões que ocorriam no Brasil, da crise econômica global, determinou a inversão da onda de otimismo que vivia o Brasil até 2012.

Até 2012, o Brasil era visto com grande entusiasmo. Seu protagonismo na arena internacional era evidente e o país passou a ser contado como uma peça importante no reordenamento político do mundo ao lado de outros emergentes, como a China (SILVA; LIMA, 2017, p. 2).

Diante dessa conjuntura política, mesmo adotando medidas econômicas contrárias ao seu plano de governo, os setores formados pelo empresariado e banqueiros não ficaram satisfeitos, e passaram a propagar a tese de que o grande impedimento para a retomada do crescimento econômico do país era a presidenta Dilma Rousseff, sendo seu afastamento primordial para que o Brasil pudesse sair da crise.

Para deteriorar ainda mais o cenário político, em meio aos acontecimentos, no dia 17 de março de 2014 foi deflagrada a “Operação Lava Jato” pela Polícia Federal, que passou a ser destaque através dos importantes meios de comunicação. O principal objetivo inicialmente da Operação dizia ser combater a ação ilegal de doleiros que praticavam crimes contra o sistema financeiro nacional. No entanto, aos poucos as investigações foram tomando outras direções e atingiram diversos políticos e empresários importantes na arena política e econômica nacional, que foram conduzidos à prisão, como grandes empresários, ex-governadores, ex-ministros e parlamentares (Cardoso, 2020).

Em uma conciliação entre a baixa popularidade da presidenta Dilma Rousseff, falta de confiança política do legislativo e os desdobramentos da Operação Lava Jato, abriu-se o caminho para que o poder judiciário protagonizasse o setor político e, aliado aos setores econômicos e midiáticos, passasse a ter o controle do país.

Exemplos de coligações² importantes entre políticos de oposição ao governo, empresários financiadores de campanhas eleitorais e a grande mídia foram a autorização do prosseguimento do pedido de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em dezembro de 2015, pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha.

Com isso, ao final de agosto de 2016, o Senado Federal aprovou a perda de seu mandato, argumentando que ela havia cometido crime de responsabilidade fiscal, assim como editado decretos de abertura de crédito ilegalmente, sem a autorização do congresso.

Diante dos fatos que ocorreram em nosso cenário político, e a seqüência cronológica descrita acima, observa-se a fragilidade da nossa democracia que através de interesses ambiciosos são sobrepostos a outros. Ocorre que a posse do vice-presidente Michel Temer, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) significou a ruptura da aliança entre PMDB e o Partido dos Trabalhadores (PT), que outrora fora importante para garantir a governabilidade do governo de Dilma Rousseff em seu primeiro mandato (2011-2014), assim como para possibilitar sua reeleição. Contraditoriamente o vice assume o governo sobre a sustentação da base política derrotada nas eleições de 2014.

Todo esse arranjo expõe com muita nitidez a natureza que disseminou o processo de impeachment, conduzindo o Planalto a um projeto liberal que havia sido derrotado nas urnas, baseado na retirada

2 Para uma análise mais detalhada sobre o assunto ver: "A Beira do Abismo: Uma Sociologia Política do Bolsonarismo". Capítulo III: Polarização e Golpe Parlamentar. P. 115-160. Adalberto Cardoso, 2020.

de investimentos públicos em políticas sociais, com uma pauta regressiva, antidemocrática e de violação de todos os direitos que haviam sido conquistados ao longo dos últimos quinze anos (CHAUÍ, 2016).

Com esses desdobramentos ocorridos nos últimos anos na política brasileira, fazendo um recorte entre o impeachment da presidenta Dilma e os percalços do governo Temer, observa-se a crise no modelo desenvolvimentista com as novas ações que foram adotadas pelo governo.

Michel Temer assumiu a presidência da República (no dia 12 de maio de 2016) com uma agenda própria completamente diferente do programa da chapa pela qual foi eleito - agenda expressa pela Medida Provisória 726 de 12 de maio de 2016. O primeiro objetivo da medida provisória foi negar qualquer relação entre o novo governo e a pauta anterior de direitos sociais e de diversidade cultural, sexual e de qualquer outro tipo (AVRITZER, p. 144-142, 2016).

Nesse sentido, pretende-se discutir do ponto de vista da política, em dissonância com as principais teorias apresentadas acerca do desmonte das políticas sociais, fazendo necessário analisar as consequências das medidas adotadas por este governo, que ocasionaram uma grande ruptura aos direitos sociais conquistados pelos governos anteriores.

O PAPEL DO ESTADO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

O Brasil no período entre as décadas de 30 e 60 ficou caracterizado por uma política nacional desenvolvimentista, que tinha o objetivo de transformar o Brasil de uma sociedade agrária para industrial e também de fornecer aporte ao capital industrial e financeiro. Neste período o governo criou políticas para oferecer condições para a expansão da infraestrutura no país, necessária para a iniciativa privada realizar suas

atividades. No período que se segue até o final dos anos 80, a política nacional brasileira já apresentava grande envolvimento com o capital internacional, o cenário econômico mostrava os efeitos do crescimento que ocorreu no período dos governos militares (1964-1985), com a crise que assolou o país decorrente da enorme dívida externa³ (BRESSER, 2015).

Entre os anos de 1985 e 1988, dá-se a ruptura com o passado autoritário e instaura-se um governo democrático. Observou-se um enorme avanço dos direitos políticos que se traduziram pela difusão de eleições idôneas e competitivas, pelo maior número de eleitores e pela grande participação eleitoral. Além disso, as experiências de crise institucional, como o impeachment do presidente Collor no Brasil, foram resolvidas dentro dos macros legais da democracia, fortalecendo-a, portanto.

A partir da década de 90 o Brasil ficou marcado por políticas neoliberais e pela inversão do polo dinâmico do processo de desenvolvimento do país para o mercado, deixando assim que a economia e o mercado se “autorregulassem”, reduzindo o papel do Estado como provedor de bens e serviços. Durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), as políticas neoliberais tornam-se mais atraentes. Em meados dos anos 2000 uma nova coalizão política passou a fazer parte da gestão do governo, inicia-se a fase do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No período que sucede o seu governo, a política macroeconômica deu continuidade as que existiam no governo de Fernando Henrique, ocorreram mudanças significativas na esfera econômica e social, onde se verificou a retomada do crescimento do país.

Em 2011 com a então presidenta Dilma Rousseff, a economia brasileira teve um período de transição, no modelo de crescimento em que buscou ampliar o papel do investimento como propulsor da

3 Para um aprofundamento maior sobre o assunto, ver: “A Construção Política do Brasil: Sociedade, Economia e Estado desde a Independência”. Cap. 14 (Auge e declínio nos anos 1970. p. 221-232) (Bresser Pereira, Luiz) Carlos, 2015).

atividade econômica, sem comprometer o projeto de crescimento com distribuição de renda. Esta mudança envolveu uma importante alteração de preços macroeconômicos, assim como a adoção de uma agenda pró-competitividade.

A lenta recuperação do crescimento econômico foi fortemente atrelada a esta transição. Este modelo de crescimento não favoreceu a candidatura da presidenta Dilma, que mesmo atendendo as demandas e assumindo pautas de direita, com ajuste fiscal, sinalizações quanto às reformas da previdência e fiscal, seu recuo no projeto do Pré-Sal e a lei antiterrorismo, entre outras medidas, não legitimaram seu governo, pelo contrário, criaram-se bases que fortaleceram o pedido de impeachment (BOULOS; GUIMARÃES, 2016).

Com a saída de Dilma e a entrada do vice-presidente Michel Temer, as diretrizes do governo seguiram uma nova cartilha, que procurava transmitir que para ocorrer expansão e desenvolvimento era necessário privatizar, e desregular tudo, nenhum empecilho legal para a atuação do mercado.

Com essas medidas adotadas que o país já provou na década de 90⁴, sob a égide do governo Fernando Henrique Cardoso, considerando-se o desempenho da economia em seu conjunto, os resultados das políticas liberais foram medíocres: o período teve como características o estancamento econômico, baixas taxas de crescimento (média 2.7 a.a.), alto desemprego, queda da produção industrial e ampla desnacionalização da economia. No plano das ideias predominou a reflexão sobre as restrições ao desenvolvimento, enfatizando-se em contrapartida, as metas de disciplina fiscal e saneamento financeiro. Esses fatos mostram que o Estado tem um papel fundamental como mola propulsora no desenvolvimento do país, e que no período em que o receituário liberal foi implementado, as ações foram bastante negativas.

4 Ver a respeito o livro "O Pêndulo da Democracia", Leonardo Avritzer, 2019, p. 81).

O que se observa é que se vivem tempos em que a ação do capitalismo globalizado e hegemônico pelos interesses das finanças é movido por um desejo insaciável de acumulação de riqueza (BELLUZO, 2013) que é apoiado em políticas de intolerância, que insistem em anular todos os entraves ao seu “livre trânsito”. Esse movimento chegou ao Brasil e se, por um lado, foram criadas resistências dignas de registros, por outro encontrou uma sociedade de heranças patriarcais, escravocratas e de jagunços (BIAVASCHI, 2007).

É através dessa realidade que se compreende o sentido da chamada “Reforma Trabalhista”, aprovada pelo senado brasileiro e sancionada com notas festivas pelo presidente Temer no dia 13 de novembro de 2017. Essa reforma, fundamentada na ideia de que o “livre” encontro das vontades individuais, em um espaço sem obstáculo, poderá produzir a norma que irá reger de forma “equitativa” as relações entre patrões e empregados. Ao ser executada, desmonta a tela de proteção social pública arduamente conquistada no Brasil em processo difícil e de longa duração, acabando por ameaçar a própria razão de ser da justiça do trabalho, fortalecendo assim, ao livre trânsito de um capitalismo “sem freio”.

A reforma é fundamentada em argumentos e proposições que em períodos de crise econômica, surge como soluções, baseando-se na ideia de que os direitos do trabalho são responsáveis pelo desemprego. Seus adeptos sugerem que as conquistas históricas dos trabalhadores brasileiros como salário-mínimo, seguro desemprego, férias remuneradas, licença-maternidade, limitação da jornada, direito às horas extras, desestimulam os empregadores a contratar empregados. A falácia desses argumentos é fácil ser desmistificada. Diminuir ou flexibilizar direitos sociais do trabalho não é via apta para criar empregos e aumentar a competitividade e produtividade. Não existem evidências empíricas desse nexos de causalidade. Sabe-se que é através da dinamização da economia que novos postos surgem. Estudos da

OIT⁵ de 2015 comprovam que o emprego cresceu, mas nos países que ampliaram direitos, e não os que retiraram (ABRAMO, 2015).

Fazendo um paralelo com governos anteriores que adotaram medidas neoliberais, pode-se observar:

No período em que ideias neoliberais estavam no auge, alardeava-se que os empregos formais não cresciam porque a formalização era muito custosa para os empresários. Propagandeavam que uma reforma que subtraísse direitos trabalhistas seria a grande solução: com custos menores as empresas poderiam contratar trabalhadores formalizados. Essa crença neoliberal, tal como todas as demais, também estava equivocada. Quando há crescimento econômico, o emprego com carteira assinada cresce e muito. Não havia crescimento de empregos formais no período dos governos do PSDB porque a economia estava “parada”. O baixo crescimento econômico era a causa que explicava aquela medíocre geração de empregos formais (SICSU, 2013, p. 12).

A RUPTURA DO PAPEL DO ESTADO NO CICLO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DO BRASIL.

Assim, refletindo em torno das ideias neoliberais no governo Temer, e as conseqüentes violências de destruição do Estado e da redução dos direitos sociais, faz-se necessário lembrar, que, segundo Bourdieu (1989), o neoliberalismo se constitui *numa utopia, em vias de realização de uma exploração sem limites*. Os efeitos dessa utopia neoliberal sobre o mundo real são conhecidos: sofrimento, desigualdade, desaparecimento dos universos autônomos de produção cultural, destruição das instituições coletivas e darwinismo moral (BOURDIEU, 1998, p. 144-145).

5 Organização Internacional do Trabalho, fundada em 1919 como parte do Tratado de Versalhes, que pôs fim à Primeira Guerra Mundial. A Organização Mundial do Trabalho tem como objetivo promover justiça social. (Texto extraído da página www.elo.org).

Seus programas científicos são transformados em políticas de ação, que visam criar condições de realização e de funcionamento da teoria, mediante a ruptura global entre economia e realidades sociais. Essa máquina constituiu-se de um programa metódico e planejado de destruição da coletividade, principalmente através da violência estrutural da exclusão e do desemprego, estabelecendo-se, portanto, em uma “destruição da civilização”. Em síntese, trata-se de um sistema capitalista puramente especulativo, uma economia virtual, pós-moderna, que não democratiza as riquezas e nem cria novos empregos e onde os lucros são “privatizados”, mas os custos são socializados (CHOMSKY, 1997).

Todo esse quadro de violência, fascismo e exceção, se insurge, para além da cultura do medo e do ódio de classe, o levante por direitos à resistência ativa dos trabalhadores em resposta ao governo e sua pauta ultraneoliberal, principalmente contra a Reforma da Previdência.

Ao que tange a previdência, não se pode deixar de questionar: “Previdência Social: “Reformar ou Destruir⁶”, ou “Reformar para Excluir⁷”? Pergunta-se também se no Brasil o objetivo estratégico de um projeto civilizatório não deveria ser: enfrentar as profundas desigualdades sociais históricas; preservar a inclusão social vivenciada no Brasil nos últimos anos, ainda que de maneira provisória e insuficiente, cuja meta foi aprofundar a cidadania garantida pela Constituição de 1998; ainda nesse mesmo viés, combater as brutais desigualdades de renda e, por fim, superar o déficit na oferta de serviços sociais públicos, para universalizar na cidadania social?

De fato, o que está em jogo é a transformação do modelo de sociedade definitivo pelo pacto social de 1988. Nesse sentido, o objetivo é substituir o Estado social pelo Estado mínimo. Vale ressaltar que, além

6 FAGNANI, Eduardo. Previdência Social: Reformar ou Destruir? *In*: JIGINGS, Ivana, Cleto, Murilo (Orgs). **Por que Gritamos Golpe?** São Paulo: Boitempo, 2016.

7 FAGNANI, Eduardo. Reformar para Excluir? *Revista Le Monde Diplomatique*. Ano 10; nº 115 - Fevereiro de 2017, p. 4.

da Reforma da Previdência, todo o processo foi programado pelo “novo regime fiscal” que estabeleceu um teto para os gastos primários até 2036; além das vinculações dos recursos para a área social e a ampliação da Desvinculação das Receitas da União (DRU). Por fim, um projeto destrutivo que representou um retrocesso nos direitos trabalhistas e sindicais e, associado a isso, a Reforma Tributária (FAGNANI, 2016).

Com base nisso tudo, observa-se a retomada de uma diplomacia e de acordos comerciais condizentes com o papel subordinado que um país em acelerado processo de reprimarização econômica pode ter.

O enfraquecimento do MERCOSUL, a perda do protagonismo do Brasil junto à Brics e à destinação do país a um papel cada vez mais insignificante no cenário mundial, não gerou surpresas diante da nova orientação política externa brasileira.

Tais marcas ocorrem em um mundo de agudas disputas comerciais e de turbulências políticas e sociais agravadas pelas opções ultraliberais.

As reformas internas delineadas pelo governo Temer – com a ruptura das características sociais e desenvolvimentistas da Constituição de 1988 - apontam para uma inserção internacional cada vez mais submissa e passiva. Isto é, a continuidade do caminho experimentado ao longo dos anos 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Nesse admirável mundo velho, o papel reservado ao Brasil não é o de disputar rumos, mas o de ser empurrado cada vez mais para a periferia, como estamos vendo no cenário político atual.

Aqui, como em outras áreas, o destino parece ser o de devolver ao Brasil o figurino que lhe cabia nos governos que adotaram políticas neoliberais com todos os entraves que vinham atrelados a eles.

CONCLUSÃO

Com o intuito de elucidar um conjunto de fatores que culminaram com destituição do governo da Presidenta Dilma Rousseff e na ruptura do modelo de desenvolvimento que vinha conduzindo o país, este artigo procurou sintetizar caminhos que levaram o Brasil ao receituário neoliberal. Analisando desde as manifestações de junho de 2013, que deram início aos desdobramentos que levaram ao impeachment, assim como as medidas adotadas pelo presidente Michael Temer que ao assumir o poder deu início a uma ofensiva política com medidas neoliberais. Essas medidas romperam o ciclo de intervenção do Estado e privilegiou a lógica do mercado, envolvendo privatizações, abertura econômica e ajuste fiscal.

As ações adotadas provaram em governos anteriores a exemplo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) que as consequências são imediatas, como o aumento das taxas de desemprego e a precarização do trabalho. O peso que essas políticas tiveram para o desenvolvimento do país confirmou a importância da intervenção do Estado nas ações adotadas pelo mercado. Revelando que trabalhando em conjunto podem resultar em fatores positivos para o crescimento do Brasil.

Com a chegada de o presidente Temer ao assumir o poder com o auxílio do PMDB⁸ colocará em prática seu programa “Uma Ponte para o Futuro”, que tem em sua essência o resgate da agenda neoliberal, purificando-a dos arroubos sociais dos governos do PT e retomando o processo de privatização, relativamente impedido nas gestões de Lula e Dilma (PAULANI, 2016). Essas medidas romperam o Ciclo de intervenção do Estado e privilegiou a lógica do mercado, envolvendo abertura econômica e ajuste fiscal.

8 Partido do Movimento Democrático Brasileiro, partido do vice-presidente Michel Temer.

Aos poucos foi ficando claro aos mais ingênuos, que o Golpe e fim da era PT era na verdade uma bandeira dos grandes predadores internacionais e nacionais de sempre, que articularam todo esse acórdão para criar a oportunidade de recolocar na pauta seus programas de Estado mínimo e desregulamentação geral. Afinal é a economia que importa! (SKINNER, 2017, p. 226).

Diante do cenário que colocou o Brasil nesta posição, o ódio cego tomou conta da maior parte da classe média e de setores populares. O candidato e atualmente presidente do Brasil Jair Bolsonaro (2019), aproveitou a onda de ódio e violência irrefletidos. O antipetismo, criado pela mídia, tornou-se o bode expiatório da vez para centralizar frustrações e ressentimentos sociais sem nenhuma direção. A sociedade tornou-se incapaz de articular causa e efeito e perceber as causas reais do empobrecimento coletivo (SOUZA, 2018).

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Lais. **Uma década de promoção do trabalho decente no Brasil:** Uma estratégia de ação baseada no diálogo social/Organização Internacional do Trabalho – Genebra: OIT, 2015.
- AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil.** 3ª ed. - Rio de Janeiro: CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 2016.
- BELLUZO, Luiz Gonzaga. **O capital e suas metamorfoses.** São Paulo: UNESP, 2013.
- BIAVASEHI, Magda Barros. Reformas reestruturantes. Enciclopédia do golpe - Vol. I/Giovanni Alves *et al.* (Coord.) - Bauru: Canal 6, 2017.
- BOULOS, Guilherme; GUIMARÃES, Vitor. Resistir ao golpe, reinventar os caminhos da esquerda. **Por que gritamos golpe?: Para entender o impeachment e a crise política no Brasil/André Singer...** [et al.], São Paulo: Boitempo, 2016. p. 139-144.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertand Russel; Lisboa: DIFEL, 1989.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos Pereira. 1934. **A construção política do Brasil.** São Paulo: 34, 2015.

CARDOSO, Adalberto Moreira; 1961 – À beira do abismo. Uma sociologia política do bolsonarismo. Rio de Janeiro: AMAZON, 2020.

CHAUÍ, Marilena. Entrevista a sociedade brasileira: Violência e autoritarismo por todos os lados. *In*: Filho, Juvenal Savian e Madelli, Lais. **Cult Digital**, 209, 2017, Editorial.

CHAUÍ, Marilena. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. **Por que gritamos golpe?: Para entender o impeachment e a crise política no Brasil/André Singer...** [et al.]; 1ª ed. - São Paulo: Boitempo, 2016. p. 15-22.

CHOMSKY, Noam. **Segredos, mentiras e democracia**. Brasília: EDUNB, 1997.

FAGNANI, Eduardo. Previdência Social: Reformar ou destruir? *In*: JINGINGS, Ivana, Cleto, Murilo (orgs.). **Por que Gritamos Golpe?: Para entender o impeachment e a crise política no Brasil** São Paulo: Boitempo, 2016. p. 85-92.

PAULANI, Leda Maria. Uma ponte para o abismo. **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. (Org.) São Paulo: Boitempo, 2016. p. 69-75.

SICSU, João. **Dez anos que abalaram o Brasil. E o futuro?** São Paulo: Geração Editorial, 2013.

SILVA, José Medeiros; LIMA, Rafael Gonçalves. Para se entender a crise política do Brasil. **Diário do Povo**. Disponível no site: www.vermelho.org.br/2017 Acesso em: 01/10/2019.

SKINNER, Marta. Projeto Neoliberal. **Enciclopédia do Golpe**. Giovanni Alves et al. (Org.). vol. 1. Bauru: Canal 6, 2017.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho**: Sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

3

Marcelo Luiz da Costa

um pensamento *outsider*:
a crítica social anarquista no Brasil

O início do século XX no Brasil ficou marcado como um tempo do processo de transição do país em direção da modernidade. Esta entendida como mudanças econômicas, sociais e políticas inerentes à sua inserção no modelo capitalista de sociedade. A industrialização e urbanização, acompanhadas da excreção das classes operária e burguesa, contou com seus correlatos de acirramento das tensões e opressões próprias aos fatos da exploração humana e do governo do homem pelo homem. Dentre esses macroprocessos históricos, destaca-se a recente extinção da instituição da escravidão, a implantação formal do regime republicano e a inauguração dos pleitos eleitorais. Claro está que esses acontecimentos estiveram eivados das peculiaridades que deram forma ao que, dentre diversas denominações, recebeu o nome de 'caráter nacional' e 'brasilidade' nos estudos sobre a identidade nacional.⁹

De qualquer forma, o que interessa notar é que junto às mudanças de inserção do Brasil nas relações propriamente capitalistas e sua conformação peculiar para a modernidade apareceu, mais ou menos ao mesmo tempo, movimentações de crítica e resistência. Entre abolicionistas e republicanos, desde fins do século XIX, surgiram também os socialistas e os anarquistas.

Não é possível, no entanto, ignorar a variedade de expressões que poderiam estar imersas no pensamento social ou na crítica social a partir do início do século XX e durante as décadas seguintes. Foi naquele contexto que se formou o pensamento social anarquista brasileiro, com os grupos e movimentos anarquistas. Os locais privilegiados de tal expressão foram, como se sabe, os grandes centros urbanos do Rio de Janeiro e São Paulo.

Não é preciso aqui descrever a já conhecida trajetória dos movimentos operários, os episódios de suas lutas, além de outros verificados

9 Já são conhecidas as interpretações do pensamento social brasileiro que se dedicaram à problemática da identidade nacional. Dante Moreira Leite (1927-1976) foi pioneiro no mapeamento dessa ordem de interpretações, das quais se pode destacar as formulações de Sílvio Romero (1851-1914), Paulo Prado (1869-1943) e Gilberto Freyre (1900-1987). A esse respeito ver a sua obra *O caráter nacional brasileiro*.

em sintonia com seus vigores, como a Revolta da Chibata ou a Intentona Comunista de 1935. É óbvio que se faz referência a uma heterogeneidade de manifestações. O fato é que com os socialismos e, em particular, com o anarquismo, esboçou-se um pensamento social crítico cujo itinerário seguiu uma trilha distinta, por exemplo, do marxismo.

O percurso libertário foi feito ao recurso de suas práticas e da circulação das ideias libertárias por diversos meios, sobretudo pela imprensa social brasileira (FERREIRA, 1978, p. 47-48).

Embora ainda ignorada em muitos núcleos da academia, a presença anarquista, sua influência no movimento operário brasileiro do início do século XX, assim como suas relações com a chamada 'questão social', já foram objeto de estudos razoavelmente consagrados (RODRIGUES, 1969, 1992a, 1993; DULLES, 1977; HARDMAN, 1980; SILVA, 2005). Apesar disso, em geral, os anarquismos permanecem até certo ponto incompreendidos. Essa incompreensão se dá, entre outras coisas, pela propagação de algumas teses, hoje já aparentemente superadas, que vinculam a atuação libertária, de um lado, ao universo conceitual marxista, de outro, à falta de percepção do seu enraizamento na história nacional. Como procuraremos mostrar neste trabalho, essas incompreensões impregnaram o pensamento social liberal e marxista nas interpretações sobre o Brasil.

Como se sabe, o anarquismo surgiu no século XIX europeu, junto ao movimento operário. Lá também exerceu sensível influência na Primeira Internacional – Associação Internacional de Trabalhadores¹⁰ e na imprensa operária da época (GUILLAUME, 1905, 1907, 1909, 1910).

¹⁰ Como se sabe, A Associação Internacional de Trabalhadores – AIT foi um esforço de organização operária que buscou congregar trabalhadores de várias as nacionalidades. As denominações "primeira", "segunda" e "terceira", fazem referência aos seus congressos, em datas distintas, 1864-1876, 1889-1914 e 1919-1943. A 'Quarta Internacional', de 1938 a 1963, assistiu a divisões acirradas entre as lideranças, além de ter tido em sua trajetória a influência do conflito mundial de 1939-1945. Mas, em seus congressos e reuniões, a trajetória do movimento anarquista, no entanto, se distingue no curso geral das relações entre os movimentos operários e os socialistas no contexto internacional, a partir do Congresso de Saint-Imier, de 1872, em que houve o deslocamento para o domínio marxista com a expulsão dos anarquistas – cisão anarquismo-comunismo.

Pierre Joseph Proudhon (1809-1865) foi um dos intelectuais de influência na formulação dos socialismos e do anarquismo refletiu junto aos jornais operários franceses, aos sindicatos e movimentos sociais, como a Comuna de Paris¹¹, sobre as formas de organização e vida operárias.

Naquele momento os trabalhadores europeus, mormente os franceses, se organizavam em sindicatos e associações, compondo federações no nível local e regional, para depois associarem-se em grandes confederações. As greves e ações operárias tinham como suporte este tipo de associação. Esse modo de organização – descentralizado e federativo – foi um princípio de autogestão operária que compôs uma das bases dos pressupostos filosófico-políticos dos anarquismos.

Uma organização horizontalizada, com a maior preservação possível das liberdades individuais, dando origem a grupos e sindicatos, foi uma prática completamente libertária e uma heterotopia. Ela apontava para uma nova sociabilidade construída a partir de relações sociais entre iguais baseadas na reciprocidade. Essa reflexão fundamentou o princípio libertário da mutualidade (PROUDHON, 2007, p. 424-426).

Referindo-se ao regime de propriedade como sendo a apropriação dos meios de produção por uns em relação à desapropriação de outros e sua exploração, estabelece Proudhon as relações de mutualidade e reciprocidade que, colocadas em prática nas associações e sindicatos, nos movimentos sociais e nos grupos, nas localidades e regiões, implicava na organização federativa e autogerida, isto é, em relações sociais sem governo, sem Estado ou anárquicas. Desde logo, opôs a organização mutual e descentralizada ao contrato social liberal e a uma soberania coletiva da comunidade implícita

11 Já é razoavelmente conhecida a insurreição de parisienses e como desdobramento, também de franceses do interior, no ano de 1871, deflagrada pela crise que se instalou no reinado de Luis Bonaparte e que se mostrou com colorações anárquicas. Derrotado na Guerra Franco-Prussiana (1870-71) e tendo sido prisioneiro, parisienses proclamaram a Comuna de Paris, defendendo a cidade do cerco alemão. A república recém instaurada, no entanto, tinha a liderança de Adolphe Thiers, que passou a atacar a comuna, considerada por ele como território rebelado e deveria se subordinar ao seu governo.

no socialismo de Estado ou no comunismo de Estado. Desse modo, suas reflexões cunharam os pressupostos daquilo que foi chamado por um dos que lhe foram tributários, como um modo de organização 'de baixo para cima e da periferia para o centro': Bakunin dizia ser necessário que a sociedade humana deveria se organizar de modo descentralizado, localmente, formando federações até chegar na confraternização entre os povos (BAKUNIN, 2009, p. 28-31).

Assim, as práticas anarquistas, fundadas no mutualismo e na cooperação, com vistas a uma organização livre, justa e igualitária, estariam alicerçadas no livre contrato:

[...] nós temos constatado: que à ideia societária tendeu-se a substituir, pouco a pouco, nas associações operárias, um princípio novo, a reciprocidade, que temos visto, a uma só vez, uma força econômica e uma lei. Que à ideia de governo se opôs, na tradição política, ela mesma, a ideia de contrato, apenas o laço moral que pode aceitar seres livres e iguais (PROUDHON, 1851, p. 193).

Estes mesmos princípios consistiram na forma de organização operária manifestada em nível mundial pela Associação Internacional de Trabalhadores (1864-1876) (GUILLAUME, 1905, p. 34-35). Até 1869 a AIT congregou centenas de delegações de organizações operárias em pelo menos 9 países da Europa e Estados Unidos, representando milhares de trabalhadores em todo mundo (SILVA, 2017).

A atenção aos princípios de mutualidade e reciprocidade se desdobrava na forma de organização operária, adotando comissões nos sindicatos e pequenas agremiações articuladas sob pactos federativos em que suas autonomias eram preservadas. Além disso, impunha obstáculos à criação do que mais tarde iria engendrar em muitos desses países uma burocracia sindical, quando perseguições e uma série de fatos históricos, entre eles a guerra, repressões a greves e insurreições, bem como o surgimento de governos ditatoriais, trariam em seu bojo estruturas de organização sindical hierarquizadas.

Os preceitos anarquistas foram adotados como forma de organização social e política entre os trabalhadores e não pertenceram, simplesmente, a uma formulação teórica que nunca tivera lugar.

Esses postulados, de maneira alguma se diluem na famigerada confusão e mal entendido acerca dos anarquismos: é que, frequentemente, toma-se a genealogia do termo por uma referência meramente etimológica sem maiores cuidados, argumentando-se que 'anarquia' significa, justamente, a ausência de governo, em sentido caótico. Essa ideia de anarquia como desorganização e caos ainda é encontrada e serve de base para se refutar o anarquismo. Mas essa é aparentemente uma perspectiva que vigora muito mais no senso comum.

Há ainda outros mitos, se assim é possível chama-los, acerca dos anarquismos, alguns dos quais procuraremos esclarecer neste trabalho: um deles é a noção dos anarquismos como utopia completamente distante da vida concreta dos humanos, porém, conforme se está mostrando aqui, os anarquismos se constituíram enquanto prática de resistência ante as capturas do liberalismo e do socialismo autoritário, sendo, neste sentido, muito mais uma heterotopia do que uma vã utopia.

A pecha de defensores do caos foi sempre combatida por militantes e intelectuais libertários. O *L'Anarchie Journal de l'Ordre*, periódico francês de 1850, de Anselme Bellegarrigue, considerado como o primeiro manifesto da anarquia, em seu nº 1 esclarecia:

Quem diz anarquia, diz negação do governo / quem diz negação do governo, diz afirmação do povo / quem diz afirmação do povo, diz liberdade individual / quem diz liberdade individual, diz soberania de cada um / quem diz soberania de cada um, diz igualdade / quem diz igualdade, diz solidariedade ou fraternidade / quem diz fraternidade, diz ordem social / Por isso, quem diz anarquia, diz ordem social / ao contrário: quem diz governo, diz negação do povo / quem diz negação do povo, diz afirmação da autoridade política / quem diz afirmação da autoridade política, diz dependência individual / quem diz dependência individual, diz supremacia da casta / quem

diz supremacia da casta, diz desigualdade / quem diz desigualdade, diz antagonismo / quem diz antagonismo, diz guerra civil (L'Anarchie, 1850, p. 2 – tradução do autor).

Aquilo, portanto, a que se referiam os libertários, a 'anarquia', consiste no próprio cerne dos anarquismos, isto é, a proposição da autogestão. Assim, o que poderia ser caracterizado como 'desgoverno' é na verdade 'autogoverno', daí porque a negação de toda e qualquer instância de dominação. Os anarquismos recusam a dominação do homem pelo homem, o governo do homem pelo homem, sejam quais forem seus tipos de incidência. A exploração, por isso, também é rechaçada. Ademais, a estrutura do Estado como aparato de poder e violência, assim como as estruturas institucionais liberais ou sindicais baseadas na delegação de poderes incorrem na renúncia à autodeterminação, ou seja, na negação da autogestão.

Parece evidente, de início, que a Primeira República no Brasil, com todo seu conjunto de peculiaridades, bem como a exploração do trabalho pelo capital, oferecia, sem dúvida, total atualidade aos anarquismos. Em primeiro lugar, é preciso assinalar que entre 1880 e 1920, aproximadamente, enquanto cerca de 281 jornais brasileiros foram editados na imprensa social, apenas 60 eram estrangeiros (FERREIRA, 1978, p. 91-102). Em segundo lugar, a maioria dos anarquistas que tiveram papel preponderante nas movimentações, sem nenhuma chance de dúvida, foram brasileiros quando não radicados no Brasil desde a infância.

De todos os lados, o que fica evidente é que a presença dos anarquismos foi uma realidade pujante entre fins do século XIX na Europa e início do século XX, a partir de quando é possível atestar seu florescimento no Brasil. E a imprensa libertária alcançou os anos 1950, sob outro contexto histórico (RODRIGUES, 1997).

No Brasil, a organização do movimento operário pôde ser manifestada nos congressos operários brasileiros entre 1906 e 1920¹². Outro episódio muito significativo foi a greve geral de 1917. O associativismo descentralista transformado em prática do movimento foi responsável pelo que ficou conhecido como 'sindicalismo revolucionário' ou 'sindicato de resistência', ou ainda 'sociedade de resistência'. Podemos identificar tal influência nos 3 congressos, de 1906, 1913 e 1920. Nas atas do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, que fundou a Confederação Operária Brasileira, a partir do tema 3, sobre a organização do movimento, o congresso resolveu:

[...] como único método de organização compatível e irreprimível espírito de liberdade e com as imperiosas necessidades de ação e educação operária, o método – federação – a mais larga autonomia do indivíduo no sindicato, do sindicato na federação e da federação na confederação e como unicamente admissíveis simples delegações de função sem autoridade. (HALL, 1979, p. 49-50).

O segundo congresso reafirmou as resoluções do primeiro. E entre o segundo e o terceiro, ainda permaneceu a influência anarquista. A preocupação central residia no princípio de autogestão, de reciprocidade entre iguais, como pedra fundamental do anarcossindicalismo.

A crítica social anarquista, no entanto, se desenvolveu ao recurso da publicação de revistas e livros (GONÇALVES & SILVA, 2001). Mas foi, sobretudo, por meio dos jornais libertários que foi feita a propaganda dos ideais e ficaram estabelecidos os debates em torno das questões vividas no contexto interno, sem que deixasse de ocorrer uma preocupação perene com os problemas internacionais.

Nos anos 1910 e 1920, entre os grandes focos de atenção, neste sentido, estavam na guerra e na chamada revolução russa de 1917.

12 Mesmo sendo uma organização operária em nível nacional, os congressos expressaram a predominância dos Estados do sudeste, sobretudo Rio de Janeiro e São Paulo, naquele momento epicentros dos processos de industrialização e urbanização no país.

A comunicação por cartas, o intercâmbio de textos e publicações, além de encontros, visitas e viagens, congregavam os libertários. As perseguições internas, sobretudo aos estrangeiros, com a Lei Adolfo Gordo, favoreceu o degredo de libertários principalmente em fins da década de 1910, motivado também por uma nova onda repressiva após a grande greve de 1917.

É preciso salientar que os meios de atuação libertária não ficaram restritos à imprensa social, aos jornais e a outras publicações como livros e revistas. Também o teatro, as conferências e as escolas, além do sindicato, foram estratégias dos anarquistas de construção de novas sociabilidades (RODRIGUES, 1992b).

O PENSAMENTO LIBERTÁRIO E AS QUESTÕES INTERNAS

É possível identificar o desenvolvimento do pensamento anarquista brasileiro de modo mais difuso na imprensa libertária e, de maneira mais restrita em alguns militantes. Edgar Leuenroth (1881-1968), por exemplo, foi um dos grandes articuladores do pensamento libertário brasileiro. Nascido no interior paulista, foi editor de vários jornais libertários e articulista em muitos outros. Outro militante que merece destaque é José Oiticica (1882-1957), mineiro de nascimento e professor do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro. Além desses, outras figuras, igualmente, também contribuíram para as formulações libertárias que interpretaram a realidade brasileira, tais como Lima Barreto (1881-1922), Maria Lacerda de Moura (1887-1945), Jaime Cubero (1926-1998) e Edgar Rodrigues (1921-2009).

A expressão dos anarquismos no Brasil e de sua crítica se revela por uma multiplicidade de práticas. Como já dito anteriormente, a educação foi uma das estratégias dos libertários. Neste sentido, existe um pensamento pedagógico libertário presente, igualmente, por meio de

textos e registros, de forma mais ou menos esparsa, que acompanhou os educadores e militantes.

A educação foi um dos grandes focos de atenção do movimento anarquista. Entre os trabalhos sobre a educação libertária no Brasil, parte considerável corresponde a estudos históricos sobre os empreendimentos e iniciativas anarquistas no âmbito da educação (CALSAVARA, 2004; FORTUNATO, 1992; LUIZETTO, 1984; PERES; 2010); outros de cunho eminentemente biográfico (CAMPOS, 2007; FIGUEIRA, 2008; KAMEL, 1997; NASCIMENTO, 2000; SANTOS, 2009); e ainda outros que abordam a educação libertária em contexto histórico (JOMINI, 1989; MORAES, 1999).

Por questões de delimitação deste artigo, não serão abordados aqui as elaborações contidas em textos de militantes como Fábio Luz, que esteve à frente da Universidade Popular, criada em 1904. Nascido na Bahia, foi médico e pertencente ao movimento anarquista, tendo sido autor de romances como *O ideólogo* (1903) e *Os emancipados* (1906). E também Maria Lacerda de Moura, professora nascida em Minas Gerais, foi autora de artigos e livros, dos quais se pode destacar *A fraternidade e a escola* (1922) e *Lições de Pedagogia* (1925). A menção desses libertários, no entanto, se faz necessária, ainda que sua militância tenha se dedicado mais especificamente ao campo educacional, para mostrar a existência de libertários brasileiros, aqui nascidos ou radicados, o que tende a descartar a hipótese de que os anarquismos não tiveram pertinência junto as realidades nacionais.

Os temas que fizeram parte do debate e da crítica social anarquista foram inúmeros, no entanto vale destacar algumas questões. Relativamente à República Velha os libertários sentiram na pele o contexto de uma república mal instaurada, uma cidadania incompleta e maculada pela escravidão e pelo passado colonial. O estatuto do trabalhador e as inúmeras vicissitudes da república eram motivo de grande incômodo e mal estar para os libertários.

Por um lado, o regime das oligarquias e a inexistência do sufrágio universal poderiam caracterizar o contexto bastante opressor das massas, por outro lado, o tratamento à questão social – ‘caso de polícia’ nas palavras de Washington Luís – era, talvez, um dos pontos mais nevrálgicos. Além disso, o anarquismo teve enorme preocupação com a educação como meio de transformação moral do indivíduo, para o bem ou para o mal.

É assim que, desde o início do século XX, os anarquistas levantaram as bandeiras de uma educação laica, da luta contra a opressão do Estado, que criminalizava os trabalhadores e suas manifestações, como as greves, bem como as questões sempre presentes da exploração do trabalho, dos baixos salários, da pobreza e da miséria. Sobre essa espécie de estágio sub-civilizado, afirmava-se estar numa ‘República do Chafalho’¹³:

Não vivemos mais na República do Brasil, vivemos na República do Chanfalho. Em vez da soberania popular o que aqui impera e governa é o matonismo de Estado, executado por profissionais do crime, que tal é o princípio de autoridade. Os funcionários públicos consideram que os trabalhadores estão fora do direito de gentes, e não lhes permitem nenhuma liberdade de ação, nem como indivíduos nem como classe. A sua situação está limitada a trabalhar quando lhes mandem e a morrer de fome, a sofrer insultos, infâmias e humilhações, e a contentar-se com a sua sorte. No instante em que sentido-se dignos e conscientes de seus direitos, tentam alargar os seus horizontes e afirmar a sua personalidade, a autoridade patronal ou pública dá ordens aos matões uniformizados e... chafalho que te parta! (Germinal, nº 12, 1913, p. 1).

E, após protestos ante a repressão a movimentos de operários na cidade de Santos, duramente agredidos e tolhidos em suas expressões, revelam os libertários não se tratar de um evento isolado:

[...] estes fatos repetem-se a toda hora com ‘variações’ em todos os Estados do Brasil, e só mesmo o ‘determinismo biológico’, o rudimento e degeneração da civilização burguesa os ‘autoriza’.

13 Por ‘chanfalho’ faz-se referência a uma espada ou sabre velho, carcomido ou enferrujado.

[...] os países novos, ainda na infância, são como os homens também na meninez. Mas isso não basta para justificar as travessuras dessa molecada aristocrática. [...] E não se fale mais nas liberdades existentes nem nos direitos constitucionais, porque, como está demonstrado até a saciedade, não vivemos na República do Brasil, vivemos na República do Chanfalho (Idem, p. 1).

Desse modo, o contexto da República Velha, de uma cidadania bastante limitada, não passava incólume aos olhos dos libertários. Também a situação de crise no âmbito da economia, a pobreza, massas urbanas desempregadas e a carestia completavam um quadro deprimente para o povo. Não se pode esquecer que as primeiras décadas do século XX, ao passo que assistiram aos processos de urbanização e industrialização, experimentaram, como se sabe, os projetos higienistas das elites de reurbanização dos grandes centros do Rio de Janeiro e São Paulo, ocorrendo a formação das periferias e das favelas, que manifestavam o pauperismo e a indignação entre o povo:

Que importa ao povo, que seja presidente Rui Barbosa ou o Pinheiro Machado? Vai algum deles abolir a propriedade individual, decretar a dissolução do Estado com todas as suas instituições – únicos motivos que poderiam interessar o povo? Nada disso: seja quem for o que governe ele tratará de defender a propriedade, o Estado, a exploração e todas as misérias, vícios e corrupções que sirvam para embrutecer as massas e torna-las mais governáveis (Germinal, nº 16, 1913, p. 1).

Essa crítica ao caráter opressivo da Primeira República também foi apontada por Lima Barreto. Ainda que sejam necessários maiores estudos para desvelar a face libertária do literato, é possível identificar alguns textos em sua imensa obra que já denotam uma influência libertária. Todavia, o pensamento libertário aparece mais completamente formulado pelas mãos de militantes mais diretos, como Otílica e Leuenroth.

A concordância de Lima Barreto com a crítica social anarquista o fez atestar a atualidade dos princípios libertários frente à realidade brasileira. Analisando a sua obra, Bezerra informa que no jornal *A voz do*

trabalhador, em 1º de maio de 1913, num artigo em que se assume anarquista, cujo título era 'Palavras de um *snoob* anarquista', ele escreveu:

As condições, portanto, da civilização do Brasil, quer as econômicas, quer as morais, quer as de território, justificam que haja quem desinteressadamente, brasileiro ou não, seja anarquista. [...] Os anarquistas falam da humanidade para a humanidade, do gênero humano para o gênero humano, e não em nome de pequenas competências de personalidades políticas; (BARRETO apud BEZERRA, 2010, p. 50).

A percepção de Lima Barreto nos permite dizer, de um lado, da sua sensibilidade para uma nação que tinha abolido o status jurídico da escravidão há pouco tempo, mas que havia posto na exclusão uma massa populacional negra e mestiça, herança que permaneceria de modo persistente, constituindo um dos grandes desafios ao país, e, de outro lado, da consciência de um país e civilização ingratos, os quais haviam construído no percurso histórico um nítido *apartheid* social que punha em lados opostos cidadãos e não cidadãos: na república, o chicote talvez tivesse dado lugar não à pena da lei nem ao martelo dos tribunais, mas acrescido do chanfalho dos presidentes militares e, principalmente, das polícias e forças armadas de repressão.

Embora não seja possível caracterizar nas elaborações de Lima Barreto um pensamento anarquista deflagrado e detalhadamente objetivo, senão apenas metaforicamente, parece inegável o cunho de crítica social contido em sua obra, o que permite entrever a validade dos princípios libertários para a sociedade brasileira (BEZERRA, 2010, p. 104).

Coisa diferente, no entanto, se passa em outros textos, sem, como dito, qualquer ambição de extrair uma teorização que possa ser categorizada como pensamento anarquista. Num outro texto de 1922, comentando contendas e discussões entre políticos, asseverava:

Sou completamente avesso a negócios de política, porque não acredito nela e muito menos nos políticos. Ultimamente, entre nós houve uma barulheira política que quase sacudiu o país.

Pus-me de parte e tive razão. Não havia nessa agitação nada de ideal, de superior. [...] Penso assim porque estou convencido de que seja Paulo, Sancho ou Matinho que governe, esta vida será sempre uma miséria. [...] Tenho para mim que se deve experimentar uma 'tábua rasa' no regimen (sic) social e político que nos governa; mas mudar só de nomes de governantes nada adianta para a felicidade de todos nós. [...] Os pobres-diabos que se apaixonam por essas especulações de políticos é que levam o 'chanfalho' da polícia e sofrem perseguições. São causas que nós, humildes, não devemos esposar, porque elas não representam nenhum ideal elevado, nem nada de sincero e de sério (BARRETO, 2011, p. 68).

E, como se sabe, as reivindicações populares e o movimento operário impuseram uma tal situação que, mais tarde, foi sintetizada pelo político mineiro Antônio Carlos: 'Façamos a revolução antes que o povo a faça'.¹⁴

Portanto, parece não restar dúvidas de que o contexto interno oferecia às perspectivas libertárias, sobretudo aos anarquistas, um manancial amplo para sua crítica social. O exemplo da corrida armamentista que precedeu o primeiro grande conflito mundial impressionava os libertários. Adversários da militarização das sociedades e defensores do livre contrato, impossível sem a abolição da força de qualquer tipo e, muito menos, a força como braço armado do poder estatal, viam grande desperdício de recursos e total desvirtuamento da sociedade nos nacionalismos vigentes. Aos anarquismos, visando a construção de laços de reciprocidade, relações sociais horizontalizadas, com a abolição de todas instâncias de opressão, jamais seria possível admitir qualquer barreira à fraternidade universal entre os homens. Por isso, via de regra, os libertários eram internacionalistas e anti-militaristas.

As crises vivenciadas internamente eram interpretadas com a crítica do capitalismo. Ainda no contexto da Primeira Guerra, verificava-se:

¹⁴ Antonio Carlos Ribeiro de Andrada (1870-1946) foi governador de Minas Gerais e cotado para candidato à presidência do Brasil nas eleições de 1929. Em um de seus discursos, ele proferiu a frase: 'Façamos a revolução antes que o povo a faça'.

Procuraremos bem as causas e as encontraremos no sistema econômico debaixo do sistema do qual vivemos. [...] E quando o povo que trabalha, que produz, sentir a fome bater-lhe à porta, o que deverá fazer? Ir procurar alimento onde o houver, apossar-se dele, pois que tem direito a isso; abandonar e queimar as pocilgas em que mora para ir habitar nas confortáveis casas que construiu. E como, a isso se há de opor tenazmente o Estado com todas as suas forças, só há um caminho: destruí-lo juntamente com todos os seus acessórios, tais como magistratura, política, cadeias, exércitos, parlamentos, funcionalismo, e estabelecer em seu lugar uma sociedade composta de associações livres de produtores e consumidores que possuirão a terra, os produtos dela, e os instrumentos de trabalho em comum: estabelecendo o comunismo. Organizando essas associações, sem a necessidade de qualquer órgão autoritário que se imponha aos outros, pelo livre acordo; estabelecendo a anarquia (Germinal, nº 20, 1913, p. 1).

Às vésperas de 1914, os libertários demonstram total conhecimento da trajetória histórica brasileira, do ambiente das crises e depressões econômicas, do protagonismo do café e mesmo das experiências internas, tais como a política do encilhamento. E outro ponto marcante das atenções libertárias estava na organização sindical e nas ações do governo de Getúlio Vargas. Respondendo a um artigo de *O Diário de Notícias*, que visava dar os créditos da legislação trabalhista ao ministro do trabalho, Lindolfo Collor, José Oiticica esclarecia que:

Como salientar o préstimo dessas leis trabalhistas, quando esse redator condena o totalitarismo despótico de Getúlio? Não sabe esse cavalheiro que quatro são os característicos mais formais do totalitarismo: partido único, indústria dirigida, imprensa censurada e sindicalismo oficial? E não sabe que o sindicalismo oficial impõe medidas tolhedoras de qualquer liberdade? Tudo ali é pautado, fiscalizado, censurado, bitolado pela onipotente do Ministério e da Polícia. [...] Nenhuma assembleia pode ser, como sempre fora, livremente convocada. A ela assistem sempre o representante do ministério e o representante da polícia [...] As eleições não são livres. Os candidatos devem obter aprovação do ministério e este pode vetar uma eleição caso haja, por engano, sido eleito algum indesejável. Em suma, todos estão fartos de saber quão despóticas são essas leis fascistas de

Getúlio. Getúlio matou os sindicatos livres com a colaboração torpe dos comunistas (Ação Direta, nº 14, 1950, p. 1).

Os anarquistas, como se vê, não consideravam na legislação que formou a Consolidação das Leis do Trabalho um marco referencial, em termos da evolução histórica da cidadania no Brasil. Essa teria sido, segundo a perspectiva libertária, uma trajetória amarga do proletariado brasileiro. E considerando outro aspecto, que encara a era Vargas como um ponto no caminho da superação da era do 'voto de cabresto', típico do regime oligárquico que havia entrado em crise, também aí não haveria muito o quê comemorar, já que à prática eleitoral atribuíam os anarquistas uma das maiores estratégias de governo do povo:

Para que espécie de democracia está sendo conclamado o povo brasileiro? Será para a democracia de concepção eleitoral, de pessoas que dela se utilizem por espírito de vaidade pessoal ou para a conquista de postos de mando? Daqueles que invocando a defesa de interesses do povo se locupletam com os dinheiros públicos, exercem advocacia administrativa, e se envolvem em mil negociatas, almejando apenas o seu bem estar? Para a democracia que cria e assimila o burocratismo corruptor ou que serve de elemento de domínio de partidos sem outra finalidade que não seja o exercício da predominância na administração pública? [...] A democracia que estabelece a igualdade sem conteúdo econômico é uma democracia claudicante e o direito por ela proclamado apenas em caráter político, rigorosamente analisado, é apenas um direito teórico. [...] a verdadeira democracia será a que respeite a sua significação histórica, a democracia integral, isto é, libertária, que reflete a aspiração instintiva ao direito a uma existência livre de toda opressão política ou econômica, a democracia mercê da qual o povo, em geral, terá o seu quinhão de bem estar, de paz e alegria, hoje privilégio de apenas uma minoria. Democracia efetiva será a que signifique igualdade social e, pois, abolição de todos os privilégios político-econômicos, de todas as desigualdades sociais entre os brasileiros (A Plebe, nº 1, 1947, p. 4-5).

Os anarquistas, assim, relativizam, igualmente, a redemocratização de 1945-46 por meio de sua crítica filosófico-política ao regime. A renúncia à própria personalidade, por parte do povo, consistia na manutenção

contínua de uma relação de tutela. Este aspecto ajuda a compreender, também, o alicerce sobre o qual se podem edificar os chamados populismos e caudilhismos brasileiro, em particular, e latino-americano, em geral.

A leitura que faziam a respeito da organização do povo e dos movimentos populares, principalmente, do movimento operário, era de que as lutas havia seguindo um itinerário de controle e arrefecimento em seu espírito de revolta:

[...]a classe trabalhadora do Brasil inteiramente sujeita à ação governamental, através do Ministério do Trabalho, e à ação corruptora da burocracia sindical [...] cessando, porém o domínio do Estado Novo [...] trabalha-se no sentido de libertar a organização proletária [...] para retomar a sua atividade anterior de luta consciente em prol da defesa de seus interesses imediatos e de preparo para a completa emancipação (LEUENROTH, 2007, p. 102-103).

Dessa forma, tanto o sindicalismo de Estado quanto a integração popular no regime da democracia liberal-representativa, proporcionaram um caminho para os anseios das classes operárias que resultaram numa movimentação subjugada pelo regramento do governo. Ao mesmo tempo, os processos de desenvolvimento econômico e social levaram à configuração da sociedade brasileira enquanto sociedade de massas. Obviamente, tal processo não foi exclusivo do Brasil, ainda que ressalvadas as suas especificidades.

E assim, desde logo, percebe-se que se tornam promissoras pesquisas que possam desvelar, cedo ou tarde e cada vez mais, de modo mais profundo e detalhado, o pensamento social anarquista vigente no Brasil, pela mão de militantes, intelectuais e artistas, como forma de discutir sua pertinência e história.

A partir dessa constatação e, acima de tudo, observando o aspecto plural e, até certo ponto, difuso, ainda que marginal, das elaborações do pensamento social anarquista brasileiro, fica evidente que

qualquer tentativa do seu esboço deverá ser iniciado ao recurso de uma gradação; ou seja, por meio da imprensa social, dos registros dos discursos, das ideias e dos debates, é que se pode, progressivamente, construir o tecido do pensamento social anarquista brasileiro; é somente assim que ele se revela, é somente assim que ele vai se tornando visível. Neste trabalho deseja-se tão somente fazer apontamentos em torno da crítica social anarquista como elemento de estrutura das interpretações libertárias sobre a realidade brasileira. Note-se que, de início, já fica patente, até certo ponto da sua constituição, o fato de que o pensamento anarquista brasileiro se manteve fora das academias, suas elaborações não se converteram em *best-sellers* e os princípios ácratas não foram ensinados, senão nas escolas dos anarquistas.

De qualquer modo, o fato é que as críticas anarquistas foram contundentes e profundamente enraizadas na sociedade brasileira. Formou-se aí um pensamento anarquista brasileiro, que se dedicou a questões internas, mesmo sem ignorar os contextos internacionais de cada momento histórico, sob a perspectiva filosófico-política libertária.

A CRÍTICA ANARQUISTA E AS INTERPRETAÇÕES SOBRE O BRASIL

As abordagens sobre os períodos da história do Brasil destacam, quase sempre, entre outras coisas, a concepção da sociedade brasileira como herdeira das marcas da escravidão. Desse modo, no momento da formação do Estado nacional, a grande massa de excluídos e desclassificados seria mantida fora dos direitos de cidadania.

Ainda nos anos 1930, Sergio Buarque de Holanda afirmou que no Brasil o Estado fora estranho à sociedade, preservando o que julgava ser um traço a ser superado na organização social baseada nos

laços pessoais, familiares e patriarcais formados desde o período colonial. A passagem de uma sociabilidade patriarcal para a sociabilidade requerida pelas relações inerentes a um Estado liberal constituía um nível a ser transposto (HOLANDA, 1995, p. 141).

É assim que o Estado aparece como uma forma estranha à sociedade brasileira, marcada por valores baseados na ordem familiar. E para que se instalasse uma ordem fundada na isonomia liberal, assinalando o nascimento de cidadãos modernos, era necessária tal superação.

Outro conceito que também dialoga com essas abordagens é o de 'populismo'. A respeito de um dos referenciais teóricos para o populismo, Ferreira afirma que,

Para Gino Germani, o mais conhecido desses teóricos, a inserção da América Latina no mundo moderno não seguiu os padrões clássicos da democracia liberal europeia. A passagem de uma sociedade tradicional para uma moderna ocorreu em um rápido processo de urbanização e industrialização, mobilizando, desta maneira, as 'massas populares'. Impacientes, elas exigiram participação política e social, atropelando com suas pressões, os canais institucionais clássicos. A resolução dos problemas ocorreu com golpes militares ou com 'revoluções nacionais-populares', sendo que as últimas, sobretudo seus resultados, foram nomeadas de populismo (FERREIRA, 2001, p. 64).

O populismo, por isso, seria uma 'política de massas', tratando-se de um fenômeno vinculado à modernização da sociedade, sobretudo no tocante ao processo de proletarização de trabalhadores que não adquiriram consciência de classe. Haveria, no entanto, como elemento essencial nesse sistema de relações sociais, a figura do líder carismático e seus seguidores.

Com extenso leque de aporte teórico-metodológico na Sociologia, Psicologia Social e Antropologia, Germani (1973) parte da noção de estrutura social, fundamentando suas elaborações a partir do estruturalismo – Lévi Strauss – mas não ficando nele, assimilando os

estudos revisionistas de Georges Gurvitch, e as formulações de Talcott Parsons, entre outras referências.

Fazendo parte do diálogo amplo das teorias da modernização, entende que os autoritarismos da primeira metade do século XX se explicavam pela transição das sociedades ocidentais de uma base tradicional para as modernas sociedades urbano-industriais. Neste sentido, o ponto de chegada dessa transição era a sociedade democrática, fundada numa cultura racional, cujas relações sociais estariam assinaladas – além da própria classe social burguesa – pelos princípios burgueses da secularização das instituições, da liberdade individual e da cidadania, em oposição aos padrões tradicionais de sacralização e lealdade (GERMANI, 1973, p. 102-103).

Portanto, sob a perspectiva dessas interpretações, grosso modo, a sociedade brasileira em transição deveria alcançar o estágio de uma sociedade de massas sob o aparato institucional liberal da democracia representativa, na hipótese ideal. Os percalços seriam explicados pelos traços peculiares internos, tais como os apontados desde Holanda, passando pelos populismos. Mas, sob a ótica libertária, como se procurou demonstrar linhas atrás, a política, por si mesma, quer seja sob o regime democrático quer seja sob outro qualquer, se revela sempre funesta e, mesmo não havendo o líder que encarne o personalismo do poder, a própria política institucional, sob um parlamento ou assembleia, não consegue nunca representar os interesses populares, degenerando sempre em aspectos de usurpação e tirania¹⁵. Não é por outra razão que os libertários rejeitam a política:

Não gosto, nem trato de política. Não há assunto que mais me repugne do que aquilo que se chama habitualmente política.

15 Ao referirmo-nos aos fenômenos de usurpação e tirania queremos dizer a respeito dos momentos ou situações em que os representantes ou delegados do poder agem de modo a ignorar as leis, constituições, ou ainda modificam as leis sem o referendo do povo, alterando as regras dos poderes que lhes são delegados, fragilizando e menosprezando a provisoriedade e revogabilidade de seus poderes.

Eu a encaro, como todo o povo a vê, isto é, um ajuntamento de piratas mais ou menos diplomados que exploram a desgraça e a miséria dos humildes. [...] A República do Brasil é o regime da corrupção. Todas as opiniões devem, por esta ou aquela paga, ser estabelecidas pelos poderosos do dia. Ninguém admite que se divirja deles e, para que não haja divergências, há a 'verba secreta', os reservados deste ou daquele ministério e os empreguinhos que os medíocres não sabem conquistar por si e com independência (BARRETO, 2011, p. 91-92).

E, também, a formação da cidadania e do cidadão resultaria, portanto, na sociedade brasileira moderna visualizada pelas abordagens do populismo e a partir de interpretações que propugnaram os arcaísmos culturais internos, num almejado ambiente de isonomia, do qual, por certo, se infere uma condição mais justa na sociedade. Ora, para os libertários, o 'poder do povo' não se realizaria nunca por outras mãos que não as suas; ou seja, a 'modernização' não traria a poder do povo, mas somente a emancipação do povo por si mesmo; dito de outro modo, com ou sem caudilhos, com ou sem 'pai dos pobres', não há nunca justiça, nem mesmo na democracia, enquanto houver capitalismo – que os libertários chamavam também de regime de propriedade – e Estado.

Outra linha de interpretações de grande prevalência nas produções da historiografia e das ciências sociais sobre o Brasil é aquela inaugurado por Caio Prado Junior, de viés marxista. Com ele inaugurou-se uma influência nos discursos historiográfico, econômico e sociológico das pesquisas sobre a formação brasileira, que veio se afirmar em obras de outros autores, além de instalar um debate sobre o desenvolvimento da economia e sociedade capitalistas no Brasil. Assim, os processos históricos do colonialismo, da independência e da instituição do regime republicano seriam entendidos como uma evolução – ainda que peculiar – do capitalismo, com seus correlatos de desenvolvimento da industrialização, da urbanização e da burguesia.

Em *Formação do Brasil Contemporâneo*, obra de 1942, o autor se dedica a explicar o desenvolvimento da colônia nos quadros do sistema colonial e não vai além do período histórico da independência (PRADO JR., 1983, p. 370). Depreende-se, no entanto, no conjunto de sua interpretação, que as mudanças institucionais, ou seja, na instituição do Estado, se seguiriam à superação das formas econômicas coloniais – pré-capitalistas – como a escravidão. Em *Evolução política do Brasil e outros estudos*¹⁶, de 1953, identificava ainda no século XIX reacionarismos em meio a uma sociedade que desenvolvia suas instituições, transmutando-se para formas mais tipicamente capitalistas (PRADO JR., 1979, p. 88).

Nessa mesma linha interpretativa, Nelson Verneck Sodré, em sua obra *Formação Histórica do Brasil*, relaciona a penetração dos ideais liberais e republicanos na sociedade brasileira ao jogo entre hegemonia e recomposição de classes, as mudanças ocorridas com o advento da República. O dilema posto em debate estava na discussão sobre o caráter factual de uma revolução burguesa no Brasil, que parecia ser uma etapa necessária ao acirramento das forças que levariam o capitalismo brasileiro às suas contradições e, principalmente, ao embate entre burguesia e proletariado, de onde poderiam advir as condições para uma revolução proletária (PRADO JR., 2005, p. 38-47). E enquanto Caio Prado detectava entre fins dos anos 1950 e início dos anos 1960 certo desastre de ação e estratégia da esquerda brasileira, Sodré via nos trabalhadores ainda uma consciência de classe quase nula ou incipiente. Outros autores, como Florestan Fernandes, (2005) também fizeram parte da discussão sobre a revolução brasileira, burguesa, se teria ou não havido, se teriam ou não existido as condições para a sua eclosão.

Vê-se, enfim, nessas abordagens, que as relações de poder na sociedade se explicam pelos mecanismos de dominação de classes.

¹⁶ Inicialmente, esse estudo foi publicado pelo autor em 1933, sob o título *Evolução Política do Brasil*.

Neste sentido, alguns fatos e processos históricos se transfiguram, no fundo, como movimentações na recomposição da dominação de classe.

Os anarquismos, de outro modo, recusam qualquer etapismo para a sociedade igualitária: não há a necessidade de organizar a classe operária num partido para tomar o poder. O que há é uma prática de uma nova sociabilidade, fundada na liberdade, promovendo os laços entre os indivíduos e, evidentemente, fazendo com que a solidariedade natural entre trabalhadores se desenvolva, ao passo que a luta diante da exploração e opressão se torna evidente.

Neste sentido, de um lado, para a crítica social anarquista, a 'modernização' não traria o 'poder do povo', mas o povo somente iria se emancipar por si mesmo; de outro lado, a 'revolução brasileira' não constituía uma etapa para a revolução social, somente as classes populares, instruídas, conscientes e com práticas libertárias podem promover a revolução: heterotopia e não apenas utopia.

José Oiticica entendia que as energias humanas na sociedade baseada no regime de propriedade ficam desvirtuadas e desperdiçadas. Há um aviltamento geral dos indivíduos. E a perspectiva de mudança só poderia vir das massas proletárias, desde que educadas e instruídas com o fim de livrar o homem dos preconceitos e mistificações que levam ao seu mal estar. Praticando a fraternidade, a associação de ajuda-mútua e o livre contrato, em pequenas comunidades os homens resistem e se levantam contra esse estado de coisas (OITICICA, 1983).

Para Edgar Leuenroth, o povo padecia da dominação dos dogmas da Igreja, das mistificações e preconceitos da competição capitalista, em lugar da cooperação, do regime de propriedade, da autoridade do Estado, da mistificação do voto e das leis trabalhistas, da falta de educação e da exploração do trabalho (LEUENROTH, 2007).

Sob diversos aspectos, evidencia-se a crítica social anarquista, cujo itinerário seguiu caminho diverso das já consagradas interpretações

do pensamento social brasileiro, como um pensamento outsider, cujas formas de manifestação estiveram arraigadas nas práticas dos anarquismos em vigência no Brasil, oferecendo ainda imenso campo de pesquisa no seu desvendamento, na captação da profundidade de suas reflexões, bem como seu compromisso com suas recusas fundamentais. Sua tendência anti-institucional determinaram sem dúvida, seus percursos fora das academias e foi responsável por suas raízes em práticas cotidianas. E assim as ações às quais esteve ligada implicaram sempre, de imediato, a construção de relações de reciprocidade e de autogestão, despreocupadas da espera por um futuro de utopia; ao contrário, a crítica social libertária é de natureza heterotópica, antes que utópica.

REFERÊNCIAS

Fontes:

L'Anarchie: journal de l'ordre, abril, 1850.

Germinal, nº 12, 8 de junho de 1913.

Germinal, nº 16, 6 de julho de 1913.

Germinal, nº 20, 17 de agosto de 1913.

Ação Direta, nº 14, 20 de julho de 1946.

A Plebe, nº 1, 1º de maio de 1947.

BAKUNIN, M. A.. **Catecismo revolucionário** – Programa da Sociedade da Revolução Internacional, São Paulo, Faísca/Imaginário, 2009.

BARRETO, Lima. **Marginália**, Porto Alegre, Ibooks, 2011.

BEZERRA, Jany M. Cunha.. **Lima Barreto**: anarquismo, antipatriotismo e forma literária, Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2010. (dissertação de mestrado)

CALSAVARA, Tatiana da Silva. **Práticas da educação no Brasil** – a experiência da Escola Moderna em São Paulo. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP, 2004.

CAMPOS, Adreia da Silva L. de. **Fábio Luz e a pedagogia libertária: traços da educação anarquista no Rio de Janeiro (1898 – 1938)**. 2007. 123p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

DULLES, John W. Foster. **Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)**, trad. de César Parreiras Horta, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.

FERNANDES, Florestan. O que é revolução. **Clássicos sobre a revolução brasileira**, São Paulo, Expressão Popular, 2005, p. 55-148.

FERREIRA, Maria Nazaré. **A imprensa operária no Brasil (1880-1820)**, Petrópolis, Vozes, 1978.

FORTUNATO, Marinice da Silva. **A experiência educacional de autogestão: a escola moderna nº 1 na sua gênese**. 1992. 336p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, 1992.

GERMANI, Gino. **Política e sociedade numa época de transição**, São Paulo, Editora Mestre Jou, 1973.

GONÇALVES, Adelaide; SILVA, Jorge E.. **Bibliografia libertária: o anarquismo em língua portuguesa**, São Paulo, Imaginário, 2001.

GUILLAUME, J.. **L'internationale: documents e souvenirs (1864-1878)**, tome I, Paris: Societé Nouvelle de Librarie et d'edition, 1905.

GUILLAUME, J. **L'internationale: documents e souvenirs (1864-1878)**, tome II, Paris: Societé Nouvelle de Librarie et d'edition, 1907.

GUILLAUME, J. **L'internationale: documents e souvenirs (1864-1878)**, tome II, Paris: Societé Nouvelle de Librarie et d'edition, 1909.

GUILLAUME, J. **L'internationale: documents e souvenirs (1864-1878)**, tome II, Paris: Societé Nouvelle de Librarie et d'edition, 1910.

HALL, M.; PINHEIRO, P. S. **A classe operária no Brasil (1889-1930) V. 1**, São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

HARDMAN, Francisco Foot. **A estratégia do desterro: situação operária e contradições da política cultural anarquista, Brasil 1889-1922**. Campinas. UNICAMP, 1980. (Dissertação de Mestrado)

HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil**, 26ª ed., São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

JOMINI, Regina Célia Mazoni. **Uma educação para a solidariedade: contribuição ao estudo das concepções e realizações educacionais dos anarquistas**

tas na Republica Velha. Campinas. 1989. 189 p. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – FE/UNICAMP, 1989.

KAMEL, Dilson José Nogueira. **José Oiticica: um anarquista brasileiro.** (dissertação de mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

LEIITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**, 8ª ed., Editora da UNESP, 2017.

LEUENROTH, Edgard. **Anarquismo:** roteiro de libertação social, São Paulo/Rio de Janeiro, CCS-SP/Achiamé, 2007.

LUIZETTO, Flávio Venancio. **Presença do anarquismo no Brasil:** um estudo dos episódios literário e educacional: 1900-1920. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH-USP, 1984.

LUIZETTO, Flávio Venancio. “O movimento Anarquista em São Paulo: a experiência da escola moderna nº 1 (1912-1919)”. In: **Educação & Sociedade**, UNICAMP, Campinas: São Paulo, ano VIII, nº 24, agosto de 1986, p. 18-47.

MORAES, J. Damiro de. **A trajetória educacional anarquista na primeira república:** das escolas aos centros de cultura social. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – FE/UNICAMP, 1999.

NASCIMENTO, Rogério H. Z. **Florentino de Carvalho:** o pensamento social de um anarquista. Rio de Janeiro, Achiamé, 2000.

OITICICA, José. **A doutrina anarquista ao alcance de todos**, 2ª ed., São Paulo, Econômica Editorial, 1983.

PERES, Fernando A. **Revisitando a trajetória de João Penteadó:** o discreto transgressor de limites (1890-1940). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP, 2010.

PASSETI, Edson; AUGUSTO, Acácio. **Anarquismos e educação**, Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**, 18ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1983.

PRADO JR, Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**, 11ª ed., Brasiliense, São Paulo, 1979.

PRADO JR, Caio . A revolução brasileira. In: **Clássicos sobre a revolução brasileira**, São Paulo, Expressão Popular, 2005, p. 25-53.

PROUDHON, P. J.. **Sistema das contradições econômicas ou filosofia da miséria**, Tomo II, São Paulo, Editora Escala, 2007.

PROUDHON, P. J.. **L'idée générale de la revolution au dix-neuvieme siècle**, Paris, Garnier Frères Libraires, 1851.

RODRIGUES, Edgar. **Socialismo e Sindicalismo no Brasil**, Rio de Janeiro, Laemmert, 1969.

RODRIGUES, EDGAR. **A Nova Aurora Libertária (1945-1948)**, Rio de Janeiro, Achiamé, 1992.(a)

RODRIGUES, EGDGAR. **Entre Ditaduras (1948-1962)**, Rio de Janeiro, Achiamé, 1993.

RODRIGUES, EDGAR. **Pequena história da imprensa social no Brasil**. Florianópolis, Insular, 1997.

RODRIGUES, EDGAR. **O anarquismo na escola, no teatro e na poesia**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1992.(b)

SANTOS, L. E. **A trajetória Anarquista do educador João Penteadó**: leituras sobre educação, cultura e sociedade. 2009. 298p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP, 2009.

SILVA, Rodrigo Rosa da. **Imprimindo a resistência**: a imprensa anarquista e a repressão política em São Paulo (1930-1945), (Dissertação de Mestrado) Universidade Estadual de Campinas, 2005.

SILVA, Selmo Nascimento da. **Greves e lutas insurgentes**: a historia da AIT e as origens do sindicalismo revolucionário. Niteroi, Universidade Federal Fluminense – UFF, 2017. (tese de doutorado)

SODRÉ, N. Werneck. **Formação Histórica do Brasil**, São Paulo, Brasiliense, 1963.

4

Marcos Marques de Oliveira

visões do inferno:

a sociabilidade do “homem comum”
brasileiro pela ótica da Escola
de Sociologia Paulista

INTRODUÇÃO

Em 1959, chegava a público uma importante obra de Sérgio Buarque de Holanda. O autor objetivava demonstrar “até onde, em torno da imagem do Éden, tal como se achou difundida na era dos descobrimentos marítimos, se podem organizar num esquema altamente fecundo muitos dos fatores que presidiram a ocupação pelo europeu do Novo Mundo” – em particular os que “explicassem o nosso passado brasileiro” (HOLANDA, 2000, p. X). O historiador lembra que a noção teológica de “Paraíso Terreal”, desde a Idade Média, não se assentava na representação de “um mundo intangível, incorpóreo, perdido no começo dos tempos”. Mais do que uma fantasia piedosa, se vislumbrava uma realidade presente, ainda que, talvez, em um “sítio recôndito, mas porventura acessível” (HOLANDA, 2000, p. X). Era, pois, algo que habitava a imaginação dos exploradores deste nosso hemisfério ocidental, tal como se prenunciou nas primeiras narrativas de viagens e nos originais tratados descritivos – nos quais as visões de Paraíso contrastavam com “o antigo cenário familiar” dos europeus. Um cenário de “paisagens decrepitas” e de “homens afanosos”, que se debatiam contra uma pobreza áspera, num Velho Mundo em que a natureza regateava, de forma avara, suas dádivas – trazendo benefício apenas aos ditos previdentes, aos diligentes e aos pacientes. Já no “paraíso americano”, o mundo natural parecia estar em plenitude. “Como nos primeiros dias da Criação, tudo aqui era dom de Deus, não era obra do arador, do ceifador ou do moleiro” (HOLANDA, 2000, P. XI). Um sinal, portanto, de *perfeição*, já que não era preciso apelar, para sobreviver, ao duro trabalho dos homens.

Como alerta Carvalho (1998), o elogio deste novo “jardim do mundo” tinha mais o tom de propaganda de um projeto de colonização do que a ingênua concretização da descoberta de um paraíso terreno. Fundia-se, assim, a imagem corpórea desse “espanto de natureza”, no qual se conjugavam as belezas naturais, a fertilidade

do solo e as riquezas minerais de uma “completa primavera”, com a ideia, controversa, de uma “América sem alma” – “só à espera de ser ganha”, que haveria de se converter, segundo Holanda (2000, p. XIII), numa outra espécie de paraíso: no “Jardim do Senhor” dos peregrinos puritanos. Não por acaso, é que, ao lado da persistência do motivo edênico na história de constituição das instituições brasileiras, desenvolve-se uma espécie de “razão satânica”, a qual Carvalho (1998, p. 10) bem define com a seguinte epígrafe de Paulo Prado: “Numa terra radiosa, vive um povo triste”. Para essa forma de “razão”, tão imaginária quanto à edênica, o que caracterizaria este novo mundo seria a existência de um “elemento humano” inadequado – seja o homem nativo ou o imigrado pioneiro, que vão parecer estar aquém das qualidades da terra e do clima.

Uma versão aguda desta “razão satânica” ganhará máscaras científicas no século XIX, quando teorias racistas farão sucesso entre diversas correntes intelectuais: como na proto-sociologia de Sílvio Romero; na literatura jornalística de Euclides da Cunha; e, entre outras, na antropologia eugenista de Nina Rodrigues. Numa terra em que “tudo é grande, só o homem nada vale” (CARVALHO, 1998, p. 11), a visão do poeta irlandês Thomas Moore, que visitou a América no início do século XIX, de que aqui “à grandiosidade da natureza correspondia uma população selvagem, fraca, repugnante, idiota”, parecia confirmada.

Este costuma ser o equívoco dos que se restringem ao impressionismo de uma “história das mentalidades” tomada apenas no sentido de uma “história das idéias conscientemente adotadas”, que acaba por redundar em visões distópicas/utópicas de um suposto “espírito nacional” trancafiado numa “imutável característica étnica” (HOLANDA, 2000, pp. XVII-XIX), da qual indivíduos e coletividades de uma determinada sociedade estariam irremediavelmente presos, no tempo e no espaço. Como é o caso das tentativas, não desinteressadas, dos que passaram a defender o “envelhecimento precoce” da *nuestra* América, tida como um mundo já gasto e degenerado. Ou o caso

dos que defenderam sua imagem contrária, mas equivalente, “de um mundo inacabado ou imaturo” (HOLANDA, 2000, p. XXVI). Nas duas situações, contrariando a lição hegeliana de “que é impróprio ao *mister* de filósofo o pretender ser profeta” (HOLANDA, 2000, p. XXVI).

Para evitar essa “taumaturgia”, o historiador propõe que o intelectual preocupado com o seu tempo atue como uma espécie de “exorcista”, buscando “afugentar do presente os demônios da História” (HOLANDA, 2000, p. XXVI). Isto porque “a lúcida inteligência das coisas idas ensina que não podemos voltar atrás e nem há como pretender ir buscar no passado o bom remédio para as misérias do momento” (HOLANDA, 2000, pp. XVII-XVIII). Não se questiona a validade da investigação histórica. O que se quer salientar é o limite deste tipo de exercício quando toda e qualquer “história das mentalidades” se restringe a uma reles observação da história das elites, especialmente as ditas “pensantes”. Tal como sugere Monsma (2016), quando vai investigar as contradições e permanências entre as ideologias racistas das elites e o que chama de *habitus* racial popular no período pós-abolição brasileiro:

Esta ênfase na vida cotidiana difere do que predomina nos estudos brasileiros do racismo, que geralmente focalizam as ideologias raciais produzidas por intelectuais urbanos, com ênfase central na recepção brasileira do racismo científico europeu. Sem dúvida as elites locais e os imigrantes, inclusive os analfabetos, eram expostos, em algum grau, às ideologias raciais dos intelectuais, mas presumir que eles simplesmente adotavam essas ideologias é exagerar a influência dos intelectuais (MONSMA, 2016, pp. 18-19).

Na hipótese que atravessa este estudo, esta “estratégia de análise” é, justamente, uma das mais importantes contribuições da Escola Paulista de Sociologia (EPS), promotora de um elenco de indagações teóricas e investigações empíricas fundamentais na ciência social brasileira. Uma escola que, segundo Martins (1998, p. 18), se caracterizou pela constituição de uma sociologia enraizada nas singularidades

históricas, sociais e culturais brasileiras, buscando o entendimento das condições específicas desta sociedade internamente marcada por ritmos desiguais de desenvolvimento, enfatizando a necessidade de uma compreensão mais efetiva, densa e profunda de seus diversos agentes – com destaque aos contingentes populacionais que mais sofreram com os nossos processos de socialização e conformação ao modo de produção capitalista, ainda hoje hegemônico.

Para cumprir este objetivo é que selecionamos, para uma sintética análise sócio-histórica comparativa, as seguintes publicações: Fernandes (2008a; 2008b); e Franco (1997). Estas obras não resumem a vasta contribuição da EPS. Mas, para a consecução dos nossos propósitos, as interpretações que fazem, respectivamente, das condições de vida dos escravos e dos homens pobres livres, fornecem pistas para entendermos a constituição da sociabilidade do “homem comum” brasileiro – que se caracteriza, especialmente, por sua persistente capacidade de postergação da ascensão social coletiva. Geratriz, segundo Martins (2018, p. 10), de uma sociedade que permanece conformista e despolitizada.

A (DES)INTEGRAÇÃO DO NEGRO

As preocupações de Florestan com as chamadas “questões étnico-raciais” não se inauguram com essa pesquisa (FERNANDES, 2008a; 2008b). Seu desabrochar acontece nos seus estudos sobre o folclore paulistano, ainda como aluno de Ciências Sociais da USP – um tema afinado com sua história de vida, naquela que se tornaria a mais importante metrópole brasileira: a cidade de São Paulo. No conjunto dessas investigações, encontram-se seus escritos pioneiros sobre o que futuramente vai denominar de “dilema racial brasileiro” – com destaque para as investigações sobre o sincretismo

religioso encomendadas pelo professor Roger Bastide¹⁷, sociólogo francês com o qual Florestan irá compartilhar, a seguir, num trabalho para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o desafio de compreender a dinâmica dos fundamentos da “democracia racial brasileira” – trabalho que servirá de base à escrita de *A integração do negro na sociedade de classes*.

O “Projeto UNESCO”, como ficou conhecido, foi um conjunto de pesquisas realizado no início dos anos 1950, em algumas regiões do país, com o intuito de apresentar ao mundo uma experiência de interação racial tida, naquele momento, como bem-sucedida. Tal projeto toma forma quando Alfred Métraux assume o recém-criado Setor de Relações Raciais do Departamento de Ciências Sociais do respectivo organismo internacional, escolhendo Ruy Coelho, quadro uspiano, para coordenador geral da iniciativa. É este, por sua vez, que convida Roger Bastide, seu ex-professor, para dirigir a pesquisa em São Paulo. Na hipótese inicial da investigação, a capital paulista serviria como contraponto à Bahia, produzindo-se, em tese, um vibrante contraste sobre as relações raciais. No entanto, posteriormente, foi definida a concentração das investigações em São Paulo – tendo, agora, como comparação, um estudo no Rio de Janeiro e outro em Recife. Florestan resiste inicialmente devido ao seu interesse em terminar os estudos de pós-graduação. Mas, comovido pelo pedido do mestre, além de tocado pelas suas vivências no subúrbio paulistano, onde teve contato com “as condições reais de vida do negro entre nós” (FERNANDES apud MAIO, 1997, p. 176), acaba se envolvendo.

Os primeiros resultados são apresentados no texto *Relações Raciais entre Brancos e Negros em São Paulo*, publicado pela

17 Dessa primeira leva, destacam-se: três artigos sobre o negro na tradição oral, que ele publica pelas páginas do *Estado de S. Paulo*; e a produção de biografias de pais de santo negros, tal como a que fez sobre “João de Camargo”, fundador, em Sorocaba, interior de São Paulo, da Igreja Nosso Senhor do Bom Jesus da Água Vermelha – trabalho que recebeu o weberiano título de “Contribuição para o estudo de um líder carismático” (OLIVEIRA, 2014).

revista *Anhembi*, em 1955¹⁸. O primeiro impacto causado pela obra foi o conjunto de inovações metodológicas. Começando, salienta Heloísa Martins (2004, p. 292), com o fato de Florestan ter levado, “pela primeira vez na Universidade de São Paulo”, os pesquisados para o interior da respectiva instituição. Os debates com líderes e representantes dos movimentos negros da capital paulista foram realizados em três níveis: a) um grupo maior se reunia mensalmente; b) outro, constituído de mulheres negras, quinzenalmente; c) e, por fim, um grupo específico de intelectuais negros mantinha encontros semanais com os pesquisadores.

Segundo Florestan, o objetivo não era reproduzir as situações grupais como “situações de laboratório”, mas tornar manifesta as experiências humanas concretas – dando ênfase aos aspectos mais densos da vida cotidiana, tal como sugere Monsma (2016) para estudos deste tipo. A explicação desta realidade histórica se complementava com “uma abordagem interdisciplinar que tinha como premissa a fusão das dimensões micro e macro da economia, da personalidade, da cultura e da sociedade” (FERNANDES apud SOARES *et al.*, 2002, p. 38). Todas estas compreendidas em suas relações recíprocas – “o que exigia que explicações econômicas, históricas, sociológicas, psicológicas e antropológicas fossem exploradas simultaneamente” (FERNANDES apud SOARES *et al.*, 2002, p. 38).

Questionários, entrevistas ocasionais, entrevistas formais, biografias e histórias de vida foram algumas das técnicas utilizadas para se ter acesso às manifestações raciais da população – incluindo grupos negros, gente da população branca, de famílias tradicionais e imigrantes, e setores da indústria, de serviços e do comércio. Esse arsenal teórico-metodológico possibilitou a análise da desagregação da sociedade escravagista e a formação da sociedade de classes, tendo em vista

18 Anos mais tarde, o trabalho seria republicado com novo título: *Branços e Negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*, pela Companhia Editora Nacional, na famosa Coleção Brasileira (FERNANDES; BASTIDE, 1971).

as contradições presentes na organização social e cultural, “evidenciando-se de que maneira a assimetria presente nas relações raciais do passado foi reabsorvida e redefinida ‘sob a égide do trabalho livre e das novas condições histórico-sociais’” (SOARES *et al.*, 2002, p. 38).

Por estes resultados, as pesquisas de Bastide e Florestan foram tomadas como uma tentativa de “introdução” do problema racial no Brasil – como se a culpa fosse dos pesquisadores, não da situação específica analisada. Em suma, o Projeto UNESCO, ao invés de encontrar soluções para os problemas raciais, acabou por identificar uma forma bem específica de preconceito e discriminação. O Brasil, como “laboratório”, apresentou situação oposta à “edênica” idéia de que o seu modelo de escravidão teria sido “mais humano” do que outros. E, mais importante, suas conseqüências estavam longe de confirmar o mito da democracia racial que havia sido propagado por estudos anteriores.

A questão étnico-racial na obra de Florestan, ainda que sob o enfoque não explicitamente marxista, não estava descolada da questão classista – já que aquela, no caso brasileiro, segundo o sociólogo, é a base fulcral da negação da “questão social” pela burguesia ascendente. Esta, para impor seu projeto político, deita suas raízes em alianças com os setores tradicionais, bebendo de seus valores, de suas práticas e de suas idéias – garantindo uma forma de encaminhamento “pelo alto” da transição “modernizadora” que aqui se desenrola. Neste sentido, pode-se afirmar que os estudos de Florestan sobre o dilema racial brasileiro integram um conjunto de reflexões sobre os limites da ordem social competitiva instalada no país, que logo a seguir vão culminar na sua obra seminal (FERNANDES, 1975). Como identifica Cardoso (1996), mais do que uma “inflexão” em sua produção, os textos produzidos neste período colaboram para a construção final de seu esquema teórico de referência para a explicação do Brasil, com base no trinômio subdesenvolvimento/dependência/heteronomia – quando vão se processar as condições para a ebulição de uma produção “florestânica” cada vez mais explicitamente “materialista, histórica e dialética”.

Para o que nos interessa aqui, vale lembrar que estes estudos fizeram com que Florestan despontasse como um eminente intelectual público, aproveitando essa experiência para impulsionar o seu trabalho junto à cadeira de Sociologia I na USP, estimulando o surgimento e a consolidação da EPS, da qual foram oriundos intelectuais de renome da Ciência Social brasileira – com obras marcantes no campo das investigações sobre as relações étnico-raciais, ainda que não exclusivamente (CARDOSO, 1977; IANNI, 2004). E é integrado a este cenário intelectual que desponta a pesquisa de Franco (1997), trazendo novos elementos reflexivos para o entendimento das nossas relações sociais matriciais.

ALÉM DA CASA-GRANDE E SENZALA

O escravo aparecerá tratado, no decorrer deste livro, apenas de maneira circunstancial. Entretanto, ele existiu como “presença ausente”, mas constante e pesada, no mundo dos homens livres que procurarei reconstituir. A ele esteve ligado não só o destino de seus proprietários, como também toda a sorte de homens livres e pobres, o que me obriga a pelo menos propor um ponto de vista sobre o lugar e o significado da escravidão na sociedade colonial (FRANCO, 1997, p. 9).

Desta forma, quase que pedindo desculpas, é que Franco (1997) inicia a apresentação de sua pesquisa sobre *Homens livres na ordem escravocrata* – originalmente denominada *Homens livres na velha civilização do café*, tese de doutoramento na USP, defendida em 1964. Segundo Arruda (1994), a obra de Maria Sylvia está integrada a uma vertente de investigação que, a partir de 1950, se inaugura na USP: os estudos sobre relações raciais, a partir do projeto, já citado, de Bastide e Florestan¹⁹. Nesse campo de preocupações, segundo

19 “A tendência fundamental da análise reside na inserção do preconceito e das relações desencadeadas pelo fenômeno na estrutura social. Os autores orientam as suas reflexões, no interior da consideração de situações sociais propícias à emergência do preconceito. Em torno do tema do negro, Florestan dirige pesquisas importantes, voltadas ao estudo das relações raciais, na gênese e desenvolvimento da sociedade brasileira” (ARRUDA, 1994, p. 319).

a socióloga paulista, além da obra de Franco, estão o doutoramento de Fernando Henrique Cardoso, em 1961, e o doutoramento de Octavio Ianni, finalizado no mesmo ano. Spirandelli (2008, p. 159) afirma, entretanto, que a obra em questão marca a ruptura da aluna com o orientador, apontando como principal motivo as divergências de interpretação quanto ao significado da escravidão no Brasil: com a primeira tomando o fenômeno pela sua dimensão institucional; e o segundo como um modo de produção específico.

Outro estudioso da autora, Botelho (2013) corrobora esta hipótese, afirmando que a “sociologia política” de Franco não apenas era discrepante em relação à orientação da cadeira de Sociologia I, como pode mesmo ser considerada uma potente crítica aos pressupostos da maior parte dos trabalhos nela desenvolvidos. Se, por exemplo, para o fundador da EPS, e parte dos seus seguidores, “a escravidão constituiria uma instituição essencial que articularia a totalidade da sociedade brasileira”, o que faz com que a questão racial se torne “o objeto privilegiado para a compreensão das condições históricas e sociais de formação do povo” brasileiro, para a sua rebelde discípula “a escravidão seria antes parte de um sistema socioeconômico mais amplo” – obrigando, portanto, que a ênfase analítica recaia sobre as formas sociais assumidas pela grande propriedade fundiária no Brasil, com seu caráter autárquico, o fato de existirem dentro de si imensas áreas ociosas e, por fim, sua ligação com a produção agrário-exportadora (BOTELHO, 2013, p. 338). Não que Franco minimizasse a importância da escravidão, nem mesmo para a configuração da população “livre”, que era o seu objeto. Mas ao enfatizar a “questão fundiária”, a autora afirmava que a história da formação da sociabilidade brasileira passava pela compreensão da presença simultânea, no interior dos latifúndios, da produção da monocultura escravista para o exterior, da produção de subsistência e, ainda, da própria produção para o mercado interno – que seriam, enfim, “práticas constitutivas” simultâneas e recíprocas (BOTELHO, 2013, p. 339).

Segundo Franco (2011, p. 170), foi após uma frustrada “pesquisa de campo”, sobre uma determinada comunidade num vilarejo do interior de São Paulo, que ela percebeu que as “chamadas relações comunitárias, de parentesco, de vizinhança ou de trabalho” tinham pouca validade (teórica e empírica) para uma efetiva “reconstituição histórica da vida caipira”. Ficou configurado, assim, o interesse da autora pelo mundo rural, com a sua disposição para enfrentar os complexos problemas da nossa estrutura agrária, com vistas a elucidar as condições sociais que presidiram à constituição do “trabalhador rural” como tipo humano – expondo as pressões que tornaram difícil sua integração na sociedade como um sujeito autônomo. Vem daí a sua percepção e definição de “homens livres e expropriados”, não integrados à produção mercantil, mas a ela articulada²⁰. Formou-se o que Franco (1997, p. 14) chamou de “ralé”: “homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade”. Apesar disso, de estarem apartados da produção mercantil, “este setor localizou-os na estrutura social e definiu o seu destino” (FRANCO, 1997, p. 15). Eis, portanto, o sentido de nossa modernidade “capitalista”, mas com acentuada peculiaridade nas suas singulares relações de dominação e de produção. Uma sociedade de “classes”, mas com uma dinâmica particular – cuja definição do objeto e o plano do livro pretendiam desvendar.

É desta forma, diz Botelho (2013, p. 342), que os homens livres pobres de Maria Sylvia “ganham inteligibilidade sociológica no âmbito da dominação marcada por relações diretas, pessoais e violentas,

20 “A constituição desse tipo humano prende-se à forma como se organizou a ocupação do solo, concedido em grandes extensões e visando culturas onerosas. Dada a amplitude das áreas apropriadas e os limites impostos à sua exploração pelo próprio custo das plantações, decorreu uma grande ociosidade das áreas incorporadas aos patrimônios privados, podendo, sem prejuízo econômico, ser cedidas para uso de outro. Esta situação [...] possibilitou e consolidou a existência de homens destituídos da propriedade dos meios de produção, mas não de sua posse [...]. Assim, numa sociedade em que há concentração dos meios de produção, onde vagarosa, mas progressivamente, aumentam os mercados, paralelamente forma-se um conjunto de homens livres e expropriados que não conheceram os rigores do trabalho forçado e não se proletarizaram” (FRANCO, 1997, p. 14).

que formam uma rede de contraprestações de toda sorte de serviços prestados e favores recebidos”. A autora demonstra que a violência própria das relações de dominação pessoal constitui, por complementaridade, as relações de familiaridade social internas dos grupos sociais analisados, colocando em cheque as próprias manifestações de “solidariedade”, tais como os “mutirões”, tidos como uma forma “caipira” cooperativa de trabalho. Segundo Franco (1997, p. 27), a violência é cotidiana e atravessa “os setores menos regulamentados da vida, como as relações lúdicas, e projetando-se até a codificação dos valores fundamentais da cultura” – lembrando os aspectos “anômicos” que Florestan identificou na herança comportamental (social e histórica, mas não biológica) dos negros²¹.

De acordo com Botelho (2013, p. 342), a análise de Maria Sylvia “dá atenção especial ao sentido sociológico das componentes sociais intersubjetivas presentes nas relações de dominação política pessoalizadas”; mas com profunda articulação com as condições de vida material e simbólica vividas por este contingente populacional. Um dos motivos para essa situação de “espantosa pobreza” cultural, por exemplo, estaria nas formas que se organizaram a produção “colonial”, que resultaram numa divisão do trabalho flexível, instável e insegura. E que já não era compatível com uma solidariedade de tipo mecânica, tais como existentes nas sociedades mais “simples”, mas também com

21 “As condições de existência das camadas inferiores da população rural livre, no Brasil, não favoreceram a essa forma de cristalização das relações de trabalho. Deve-se considerar que o povoamento do interior fez-se pela disseminação de pequenos grupos esparsos em um amplo território e que a grande disponibilidade de terras férteis e a riqueza das fontes naturais de suprimento, aliadas à pobreza das técnicas de produção, definiram um modo de vida seminômade, baseado numa agricultura itinerante cujos produtos eram suplementados pela caça, pesca e coleta. Pode-se dizer que, ao longo de sua história, esses grupos só tiveram reforçada essa grande instabilidade. Até o presente, observa-se que a mobilidade lhes aparece como o único recurso contra condições adversas de existência: problemas com o patrão, salário baixo, trabalho insalubre, desavenças, desgostos resolvem-se ainda hoje com transferência de domicílio” (FRANCO, 1997, pp. 31-32).

baixíssimo nível de organicidade interna, em curto prazo, e alta dependência das crises externas da economia mundial, em longo prazo²².

Uma economia desse tipo baseada em tarefas simples e rotineiras, que são dominadas, potencialmente, por todos os membros do grupo, devido à necessidade de um mínimo de eficiência estabelecida socialmente, voltada, portanto, às condições básicas e imediatas de sobrevivência, “não sustenta formas [agudas] de especialização e estratificação social” (FRANCO, 1997, p. 33), que resultam num alto grau de mobilidade e numa estrutura social indiferenciada. Mas, como já dito, esta foi uma “marginalidade” constituída, eis o paradoxo da sociabilidade deste contingente, a partir da relação com um mundo que lhe era exterior.

Foi a marginalização sofrida por esses homens que fez do trânsito o seu estado natural, conservando-os efetivamente como andarilhos. Sem vínculos, despojados, a nenhum lugar pertenceram e a toda parte se acomodaram. Foi também a mesma marginalização que preservou simples o sistema social, ordenando funções básicas para além dos confins do grupo. Basta lembrar que o soldado, o padre, a autoridade pública estiveram sempre referidos a instituições alheias ao mundo caipira (FRANCO, 1997, p. 34).

Desse processo, um dos resultados foi o fortalecimento do estigma de “preguiçoso”, já que para os olhares externos havia um grande “desperdício da força de trabalho” de um grupo que, segundo alguns cálculos, abrangiam 2/3 da população no início do século XIX. Já vimos que Maria Sylvania não nega que essa condição de vida, voltada aos “mínimos vitais”, como identificou Candido (2010), tinha ligações com um mundo que lhe era paralelo. Mas ressalva que a regularidade de aproveitamento dos chamados “homens pobres livres e sem posses”

22 “As atividades de subsistência organizaram-se como uma economia fechada, no plano dos bairros, bastante isolados dos centros de população maiores e mais densos. As funções econômicas desempenhadas por cada família eram do mesmo tipo e a rede de relações supletivas que as ligava importava unicamente em um contraponto de serviços semelhantes e não numa interdependência de atividades diversificadas” (FRANCO, 1997, p. 33).

foi rarefeita, voltada a tarefas de grande risco aos fazendeiros (tais como derrubada de florestas, criação de gado e, entre outras, funções de tropeiro e carreiro), e que não podiam, por motivos óbvios (possibilidade de fuga e rebelião), serem delegadas aos escravos²³.

Entre os efeitos dessa dinâmica de relações sociais, a autora vai apontar duas características marcantes da vida caipira: a “violência” como prática costumeira de (não) resolução de conflitos entre os próprios, não sendo incomum que amigos e familiares se metamorfoseiem “em inimigos no curso de [singelas] brincadeiras”; e, por complemento, a aceitação da “dominação pessoal”, sustentada por relações de contraprestação entre eles, mas especialmente com os “de cima”, devido a uma aparente situação de “indistinção social” corroborada pelo “estilo de vida” simples e rústico, decorrente de uma situação generalizada de penúria material naquela região, desde o começo do século XIX. De um lado, portanto, o conflito violento tornando-se inerente à dinâmica da própria situação de trabalho e da vida cotidiana (FRANCO, 1997, p. 37). De outro, a configuração e a perpetuação das relações de dependência com os estratos superiores, que aparentam (daí a sua eficácia) mais como uma “inclinação de vontades” e “harmonia” do que como “imposição [...] do mais forte sobre o mais fraco” – fazendo com que as tensões comuns nestas relações permaneçam ocultas, com raras “possibilidades de emergirem à consciência dos dominados” (FRANCO, 1997, p. 95).

Neste ponto, Maria Sylvia faz uma interessante observação sobre como “este tipo de dominação pode exterminar a vontade do homem a ele submetido e reduzi-lo à inércia”, sendo um tipo de condição alienada,

23 “Assim sendo, ao se acentuar o alheamento desses homens e, simultaneamente, sua exposição constante a uma civilização orientada econômica e socialmente em sentido muito diverso da sua própria, a qual não oferecia possibilidades de sua integração, mas os aproveitava residualmente, compreende-se por que não ocorreu uma estereotipação dos comportamentos referentes às atividades de produção” (FRANCO, 1997, p. 35).

simbolicamente, mais profunda do que a própria escravidão²⁴. Anulam-se, afirma a socióloga, as possibilidades de autoconsciência, já que estão dissolvidas na vida social as referências da quais ela poderia se constituir. Um exemplo dessa dissolução acontece nas relações de parentesco entre os homens livres pobres, que se contrapõe, mas também se articula, com “o padrão de organização da família tradicional brasileira”, vigente nas camadas mais altas da sociedade, até o final do século XIX. Nesse período, este padrão, de caráter “patriarcal”, apresentou uma estrutura dupla: “um núcleo legal, composto do casal e seus filhos legítimos, e a periferia, constituída por toda sorte de servidores e dependentes” (FRANCO, 1997, p. 44). Não vigia, nessas relações, uma identidade efetivamente afetiva, mas sim vínculos definidos por situações de interesse, com vistas à preservação e ao equilíbrio familiar no núcleo central, que visavam, por complemento, à unificação dos controles sociais cuja legitimidade se baseava na dupla face da sociedade brasileira em formação: “o lar e a empresa, amálgama de que se fez a grande propriedade fundiária” (FRANCO, 1997, p. 45). *A alma mater* de nossa sociabilidade colonial, mais do que, desse ponto de vista, a relação entre a casa grande e a senzala (FREYRE, 2012).

Um dos efeitos deste processo é a obnubilação da autoconsciência na vida dos homens pobres livres, que viviam sob uma efetiva “dominação pessoal” durante o regime escravocrata, o foco principal de investigação de Maria Sylvia²⁵. E dessa situação de indigência social, no sentido de seu “caráter prescindível” na estrutura socioeconômica

24 “Na propriedade servil, embora o escravo seja transformado em coisa e a extinção de sua consciência vá ao limite da autonegação como pessoa, existem marcas violentas que denunciam a opressão que sobre ele pesa e na medida possibilitam pelo menos um “vago desejo de liberdade”, “uma mera necessidade subjetiva de afirmação que não encontra condições de realizar-se concretamente”. Liberdade impossível mas pelo menos desejada, o que devolve ao escravo, embora apenas como projeção individual, um sentido de humanidade. Para aquele que se encontra submetido ao domínio pessoal, inexistem marcas objetivadas do sistema de constrições a que sua existência está confinada: seu mundo é formalmente livre. Não é possível a descoberta de que sua vontade está presa à do superior, pois o processo de sujeição tem lugar como se fosse natural e espontâneo” (FRANCO, 1997, p. 95).

25 “Plenamente desenvolvida, a dominação pessoal transforma aquele que a sofre numa criatura domesticada: proteção e benevolência lhe são concedidas em troca de fidelidade e serviços reflexos. Assim, para aquele que está preso ao poder pessoal se define um destino imóvel, que se fecha insensivelmente no conformismo” (FRANCO, 1997, p. 95).

daquele período histórico – o que lhe propiciou uma concepção de si como “imutável e fechada”, “na medida em que as suas necessidades mais elementares dependeram sempre das dádivas de superiores” (FRANCO, 1997, p. 111) – é que os diversos tipos desse “homem comum” brasileiro (tropeiros, vendeiros, sitiantes, agregados ou camaradas) acabaram por se revelar, na média, em sujeitos sem vontade, com grandes dificuldades de tomar decisões autônomas. Quando muito, apenas de forma episódica, em movimentos messiânicos, “abriu-se para ele a possibilidade de desvendar o mundo do ponto de vista das mudanças que nele pretendia realizar” (FRANCO, 1997, pp. 112-113).

Existiram tentativas de resistência. Mas este “sujeito de um mundo tosco”, infernal, materialmente pobre, não ia além do imediato vivido – e a transcendência possível se esgotou nos predicados de sua capacidade organização agressiva, fazendo com que a coragem, em formas violentas, reaparece como significado pleno da vida caipira. Para piorar, essa herança da pobreza foi, paulatinamente, usurpada pela administração pública que iria enriquecer, senão o patrimônio estatal, as autoridades oficiais que utilizavam a influência pessoal para benefício próprio. Quem não o faria? Parece perguntar ironicamente Maria Sylvia, para responder logo em seguida, destacando também, ainda que não exclusivamente, o poder dos ricos fazendeiros sobre o aparelho de Estado em formação:

Transformar a autoridade inerente ao cargo em instrumento usado diretamente em proveito próprio é tão da ordem das coisas quanto servir-se da superioridade garantida pela riqueza, pela posição na sociedade ou na política, para pressionar o agente governamental (FRANCO, 1997, p. 137).

Como se pode perceber, a construção do nosso futuro estava presa as peias do passado, tanto no que se refere à sociabilidade do homem comum brasileiro em gestação, quanto às relações políticas que ensejaram a constituição do chamado “Estado nacional” tupiniquim, no período que vai da ascensão, passando pela expansão até o início da

queda dos barões da cafeicultura²⁶. Não cabe aqui entrar nos pormenores dos negócios que misturaram “padrões costumeiros” e “prática capitalistas” que, articulados, acabaram por engendrar uma “especialização bastante rudimentar de exploração” econômica e social, baseada na intensificação da divisão do trabalho social do setor cafeeiro – e que teve como resultado um lento processo de diversificação, até hoje não tão ampliado, de produção das nossas riquezas nacionais. Vale apenas ressaltar que a derrocada dos fazendeiros da “civilização” do café, que teve como motivação, segundo Maria Sylvania, não, necessariamente, o “apego irracional” de sua mentalidade ao rotineiro e ao tradicional, mas talvez, justamente, à sua “esperança irracional” nas inovações, não deu lugar há algo muito diferente das suas “unidades mercantis de produção” (FRANCO, 1997, p. 196). Isto significa dizer que apesar da substituição do trabalho servil pelo trabalho supostamente assalariado, o conjunto dos “homens pobres livres” desempenhou funções análogas ao regime anterior, salvo apenas um período de “compromisso fugaz entre a práxis do fazendeiro”, que tinha de enfrentar o problema de suprimento de mão-de-obra, “e o projeto do imigrante, que também se sujeitou às condições adversas iniciais, a fim de superar a condição que rejeitara ao abandonar seu país de origem e realizar sua independência” (FRANCO, 1997, p. 201). Logo a seguir, de forma progressiva, a grande fazenda de café foi regularizada e reorganizada sobre a base de “trabalhadores expropriados”, com uma remuneração que não ia muito além do nível de subsistência – e “congregados em atividades centralizadas sob o controle do fazendeiro” (FRANCO, 1997, p. 201).

Maria Sylvania alerta que este tipo de “empresa econômica”, baseado num modelo de fazenda na qual o proprietário mantém sob o

26 “Assim sendo, embora impostos de fora os novos modelos de organização administrativa e embora tomadas as providências para garanti-los praticamente, criando estímulos e controles da atuação de seus funcionários, não se logrou produzir uma “moralidade” correspondente. Não estavam dadas as condições para isso, não se completando a separação entre pessoal administrativo e meios materiais da Administração. As coisas públicas continuaram a ser usadas diretamente pelo grupo no poder e de acordo com o tipo de relações básicas na organização social: a dominação pessoal” (FRANCO, 1997, p. 140).

seu poder todos os meios de produção e trabalho, “diferencia-se radicalmente da forma de exploração capitalista da terra” (FRANCO, 1997, p. 201). Este sistema, emperrado, devido ao quase nulo estoque de capitais que produzia, sempre a mercê de intermediários (num primeiro momento ligado ao tráfico negreiro, depois ao comércio da imigração), um “dia veio que esse estado de coisas voou pelos ares (FRANCO, 1997, p. 207). Isto se deu porque a organização econômica e a estrutura social brasileira se ergueram sob “um princípio rígido” de produção de monoculturas sempre dependente e condicionado pelos mercados mundiais²⁷. O resultado geral desse processo foi um país de baixíssimo patrimônio cultural, escassa diferenciação social (sob grande desigualdade econômica) e fraquíssima participação política – o que faz Maria Sylvia afirmar que por aqui “não se completou o processo de constituição de uma sociedade de classes” (FRANCO, 1997, p. 237).

Por outro lado, afirma Botelho, não se pode presumir que nossa autora concorde com uma caracterização do Brasil marcado por uma ordem tipicamente “patrimonial”, com uma respectiva camada senhorial de corte estamental que a tudo e a todos domina – tal como foi qualificada por Cardoso (1977), seu colega da EPS. Na perspectiva da socióloga, o que tivemos no Brasil foi uma “unidade contraditória” que respondia de modo próprio “às determinações mais gerais da expansão do capitalismo e da construção da sociedade moderna” (BOTELHO, 2013, p. 354).

O que salta dessa sociologia-histórica, afirma Botelho (2013, p. 354), é a “qualificação da historicidade da vida social”, o alerta permanente de que “a interação entre tradição e modernidade constitui,

²⁷ “Nessas condições, essa sociedade rígida e exposta ao movimento dos mercados capitalistas, a cada uma das grandes crises a que esteve sujeita, sofreu um processo profundo de desagregação. Vê-se, pois, como se definiu para os destinos dessa sociedade uma situação de extrema ambigüidade: de um lado, a própria dinâmica dos processos econômicos a que esteve vinculada impediu a estabilização de uma camada privilegiada; de outro, essa estrutura social era inteiramente [abalada pela] falta da plasticidade que seria requerida para a superação das crises mantendo-se a continuidade da ordem social. Para um ajustamento deste tipo, seria necessária uma abertura muito maior dos canais de ascensão sócio-econômica, correlata com uma maior diversificação da própria economia interna” (FRANCO, 1997, 217).

por si só, um problema histórico de pesquisa, e, assim, não poderia ser substituído por qualquer dedução lógica ou ideológica”. Ainda segundo Botelho, outros dois grandes méritos da socióloga foi: realizar uma análise do processo de modernização da sociedade brasileira e latino-americana alternativa às elaboradas pelas diversas tendências então hegemônicas da “sociologia do desenvolvimento”; e, por complemento, realizar uma crítica dos pressupostos teóricos dessas mesmas perspectivas, com destaque para o modo inapropriado com que categorias weberianas – de patrimonialismo e tipo ideal, por exemplo – foram tomadas a partir de uma perspectiva funcionalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em homenagem recente, Arruda (2018, p. 11) localiza a obra de Martins no “rol dos mais fecundos e marcantes intelectuais e cientistas sociais brasileiros”, devido aos “atributos revelados nos múltiplos temas, objetos, interesses e ângulos inusitados de interpretação” – uma visão sociológica construída a partir da “margem”, que lhe “permitiu criar um pacto de solidariedade e de sentido com os que se situam nas franjas da vida social”. Pelo que vimos até aqui, essa era, na verdade, uma forte característica da própria escola intelectual à qual ele esteve vinculado. Na trilha de investigação que nos propusemos, analisando dois dos diversos clássicos produzidos pela EPS, constatamos que suas respectivas visões sobre algumas das condições “infernais” que conformaram a “sociabilidade do homem comum brasileiro”, também podem ser consideradas como parte de uma ciência social “enraizada” que buscou, nas palavras de Frehse (2018, p. 13), “encarar” o Brasil, a partir de São Paulo, “como um laboratório de descobertas sociológicas”, rico de metodologias e de divergências epistêmicas dialógicas. Assim, se como diz Martins (2019), “os clássicos devem ser relidos sempre”, os que aqui

selecionamos, como esperamos ter demonstrado, trazem subsídios relevantes para nos fazer refletir sobre as articuladas relações sociais pedagógicas – racistas, violentas e, respectivamente, exploradoras – que ainda vigem entre indivíduo e sociedade nas nadas “edênicas” terras brasileiras. Quem sabe assim encontremos caminhos que nos faça realizar uma terceira e profunda abolição, nos redimindo de todas as anteriores que ficaram no meio da travessia.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Uma sociologia da Margem**. [pp. 9-12]. In: FREHSE, Fraya (Org.). *A sociologia enraizada de José de Souza Martins*. São Paulo: Com-Arte, 2018.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **A trajetória da pesquisa na Sociologia**. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, pp. 315-324, Dez. 1994. Link: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300040&lng=en&nrm=iso. Acesso em 03/12/2019.
- BOTELHO, André. **Teoria e história na sociologia brasileira: a crítica de Maria Sylvia de Carvalho Franco**. *Lua Nova*, São Paulo, n. 90, pp. 331-366, Dez. 2013. Link: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452013000300012&lng=en&nrm=iso. Acesso em 01/12/2019.
- CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 11ª ed. São Paulo: Edusp, 2010.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Florestan Fernandes: a criação de uma problemática**. *Estudos Avançados*, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, v. 10, nº 26, pp. 89-128, Jan./Abr. 1996.
- CARVALHO, José Murilo de. **O motivo edênico no imaginário social brasileiro**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 38, Out. 1998. Link: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em 29/11/2019.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”**. V. 1. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2008a.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era.** V. 2. São Paulo: Globo, 2008b.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERNANDES, Florestan; BASTIDE, Roger. **Branco e negro em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana.** 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata.** 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1997.

FREHSE, Fraya. **Uma “festchrift” sociológica enraizada.** [pp. 13-18].
In: FREHSE, Fraya (Org.). *A sociologia enraizada de José de Souza Martins.*
São Paulo: Com-Arte, 2018.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** São Paulo: Global, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Visão do paraíso: os motivos endêmicos no descobrimento e colonização do Brasil.** São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

IANNI, Octávio. **Raça e classes sociais no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

MAIO, Marcos Chor. **A história do Projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil.** Tese (Doutorado em Sociologia) – IUPERJ, Rio de Janeiro, 1997.

MARTINS, Heloísa de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa.** *Educação e Pesquisa*, São Paulo: Faculdade de Educação/USP, v. 30, nº 30, pp. 289-300, Mai./Ago. 2004. Link: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf>. Acesso em 20/07/2020.

MARTINS, José de Souza. **Os sociólogos distraídos e a invasão ideológica nas Ciências Sociais.** Entrevista a Patrícia Fachin. *Revista IHU-On line*, São Leopoldo (RS), 09 set. 2019. Link: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/592388-os-sociologos-distraidos-e-a-invasao-ideologica-nas-ciencias-sociais-entrevista-especial-com-jose-de-souza-martins>. Acesso em 09/12/2019.

MARTINS, José de Souza. **Moleque de fábrica: uma arqueologia da memória social.** Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2018.

MARTINS, José de Souza. **Florestan: sociologia e consciência social no Brasil.** São Paulo: EDUSP, 1998.

MONSMA, Karl Martin. **A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914.** São Carlos: EdUFSCar, 2016.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. **Florestan Fernandes e o mito da democracia racial brasileira.** *En_Fil - Encontros com a Filosofia*, v. 2, p. 1, 2014. Link: <http://en-fil.net/ed4/conteudo/archives/REVISTA%20EN%20FIL%204%20MARCOS.pdf>. Acesso em: 02/12/2019.

SOARES, Eliane Veras; BRAGA, Maria Lúcia de Santana; COSTA, Diogo Valença da. **O dilema racial brasileiro: de Roger Bastide a Florestan Fernandes ou da explicação teórica à proposição política.** *Sociedade e Cultura*, Goiânia (GO): UFG, v. 5, nº 1, pp. 35-52, jan./jun. 2002.

SPIRANDELLI, Claudinei Carlos. **Trajetórias intelectuais: professoras do Curso de Ciências Sociais da FFCL-USP (1934-1969).** Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

5

Pollyanna Paganoto Moura
Camilla dos Santos Nogueira
Rodrigo Emmanuel Santana Borges

o peso do estado no desenvolvimento da sociedade brasileira:

a interpretação de Raymundo Faoro
e Fernando Henrique Cardoso

INTRODUÇÃO

Raymundo Faoro e Fernando Henrique Cardoso foram dois autores que buscaram interpretar o Brasil a partir de uma análise concreta da realidade brasileira, rompendo com padrões pré-concebidos que dominavam o pensamento de suas épocas. Nesse sentido, Cardoso buscou superar as teses pessimistas que dominavam a esquerda intelectual e diziam que o Brasil só poderia se desenvolver após romper com um passado de dominação colonial e um presente de dependência econômica externa. Para tanto, circunscreveu seu debate dentro do paradigma marxista com aportes weberianos, seguindo a tradição dominante no pensamento sociológico do período²⁸. Já Faoro foi além, ao tentar construir um pensamento que fosse completamente desvinculado do marxismo e weberianismo clássicos e que desse conta das especificidades de um Brasil que, ao não compartilhar com o passado feudal das nações de vanguarda, também não compartilharia de seu presente capitalista, pautado no cálculo racional do lucro.

Ambos os autores quiseram romper com as amarras intelectuais de seu tempo, criando teorias que pensassem um Brasil com olhos de brasileiros. Mas os dois autores chegaram a resultados muito distintos. Enquanto o pensamento de Faoro foi marcado por um pessimismo quanto ao futuro da nação, prisioneira das vontades de um estamento burocrático que sufocava a sociedade civil, Cardoso afirmava que o desenvolvimento em terras tupiniquins era possível, mesmo que de forma dependente e associada.

Não obstante, talvez por terem abandonado pensamentos pré-concebidos a respeito da realidade brasileira, os dois se utilizam de um mesmo elemento central em suas teses: o estamento burocrático derivado de um estado patrimonialista. Esse elemento é mais visível na

²⁸ No que tange ao debate acerca da filiação teórica de Cardoso, sugerimos conferir Franklin (2016).

obra de Faoro, mas não só está presente em Cardoso como também ocupa um lugar central em seu pensamento.

O presente trabalho tem por objetivo evidenciar as relações entre o pensamento de Faoro e de Cardoso, no que tangem ao papel da burocracia estatal no desenvolvimento da nação. Esse não é um debate inédito, no sentido de que há outros autores que trataram o tema de forma similar. Sérgio Tavolaro (2005), por exemplo, defende a posição de que não há uma ligação entre os pensamentos de Faoro, como representante da vertente sobre a herança patriarcal-patrimonial no Brasil, e de Cardoso, representante da teoria sociológica da dependência. Segundo Tavolaro, o único ponto de semelhança entre os dois autores seria a ideia de que o Brasil apresenta um desvio com relação à modernidade, na forma em que ela se manifesta nos países centrais.

Já Luiz Werneck Vianna (2006) defende a ideia de que o pensamento de Cardoso só se aproximou de Faoro, no que tange às raízes patrimoniais da sociedade brasileira, após aquele ocupar o cargo de presidente da República. Assim, Vianna afirma que essa é a origem das políticas engendradas por Cardoso na década de 1990, com um processo de abertura econômica, desaparecimento do setor produtivo estatal e reforma da gestão do Estado. Ribeiro (2010), apresentando uma interpretação mais próxima à que será explorada nesse trabalho, aponta para a centralidade do conceito de patrimonialismo no pensamento de Fernando Henrique Cardoso em toda a sua obra, sendo também, um elemento fundamental para as medidas tomadas por ele durante o exercício da presidência da República.

Diferente do que faremos aqui, os referidos autores não trataram exclusivamente da figura do estamento burocrático, mas sim do regime patrimonialista do qual ele tem origem. A fim de contribuir para esse debate, apresentaremos a concepção dos dois autores com respeito ao estamento burocrático, evidenciando suas semelhanças e dissimilaridades. Iniciaremos pelo pensamento de Faoro, analisando a forma como

trata o estamento burocrático na obra “Os donos do poder”. Em seguida apresentaremos o pensamento de Cardoso, destacando como esse mesmo conceito está presente de uma forma transversal em toda sua obra. Por fim, traçaremos alguns comentários a título de conclusão.

O ESTAMENTO BUROCRÁTICO EM RAYMUNDO FAORO

Na concepção de Raymundo Faoro, a camada de poder que paira sobre as classes e domina o Estado brasileiro é o que ele chama de estamento burocrático. Esse estamento, que se constitui no aparelho político-administrativo do Estado, fecha-se sobre si mesmo, no sentido de que, a despeito de ter sido composto para gerenciar os negócios de outro (primeiramente, os negócios privados do príncipe e, depois, a coisa pública) busca atender apenas seus próprios interesses. O estamento burocrático domina a esfera econômica, subjugando as classes ao seu próprio interesse. Nas palavras de Faoro (2001, p. 826):

O estamento burocrático comanda o ramo civil e militar da administração e, dessa base, com aparelhamento próprio, invade e dirige a esfera econômica, política e financeira. No campo econômico, as medidas postas em prática, que ultrapassam a regulamentação formal da ideologia liberal, alcançam desde as prescrições financeiras e monetárias até a gestão direta das empresas, passando pelo regime das concessões estatais e das ordenações sobre o trabalho. Atuar diretamente ou mediante incentivos serão técnicas desenvolvidas dentro de um só escopo.

O termo “burocrático”, como é utilizado por Faoro, não possui o sentido modernizador (positivo) como em Max Weber. Pelo contrário, ele representa a apropriação do cargo público por parte daquele que o exerce, explorando economicamente o monopólio que possui sobre o exercício de função pública, direcionando a economia conforme

seus interesses. Assim, esse caráter burocrático do estamento impede o desenvolvimento da calculabilidade e da racionalidade econômica, marcas do capitalismo de caráter industrial. Ao invés da burocracia garantir a impessoalidade da gestão pública, ela proporciona exatamente o contrário. Não a pessoalidade do chefe do governo, mas sim a pessoalidade por parte daqueles que compõem o aparelhamento do Estado em todos os níveis.

Já o termo “estamento” refere-se ao fato de que essa camada de poder não constitui uma classe. O estamento é uma camada social²⁹, que surge a partir de uma comunidade possuidora de uma identidade própria, baseada em um prestígio que emana do exercício do poder e se infunde em toda a sociedade. Faz parte da cultura estamental a diferenciação pessoal que caracteriza a dominação tradicional. Para fazer parte do estamento, o sujeito deve se mostrar apto, precisa possuir a capacidade e o perfil adequado, condizente com o estamento. Não importa a classe a qual pertença: seja das classes aristocráticas, burguesas ou das classes oprimidas, uma vez que um indivíduo é integrado ao estamento burocrático, passa a possuir privilégios e emanar uma autoridade própria.

Por sua vez, para Faoro, a classe é um fenômeno de mercado, econômico, que pode ou não constituir uma identidade e agir em conjunto na defesa de seus próprios interesses. O que diferencia os indivíduos de classes diferentes é a forma como exploram seus bens. O autor destaca a existência de três classes com seus polos positivos e negativos: a classe proprietária, a classe lucrativa (ou especulativa) e a classe média.

A classe proprietária se define pelas diferenças de bens, que determinam a situação dos membros. O setor positivamente privilegiado se compõe de senhores de rendas – rendas colhidas em imóveis, escravos, barcos, valores e créditos. No pólo contrário, gemem os objetos da propriedade (escravos), déclassés,

29 No sentido de que é um fenômeno social e não econômico.

devedores, pobres. A classe lucrativa (especulativa) encontra seu caráter nas probabilidades de valorização de bens e serviços no mercado – comerciantes, armadores, industriais, empresários agrícolas, banqueiros e financistas [...]. Os trabalhadores, qualificados, semiquualificados e braçais, se agrupam no extremo negativamente privilegiado. A chamada classe média recolhe as camadas intermediárias dos grupos proprietários e especuladores e mais setores de expressão própria: a pequena burguesia antiga e a nova classe média dos empregados com status quase autônomo (white collar) (FAORO, 2001, p. 237).

O estamento paira sobre as classes, insensível ao embate entre elas. Ele se aproxima das classes proprietária e média quanto ao estilo de vida, mas é, sobretudo, da classe lucrativa que se alimenta. O estamento cerceia a livre iniciativa e direciona a classe lucrativa para as atividades econômicas que julga mais interessante.

Fica claro que o conceito de “classe” utilizado por Faoro não é equivalente aos homônimos marxista e weberiano, nem essa é sua proposta. O autor se esforça para empregar os conceitos habituais das ciências políticas e sociais e usá-los com um sentido próprio, como julga mais adequado para a compreensão da realidade brasileira.

A ORIGEM DO ESTAMENTO BUROCRÁTICO

Em Faoro, um estamento, como um agrupamento de pessoas que desfrutam de um mesmo privilégio, decorrente de um status pessoal, é uma formação social que surge de modo espontâneo em qualquer sociedade que não seja dominada pelo mercado. Não obstante, o desenvolvimento do capitalismo, com seu caráter modernizante, tende a reduzir o prestígio do estamento, aproximando-os da extinção.

Tal teria sido o ocorrido em países, como Inglaterra e França, que apresentaram em algum momento de sua história um passado

feudal. No entanto, o feudalismo é, para Faoro, uma formação social acidental, um *desvio na formação da nação politicamente organizada* (FAORO, 2001, p. 36).

Assim, a capacidade de sobrevivência que o estamento burocrático demonstrou no percurso histórico do desenvolvimento do capitalismo no Brasil está relacionada com o fato de que o país não experimentou o desvio feudal em sua formação. Ao invés do feudalismo, o país conheceu a monarquia patrimonialista, importada de Portugal.

O patrimonialismo não logrou ser suplantado pelo capitalismo de caráter industrial. Em seu lugar, como única alternativa possível, surgiu o que Faoro caracteriza por capitalismo politicamente orientado, um tipo específico que não só preserva o estamento burocrático como é dirigido por ele. Esse capitalismo político se constitui como o único capitalismo possível posto que, desde a formação do Estado português, o desenvolvimento da atividade lucrativa foi controlado pelo estamento, inicialmente como negócio do príncipe e posteriormente como negócio público. A livre iniciativa não dispôs da autonomia necessária para buscar no desenvolvimento da atividade econômica a satisfação do seu desejo de lucro. Ao invés disso, ela se aproximava do Estado, que a tutorava, e mendigava concessões e monopólios que o estamento distribuía da forma que lhe convinha.

Em uma sociedade patrimonialista, dominada pelo estamento, como a sociedade brasileira, este se constitui na ponte que ligará essa sociedade com o mundo externo, de modo que as transformações modernizantes que surgem como uma pressão política ou econômica internacional só serão incorporadas após digeridas e adaptadas à realidade do estamento. O modo de produção capitalista, portanto, só se difunde nessa sociedade após ter sido modificado e adaptado para a realidade estamental. A modernização transforma a sociedade para preservar a estrutura de dominação tradicional.

Assim, o estamento burocrático possui suas origens no passado patrimonialista, mas não pode ser considerado um resto de um passado que persiste fora de seu tempo. Ao contrário da crítica marxista e liberal, que considera a existência de resquícios feudais em uma sociedade capitalista moderna como um fenômeno transitório, Faoro destaca que o capitalismo politicamente orientado não é uma etapa intermediária na passagem para o capitalismo, mas a forma como este se desenvolve sobre os países de herança patrimonialista.

A crítica liberal e a marxista, ao admitirem a realidade histórica do Estado patrimonial, com sua alma no capitalismo politicamente orientado, partem do pressuposto da transitoriedade do fenômeno, que como resíduo anacrônico, quer como fase de transição. Ambas, na verdade, comparam a estátua imperfeita a um tipo ideal, este, em termos de distância histórica, de existência mais curta, de cores mais embaralhadas que a clara visão de seus ideólogos (FAORO, 2001, p. 821-822).

A INDUSTRIALIZAÇÃO DIRIGIDA PELO ESTAMENTO

Para Raymundo Faoro, o capitalismo comercial, politicamente orientado, surgiu cedo na sociedade portuguesa. A estrutura patrimonial, ao impedir a calculabilidade e a racionalidade, gerou um efeito estabilizador na economia, impedindo a difusão do capitalismo industrial. Em Portugal a *atividade industrial, quando emerge, decorre de estímulos, favores, privilégios, sem que a empresa individual, baseada racionalmente no cálculo, incólume às intervenções governamentais, ganhe incremento autônomo* (FAORO, 2001, p. 40).

Essa estrutura patrimonialista, transplantada para o Brasil, levou ao Estado a incumbência de dirigir o processo de industrialização da economia. Faoro destaca que esse processo foi levado a

cabo pelo estamento burocrático após a Revolução de 1930, movido pelo propósito de emancipar o país da subordinação externa. A industrialização, vista como a única forma de superar a dependência, consolidou o domínio político do aparato estatal sobre a economia, agora com foco na atividade produtiva.

O resultado de uma ampla intervenção estatal no setor industrial, ora incentivando, ora produzindo diretamente sob o controle do estamento, foi a incapacidade de desenvolver, na iniciativa privada, a capacidade para o cálculo racional. Outro ponto de destaque é que, do mesmo modo em que na monarquia patrimonialista o extrato mais lucrativo da atividade comercial ficava sob o domínio direto do príncipe, nesse capitalismo politicamente orientado de matriz industrial, as atividades essenciais para a industrialização ficaram sob o controle direto do estamento burocrático. A iniciativa privada não é impedida de atuar, mas quando atua o faz por meio de concessões e incentivos do Estado.

A BUROCRACIA ESTATAL EM FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

A preocupação em abordar os impactos da existência de um grupo social, desvinculados das classes econômicas, que domina o aparelho estatal está presente desde cedo nas obras de Fernando Henrique Cardoso. Não obstante, ao contrário de Faoro, Cardoso demonstra uma preocupação em respeitar as conceituações teóricas dos autores clássicos das ciências sociais.

Por esse motivo, o autor evita tratar o estamento como um grupo autônomo em relação às classes, como faz Faoro. Ao invés disso, busca vincular as ações do estamento com os interesses da classe burguesa, ao mesmo tempo em que indica que as relações políticas devem ser levadas em consideração nos estudos do desenvolvimento econômico.

Para evidenciar a importância e o papel do aparelhamento do Estado no pensamento de Cardoso, faremos a seguir um resgate desse assunto como tratado em algumas de suas obras. Tal abordagem se inicia desde a obra “Capitalismo e escravidão no Brasil meridional”, escrita em 1962, quando o autor destaca o papel do estamento burocrático em garantir os interesses da Coroa portuguesa no início da formação do Rio Grande do Sul, e mostra como esse estamento foi posteriormente dominado pelos senhores de terras locais (CARDOSO, 1962).

Mas é na década de 1970 que o estamento burocrático ganha mais importância no pensamento do autor, ao mesmo tempo em que ele se volta para a questão da dependência brasileira. Na obra “Dependência e desenvolvimento na América Latina”, escrita em 1969 em coautoria com o sociólogo marxista chileno Enzo Faletto, os autores afirmam que o desenvolvimento dos países latino-americanos é retardado pela tentativa dos grupos políticos de dominação tradicional em se manterem no poder. Além disso, evidenciam que, pela ação dessas forças políticas, a implantação do modo capitalista de produção não gera obrigatoriamente um processo de modernização no sentido de exclusão dos “grupos tradicionais” na dominação da vida econômica (CARDOSO; FALETTO, 1979).

Essa referência não é tão explícita pelo fato dos autores não tratarem de um país em específico, mas da América Latina como um todo. Mas fica claro, no artigo “Notas sobre o estado atual dos estudos sobre a dependência”, publicado originalmente em 1973, o significado desses “grupos tradicionais” no Brasil (CARDOSO, 1978, p. 391):

A título de mera ilustração: amiúde o “partido” nas sociedades dependentes é um “setor do Estado” ocupado por um “grupo social”. Entretanto, este “grupo social”, embora implemente interesse econômico de classe (em última instância...) pode muito bem estar constituído sob a liderança de “funcionários”, ou seja, de membros do aparelho do Estado.

É na obra “Autoritarismo e democratização”, de 1975, que Cardoso apresenta sua conceituação de forma mais cristalizada sobre o tema, e também que a semelhança com o pensamento de Faoro fica mais aparente. Nela, o autor trata do peso que uma estrutura política que nunca foi democrática e que se formou no solo Ibérico e dele foi transplantada para a América sem jamais ter sido realmente europeia (CARDOSO, 1975, p. 12) possui para a formação de um desenvolvimento capitalista dependente e associado no Brasil.

Nessa obra, o autor analisa a forma como o Estado patrimonial português influenciou a formação das cidades na América, cujas sociedades se estruturavam em torno de dois tipos sociais: o funcionário e o senhor de terras. Em seguida, descreve como, no decorrer da história do Brasil, o domínio do estamento burocrático conseguiu sobreviver, enfrentando períodos de altos e baixos, consolidando-se no golpe de 1964. O autor estabelece a ligação entre o regime autoritário, o estamento burocrático e suas vinculações com a classe burguesa (CARDOSO, 1975, p. 40):

Eu penso que os regimes deste tipo [antidemocráticos], nas sociedades dependentes, encontram sua *raison d'être* [...] nos interesses sociais e políticos dos estamentos burocráticos que controlam o Estado (civis e militares) e que se organizam cada vez mais no sentido de controlar o setor estatal do aparelho produtivo.

O controle do aparelho produtivo por parte do estamento burocrático daria origem ao que Cardoso chamou de burguesia de Estado. Além disso, é preciso destacar que ao dizer que o estamento controla o Estado, o autor não está supondo que faça isso acima dos interesses das classes. Ao contrário, ele é enfático ao afirmar que os interesses da classe burguesa são garantidos pelo estamento em uma relação intermediada pelos “anéis burocráticos”.

A BURGUESIA DE ESTADO E OS ANÉIS BUROCRÁTICOS

Como foi ressaltado anteriormente, Cardoso busca relacionar a existência do estamento burocrático com os interesses burgueses, de forma que aquele não se constitua em um grupo autônomo, totalmente desprendido das relações de classe. Para tanto, utiliza o conceito de burguesia de Estado e de anéis burocráticos.

O primeiro desses conceitos refere-se a uma parcela do estamento burocrático que desempenha um papel reservado à classe burguesa: explorar o trabalho através da propriedade dos meios de produção. O que faz essa camada não ser um extrato da classe burguesa propriamente dita é o fato de que os meios de produção que estão à sua disposição são de propriedade pública, organizados em empresas estatais.

Essa formação está relacionada com a difusão de empresas estatais que aconteceu, sobretudo, a partir da década de 1930 e ganhou força no regime militar de 1964. Cardoso destaca que apesar do regime de propriedade dos meios de produção ser público, o mesmo não pode ser dito sobre seu controle (no sentido de que não se vinculava com os desejos da população).

O capital, como afirma Cardoso (1975, p. 17), “não conhece distinção entre ‘público’ e ‘privado’”, de modo que a existência desse grupo social distinto dos seus correspondentes privados não altera os mecanismos econômicos do capitalismo, servindo, no fim das contas, como um suporte para a acumulação capitalista. Não obstante, a burguesia de Estado gera grandes mudanças nos aspectos políticos, no sentido de que o âmbito de decisão do processo produtivo não se restringe ao ambiente da empresa, podendo-se ligar a questões políticas mais amplas – quiçá a um movimento de um estatismo expansionista.

Por fim, essa burguesia de Estado, de qualquer forma, tornou-se um agente importante no desenvolvimento da sociedade brasileira, compondo, juntamente com o empresariado nacional e com as empresas multinacionais, o que Cardoso denominou de “tripé do desenvolvimento dependente-associado”.

Ainda dentro do esforço que Cardoso empreende para evidenciar a forma como o estamento burocrático encontra-se relacionado com os interesses da classe dominante, encontra-se o conceito de “anéis burocráticos”. Nas palavras do próprio autor (CARDOSO, 1978, p. 391-392):

Por esta expressão entendo o círculo de interesses que se forma compatibilizando os anseios políticos e as necessidades econômicas de grupos e facções de classes distintas (a própria burocracia, especialmente a militar, o empresariado nacional ou estrangeiro, as empresas do Estado etc.) para, num dado momento, sustentar um conjunto de políticas.

Com esse conceito, Cardoso ressalta que o Estado não figura como um elemento autônomo diante da classe dominante, mas que existe um processo de simbiose entre o Estado e a sociedade civil. Os interesses de grupos distintos são executados pelo Estado, transmitidos para o aparato de funcionários públicos por meio desses anéis burocráticos.

De um lado, a existência desses anéis remove o caráter de dominação tradicional do estamento burocrático, ao relacioná-lo com os interesses de classes. De outro, evidencia o processo de “privatização” do Estado, no sentido que diferentes grupos da burocracia que se encastelam na máquina pública vinculam-se a interesses puramente privados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica claro que, a despeito da diferença de forma presente nos dois autores, ambos tratam de um mesmo fenômeno ao retratar o aparelho do Estado no Brasil. Em primeiro lugar, para os dois autores esse estamento burocrático representa a sobrevivência de um elemento de dominação tradicional no seio do capitalismo brasileiro. Esse elemento não só sobrevive como domina o sistema político e econômico da nação.

Ambos apontam a origem do estamento no Estado patrimonialista de origem Ibérica, transplantado para o Brasil no período colonial, e concordam com o papel que o estamento desempenhou no desenvolvimento histórico do Brasil³⁰, atrasando o progresso econômico e social. Outro ponto de similitude é que, para os dois autores, o aparelhamento estatal estabelece a ponte com o mundo externo, de modo que os processos de modernização só são incorporados à sociedade após serem moldados de acordo com a vontade e o interesse do estamento.

Além disso, o conceito de burguesia de Estado, presente em Cardoso, se mostra compatível, em certa medida, com o pensamento de Faoro. Cardoso cria esse conceito como forma de estabelecer uma relação entre estamento e classe, e aponta sua origem para o início da industrialização no Brasil, por volta da década de 1930 e 1940. Faoro, ao abordar o mesmo período histórico, também põe em evidência o domínio direto do Estado sobre a atividade industrial e, quanto à relação entre classe e estamento, é preciso lembrar que o conceito de classe presente em Faoro não é o mesmo utilizado pela análise marxista (compatível com a interpretação de Cardoso). Portanto, dizer que parte do estamento realiza o papel reservado à burguesia de exploração dos meios de produção não é uma afirmação incompatível com o pensamento de Faoro.

30 Para mais detalhes sobre esse ponto, ver Cardoso (1994).

Um último elemento de concordância, e talvez o mais significativo, é que tanto para Faoro quanto para Cardoso a existência do estamento no seio do capitalismo moderno do Brasil não representa um elemento anacrônico, mas sim a especificidade do capitalismo possível nessa nação: o capitalismo politicamente orientado para o primeiro, e dependente-associado para o segundo. Podemos dizer que talvez esse ponto seja o mais significativo posto que é o ponto no qual os dois autores divergem da maioria dos interpretes do Brasil, de vertentes que vão desde a liberal até a marxista, que apontam a sociedade tradicional como um ponto transitório na passagem para o capitalismo.

Como ponto de discordância, o único que incompatibiliza o pensamento dos dois autores, derivado da preocupação de Cardoso em circunscrever sua análise no âmbito do discurso acadêmico que dominava a sociologia em sua época, diz respeito à autonomia do estamento frente às classes. Faoro é enfático ao destacar que o estamento burocrático domina a nação mantendo-se acima do conflito entre as classes, representando somente seus interesses. Já Cardoso argumenta que, por meio dos anéis burocráticos, os interesses das classes são garantidos pelo estamento, de modo que esse não é um corpo completamente alheio aos anseios da sociedade.

Por fim, podemos resumir o debate nos seguintes termos: no pensamento de Cardoso, o estamento burocrático aparece como uma instituição um pouco enfraquecida, comparada com a forma que lhe dá Faoro; mas há uma concordância entre os dois autores de que não é possível compreender o desenvolvimento capitalista no Brasil sem levar em consideração as forças políticas que dominam a nação.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional:** o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.
- CARDOSO, F. H. **Autoritarismo e Democratização.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- CARDOSO, F. H. Notas sobre o estado atual dos estudos sobre a dependência. *In*: SERRA, J. (org.). **América Latina:** ensaios de interpretação econômica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CARDOSO, F. H. **A construção da democracia:** estudos sobre política. São Paulo: Siciliano, 1994.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina:** ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- FAORO, R. **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Editora Globo, 2001.
- FRANKLIN, R. S. P. Seria Fernando Henrique Cardoso um weberiano? **História Econômica & História de Empresas**, v. 19, p. 189-219, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.29182/hehe.v19i1.417>
- RIBEIRO, M. A. F. O patrimonialismo na sociologia de Fernando Henrique Cardoso e o atraso brasileiro. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais:** CSOnline, Juiz de Fora, v. 4, n. 9, p. 179-205, jan. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17144>
- TAVOLARO, S. B. F. Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 5-22, out. 2005. Disponível em: <http://ref.scielo.org/gxqznt>
- VIANNA, L. W. O presidente e a revolução passiva. *In*: **Esquerda brasileira e tradição republicana:** estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

6

Raimundo Paulino da Silva
Francisco de Assis Kuhn
Lílian Almeida de Souza Cid
Ana Laudelina Ferreira Gomes

Florestan Fernandes e JESSÉ SOUZA: dois intérpretes do Brasil

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objeto de análise, uma reflexão teórica, porém articulada com a conjuntura brasileira, o pensamento sociológico de dois dos mais importantes sociólogos brasileiros: Florestan Fernandes e Jessé Souza. O primeiro, paulista de nascimento, de pensamento crítico e militante de esquerda, considerado o príncipe dos sociólogos, percorreu uma trajetória das mais brilhantes e o segundo, natural do Rio Grande do Norte, sendo sua trajetória acadêmica e profissional realizada no Centro-sul do Brasil e, também, de pensamento crítico, tem revolucionado a sociologia brasileira contemporânea com uma análise de conjuntura arguta e crítica aos clássicos das Ciências Sociais, tais como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Raimundo Faoro, entre outros.

O principal objetivo consiste em analisar até que ponto a sociologia de Florestan influencia o pensamento sociológico de Jessé Souza, considerando o contexto histórico em que ambos produziram suas obras, em especial, interpretando o Brasil. Partimos da hipótese de que a sociologia de Florestan está atual, para se compreender a conjuntura nacional, sobretudo nestes últimos anos, e isso tem contribuído em muitos aspectos para a análise sociológica ora realizada por Jessé Souza. Do ponto de vista teórico, inicialmente, analisamos as obras que mais tratam de interpretação da sociedade brasileira, visto que nosso enfoque é de natureza histórico-sociológica. De Florestan, *A Revolução Burguesa no Brasil* (1976a); e, *A integração do negro na sociedade de classe* (1978). De Jessé, *A tolice brasileira* (2015); *A Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro* (2018a) e *A classe média no espelho* (2018b).

Para a realização deste estudo, em termos metodológicos, utilizamos a análise documental, tendo como fonte primária, as obras de Florestan Fernandes e Jessé Souza, as quais se constituíram em nosso

campo de análise. Como procedimento, adotamos a leitura, análise e interpretação da obra pesquisada.

O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Interpretar a sociedade brasileiro é tarefa de pesquisadores, sobretudo de cientistas sociais, tal como afirma Ianni (2004, p. 60): “todo cientista social está desafiado a desenvolver a sua pesquisa e análise a partir do que estava, está ou parece estabelecido; é como se olhasse o presente, o passado e o futuro desde o olhar de algum clássico. Neste contexto, entendemos que a ciência social crítica não é um bla bla abstrato, mas uma arma poderosa para a reconstrução da realidade opaca em pensamento e uma intervenção inteligente na realidade” (SOUZA, 2015, p. 221).

Historicamente, no Brasil, o século XX é marcado por três pensadores clássicos, se não os mais conhecidos dos estudos desse século: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior. Isso não significa dizer que outros pensadores desse nível não tenham publicado obras relevantes sobre a nossa sociedade, tais como Oliveira Vianna, Raimundo Faoro, Manuel Bomfim, entre outros, no entanto o foco em nossa análise são Florestan e Jessé.

Tal como citado, Octavio Ianni, outro importante estudioso da nossa sociedade, se preocupou em analisar o Brasil e fez estudos acerca da história do pensamento social brasileiro. Segundo ele, “desde antes de 30 já era intenso e fecundo o debate sobre a formação e as perspectivas da sociedade brasileira” (IANNI, 2004, p. 28). Nesse período, várias temáticas e questões eram discutidas, destacadamente a partir da “Abolição da escravatura, Proclamação da República, a imigração europeia, as crises periódicas da economia

primária exportadora, os obstáculos internos e externos à industrialização colocavam-se de forma premente” (IANNI, 2004, p. 28).

Ainda para este sociólogo,

Muitos se debruçaram sobre as peculiaridades da sociedade brasileira, as desigualdades regionais, a heterogeneidade étnica, as heranças do escravismo, as contribuições dos imigrantes, o peso das oligarquias ou clãs agrários, o predomínio do privatismo sobre o espírito público, os partidos políticos personalistas, a precariedade dos processos eleitorais, as urgências do nacionalismo, o fascínio pelas ideias e soluções estrangeiras, a importância da modernização do aparelho estatal, o significado dirigente do Estado, a conquista da cidadania e outros dilemas da sociedade brasileira na época (IANNI, 2004, p. 28).

Importante lembrar que algumas dessas temáticas estão ainda muito presentes no Brasil do século XXI. Ianni (2004, p. 67) ainda diz que *O Brasil pode ser visto como um país, uma sociedade nacional, uma nação ou um Estado-Nação, em busca de conceito.*

O SOCIÓLOGO FLORESTAN FERNANDES

Florestan Fernandes, paulista, nasceu em 1920. É considerado o mais importante sociólogo brasileiro, visto que “inaugura um novo estilo de pensar a realidade social. Este estilo passa a fazer parte dessa ciência social, como uma das suas correntes principais, constituindo-se em um dos paradigmas mais importantes” (IANNI, 2004, p. 307).

Não obstante a relevância do pensamento de Florestan, consideramos que deveria ser mais estudado, face às contribuições que trouxe para essa ciência e para a sociedade, sobre a vasta obra que produziu e publicou, sempre preocupado com as questões mais prementes que atravessa a nossa sociedade, para cita apenas, as desigualdades sociais, destacamente a de raça e de classe.

Além disso, “Florestan é fundador da sociologia crítica no Brasil. Toda sua produção intelectual está impregnada de um estilo de reflexão que questiona a realidade social e o pensamento” (IANNI, 2011, p. 28).

A sua história de vida, marcada pela extrema pobreza, destacadamente no contexto familiar em que nasceu, tem alguma implicância com a ciência social que produziu. Segundo suas próprias palavras:

Eu nunca teria sido o sociólogo em que me converti sem o meu passado e sem a socialização pré e extraescolar que recebi, através das duras lições de vida (...). Iniciei a minha aprendizagem sociológica aos seis anos, quando precisei ganhar a vida como se fosse um adulto, a penetrei, pelas vias da experiência concreta, no conhecimento do que é a convivência humana e a sociedade (...). A criança estava perdida nesse mundo hostil e tinha de voltar-se para dentro de si mesma para procurar, nas técnicas do corpo e nos ardis dos fracos, os meios de auto-defesa para a sobrevivência. Eu não estava sozinho. Havia a minha mãe. Porém, a soma de duas fraquezas não compõem uma força. Éramos varridos pela tempestade da vida e o que nos salvou foi o nosso orgulho de selvagem (IANNI, 2011, p. 17).

Para muitos estudiosos, A integração do negro da sociedade de classe é seu livro mais importante, em especial em suas análises acerca da situação do negro, pós 1988, que foi “liberto” e ficou à deriva, sem saber para aonde ir.

Nesse livro, Florestan tenta reconstruir o drama que o negro viveu na difícil adaptabilidade aos moldes da sociedade de trabalho livre (nos anos que sucederam à Abolição), fruto de um passado rústico e degradante social, cultural e moralmente. Para isso, ele utiliza-se de dados empíricos coletados em épocas distintas, muitas histórias de vida (FERNANDES, 1978).

Ou seja, esse momento culmina com a grande leva de chegada de imigrantes ao Brasil, prioritariamente no Sul e Sudeste. Essa situação, segundo Florestan, leva ao negro liberto a se marginalizar,

criando muitos problemas, como a prostituição, drogas e crimes, mas não por culpa dele e sim, por uma elite irresponsável que, por motivos que não se sabe, não se apropriou da mão obra dessa classe tão excluída em nossa sociedade.

O SOCIÓLOGO JESSÉ SOUZA

Um dos sociólogos contemporâneos mais atuantes em termos de produção sociológica, Jessé Souza, nascido no Rio Grande do Norte, mas emigrou para o Centro-Sul do país antes de entrar na universidade. Não obstante a sua atividade docente, tem uma relativa produção acadêmica, publicando quase sempre um livro por ano.

Seu pensamento sociológico centra nas análises da sociedade brasileira, em especial num dos problemas centrais mais agudo que são desigualdades sociais. Diferentemente de Florestan, Jessé faz uma análise histórica da produção sociológica brasileira, apontando os principais intérpretes do Brasil, sobretudo o tripé Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Raimundo Faoro. Ele analisa outros pensadores, mas vamos nos ater neste estudo, apenas a crítica que faz a esses três.

Num estudo sobre Jessé Souza, Marcos Abraão Ribeiro, mostra a preocupação em dois aspectos centrais da obra do sociólogo potiguar: “Desde a publicação de *A modernização seletiva* (2000) Jessé Souza tem realizado um esforço sistemático para construir uma reinterpretação do processo de modernização e da profunda desigualdade social brasileira” (RIBEIRO, 2019, p. 223).

Em *Subcidadania brasileira*, Jessé narra seu esforço no sentido de sistematizar e pensar a sociedade brasileira e seus conflitos fundamentais de maneira inovadora. Para ele, essa “inovação é teórica e implica construir um novo paradigma de explicação, ou seja, um novo

modo de pensar e se compreender a sociedade brasileira na sua totalidade” (SOUZA, 2018a, p. 9). Ao ler a obra de Souza, já começamos a perceber que ele procurar fazer uma interpretação do Brasil de modo diferente dos seus antecessores, não no sentido da obra desse ter mais qualidade do que a dos outros, mas em se tratando de fazer uma crítica, até certo ponto contundente, dos pensadores sociais considerados clássicos de nossa sociedade.

Essa inovação da qual fala Jessé, tem um caráter epistemológico, mas também metodológico. Há algumas críticas de comentadores da obra de Jessé, e uma delas nós discordamos, aquela de que é um ensaísta. Em quase toda obra, é possível se ver claramente, dados empíricos. Em *A classe média no espelho* é resultado de trabalho de campo que fez em o país, por exemplo. Em *A elite do atraso*, ele faz uma análise de conteúdo de trinta dias do *Jornal Nacional da Rede Globo de televisão* (SOUZA, 2017).

Em *A classe média no espelho*, Jessé afirma que “O Brasil do jeitinho, do patrimonialismo e da corrupção só serve para moralizar a dominação de poucos sobre muitos” (SOUZA, 2018b, p. 259). Ainda para ele, o elemento especificamente brasileiro vai ser dado pela forma das relações de classe, ou seja, as relações peculiares entre a classe média e a elite, de um lado, e, de outro, entre as classe média e as classes populares (SOUZA, 2018b, p. 259).

Com relação aos três teóricos sociais citados, começemos por Gilberto Freyre, sobre o qual Souza afirma ter sido “a figura demiúrgica desse período. Intelectual ambíguo e contraditório, Freyre construiu todo o enredo do Brasil moderno prenhe de ambiguidades e contradições como seu criador” (SOUZA, 2018a, p. 13). Ainda para Souza (2018, p. 13), “Freyre procurou e conseguiu criar um sentimento de identidade nacional brasileiro que permitisse algum orgulho nacional como fonte de solidariedade interna”.

Essa crítica que Souza faz de Freyre, nosso ver, não quer dizer que a obra freyriana não é para ser lida, nem estudada. Ao contrário, todo clássico merece ser lido e relido, tal como diz Italo Calvino³¹, até porque um dos escritores Freyre tem uma capacidade de escrita das mais bonita, a qual mescla-se rigor científico e estética.

Já a crítica que Souza faz de Sergio Buarque de Holanda diz respeito ao patrimonialismo. Este, para Souza (2018a, p. 17), é o conceito “mais fajuto e mais influente de todo o pensamento social brasileiro”. Além disso, Buarque esconde as causas reais de nossa abissal desigualdade social (SOUZA, 2018a, p. 19). Em Raízes do Brasil, segundo Souza (2015), Buarque plantou no nosso pensamento social a erva danina do teorema personalista/patrimonialista, bem como a tese do brasileiro como um tipo social guiado mais pela emoção do que pela razão.

Em Os donos do poder, Raimundo Faoro procura, desde o início que “sua tarefa é demonstrar o caráter patrimonialista do Estado e, por extensão, de toda sociedade brasileira” (SOUZA, 2015, p. 53). Ainda para Souza

Apesar da narrativa elegante e literalmente erudita, todos os pressupostos, tanto os históricos quanto os sociológicos, da análise de Faoro são falsos. Repetem também passo a passo a síndrome conceitual do liberalismo conservador, cuja fragilidade conceitual e histórica é clara como a luz do sol do meio dia (SOUZA, 2015, p. 59).

Esses três teóricos, cuja obra é bastante lida e estudada pela academia brasileira, para Jessé, merece ser lida e criticada, visto que as obras desses intérpretes do Brasil precisam de uma leitura mais crítica para se compreender a nossa sociedade, desde sua formação, a contemporaneidade.

31 Por que ler os clássicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ANÁLISES INTERPRETATIVAS: O BRASIL DE FLORESTAN E DE JESSÉ

Dos sociólogos brasileiros, Florestan é o único, pelo menos é o que se percebe na obra de Jessé, que não recebe muitas críticas, tal como esses acima citados. A nosso ver, isso decorre de duas justificativas nossas: a primeira, no sentido de ambos terem uma afinidade com a teoria marxista e segunda, é possível que Jessé não tenha se aprofundado em toda obra florestaniana. A razão para isso é que poucas obras de Florestan são citadas por Jessé. Entre tantas, duas são citadas: A revolução burguesa no Brasil e A integração do negro na sociedade de classe. O primeiro, para Jessé, é o livro-chave que trata “*precisamente da implantação e consolidação do capitalismo no Brasil*” (SOUZA, 2018a, p. 190). Além disso, para Florestan, o fator estrutural fundamental da implantação do capitalismo no Brasil é a independência política, a partir da quebra do pacto colonial e da concomitante estruturação de um Estado nacional (SOUZA, 2018, p. 191).

Já na A integração do negro na sociedade de classe, Jessé afirma que

Florestan se predispõe a empreender uma análise de como o povo emerge na história brasileira. A concentração no negro e no mulato se legitima, neste contexto, posto que foram precisamente estes grupos que tiveram o pior ponto de partida na transição da ordem escravocrata à competitiva (SOUZA, 2015, p. 129).

Da análise realizada, constatamos, enquanto resultados, as seguintes inferências. Não obstante, tanto Florestan como Jessé terem uma perspectiva crítica, em se tratando de compreender o Brasil, ainda devemos ler os referidos clássicos, mesmo que seja para servir de parâmetro para se compreender a sociedade brasileira.

Para efeito de analogia, entendemos que a nossa hipótese não se confirmou, visto que a obra de Florestan parece não ter influenciado tanto o pensamento de Jessé. Da leitura tanto de um como de outro, deduzimos que só há dois pontos de interseção entre ambos. O primeiro consiste em identificarmos que ambos têm tendência progressista, para não dizer marxista, visto que defendem as classes menos favorecidas, combatem a posição hegemônica das elites, lutando uma igualdade social a qual sabemos que não é fácil se chegar a isso, sobretudo em nossa sociedade, onde cada vez mais se agrava as desigualdades sociais.

O segundo ponto, por sua vez, é que ambos são intelectuais engajados politicamente. O Florestan mais ainda por ter se tornado deputado federal por dois mandatos pelo Estado de São Paulo, além de ter participação efetiva nos movimentos sociais, como estudantis e de educação, entre outros. Jessé, apesar de ainda estar em plena produção acadêmica e científica, até o momento não enveredou pela política partidária, apenas assumiu um cargo de confiança no governo Dilma, como presidente do Instituto Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há, em toda produção sociológica brasileira, muitos estudos de interpretação do Brasil contemporâneo, porém a nossa análise parte da obra de dois desses intérpretes. Um que pensou o Brasil do século XX e outro que pensa nosso país, desse século ao XXI, tempo no qual estamos vivendo.

Para realizarmos essa análise da intercessão do Brasil a partir de Florestan e Jessé, foi necessário fazer uma breve discussão do pensamento social brasileiro, além de destacar esses dois sociólogos

separadamente mas sempre que possível articulando as respectivas ideias, sobretudo quando pensam o Brasil e suas questões. Ainda procuramos fazer uma analogia apresentado a interseção entre os dois.

Para ajudar a nossa análise, trazemos aqui uma passagem do texto de Vilas Boas, citado por Ribeiro (2019) ao afirmar que “as interpretações contemporâneas têm no entrelaçamento entre condutas tradicionais e modernas o caminho para explicar os dilemas contemporâneos como a democracia, a cidadania e a violência que, por sua vez, demonstrariam a força explicativa de conceitos como patriarcalismo, mandonismo e patrimonialismo”.

Assim, percebemos que o Brasil pode ser explicado de várias maneiras, a partir do olhar do pesquisador, porém, sabemos que a questão ideológica está muito arraigada ao pensamento dos interpretes. Um dos dilemas de nossa sociedade é a alta desigualdade social, que estão imersos a de gênero, de classe e de raça. Nestes autores analisados, podemos perceber que esses aspectos estão presentes, explicitamente em suas respectivas obras, isso também é um ponto de convergência entre ambos.

Dessas inferências, chegamos à conclusão de que compreender o Brasil, em seus mais de quinhentos anos de história, sobretudo esses dois últimos séculos, é ir além da realidade social divulgada pelos meios de comunicação de massa, ou seja, conhecer a nossa sociedade, é necessário passar pela leitura e compreensão da obra desses dois sociólogos brasileiros, os quais interpretaram o Brasil de forma crítica. Ademias, é tarefa do cientista social, perceber o que o sendo comum não percebe. E é isso que Florestan e Jessé fizeram e nos ajudará a interpretar o Brasil, nem só dos séculos passados, mas a atual conjuntura nacional.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978, v. 1

FERNANDES, Florestan. **A reconstrução da realidade nas ciências sociais**. In: IANNI, Octavio (Org.). *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 121-172.

IANNI, Octavio. **Pensamento social brasileiro**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

RIBEIRO, Marcos Abraão. **Para além da sociologia da inautenticidade? Um diálogo com Jessé Souza**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 29. Brasília, p. 223-272, maio./ago. 2019.

SOUZA, Jessé. **A tolice brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. Rio de Janeiro: Leya, 2015.

SOUZA, Jessé. **Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro**. São Paulo: Leya, 2018.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

7

Rodrigo Badaró de Carvalho

debilidade social no pensamento brasileiro

INTRODUÇÃO

O presente capítulo consiste em síntese da proposta desenvolvida na pesquisa de Doutorado, ainda em andamento, no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFMG. Trata-se, pois, de uma proposta em elaboração, cujos resultados parciais são expostos nas próximas páginas.

Parte-se da noção fundamental de que a construção de uma imagem do Brasil, seus principais problemas e potencialidades, é obra de uma diversidade de agentes ao longo da nossa história. Papel de destaque é assumido por muitos daqueles autores clássicos do Brasil, hoje compreendidos e estudados como parte do pensamento político ou político-social brasileiro.

Exatamente por considerar esse conjunto de trabalhos como fundador de um Brasil, busca-se verificar em alguns de seus mais importantes pensadores algumas convergências que merecem ser mais profundamente tematizadas. Mais especificamente, propõe-se verificar como um conjunto de autores percebeu a sociedade brasileira e as mobilizações sociais ao longo da história. Busca-se, ainda, identificar de que forma essa leitura da história nacional impactou na construção de diferentes alternativas políticas e econômicas elaboradas por esses pensadores.

Para desenvolver essa tarefa, faz-se pesquisa em teoria, analisando a bibliografia produzida por importantes autores do pensamento nacional. Será investigado o pensamento de Oliveira Vianna, entendido como expoente de uma tradição autoritária brasileira, verificando como as suas formulações teóricas e o seu projeto para o Brasil se relacionam com a sua análise da estrutura social nacional. Em seguida, analisa-se a obra de Caio Prado Júnior, com especial ênfase no modo pelo qual a sua leitura acerca da estrutura social brasileira condiciona o seu trabalho

acerca da revolução brasileira e a sua percepção quanto à possibilidade de implementação do socialismo no Brasil. Por fim, é investigada a obra de Fernando Henrique Cardoso para, igualmente, verificar como aparece em sua obra a leitura acerca da estrutura social e compreender como essa percepção se manifesta em sua proposta de desenvolvimento associado. Acredita-se que a análise das obras desses três autores, expoentes de três diferentes tradições, abre espaço favorável para refletir sobre os impactos das construções sociais sobre o Brasil.

Trata-se de compreender qual a narrativa empreendida acerca do povo brasileiro por esses autores, representantes de diferentes tradições de pensamento, de tal forma que seja possível compreender se havia, ou não, uma convergência nas leituras feitas por eles. E, a partir disso, refletir sobre os impactos desses consensos nas construções teóricas sobre o Brasil. Acredita-se, ainda, que o retorno a esse debate a partir dessa nova perspectiva pode ser útil para retomar discussões sobre o período contemporâneo, atestando as limitações daquelas proposições diante dos fatos que permeiam o tempo presente.

A resposta preliminar ao problema levantado aponta para a predominância de uma narrativa que compreende uma debilidade social como traço central da formação nacional, atravessando diferentes pensadores, de diferentes gerações e tradições de pensamento. Em outras palavras, busca-se ver de que forma a noção recorrente no século XIX – consagrada na expressão “o Brasil não tem povo”, de Louis Couty (1881) – se atualizou e seguiu presente de alguma forma em alguns dos mais importantes pensadores nacionais do século XX, moldando a forma como esses teóricos pensaram a adoção dos seus projetos, sejam eles autoritários, liberais ou socialistas.

Acredita-se que a leitura do Brasil centrada na falta de uma cidadania ativa tenha **implicações** importantes, seja na construção de projetos autoritário, seja nos pragmáticos projetos de desenvolvimento associado, ambos incapazes de solucionar as mazelas sociais

brasileiras. E que, além disso, essas construções que não reconhecem o protagonismo social em vários momentos históricos produzem estímulos negativos para a auto compreensão do povo brasileiro e para o desenvolvimento de uma sociedade capaz de fazer frente a projetos políticos que afrontam a democracia e flexibilizam direitos.

Busca-se, pois, indicar a importância de compreender como se construiu uma autoimagem do Brasil que permeou as construções de diferentes projetos nacionais, sejam eles projetos autoritários, socialistas ou liberais. Nesse sentido, entende-se que essas construções foram e são importantes para pensar temas centrais à Ciência Política contemporânea como democracia, desenvolvimento e capitalismo no Brasil contemporâneo.

UMA DISCUSSÃO DE MÉTODO

O trabalho em teoria política foi durante um certo período tratado como campo de menor relevância, até mesmo como pré-científico. Não por acaso se consolidou a visão de "intérpretes do Brasil", como se a tarefa de interpretação fosse restrita a esse modo supostamente pré-científico (BOTELHO e LAHUERTA, 2005, p. 7-8)

Uma ruptura importante com essa abordagem se deu a partir da obra de Quentin Skinner (1969) e outros pesquisadores da *Escola de Cambridge*. Trata-se de abordagem que reforçou a importância do estudo no campo da História das Ideias, muito embora na tentativa de não cair em anacronismo Skinner tenha produzido um método centrado nas análises contextuais, terminando por limitar em boa medida as análises produzidas no campo da teoria política³².

32 Para tomar nota do debate Skinner, cf. Ricardo SILVA (2009).

A força dessa abordagem foi tal que é possível ainda hoje perceber os seus impactos. Não são poucos os autores que identificam no interior do pensamento brasileiro divisões provocadas por essa influência externa. A cisão entre abordagens “textualistas” e outras “contextualistas” no interior dos grupos que trabalham com o pensamento político e social brasileiro, por exemplo, é apontada por Sérgio Miceli em entrevista que consta em obra organizada por Lilia Schwarcz e André Botelho:

A julgar pelo recente encontro carioca do grupo, continua havendo, no meu entender, duas tendências: de um lado, uma abordagem contextualista, para a qual os textos ou obras estão como que imantados, de outro, um enfoque na linhagem da história das ideias, inclinado a fazer paráfrases, aproximações postizas entre livros e autores, ou então construindo uma perspectiva um tanto “espiritualizada” de interpretação (SCHWARCZ e BOTELHO, 2011, p. 143).

No que diz respeito às críticas ao estatuto epistemológico, aqui há contribuições que nos parecem ainda mais importantes. De forma geral, uma das principais críticas feitas nesse aspecto reside em identificar a permanência de uma espécie de abordagem positivista no campo da história das ideias ao buscar fazer uma reconstrução objetiva do passado.

Não deixa, pois, de ser curioso perceber como ao mesmo tempo em que o contextualismo da Escola de Cambridge foi responsável por dar importantes impulsos para a retomada de trabalhos em teoria, não deixou de trazer em seu interior também uma pretensão de objetividade que a aproximou de uma abordagem positivista. Essa crítica, aliás, faz valer a própria necessidade de atenção ao contexto para compreender o valor e os limites dessa abordagem. Talvez o próprio contexto da produção em Ciências Sociais no contexto anglo-saxão de meados do século passado ajude a compreender o núcleo epistemológico dessa proposição.

Para romper, em parte, com a proposta do *contextualismo de Cambridge* e para fornecer um caminho alternativo na pesquisa em teoria, centra-se o esforço de análise nas contribuições trazidas por Mark Bevir. Diferentemente de Skinner, Bevir (2011) não vê como possível a construção de um método que seja capaz de sempre levar a uma resposta que possa ser entendida como a única logicamente válida.

Dois conjuntos diferentes de conceitos podem gerar lógicas diferentes para a história das ideias, e as duas lógicas podem ser formalmente consistentes, muito embora advirta também de que não se trata de simplesmente desistir de uma lógica e adotar outra, como quem decide parar de jogar rúgbi e resolve jogar futebol. A força de qualquer lógica específica depende, pois, de um contexto específico, não é arbitrária e nem tampouco se manifesta como uma questão de caprichos e preferências pessoais (BEVIR, 2011, p. 107).

Bevir opera com uma dissociação entre os métodos históricos heurísticamente aplicados e a sua suposta sustentação lógico-filosófica. Embora reconheça o valor desses métodos para a evolução da área, o ponto de Bevir consiste, pois, em dissociar a sua sustentação de uma lógica filosófica. Identificando em Skinner a pretensão de apresentar seu método contextualista como sendo a única maneira de evitar mitos anacrônicos e alcançar interpretações válidas, a divergência entre os autores se torna evidente à medida que Bevir (2011, p. 117) assume como um de seus pontos centrais que nenhum método é necessário ou suficiente para a objetividade histórica.

Mas para evitar também cair nos problemas e riscos de uma abordagem *textualista*, e levando a sério vários das muitas indicações feitas pelo próprio Skinner, cumpre esclarecer que o intuito aqui não consiste em perceber as construções teóricas anteriores como ideias que se transplantam para o presente de forma imediata. Antes, trata-se de perceber como as ideias se atualizam, assumindo novas formas e, ao mesmo tempo, guardando alguns traços do seu passado. Uma

espécie de caminho para lidar com essa difícil dicotomia passa por analisar e recuperar as crenças compartilhadas. Nos dizeres de Bevir,

Minha análise torna assim a tarefa principal do historiador intelectual a recuperação, não da força ilocucionária dos textos, mas das crenças relevantes. Os historiadores intelectuais não precisam se concentrar no que um autor estava fazendo em um texto. Eles podem se concentrar nas interconexões complexas entre as crenças e argumentos de um autor. Como alternativa, eles podem se concentrar em narrativas sobre movimentos intelectuais e nos padrões de mudança de crenças e compromissos neles incorporados (BEVIR, 2011, p. 110, tradução livre).

O foco em crenças abre espaço também para pensar uma dinâmica fluida entre agência e estrutura. A partir desse enquadramento é possível pensar os autores como produto e produtores de construções intercompartilhadas que permanecem vivas ao longo do tempo. Centrar a análise nas ideias permite que se dê também um salto que nos permita passar a trabalhar com a concepção de crenças compartilhadas como sendo constitutivas de tradições.

(...) indivíduos são agentes situados. Os indivíduos estão situados no sentido de que necessariamente expõem o pano de fundo de uma tradição que eles herdam e que os influencia. Eles não são autônomos; eles não podem raciocinar, formar crenças e agir fora de todos os contextos sociais. Igualmente, porém, os indivíduos são agentes, pois são capazes de refletir sobre sua herança e modificá-la (...) os historiadores intelectuais podem explicar por que alguém mantinha uma crença, localizando-a em uma rede mais ampla de crenças, localizando as redes mais amplas de crença no contexto de uma tradição e narrando mudanças na tradição como respostas a dilemas (BEVIR, 2011, p. 111, tradução livre).

O uso de tradições é útil, portanto, não como forma de engessar e simplificar elaborações complexas de determinados autores, mas como forma de compreender que as suas formulações não estão desconectadas do que veio antes e terminam por influenciar também o

que se produziu depois. Tradição aparece, pois, como um conceito capaz de traduzir certa complexidade interna, entender a existência de uma continuidade histórica das ideias, ao mesmo tempo em que também se transforma com o passar do tempo. Justamente por essas características, elas não se constituem de um todo coerente e facilmente identificado, razão pela qual é comum que suas construções sejam também alvo de controvérsias.

A partir desse horizonte teórico, tendo como pano de fundo as contribuições do contextualismo da Escola de Cambridge, mas se sustentando sobretudo no arcabouço teórico desenvolvido a partir do diálogo crítico com essa escola, propõe-se o desenvolvimento neste trabalho de uma abordagem com tradições do pensamento político e social brasileiro. Compreende-se essa categoria como a mais adequada para pensar não apenas o valor das ideias em seu contexto histórico, mas também para pensá-las como estruturas que ajudam a organizar os ideais políticos ao longo do tempo, incluindo o tempo presente.

ENTRE AUTORITÁRIOS, SOCIALISTAS E LIBERAIS

A partir da abordagem trazida acima, centrada na tentativa de compreender a história das ideias a partir da identificação de grandes tradições, parte-se à análise dos autores e das suas respectivas tradições de pensamento.

A tradição autoritária consiste em categoria bastante ampla, capaz de abrigar inclusive pensadores que se insiram também no interior da tradição socialista e da própria tradição liberal. É amplamente sabido que essas diferentes concepções ideológicas são também capazes de abrigar projetos mais ou menos autoritários em seu interior.

Há, porém, construções ideológicas que se sustentam sobremaneira em uma proposta centralizadora e autocrática de governo. Nesse sentido mantemos, não sem consideráveis ressalvas, o uso dessa categoria. E como expoente dessa tradição, propõe-se analisar a obra de Francisco José de Oliveira Viana.

Oliveira Viana foi um importante pensador brasileiro, com contribuições notáveis para a Sociologia, História e para o Direito no Brasil. Nascido no final do século XIX, suas primeiras obras foram produzidas nas primeiras décadas do século XX e refletiam sobre as características do Brasil do seu tempo. Sua preocupação central consistia em pensar caminhos para uma modernização brasileira, incluída a preocupação com o processo de industrialização nacional.

Se aproximando das contribuições teóricas de Sílvio Romero e Alberto Torres, Viana trouxe em sua obra uma forte preocupação com a grande força assumida por construções teórico-políticas que não encontravam correspondência com a realidade socioeconômica do país. O autor travou debates interessantes com pensadores que assumiam posição liberal. Para ele, não seria possível pensar a implementação do liberalismo no Brasil através da simples importação de modelos europeus ou estadunidenses. Para tratar desse problema, o autor se valeu do conceito amplamente conhecido de “idealismo da constituição” (VIANA, 1956), denunciando o distanciamento entre o que se propõe constitucionalmente e aquilo que concretamente se observa na realidade nacional.

Os alvos principais de Viana eram o liberalismo e o federalismo, sistemas que ganharam força com o fim da Monarquia e com a Constituição de 1891. O autor aponta que esses sistemas foram importados de experiências europeias sem que se considerassem devidamente as condições para isso. O resultado seria o oposto do que se buscava: o país passaria a ser dominado por clãs familiares e vivenciaria a deterioração da sua democracia. Diz que *ela se baseia em indivíduos – e não em classes; em indivíduos dissociados – e não em classes organi-*

zadas; e todo mal está nisso. É uma democracia em estado atomístico (DOS SANTOS, 2010, p. 12).

O caminho para Viana exigiria que o Estado assumisse um papel central no processo de modernização. Um importante debate se desenvolveu no sentido de compreender quais seriam os objetivos finais de Viana. Alguns autores, como é o caso de Luiz Werneck Viana, chegam a pensar que Oliveira Viana terminaria por pensar, a partir da condição periférica brasileira, tal qual os populistas russos, uma maneira que *'salte' o liberalismo e estabeleça supostos e instituições superiores*. (DOS SANTOS, 2010, p. 12).

A interpretação de LW Vianna, assim como a de José Murilo de Carvalho, no entanto, divergem bastante da interpretação que se transformou na mais predominante acerca do pensamento de Viana. Quem consolidou um entendimento importante acerca do pensamento do autor foi Wanderley Guilherme dos Santos com a proposição da ideia de “autoritarismo instrumental” como conceito capaz de compreender o pensamento de Viana. Em seus termos:

O liberalismo político seria impossível na ausência de uma sociedade liberal e a edificação de uma sociedade liberal requer um estado suficientemente forte para romper os elos da sociedade familística. O autoritarismo seria assim instrumental para criar as condições sociais que tornariam o liberalismo político viável. Esta análise foi aceita, e seguida, por número relativamente grande de políticos e analistas que, depois da Revolução de 1930, lutaram pelo estabelecimento de um governo forte como forma de destruir as bases da antiga sociedade não liberal (DOS SANTOS, 2010, p. 8-9).

Polêmicas a parte no que diz respeito aos projetos futuros de Viana para o Brasil, sua proposta imediata consistia em um caminho autoritário-corporativista. Esse seria o caminho necessário para superar o problema de um povo atomizado, conforme ensina Fábio Gentile:

em Populações Oliveira Vianna vê o povo brasileiro como uma massa amorfa, inorgânica, atomizada, sem espírito de solidariedade, em estado de desintegração profunda, sem consciência de sua própria força, que deve ser educada, enquadrada em um processo de nacionalização perante o Estado. É uma tarefa complexa, cujo pressuposto é o redescobrimto do próprio caráter nacional, da própria história. Em vez de importar modelos “exóticos” como o liberalismo, o Estado deve promover o que já está na nação (GENTILE, 2019, p. 10).

O aspecto transitório do autoritarismo termina por ser um dos fatores que lhe diferencia também de outros projetos fascistas. Se por um lado o Estado fascista europeu era uma alternativa para um problema da sociedade industrial, qual seja, o conflito entre capital e trabalho, aqui o Estado em alguma medida assumiria pra si o papel de fazer nascer essa sociedade industrial. Muito embora o Estado para Viana deva ele próprio fazer nascer essa sociedade, é importante destacar que desde o seu nascedouro ele já incorpora o esforço para conciliar esses conflitos em seu interior.

Oliveira Viana é um exemplo clássico do peso das análises histórico-sociais para pensar projetos de modernização nacionais. Essa é a interpretação que predomina na análise de suas obras pelo menos desde a leitura de WG dos Santos. As consequências políticas de suas teorias são ainda mais evidentes quando se percebe o papel assumido por ele no processo de estruturação do Estado Novo Vargasista. Ressalvadas as diferenças, são processos semelhantes a esse identificado em Viana que se busca também identificar em autores vinculados a outras tradições de pensamento e que muito brevemente será explorado a seguir.

Como representante da tradição Socialista, Caio Prado Júnior (CPJ) é outro autor cuja obra assumiu enorme relevância, sendo merecedora de atenção. Trata-se de intelectual de grande projeção, produzindo boa parte da sua obra entre os anos 1930 e 1970. Trata-se de um período já com diferenças importantes em relação àquele em que

Viana produziu suas primeiras obras. Embora o cenário indicasse ainda a existência de um Brasil agrário, com a maior parte da população residente no campo, havia já um claro processo de industrialização e urbanização acelerada em curso.

CPJ trouxe contribuições muito significativas para o campo da história, da política e da economia brasileira. Algumas compreensões importantes que até hoje se mantêm são fruto dos seus escritos. Dentre as mais relevantes certamente está a compreensão da inexistência de um passado feudal no Brasil. Entendimento hegemônico nos dias de hoje, a tese de CPJ rompia com um conjunto de entendimentos acerca da história nacional.

CPJ tem no horizonte da maior parte de suas obras a experiência socialista soviética, chegando ele próprio a escrever livros sobre essa temática (PRADO JÚNIOR, 1934; 1967; 1985). O autor está, pois, interessado em ver prosperar no Brasil um sistema socialista. Entretanto, o projeto político defendido por ele não se desconecta dos seus entendimentos mais amplos da história nacional. Assim, toda a sua construção assume, tal como mencionamos em Viana, um certo pragmatismo, no sentido de não idealizar um projeto político-econômico, e sim encontrar formas de pensar as imposições da vida real brasileira, encontrando caminhos para viabilizar esse projeto.

O esforço de conectar as visões políticas mais amplas com a realidade político-social é um dos elementos que explicam a sua definição como primeiro teórico marxista brasileiro (RICUPERO, 2000). Diferente de outros teóricos e de boa parte da intelectualidade ligada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) entre os anos 1930 e 1960, Ricupero nos afirma que CPJ buscou, através de uma abordagem marxista, compreender a particularidade brasileira, o que tornou possível tanto utilizar o marxismo como importante ferramenta teórica para entender o Brasil, como demonstrou a capacidade que tem essa teoria de explicar sociedades as mais diversas (RICUPERO, 2000, P. 30-31).

Se é notável o esforço caiopradiano de formular uma proposta de revolução a partir da realidade nacional concreta, por outro chama a atenção como a sua leitura da realidade político-social aparece como impeditiva de um caminho mais direto ao socialismo. Trata-se de uma perspectiva que termina por se afastar do socialismo, vislumbrando-o apenas em um futuro bastante distante, até mesmo devido à sua presumida inevitabilidade. Os grupos que evocavam pautas que apontavam mais diretamente para o caminho de uma revolução socialista, porém, eram merecedores de incisivas críticas por parte de CPJ. Esse terminou por ser um dos motivos mais claros de seu conflito com o PCB naquele período.

Nos anos 1950 o PCB e outros intelectuais defensores do projeto socialista acreditavam, por exemplo, que a pauta da reforma agrária, entendida como a desapropriação dos grandes latifúndios, seria uma bandeira fundamental. CPJ, por sua vez, partindo de sua análise histórico-social, acreditava que essa não era uma pauta adequada à realidade brasileira onde inexistiria uma tradição camponesa vinculada à terra. Além disso, os trabalhadores não teriam condições de se mobilizar em torno de propostas revolucionárias. Para o autor o caminho deveria passar pela expansão de direitos trabalhistas ao campo, não tocando em pautas como reforma agrária e fim da propriedade privada.

Assim, se para Viana o projeto autoritário-corporativista assumia um sentido instrumental (SANTOS, 1978) para posteriormente se estabelecer uma estrutura mais liberal, no caso de Caio Prado o problema também se dá de forma semelhante. O caminho aqui, no entanto, passaria pela realização de reformas, muito especialmente no meio rural, que teriam um potencial transformador – sem, contudo, fazerem a transição para o socialismo.

No que diz respeito a Viana, as interpretações hegemônicas sobre a sua obra destacam o peso do racismo e da descrença na soberania popular ao pensar sobre os caminhos possíveis para o

desenvolvimento brasileiro. No caso de CPJ, no entanto, via de regra não se tematiza tão fortemente esses traços de sua obra. Essa é uma tarefa que se busca fazer voltando às suas obras mais clássicas, notadamente *Formação do Brasil Contemporâneo*. O racismo ainda fortemente presente em suas análises acerca dos grupos sociais que formam o Brasil e ainda uma descrença na capacidade popular de articulação rumo a algum projeto político mais radical terminam por também condicionar as possibilidades apontadas para o autor em termos de um projeto de desenvolvimento para o Brasil.

Com isso, chega-se ao terceiro e último autor analisado. Fernando Henrique Cardoso produz suas principais obras ao longo da segunda metade do século XX. Assim, pois, o autor não participa de alguns importantes debates que atravessaram o meio intelectual brasileiro no começo do século. O debate de seu tempo encontra-se bastante centrado na temática do nacional desenvolvimentismo, tema que fora predominante entre os anos 1950/60 no debate intelectual brasileiro.

Como se sabe, a proposta central do ideal nacional desenvolvimentista consistia em promover uma ruptura com o passado colonial em sua expressão mais candente ainda naquele momento: a condição agrário-exportadora. Passava-se a compreender no Brasil, a partir principalmente dos trabalhos produzidos no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), e na América Latina de forma mais ampla, a partir dos trabalhos produzidos na Comissão Econômica para a América Latina e Caríbe (CEPAL), o que Raul Prebisch denominou *deterioração dos termos de troca*. Significa que enquanto os países periféricos teriam sua economia baseada na importação de produtos manufaturados e na exportação de produtos primários, de menor complexidade e de demanda inelástica, os países centrais teriam sua economia organizada de forma diversa, tendo nos produtos manufaturados, de maior complexidade e de demanda elástica, a base de suas exportações.

Em uma análise sistemática da relação entre os produtos primários e os artigos finais da indústria, Prebisch demonstra que com uma determinada quantia de produtos primários, no período de 1931-35, se comprava cerca de 1/3 de produtos a menos que em 1876-1885, com a mesma quantidade de produtos primários. Conclui, pois, que “a relação de preços (...) moveu-se de forma adversa à periferia, ao contrário do que teria acontecido se os preços houvessem declinado de acordo com a redução de custos provocada pelo aumento da produtividade” (PREBISCH, 2000, P. 82). Daí também se formularia a tese que, conforme afirma Ricardo Bielschowsky, seria central para as formulações Cepalinas da época: a tendência ao desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 29).

Chegava-se, pois, ao consenso do caminho inescapável da industrialização como solução para o desenvolvimento. O nacional, por sua vez, consistia em prerrogativa fundamental não apenas para modernizar a economia nacional, mas também para romper com a situação de dependência. A soma dos investimentos estatais e da burguesia nacional levaria o país a romper com o atraso que lhe marcara até aquele momento.

Nesse contexto, Cardoso inicia seus mais relevantes trabalhos acadêmicos justamente buscando empiricamente verificar junto à burguesia nacional se seria possível encontrar elementos que fossem capazes de fazer durar o processo de desenvolvimento nacional. Apon-tando em direção contrária ao que defendia a maior parte da inteligência brasileira nesse período, Cardoso identificou e apresentou em seu livro *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil* (1972) a inexistência da mentalidade industrial-desenvolvimentista na burguesia nacional. Segundo Cardoso, predominaria na burguesia brasileira o perfil dos *capitães da indústria*, aqueles que, em sua maioria, advinham de famílias tradicionais e conseguiam ascensão econômica por meio de procedimentos “tipicamente aventureiros”, desprovidos de capitais,

mas valendo-se de suas boas relações para conseguir empréstimos e concessões oficiais (CARDOSO, 1972, p. 143-144).

Chama a atenção a proximidade da leitura de Cardoso acerca da burguesia nacional com aquela leitura produzida por Caio Prado Júnior (CARVALHO, 2014). Embora seguindo por caminhos diversos, CPJ também havia indicado a inexistência de um sentimento nacional na burguesia brasileira, advogando a relação indevida entre o nacionalismo da burguesia oriental, agente central no processo de resistência ao imperialismo no Oriente, e a burguesia brasileira. Se CPJ aponta no sentido de implementar reformas para superar o passado colonial, Cardoso termina sua obra ainda apontando que os caminhos ficavam limitados ao “socialismo ou ao subcapitalismo” (CARDOSO, 1972, p. 198).

A conclusão da primeira edição desde o início não parecia ver a possibilidade real da saída para o socialismo. Perpassa a obra a leitura da debilidade dos trabalhadores, de tal modo que a conclusão que emerge no prefácio à 2ª edição apenas reforça o sentido já percebido na primeira edição. Diz Cardoso que *o empresariado jogou o peso de sua influência em 1964 para tornar inviável a alternativa — de resto tênue — de um possível desenvolvimento socialista* (CARDOSO, 1972, p. 15).

Assim, chega-se à obra de maior relevância do autor: *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, escrita com Enzo Faletto (CARDOSO e FALETTO, 2011). Nesse trabalho, trata-se como dada duas impossibilidades: nem o socialismo, nem o capitalismo autêntico nacional seriam possíveis. Esse diagnóstico abre caminho para a construção da ideia de desenvolvimento associado, isto é, a proposta de modernização econômica a partir da abertura aos capitais estrangeiros. Essa proposta se baseia, em linhas gerais, em dois grandes pilares. Por um lado, se percebe a nova dinâmica econômica global que se acentuaria ainda mais nos anos seguintes, fenômeno que aos poucos passou a ser entendido pelo conceito de globalização.

Mas a interpretação da conjuntura político-econômica não caminha sozinha. Ela se soma ao segundo pilar que é a interpretação das realidades locais latino-americanas e, o que especialmente nos interessa, brasileira. Há na base dessas elaborações: o estudo da ausência de burguesia com consciência do seu papel de classe, identificado anteriormente; o diagnóstico da debilidade social do operariado brasileiro, em sua maioria composto por uma população urbana recém-saída do meio rural; a interpretação de uma estrutura estatal patrimonial, gerida por anéis burocráticos (CARDOSO, 1975). O conjunto desses elementos produz um cenário em que não há grandes alternativas. A análise das estruturas sociais não abre espaço para pensar projetos de desenvolvimento capitaneados pelo operariado, pela burguesia ou pelo Estado. Diferente dos demais autores, portanto, o caminho seguido por Cardoso termina por apontar para a importância do capital estrangeiro no processo de modernização econômica brasileira.

Cardoso é certamente o caso mais emblemático do impacto das ideias na vida política. Como se sabe, anos após ter publicado algumas de suas mais importantes obras Cardoso entrou para vida política, ocupando cargos importantes e chegando à Presidência da República (1995-2002). E, diferente do que por tanto tempo se falou, seu período à frente do mais importante cargo da República não negou, em linhas gerais, as construções teóricas elaboradas nos anos 1960/1970 (Cf. CARVALHO, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do pensamento político e social brasileiro consiste em objeto bastante rico, capaz de ser feito a partir de recortes tão diversos quanto reveladores. O intuito deste trabalho, consistiu em identificar a leitura de povo feita por autores peretencentes a diferentes gerações e

tradições de pensamento. Ao trabalhar com um recorte temporal mais amplo, percebeu-se a insistência de propostas de desenvolvimento que são moldadas a partir de diagnósticos que identificam uma certa debilidade social no Brasil. Via de regra esse aspecto da realidade nacional não aparece isolado, mas conectado a outros problemas de ordem econômica ou social. Ainda assim, a identificação dessa convergência parece ter alguma relevância, merecendo análise cuidadosa.

O debate sofre mudanças importantes, de tal modo que os problemas identificados no final do século XIX e início do século XX eram colocados de forma mais explícita e em termos abertamente racistas. Nas obras que se desenvolvem na segunda metade do século XX ganha mais espaço uma outra linguagem, em abordagens que passam a se sustentar em métodos mais sofisticados. A permanência, no entanto, parece ser um aspecto inequívoco quando se analisa em perspectiva as diferentes tradições que se apontou neste trabalho. Apesar de suas diferenças consideráveis em termos teóricos, a análise prática da realidade social brasileira levou os diferentes autores a identificarem problemas semelhantes, seja em análises de períodos históricos mais antigos ou em análises dos períodos em que efetivamente elaboravam suas obras.

Atravessando essas diferentes obras e contextos, é possível afirmar que houve uma superação daquelas leituras fundadas na crença em raças superiores e inferiores, ao mesmo tempo em que persistiu uma leitura reificadora das forças populares ao longo da história brasileira. Essas obras seguiram incapazes de reconhecer a posição ativa assumida pelos setores populares em diversos momentos da história nacional como, apenas a título de exemplo, no processo da abolição da escravidão (ALONSO, 2015).

É importante fazer uma ressalva e indicar que compreensões mais amplas sobre a centralidade de grupos sociais nos processos históricos apenas passaram a ser possíveis a partir dos anos 1980, conforme ensinam Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva

(2009), com a passagem do “paradigma da ausência” para o “paradigma da agência”. Assim, é importante destacar que efetivamente não é possível cobrar, ao menos não sem incorrer em anacronismos, que autores antigos tivessem percepções da realidade que não estavam disponíveis em seu respectivo contexto. Isso, porém, não altera o fato que buscamos aqui indicar: a pouca sensibilidade dos autores às dinâmicas sociais, permeados seja por uma leitura abertamente racista ou por aquilo que hoje compreendemos por racismo estrutural, acabou por impactar profundamente as conclusões a que esses mesmos autores chegaram em termos de possibilidades de desenvolvimento e de democratização no Brasil. Em alguma medida, essas conclusões nos parecem mostrar como a permanência de uma visão negativa em relação à estrutura social brasileira terminou por limitar as construções teórico-políticas de alguns dos nossos principais pensadores.

BIBLIOGRAFIA

- ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 529 p.
- BEVIR, Mark. **The Logic of the History of Ideas—Then and Now: The Author Responds**. *Intellectual History Review*, v. 21, n. 1, p. 105-119, 2011.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Trad. Vera Ribeiro. Vol. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BOTELHO, André; LAHUERTA, Milton. **Interpretações do Brasil, pensamento social e cultura política: tópicos de uma necessária agenda de investigação**. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, 2005.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 10. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. 240 p.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil**. 2ª ed. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972.

CARVALHO, Rodrigo Badaró de.. **Entre o Marxista e o Liberal: Estudo comparado das obras de Caio Prado Junior e Fernando Henrique Cardoso.** Revista de Economia Política e História Econômica, v. 33, p. 233-272, 2014.

CARVALHO, Rodrigo Badaró de.. **O sociólogo Fernando Henrique nunca esquecido pelo presidente FHC: do discurso contra Vargas à reforma neoliberal do Estado no Brasil.** 2015.

DOS SANTOS, Rogerio Dultra. **Oliveira Vianna e o Constitucionalismo no Estado Novo: corporativismo e representação política.** Revista Sequência, v. 31, n. 61, 2010.

PRADO JR., Caio. **O mundo do socialismo.** Editôra Brasiliense, 1967.

PRADO JR., Caio. **O que é liberdade.** São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985.

PRADO JR., Caio. **URSS, um novo mundo.** Companhia Editora Nacional, 1934.

PREBISCH, Raul. **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais.** In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL.* Trad. Vera Ribeiro. Vol. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RICUPERO, Bernardo. **Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil.** Editora 34, 2000.

SANTOS, Wanderley G. **Ordem burguesa e liberalismo político.** São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SCHWARCZ, Lília Moritz; BOTELHO, André. **Simpósio: cinco questões sobre o pensamento social brasileiro.** *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 82, p. 139-159, 2011.

SILVA, Ricardo. **História intelectual e teoria política.** *Revista de Sociologia e Política*, v. 17, n. 34, 2009.

SKINNER, Quentin. **Meaning and Understanding in the History of Ideas. History and theory**, v. 8, n. 1, p. 3-53, 1969.

VIANA, Francisco José de Oliveira. **O Idealismo da Constituição.** 2a edição, aumentada. São Paulo, Companhia Editora Nacional (1956). *Evolução do Povo Brasileiro*, 1939.

8

Rodrigo Straessli Pinto Franklin

Pollyanna Paganoto Moura

Camilla dos Santos Nogueira

o capitalismo nos países “atrasados”:

o debate que se repete

INTRODUÇÃO

Para provar a tese de que uma revolução socialista era possível na Rússia do início do século XX, Vladimir Lênin travou um debate com o grupo populista-nacionalista conhecido como *narodniks*, no qual evidenciou a existência de relações capitalistas de produção nesse país, como também o modo pelo qual o capital imperialista dos países da Europa Ocidental influenciava em seu desenvolvimento. Pouco mais de 60 anos depois, um debate similar foi traçado na América Latina tendo de um lado o Marxismo Ortodoxo, representado pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), que apregoava a inexistência do capitalismo nos países latino-americanos e, de outro, os teóricos da corrente que veio a se chamar “teoria da dependência”, separados em duas articulações distintas. Esses últimos buscavam comprovar a tese de que não só o capitalismo já se encontrava presente na América Latina, como esse capitalismo só poderia se apresentar em uma forma dependente com relação aos países centrais.

Diante disso, a proposta da pesquisa que apresentamos é a de analisar a influência do pensamento de Lênin nesse debate dos meados do século XX, avaliando como seus argumentos reaparecem no debate latino-americano. Nossa hipótese é de que seus argumentos aparecem divididos em dois grupos de teóricos: de um lado, aqueles que se focam nas relações de competição entre o capital nacional e o capital estrangeiro dos países avançados – liderados por Ruy Mauro Marini; de outro, aqueles que se voltam para as relações de poder dentro da sociedade e a sobrevivência de estruturas tradicionais de dominação nos países de capitalismo atrasado – que teve em Fernando Henrique Cardoso seu maior expoente.

O presente tema de pesquisa se mostra profícuo e necessário em um momento histórico marcado pela queda da hegemonia do

pensamento neoliberal, em que renasce o debate sobre os limites e possibilidades de desenvolvimento capitalista nos países periféricos do sistema capitalista mundial, tais como o Brasil. Resgatar as bases de uma das principais teorias que se debruçou sobre o tema nos meados do século passado é um ponto imprescindível para dar continuidade ao debate hoje.

Para atender aos objetivos propostos, apresentamos a seguir as teses do debate russo – divididas entre os autores populistas e Lênin –, seguido pelas teses dos principais autores do debate latino-americano – André Gunder Frank e Ruy Mauro Marini, contrapondo-se a Fernando Henrique Cardoso. Por fim, fazemos uma comparação dos argumentos apontados nas sessões precedentes com o intuito de identificar as aproximações entre os debates.

LÊNIN E OS POPULISTAS

A Rússia foi o primeiro país dito “atrasado” em que o marxismo se desenvolveu. Naturalmente, deveria ser também o primeiro em que se daria o debate sobre as possibilidades do capitalismo e sua superação em países com uma inserção periférica no mercado mundial. Esse debate surgia em um período em que a Rússia iniciava suas experiências no ramo industrial, contando com forte participação do Estado, concedendo subsídios e adotando medidas protecionistas que visavam dificultar as importações e fomentar o mercado interno. Essa indústria nascente, ao mesmo tempo em que gerava uma classe de operários, ainda pequena em termos proporcionais, acabava por ameaçar a reprodução de relações sociais de produção baseadas na propriedade coletiva e na cooperação, como o caso dos *artéis* – organizações coletivas de produção artesanal – e dos *obchtchinas* – comunidades rurais baseadas na posse comum do solo.

Não obstante, o processo de industrialização acontecia com sérias dificuldades, o que fomentou o debate sobre a possibilidade do desenvolvimento capitalista se efetivar no país. Esse debate teve várias vertentes (inclusive com a colaboração de importantes teóricos alemães). Resgataremos, para o propósito desse artigo, os posicionamentos dos economistas populistas, os *narodniks*, e o de Vladimir Lênin.

TESES NARODNIKS

Nas últimas décadas do século XIX, um grupo de populistas russos, conhecidos como *narodniks*³³, tentou em vão impulsionar um movimento revolucionário capaz de derrubar o regime *tzarista* e implantar o socialismo na Rússia. Esses populistas, formados basicamente por intelectuais vindos das camadas médias, viam no campesinato a base para o movimento revolucionário. Não obstante, a distância que esses indivíduos tinham dos camponeses e a incompreensão dos processos históricos em desenvolvimento na Rússia foram fatais para o sucesso da empreitada.

As teses centrais que fundamentavam a estratégia dos *narodniks* eram de que o desenvolvimento do capitalismo na Rússia não era possível, mas ele também não era necessário para a construção do socialismo naquele país³⁴.

No que tange à possibilidade do desenvolvimento capitalista, os economistas populistas indicavam as dificuldades encontradas por um país que inicia tardiamente seu processo de industrialização. Para Vassili

33 O termo *narodnik* é o equivalente russo para a palavra “populista”.

34 Para os fins desse artigo, serão apresentadas apenas as teses necessárias para evidenciar a similitude desse debate com o debate posterior que ocorreu na América Latina. Os pontos apresentados foram retirados de Palma (1978) e Miglioli (1982). Para uma visão mais detalhada das teses desse grupo, sugerimos conferir Von Laue (1954).

Vorontsov, um influente economista e sociólogo *narodnik*, o capitalismo apresentava intrinsecamente um problema de superprodução, já que os capitalistas recebiam como renda (fruto da apropriação de mais-valia) mais do que a capacidade que possuíam de consumir. Portanto, uma parte da produção da sociedade não poderia ser escoada via mercado interno, o que impelia os grandes capitais para o mercado externo.

Como o capital industrial russo não possuía condições de competir com os capitais dos países centrais, que dominavam os mercados mundiais, o desenvolvimento capitalista na Rússia encontrava assim seu limite. Os efeitos dessa impossibilidade de desenvolvimento capitalista se cristalizariam no crescente empobrecimento da classe operária, no subemprego e no desemprego.

No entanto, se por um lado o capitalismo não era possível na Rússia, por outro, concluíam os *narodniks*, também não se constituía uma etapa necessária. Eles viam nas estruturas comunais baseadas na propriedade comum da terra, ainda existentes (mas em decadência) na Rússia do final do século XIX, a essência do socialismo, capaz de formar as bases de uma futura ordem socialista que se espalharia, em seguida, por toda a Europa Ocidental.

Por esses motivos, os populistas russos viam a possibilidade de uma revolução socialista na Rússia, fundada no movimento dos camponeses, sem a necessidade de uma prévia revolução democrático-burguesa.

TESES DE LÊNIN

Com o intuito de esclarecer as divergências teórico-políticas que possuía com os populistas russos, Vladimir Ilitch Ulianov (adotando o pseudônimo Lênin) elaborou a obra “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia” (Lênin, 1988). A base da crítica de Lênin aos populistas

era a falta de embasamento na realidade prática da Rússia por parte de seus formuladores teóricos, e discutia a questão da necessidade e da possibilidade do desenvolvimento capitalista na Rússia.

A conclusão que Lênin chega é de que o capitalismo não só era possível na Rússia como já se encontrava em processo de disseminação. Não obstante, esse processo era marcado por uma lentidão não verificada na industrialização dos países da Europa Ocidental. Quanto às mazelas sociais que se mostravam crescentes na Rússia (pobreza, desemprego e subemprego), Lênin argumenta que são marcas características do processo de desenvolvimento capitalista.

No que tange à lentidão do processo de desenvolvimento do capitalismo na Rússia, Lênin aponta três fatores: a incapacidade de uma burguesia nacional fraca em aprofundar o desenvolvimento capitalista; os efeitos da competição entre a indústria nacional e suas rivais da Europa Ocidental; e a grande e inesperada capacidade de sobrevivência das estruturas tradicionais na sociedade russa, estruturas que, apontava Lênin, eram incompatíveis com a lógica capitalista³⁵.

Por outro lado, o autor ressalta a importância do capitalismo para o desenvolvimento de uma posterior sociedade socialista. Ele argumenta que não se pode incorrer no erro (do qual acusa os *narodniks*) de confundir um reconhecimento dos elementos progressivos do capitalismo com uma apologia ao mesmo, e nem de deixar esse reconhecimento nos impedir de observar o lado negativo desse capitalismo. Sendo assim, Lênin aponta que a “missão” do capitalismo poderia ser dividida em dois pontos: *aumento das forças produtivas do trabalho social e socialização deste* (Lênin, 1988, p. 373).

É importante notar, como aponta Johnstone, que na referida obra Lênin não só busca criticar as teses populistas, como também apontar o caminho para a construção de um movimento capaz de

35 Conforme aponta Palma (1978).

levar a Rússia ao socialismo: *demonstrando a instabilidade da burguesia russa, colocava também as bases da estratégia posterior sobre a hegemonia e as alianças de classe* (Johnstone, 1985, p. 115). Uma vez que uma revolução democrático-burguesa era necessária para garantir o adequado desenvolvimento das forças produtivas, e tendo em vista que a burguesia nacional não possuía força o suficiente para cumprir sua tarefa histórica, Lênin propunha uma aliança entre o proletariado e o campesinato (liderada pelo primeiro) para implantar uma “ditadura revolucionário-democrática” capaz de implantar um governo provisório (ditadura do proletariado) que teria como papel liderar o desenvolvimento capitalista na Rússia nos moldes necessários para a futura sociedade socialista (Johnstone, 1985, p. 118).

Observa-se que a despeito de Lênin considerar que *a idéia de “buscar a salvação para a classe operária em qualquer lugar que não o futuro desenvolvimento do capitalismo é uma idéia reacionária”* (Lênin citado por Johnstone, p. 119), o mesmo não aponta a burguesia como uma classe com potencial para a formação de uma aliança para o processo de revolução democrático-burguesa.

O DEBATE DA DEPENDÊNCIA

Aproximadamente 60 anos depois do debate entre Lênin e os populistas russos, toma corpo na América Latina, com o florescimento do marxismo no continente, um debate acerca do caminho que deveria ser percorrido para a implantação do socialismo nas ex-colônias capitalistas. Dividimos aqui esse debate em três agrupamentos distintos: primeiro, apresentamos as teses do Partido Comunista do Brasil (PCB), alinhadas ao Marxismo Ortodoxo divulgado pela URSS; seguido pelas duas vertentes marxistas da teoria da dependência.

Antes de prosseguir na exposição dessas teses, cabe ainda fazer uma breve digressão sobre as duas vertentes marxistas da teoria da dependência. Em primeiro lugar, tendo em vista que muitos autores apontam a teoria elaborada por Cardoso como sendo uma vertente weberiana da Teoria da Dependência, se faz necessário justificar o motivo pelo qual o colocamos no rol dos marxistas. Destacamos, a princípio, que não há elementos objetivos suficientes para catalogá-lo como weberiano: tanto no que tange ao método quanto às categorias de análise utilizadas, observa-se que Cardoso não se aproxima mais do pensamento de Weber do que do de Marx.

Quanto ao método, a análise weberiana baseia-se em dois elementos fundamentais: a “ação social” e o “tipo ideal”. A “ação social” seria aquela ação tomada pelo indivíduo que levaria em consideração a ação do outro, evidenciando o caráter do individualismo metodológico intrinsecamente presente na obra weberiana. No intuito de estabelecer um método integrado para a análise da dependência, em momento algum Cardoso aponta para o individualismo metodológico. Ao contrário, ancora sua análise na luta de classes³⁶, portanto, na dinâmica da coletividade.

Além disso, Cardoso não utiliza, para sua análise, de “tipos ideais”. A divisão que faz, por exemplo, dos países latino-americanos entre “economias de enclave” e de “produção controlada nacionalmente” não diz respeito a tipos puros que existiram combinados em diferentes graus em todos os países, mas trata de fato de realidades concretas de cada conjunto de países analisados. Quando algum país se diferencia dos demais, o autor trata de estabelecer uma divisão e uma denominação capaz de caracterizar a condição concreta daquela realidade.

³⁶ Essa compreendida principalmente como um fenômeno político, caracterizado pelo conjunto de alianças políticas estabelecidas entre diversos segmentos sociais. A importância que dá para a luta de classes nas transformações da sociedade é um dos principais elementos que diferencia a análise de Cardoso da análise weberiana.

Alguns ainda poderiam considerar que a demasiada importância que Cardoso lega aos elementos políticos, juntamente com o papel secundário e estático que os elementos estruturais, (i.e. materiais, na interpretação de Cardoso) possuem em sua análise, garantiriam ao autor o adjetivo de “idealista”³⁷, incompatível com a teoria marxista. A despeito de concordar com essa crítica, acreditamos que o debate sobre esse ponto deve ser realizado dentro do escopo teórico do marxismo, ou seja, esse elemento deve ser apontado como uma incompreensão do marxismo por parte do autor, uma vez que é a partir da condição auto-assumida de marxista que Cardoso pretende elaborar seus estudos sobre a dependência³⁸.

Uma segunda consideração que deve ser feita antes de nos aprofundarmos nas teses dessas duas vertentes do marxismo é exatamente acerca dos motivos que nos levaram a separar tais teorias em vertentes distintas. A divisão se justifica com o intuito de evidenciar a divergência quanto ao método utilizado na análise. A primeira vertente da teoria da dependência – composta, entre outros, por Frank e Marini – estabelece um método de análise dialético que busca nas transformações das relações materiais de produção as explicações para as transformações sociais.

Para a segunda vertente, ou vertente cardosiana, as estruturas materiais indicariam apenas um conjunto de possibilidades de transformação, mas a mudança efetiva seria determinada pelo resultado da luta de classes, elementos que compõem a superestrutura da sociedade. Vemos, portanto, que a divergência entre as duas vertentes está naquilo que cada uma considera como “motor” da história (ou seja,

37 Motivo pelo qual, acreditamos, alguns autores insistem em catalogá-lo como weberiano. Como fica claro, essa interpretação se baseia em uma leitura pobre da dicotomia entre materialismo x idealismo e de uma confusão com o debate entre marxismo x weberianismo.

38 Veja, por exemplo, Cardoso (1993a, 1993b). Nesses dois artigos, escritos em momentos diferentes e posteriormente reunidos em uma mesma obra, o autor faz várias referências de suas obras como uma elaboração de uma teoria marxista da dependência.

como fonte de contradições e de movimento): para a primeira, seriam os elementos econômico-materiais (estruturais); para a segunda os elementos político-sociais (superestrutura).

TESES DO PCB

O Partido Comunista do Brasil (PCB) afirmava-se como herdeiro da vertente leninista do marxismo e possuía suas orientações políticas derivadas das teses da III Internacional para os países coloniais e atrasados³⁹. Nesse sentido, caracterizava a realidade brasileira como sendo dotada de relações feudais ou semifeudais, em um momento histórico de passagem para o capitalismo.

Não obstante, a expansão imperialista do capital dos países centrais impediria o completo desenvolvimento das forças produtivas nacionais, por meio de um processo de pilhagem e extração do excedente. Sendo assim, a fórmula apontada pelo partido para romper com o atraso seria uma aliança entre o proletariado e a burguesia nacional contra o grande latifúndio (de caráter feudal) por sua vez aliado ao capital imperialista dos países centrais.

Essa aliança entre proletários e burgueses deveria ser capaz de promover no Brasil, assim como nos demais países da América Latina, a revolução democrático-burguesa, responsável por desenvolver as forças produtivas, preparando o terreno para uma futura revolução socialista.

³⁹ Similar à abordagem feita sobre as teses dos *narodniks*, apresentaremos aqui apenas o que há de relevante para o objetivo do trabalho. Retiramos essa interpretação da obra de Mantega (1984, cap. 4). Para um detalhamento maior das propostas do PCB para a construção do socialismo no Brasil, sugerimos conferir a obra de Nelson Werneck Sodré, importante intelectual do partido. Para esse fim, indicamos sobretudo a obra "Introdução à Revolução Brasileira" (Sodré, 1978).

TESES DA PRIMEIRA VERTENTE DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA

A revisão das teses do marxismo ortodoxo se impôs como necessidade à esquerda latino-americana após a declaração do caráter socialista da revolução cubana. Se uma revolução socialista em países atrasados só poderia ser alcançada após uma revolução democrático-burguesa que desenvolvesse as forças produtivas nacionais, como explicar que uma revolução socialista acabara de ocorrer em um dos países mais atrasados até mesmo para os padrões da América Latina?

Uma das respostas para essa questão veio com o surgimento da teoria da dependência, que procurava compreender a realidade dos países da América Latina como realidades capitalistas, mas inseridos de um modo diverso no mercado mundial. André Gunder Frank é comumente apontado como aquele que inaugurou esse debate. O autor possui declarada influência das teorias desenvolvidas por Paul Baran que, em sua obra “A economia política do desenvolvimento” (Baran, 1977), busca tratar como os processos imperialistas do capitalismo influenciariam a dinâmica dos países pré-capitalistas.

Gunder Frank vai contra as teses vigentes no marxismo ortodoxo, que apontava a predominância de relações feudais nos países atrasados (Frank, 1991). Para Frank, seguindo uma linha que já havia sido apontada por Caio Prado Júnior, o capitalismo já se encontrava presente e predominante nas relações sociais de produção dos países periféricos⁴⁰. Haveria um problema metodológico por trás das teses do PCB, que se pauta pela adoção à priori de esquemas e abstrações teóricas que não se baseavam na realidade concreta do Brasil, encaixando esta apenas posteriormente nos conceitos pré-elaborados. Essa concepção ignorava a realidade sobre o campo no Brasil, onde existiam relações predominantemente capitalistas com um resquício da era escravista

40 Não obstante, como bem ressalta Santos (2000), Frank incorria no erro de definir um sistema como capitalista a partir das relações presentes na circulação.

(mas não feudal), fazendo dessa forma que os militantes levantassem bandeiras distantes das reivindicações dos trabalhadores rurais.

Frank ainda indica a existência de um processo de transferência de mais-valia da periferia em direção ao centro, motivo que levaria, na análise do autor, ao estagnacionismo econômicos nos países periféricos. Sendo assim, o capitalismo possível nos países centrais seria apenas um capitalismo subdesenvolvido, baseado em uma superexploração do trabalho, necessária para garantir a acumulação tanto da classe capitalista local como a transferência de mais-valia para os países centrais. Assim, os países periféricos se encontrariam inseridos em uma relação de dependência que fortaleceria seu subdesenvolvimento. A única solução possível para esse dilema seria a opção por uma via socialista.

Coube a Ruy Mauro Marini desenvolver algumas lacunas que ficaram em aberto no pensamento de Frank. Os principais pontos desenvolvidos pelo autor referem-se aos processos que levam à transferência do valor entre centro e periferia, mais especificamente, à tese de superexploração do trabalho⁴¹. Esse autor aponta que os países periféricos seriam expropriados pelos países centrais de parte de sua mais-valia por meio do que denominou de “intercâmbio desigual”⁴² – processo que leva os países centrais a trocarem produtos por um preço acima de seu valor. O intercâmbio desigual possui duas causas: a elevada produtividade do trabalho nos países centrais – que permite que os mesmos possuam preços de produção menores que seus concorrentes, mas mantenham os mesmos preços de mercado – e o poder de monopólio derivado da concentração da produção de manufaturas nos países centrais.

Como forma de responder a essa transferência de valor para os países centrais, os capitalistas dos países periféricos reagem ampliando a massa de valor produzido. Para isso, esses capitalistas precisam

41 Os elementos apresentados aqui são um resumo do que é desenvolvido em Marini (2000).

42 A teoria do intercâmbio desigual desenvolvida por Marini parece ser inspirada nas elaborações de Prebisch (1950) sobre a deterioração dos termos de intercâmbio e no debate suscitado por Emmanuel (1969).

ampliar a quantidade de mais-valia gerada por trabalhador, resultando no processo de superexploração da força de trabalho que consistiria, além do pagamento de salários inferiores ao valor da força de trabalho, na exploração de mais-valia absoluta, considerada pelo autor como uma forma mais presente na origem da implantação dos sistemas capitalistas em cada país. Não obstante, como parte do excedente captado pela exploração da mais-valia absoluta seria transferida para os países centrais, o capital nacional não poderia atingir um nível de acumulação que o permitisse engendrar processos de melhoria de produtividade, permitindo uma mudança do foco de exploração para a mais-valia relativa.

Em resumo, essa vertente da Teoria da Dependência concebia o modo de produção dos países atrasados como tipicamente capitalista, mas um capitalismo diferente dos países centrais. O desenvolvimento capitalista nesses países periféricos era entendido, portanto, como impossível. A solução para o dilema seria uma revolução socialista, do proletariado aliado com a massa camponesa.

TESES DA SEGUNDA VERTENTE DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA

A segunda⁴³ vertente da Teoria da Dependência possui em Fernando Henrique Cardoso seu maior expoente. É ele que apresenta as críticas mais ferozes e contundentes aos teóricos da primeira vertente e também é quem apresenta uma nova forma de abordagem consistente com as críticas realizadas. O autor promove uma dura crítica metodológica à dialética utilizada pelos autores precedentes indicando que os mesmos, ao criarem generalizações que buscavam

43 É preciso deixar claro que a denominação dessa vertente como sendo a “segunda” deriva apenas da conveniência para a exposição no presente trabalho. Em termos cronológicos, a obra de Fernando Henrique Cardoso sobre a dependência surge em concomitância com a de André Gunder Frank.

nas transformações materiais das forças produtivas as causas da dependência dos países periféricos, ignoram os elementos verdadeiramente dinâmicos dessas sociedades, sobretudo os sistemas de alianças políticas que caracterizam as realidades concretas do capitalismo nesses países (Cardoso e Serra, 1980).

Na obra “Dependência e desenvolvimento na América Latina”, que escreve em coautoria com Faletto (Cardoso e Faletto, 2004), Cardoso afirma que não se pode confundir desenvolvimento capitalista com melhoria da qualidade de vida, distribuição de renda e homogeneidade regional – um equívoco muito presente no pensamento de Frank e Marini. Conforme a teoria marxista, o desenvolvimento do capital é um processo contraditório, espoliativo e gerador de desigualdades, de forma que identificar elementos dessa natureza nos sistemas econômicos periféricos não significa dizer que estes não estão se desenvolvendo. Pelo contrário, ao observar surgimento de contradições relacionadas com a composição das forças produtivas, a alocação de fatores de produção, a distribuição da mão-de-obra, as relações de classe deve-se concluir que está em curso um processo de desenvolvimento capitalista.

Não obstante, esse desenvolvimento capitalista não levaria os países periféricos a um tipo de desenvolvimento autônomo, de forma que ainda seria legítimo tratar de um “desenvolvimento dependente-associado” (mas não de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, como pretendia Frank e Marini, ou de “predomínio crescente da oligarquia agrário-imperialista”, como indicavam as interpretações do marxismo ortodoxo da época). Esse desenvolvimento pode ser caracterizado como associado uma vez que os beneficiários desse processo são, além do que Cardoso chamou de burguesia de estado, as empresas locais associadas às corporações multinacionais, que constituem o “tripé do desenvolvimento dependente-associado”.

No pensamento de Cardoso, o caráter dependente ainda continua presente nessas economias periféricas industrializadas, visto que

há um processo de vinculação destas ao mercado internacional, que não se limitam apenas ao sistema de importações-exportações. Nessa forma de desenvolvimento, essa relação entre países se dá através de investimentos industriais diretos feitos pelas economias centrais nos novos mercados nacionais. Assim, tanto o fluxo de recursos quanto o controle das decisões econômicas permanecem localizadas no exterior.

Esses investimentos industriais nos países periféricos, no entanto, concentram-se em bens de consumo imediato ou em bens intermediários de “mediana tecnologia”, sendo que o setor de bens de produção, sobretudo os relacionados com a criação de novas tecnologias, mantêm-se concentrado nos países centrais, sobretudo nos EUA. Assim, o mesmo processo que gera uma dependência tecnológica é, ao mesmo tempo, o processo que gera a dependência financeira (visto que são dos países centrais os influxos de recursos que realizam os investimentos).

Outro mecanismo de reprodução da dependência que ocorre concomitantemente aos acima assinalados é o do crescente endividamento externo, relacionando-se com os demais, que geram novas necessidades de empréstimos para sustentar a importação de tecnologias produzidas nas economias centrais. O autor conclui que “desenvolvimento e dependência (tecnológica e financeira) são processos contraditórios e correlatos, que se reproduzem, modificam-se e se ampliam incessantemente, sempre e quando inexistam processos políticos que lhes dêem fim” (Cardoso e Faletto, 2004, p. 39).

No entanto, a perspectiva revolucionária é completamente abandonada na visão de Cardoso. Ao invés de indicar caminhos possíveis para a construção de uma alternativa socialista, o autor prefere apontar as possibilidades de um desenvolvimento dependente e associado capaz de gerar, em certa medida, uma melhoria no bem estar da classe trabalhadora⁴⁴.

44 É importante ressaltar que o autor não indica a impossibilidade de uma revolução socialista (nem o contrário). O que estou ressaltando é que ele apenas se abstém de apontar os seus caminhos.

SIMILITUDES

Como podemos ver, existem muitas similitudes entre os debates travados por Lênin e os *narodniks* e pelo PCB e as vertentes da teoria da dependência. Similitudes são esperadas já que o objeto do debate é o mesmo: a possibilidade e a necessidade da implantação do capitalismo em países atrasados. Não é de se estranhar que as questões levantadas nos dois debates sejam tão similares, afinal, tanto a Rússia quanto o Brasil passavam por processos econômicos similares. Na Rússia, ao fim do século XIX, iniciou-se o processo de industrialização da economia, pautado em medidas protecionistas, e de incentivos a instalação da grande indústria – similar ao processo que aconteceu no Brasil a partir da década de 1930 (por volta de sessenta anos mais tarde). A grande peculiaridade do caso russo, que inclusive dá colorido especial ao movimento *narodnik*, é o fato de lá preexistirem relações de produção baseada na propriedade coletiva dos meios de produção que tiveram sua existência ameaçada pelo desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, enquanto os *narodniks* buscavam instaurar um socialismo que preservava as formas anteriores de organização, todas as vertentes do debate brasileiro tinham como objetivo a criação de relações de produção novas, ainda não experimentadas pela história do país.

Por outro lado, há que se ressaltar alguns elementos que nos exigem cautela ao comparar esses dois debates. Primeiramente, temos que ter em mente o grau de desenvolvimento do capitalismo como um todo nos dois períodos. Enquanto a forma de imperialismo praticada pelas economias centrais ao final do século XIX era baseada na dominação de mercados das economias periféricas (normalmente produtoras de matéria-prima), em meados do século XX a lógica de expansão do grande capital era por meio da inserção direta nessas economias, realizando a produção *in loco* e extraindo o excedente na forma de lucro e de juros.

Um segundo elemento que nos exige certa cautela é o fato de que o debate realizado na Rússia acontece em um momento no qual a revolução socialista se apresenta apenas como hipótese no imaginário dos revolucionários e intelectuais. Já no Brasil, o debate ocorre sob a luz de revoluções socialistas concretas que se desenvolveram por diferentes lógicas (algumas “vindas do alto”, outras com caráter de “revolução popular” etc.).

Tendo-se feito essas ressalvas, vejamos, pois, como os argumentos se repetem no debate que ocorre na América Latina. Para avaliar essa relação, concentramos nossa análise em seis argumentos que marcaram o debate.

O primeiro diz respeito à importância que cada uma das correntes lega às relações pré-capitalistas de produção presente nos países “atrasados” ou dependentes (feudal, escravista, colonial, entre outras). Em outras palavras: as relações pré-capitalistas de produção seriam de tal forma preponderantes a ponto de podermos caracterizar a referida sociedade como não capitalista?

O segundo argumento refere-se às possibilidades de desenvolvimento de um capitalismo pleno em países “atrasados”. Pleno no sentido de apresentar todos os elementos necessários de um capitalismo que seja capaz de cumprir sua função na passagem histórica para o socialismo. É importante ressaltar que não nos referimos a um capitalismo “autônomo”, “desenvolvido”, ou similar ao dos países centrais.

Uma questão que se colocar então é se esse desenvolvimento do capitalismo é um passo necessário para a eclosão de uma revolução socialista, ou seja, para a passagem da sociedade atual para um modo de produção socialista. Essa é a famosa tese do salto histórico, da possibilidade em se pular etapas no desenvolvimento da sociedade. Esse constitui o terceiro argumento da análise.

O quarto ponto diz respeito à preservação das relações tradicionais de dominação nos países capitalistas após o surgimento do capitalismo. As relações tradicionais são pautadas por lógicas não econômicas, não monetárias, contrapondo-se às relações modernas, difundidas nos países em que houve processos de revoluções burguesas mais contundentes. Esse elemento é uma forma de reconhecer que o capitalismo dos países atrasados, a despeito de poderem ser plenos, não precisam apresentar exatamente as mesmas características dos países centrais.

Como quinto argumento, apresentamos a opinião dos autores quanto à força da burguesia nacional para levar adiante um projeto de transformação da sociedade. Esse elemento é fundamental para determinar quais alianças entre classes seriam possíveis de serem formadas para impulsionar o processo revolucionário – ou não tão revolucionário, no caso da segunda vertente da teoria da dependência. Essa estrutura de alianças consiste no sexto e último argumento analisado.

Claro que temos consciência de que um debate tão complexo não pode ser resumido a um conjunto de argumentos apresentados de uma forma simplificada. Mas tal método de análise do discurso pode nos evidenciar a ocorrência de alguns erros de percurso e do modo como nem sempre o desenvolvimento dos conhecimentos se apresenta como um acúmulo contínuo de saber.

Quadro 1 – Semelhanças entre as vertentes do debate sobre o capitalismo nos países atrasados

Argumento	Vertente				
	<i>Narodniks</i>	Lênin	PCB	TD: 1ª vertente	TD: 2ª vertente
Preponderância das relações pré-capitalistas	X	-	X	-	-
Capitalismo é possível	-	X	X	-	X
Capitalismo é necessário	-	X	X	-	X
Preservação de estruturas tradicionais	-	X	-	-	X
Tese da “burguesia fraca”	X	X	-	X	X
Alianças estratégicas	Camponeses	Proletários e Camponeses	Proletários e Burgueses	Proletários e Camponeses	Capital Internacional, Estado, Burguesia Nacional

Fonte: elaboração própria.

No Quadro 1, apresentamos uma sistematização desses principais argumentos e a forma como aparecem nessas vertentes do debate. É interessante observar que, a despeito de se considerar herdeiro do pensamento leninista, o PCB adota argumentos compatíveis com os *narodniks* e contrários ao próprio Lênin. O partido considerava que a realidade brasileira era preponderantemente dotada de relações semi-feudais, similar ao pensamento do populismo russo. Da mesma forma que Lênin criticou seus contendores por desconhecerem a realidade prática da sociedade da qual discutiam, as vertentes da teoria da dependência também assim criticaram o pensamento do PCB. Ademais, tanto o PCB quanto os *narodniks* não reconheciam a possibilidade da sobrevivência das estruturas tradicionais no sistema capitalista.

No entanto, o destaque para a posição do PCB diz respeito ao seu posicionamento quanto à força e ao papel da burguesia. Nesse ponto, o partido é totalmente contrário a todas as outras vertentes, apontando a possibilidade de uma aliança entre o proletariado e a burguesia para a consecução de uma revolução democrático-burguesa, posição que o partido foi obrigado a rever após o golpe militar de 1964 no Brasil.

A primeira vertente da teoria da dependência, a despeito de criticar a leitura que o PCB faz da realidade, acaba por resgatar todas as demais argumentações dos populistas russos elencadas em nosso quadro sintético. Essa vertente aponta que, apesar do capitalismo ser o sistema existente nos países periféricos, seu desenvolvimento era impossível (mas também não necessário). A semelhança com o pensamento de Lênin se resume no reconhecimento da existência de uma classe proletária, capaz de dirigir um processo revolucionário.

Já a segunda vertente da teoria da dependência, mesmo apresentando um método dialético tão distinto do utilizado por Lênin, apresenta um argumento muito próximo da postura leninista, utilizando quase dos mesmos argumentos desse autor para criticar a vertente anterior. As ressalvas vão para a forma específica como as estruturas tradicionais aparecem transformadas no capitalismo dos países atrasados (na figura da Burguesia de Estado) e para o abandono da postura revolucionária socialista (totalmente incompatível com o posicionamento de Lênin) e da visão subsumida que as alternativas dessa vertente colocam.

Um ponto interessante de se observar é que todas as vertentes que consideram o capitalismo impossível não o consideram necessário (e vice-versa). Essa postura nos parece um sintoma de um certo voluntarismo na elaboração desses pensamentos. Já para aqueles que acreditam que o capitalismo é tanto possível quanto necessário, cabe destacar a divergência na forma como essa necessidade se concretizaria: para Lênin, o desenvolvimento capitalista deveria ser guiado pela ditadura do proletariado; para o PCB deveria ser alcançado por uma

revolução burguesa nos moldes da Revolução Francesa; já para a segunda vertente, não haveria a necessidade de uma revolução (nem burguesa e nem socialista) para o desenvolvimento das forças produtivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, nos propusemos a analisar a semelhança entre o debate travado entre Lênin e os populistas russos, conhecidos como *narodniks*, e o debate semelhante ocorrido na América Latina quase sessenta anos depois. Para tanto, foram apresentados os principais posicionamentos e argumentos de cada uma das vertentes, mas apenas nos pontos necessários para a análise do presente trabalho. Verificamos, com isso, a existência de uma grande semelhança entre essas vertentes, sobretudo entre os *narodniks* e os teóricos da primeira vertente da Teoria da Dependência e entre Lênin e os teóricos da segunda vertente da mesma teoria.

Como Marx aponta na obra “18 Brumário de Louis Bonaparte”, os fatos históricos acontecem duas vezes: uma vez como tragédia outra como farsa. Parece-nos que algo similar tem ocorrido no debate dentro do marxismo como uma evidência de que os esforços de interpretação de um determinado momento pouco são utilizados para a construção do conhecimento em momentos posteriores. Nesse sentido, nos parece que a repetição desse debate histórico se repete não como farsa, mas antes como uma verdadeira comédia, onde os diversos personagens teimam em escorregar nos mesmos erros que seus precedentes.

REFERÊNCIAS

BARAN, Paul Alexander. **Economia política do desenvolvimento**. 4ª Ed. \ Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

- CARDOSO, Fernando Henrique. **A dependência revisitada. As idéias e seu lugar.** 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1993a.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **O consumo da teoria da dependência nos Estados Unidos. As idéias e seu lugar.** 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1993b.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica.** Rio de Janeiro: Record, 2004.
- CARDOSO, Fernando Henrique; SERRA, José. **As desventuras da dialética da dependência.** Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 23. 1980.
- EMMANUEL, Arghiri. **L'Échange inégal: essai sur les antagonismes dans les rapports économiques internationaux.** Paris: F. Maspero, 1969.
- FRANK, André Gunder. **El desarrollo del subdesarrollo: Un Ensayo Autobiográfico.** Caracas: Nueva Sociedad, 1991.
- JOHNSTONE, M. **Lênin e a revolução.** In: HOBSBAWM, E. J. *História do marxismo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- LÊNIN, Vladimir Ilich Ulianov. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria.** 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira.** São Paulo: Polis/Vozes: 1984.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência.** São Paulo: Vozes/CLACSO, 2000.
- MIGLIOLI, Jorge. **Acumulação de capital e demanda efetiva.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.
- PALMA, Gabriel. **Dependency: a Formal Theory of Underdevelopment or a Methodology for the Analysis of Concrete Situations of Underdevelopment?** Word Development, V. 6, Pergamon Press, 1978.
- PREBISCH, Raul. **The economic development of Latin America and its principal problems.** New York: ONU, 1950.
- SANTOS, Theotônio dos. **A Teoria da Dependência: balanço e perspectivas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SODRÉ, N. W. **Introdução à Revolução Brasileira.** São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978.
- VON LAUE, Theodore H. **The Fate of Capitalism in Russia: The Narodnik Version.** American Slavic and East European Review, v. 13, n. 1, p. 11-28, 1954.

2

Parte

**nacionalismos,
modernismos
e modernidades**

Na segunda parte deste volume, os estudiosos se debruçaram sobre as relações entre os processos de modernização política e econômica da sociedade brasileira e suas íntimas relações com o modernismo, na composição da Modernidade brasileira.

No capítulo de abertura desta parte, Allysson Botelho de Oliveira realizou uma análise sincrônica do conceito de Poder Coordenador na obra de Alberto Torres, que embora repita a semântica da política imperial, também guarda sua singularidade em relação ao Poder Moderador, que se manifesta em sua composição, na responsabilidade política do Poder Coordenador e em suas atribuições, que são profundamente diferentes daquelas exercidas pelo Poder Moderador, apesar do papel arbitral desempenhado por ambos, cada um a seu modo.

Ana Maria do Nascimento reflete sobre autores do fim do século XIX e início do século XX cujas abordagens são marcadas pela intensa presença do gado nos sertões. Muito recorrente na literatura regionalista, essa abordagem ganhou adeptos no pensamento sobre a formação brasileira e passou a ser vista como uma tendência de interpretação do Brasil, que constituiu uma contribuição do modo como os estudiosos se tornaram os novos regionalistas no pensamento brasileiro ao reinaugurar novas condições de produção para criar um estilo de narrativa, ideias, estilos, formas e preocupações que remontariam o pensamento sobre o sertão, pois fizeram dessas categorias de pensamento uma chave de releitura para compreensão da formação sociocultural brasileira, especificamente, no período que se estende de meados do século XIX até um pouco depois de 1945.

Em *O esquadro do sofrimento: leituras d'Os Sertões e interpretações do Nordeste no pensamento de Gilberto Freyre, Celso Furtado e Josué de Castro*, André Luiz Martins destaca o pioneirismo de Euclides da Cunha em fornecer elementos para as primeiras interpretações do Nordeste. Desses elementos privaram – concordando, discordando – autores e pensadores como Gilberto Freyre, Celso Furtado e Josué de

Castro, desde diferentes campos do saber: a etnografia, a economia política, a ciência da nutrição, a geografia. Para além disto, Euclides esquadriharia o sofrimento como aspecto da nacionalidade brasileira e da pertença cultural nordestina.

Caique Carvalho e Maria Guerra tem o objetivo de analisar como o álbum *Novos Baianos F.C.*, de 1973, relaciona artisticamente o Brasil com o mundo a partir da reconstrução de uma identidade brasileira em constante diálogo com culturas estrangeiras. Enquanto Carlos Eduardo Collins em *Cultural Afro-Brasileira: uma poética de aproximação através da visualidade* parte de reflexões e questionamentos dentro da temática étnica/racial, através da construção de uma poética em artes visuais evocando uma aproximação por meio da visualidade à cultura afro-brasileira.

Christian Salles analisou o movimento antropofágico e os meandros de seu corpus discursivo, uma visão do nosso passado colonial e do processo de formação da sociedade brasileira. Seu surgimento, em 1928, com o lançamento da Revista de Antropofagia, é coetâneo, no plano da cultura, a um momento marcado pelo arrefecimento de questões eminentemente estéticas e pela preeminência de debates em torno da identidade nacional, ganhando vulto as temáticas do primitivismo e da miscigenação. A antropofagia se inscreve nesse quadro mais amplo e enuncia um conjunto de propostas e ideias articuladas a um propósito maior de emancipação cultural e de construção de uma nação verdadeiramente moderna e autônoma.

Isabel Foletto Cuvello apontou pontos de convergência entre a obra *A América Latina: males de origem* (1905), do ensaísta sergipano Manoel Bomfim (1868-1932), e a Teoria Decolonial. A partir da análise do conceito de parasitismo social, desenvolvido pelo autor sergipano, pretende-se identificar semelhanças com os conceitos de Colonialidade do Poder, Colonialidade do Saber e Colonialidade do Ser, eixos constitutivos da Teoria da Decolonialidade.

Por sua vez, Jéssica Almeida Fontes, Marcela de Oliveira Pessoa, Carla Esquivel, Pedro Henrique Santos de Sales e Stefany Ferraz Souza construíram um panorama do pensamento social e político a partir de teóricos que contribuíram de forma determinante na construção do imaginário social do Brasil durante o período do império à República Velha. Os supracitados teóricos consistem em Joaquim Nabuco, Tavares Bastos, Alberto Torres, Francisco Campos, Oliveira Viana, Victor Nunes Leal e Simon Schwartzman.

No capítulo *Dois momentos da trajetória crítica de Jean-Claude Bernardet* João Pedro Silva dos Santos, partir de um estudo exploratório da trajetória crítica de Bernardet, apontou a filiação orgânica deste pesquisador na revisão do nacional-popular como eixo da produção cultural engajada. Por um lado, o que esta nova revisão crítica busca apontar é a complexidade do contexto histórico do segundo pós-guerra e da cena cultural que surge a partir dele, resgatando sua historicidade, a pluralidade de ideias, experiências e signos daqueles produtos artístico-culturais. Por outro lado, busca também questionar e reavaliar a noção de autonomia que muitas vezes revestiu os críticos do nacional-popular, tomando seus escritos não como produção restrita ao campo acadêmico, mas sim como problema histórico e conjunto de apostas político-intelectuais.

Por sua vez, Marcel Lima pretende dar um panorama de como as ideias de tábula rasa se manifestaram nos escritos daqueles que pensaram o país na última década da Primeira República. Para tal, observaremos algumas questões partidárias que contribuíram para o esgarçamento do modelo político que culminou na Revolução de 1930, a qual respondia à demanda de começar um novo Brasil.

Enquanto Maro Lara Martins discute as ideias pelas quais Alberto Sales, Sílvio Romero e Oliveira Vianna norteavam sua posição dentro da sociedade, no sentido de definir seu papel e suas incumbências no mundo em que viviam, a criação de uma autoimagem pela qual sua

sociabilidade era estabelecida. Isto incluía os pressupostos de uma ação interventora dentro da sociedade, seja pelos referenciais cientificistas, seja pela idealização de uma civilização europeia em relação ao atraso brasileiro, seja pela experiência vivida e a recusa pela organização sócio-política instituída, seja pelos resultados obtidos por suas reflexões.

E por fim, Thiago de Oliveira Thobias coloca o pensamento social de Sérgio Buarque de Holanda, presente em seu clássico *Raízes do Brasil*, em conexão com o pensamento descolonial de Aimé Cesaire, Albert Memmi, e Frantz Fanon. O formato ensaístico torna *Raízes do Brasil* uma obra aberta que convida a dialogar e refletir sobre o Brasil, com possibilidades, a cada leitura, para que os comentários possam ser articulados sempre de maneiras criativa e inovadora.



9

Allysson Eduardo Botelho de Oliveira

**o poder coordenador
na obra de Alberto Torres:**
apontamentos iniciais

DOI: [10.31560/pimentacultural/2022.95736.9](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2022.95736.9)

INTRODUÇÃO

Este trabalho é o resultado de breve pesquisa exploratória realizada quando do início de pesquisa em sede de mestrado, em que se busca construir a história do conceito de Poder Coordenador. Sendo assim, por ora não se pretende abordar o tema em toda sua profundidade, antes busca-se aqui elaborar um panorama geral acerca (i) do eixo metodológico a ser adotado na pesquisa de mestrado, (ii) situar o conceito estudado no interior da interpretação que Alberto Torres realizou acerca da formação histórica brasileira, analisando brevemente a teoria política que o autor propõe como solução ao diagnóstico dos problemas brasileiros, e, (iii) por fim, apresentar, em linhas gerais, os contornos que o Poder Coordenador assumiu na obra de Alberto Torres.

Na primeira seção, são apresentadas as principais teses da *História dos Conceitos*, de Reinhart Koselleck, atentando-se também para seu diálogo com a Hermenêutica Filosófica de Hans-Georg Gadamer.

Em seguida, são apresentados brevemente a interpretação de Alberto Torres acerca da formação histórica brasileira, seu diagnóstico acerca dos principais problemas que afligiram o país, bem como sua proposta de solução destes problemas, consubstanciada no seu projeto de revisão constitucional, em que figura, como principal inovação, a criação de um quarto poder da República: o Poder Coordenador. A terceira seção se dedica a apresentar os contornos gerais do novo poder na obra de Alberto Torres, mormente seu extenso feixe de atribuições.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A perspectiva metodológica a ser empregada no estudo do conceito de Poder Coordenador é a *História dos Conceitos*⁴⁵, de Reinhart Koselleck, relida à luz da Hermenêutica Filosófica de Hans-Georg Gadamer. Assim sendo, são utilizadas as categorias *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*, de Koselleck, atentando-se para o contexto sócio-político em que o conceito se desenvolve.

No entanto, tendo em vista a crítica gadameriana, a presente pesquisa não tem a pretensão de *resgatar plenamente um sentido do passado*, uma vez que *não existe um conceito original, puro, perfeito, que leva a verdade sobre a experiência do passado histórico* (ALVES, 2018, p. 37, 46).

Tendo em vista que a *linguagem é autoesquecimento*, o ideal de um saber consciente total (*Bewusstheit*) é absurdo, de modo que o *esclarecimento conceitual – e história do conceito é esclarecimento conceitual – só pode se dar parcialmente* (GADAMER, 2002, p. 104).

Além disso, o presente projeto de pesquisa também não coaduna com a Teoria da História, a *Histórica*, de Koselleck. Partindo de uma leitura antropológica de *Ser e tempo* (Heidegger), o historiador alemão propõe uma Teoria da História enquanto *doutrina transcendental das condições de possibilidade das histórias*⁴⁶, abordando questões pré-linguísticas, extratextuais e pré-textuais, de maneira que, segundo ele, não seria abarcada pela pretensão universalista da hermenêutica (CATTONI DE OLIVEIRA, 2011, p. 68).

45 Empregada na análise dos sentidos que determinado conceito alberga ao longo de seus desenvolvimentos históricos, a *História dos Conceitos* surgiu como reação à tradução descontextualizada de expressões relacionadas ao constitucionalismo. Com efeito, até então os adeptos da chamada história das ideias, entendiam que estas seriam imutáveis ao longo do tempo, ou seja, vazias de historicidade (KOSELLECK, 2006, 104).

46 Segundo Koselleck, cinco seriam os pares antitéticos fundamentais a partir dos quais as histórias concretas se desenvolveriam, quais sejam: (1) poder matar/antecipar a morte; (2) amigo/inimigo; (3) interior/exterior; (4) generatividade e (5) senhorio/servidão (ALVES, 2018, p. 42).

Entretanto, Koselleck olvida-se de que toda formulação, mesmo aquelas por ele consideradas pré-linguísticas, constitui-se enquanto texto, sendo, portanto, objeto da hermenêutica. Ademais, ignora o historiador alemão que a hermenêutica não se reduz a uma mera filologia, já que a linguagem estende-se por toda criação humana (KOSELLECK; GADAMER, 1997, p. 104), incluindo as categorias supostamente pré-linguísticas elencadas por Koselleck em sua *Histórica*.

Além disso, ao propor a ordenação da realidade a partir de pares antitéticos, o historiador alemão acaba incorrendo no risco de *ocultação e obscurecimento das relações de poder, a teia de interesses em jogo nas disputas políticas, seus preconceitos etc.* (ALVES, 2018, p.33) impedindo o potencial crítico que o esclarecimento conceitual pode realizar no presente.

A investigação acerca das sedimentações semânticas do conceito de Poder Coordenador requer análises em dois flancos: (i) o estudo do *espaço de experiência* e do *horizonte de expectativa* associados ao período estudado; (ii) análise da função política e social do conceito estudado. O *espaço de experiência* pode ser entendido como o *passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados*, *caracterizando-se por estar "saturado de realidade"* (KOSELLECK, 2006, p. 104, 309, 312)⁴⁷.

O horizonte de expectativa, por sua vez, *se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto*⁴⁸. Experiência e expectativa não

47 Para uma comparação das traduções, na versão inglês da obra *Future Past*, espaço de experiência é definido da seguinte forma: *experience is the present past, whose events have been incorporated and can be remembered* (KOSELLECK, 2004, p. 259). Nesse sentido, a peculiaridade do *espaço de experiência* seria estar saturado de realidade: *Experience is specified by the fact that it has processed past occurrence, that it can make it present that it is drenched with reality, and that it binds together fulfilled or missed possibilities within one's own behavior* (KOSELLECK, 2004, p. 259).

48 Já o horizonte de expectativa é caracterizado do seguinte maneira: *expectation also takes place in the today; it is the future made present; it directs itself to the not-yet, to the non-experienced, to that which is to be revealed* (KOSELLECK, 2004, p. 259).

coincidem, isto é, esta não pode ser deduzida daquela, uma vez que o horizonte de expectativa é incerto, decompõe-se *em uma infinidade de momentos temporais*, enquanto o espaço de experiência é saturado de realidade, é completo (KOSELLECK, 2006, p. 310).

Além disso, um conceito é entendido como fato (*Fatktor*) e indicador (*Indikator*) simultaneamente, isto é, ele *indica algo que já existiu, uma experiência passada*, mas também *descortina um horizonte de expectativas pelo fato de articular-se com o contexto* (ALVES, 2018, p. 29, 30). Nesse sentido, o conceito encontra-se articulado a determinado contexto, em relação ao qual pode atuar, influenciar, ensejando a formação de novas realidades jurídico-constitucionais (KOSELLECK, 1992, p. 136).

UMA INTERPRETAÇÃO DO BRASIL: DIAGNÓSTICO E PROPOSTA DE SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS NACIONAIS

Alberto Torres foi um entusiasta da República, tendo participado, inclusive, como deputado constituinte, da elaboração da Constituição de 1891. Em 1901, então com trinta e cinco anos de idade, Alberto Torres foi nomeado por Campos Sales ministro do Supremo Tribunal Federal (PINHO, 2007, p. 17, 20). A experiência republicana, contudo, não o agradou. Desiludido com a República, Torres publicou, em 1914, seus dois principais livros: *O problema nacional brasileiro* e *A organização nacional*. Dentre outros assuntos, as obras tratam da formação histórica brasileira, abordando a incompatibilidade das instituições políticas com os costumes pátrios, sugerindo, ao fim, uma reforma constitucional.

Segundo Torres, já no período da colonização, o que motivou os primeiros colonizadores a migrarem para o Brasil em nenhum momento foi um imperativo de solidariedade que poderia, futuramente, ensejar a frutificação de um sentimento nacional. Não foi a ameaça de

um inimigo externo ou o imperativo de questões étnicas, religiosas, que moveram os colonizadores. Ao contrário, a colonização da América do Sul foi fruto da *cobiça de riqueza fácil*, tendo sido enviados para o novo continente a escória de Portugal (TORRES, 2002a, p. 130, 131). As nações formadas pela colonização seriam *improvisos sociais*, não havendo desenvolvimento espontâneo da nacionalidade, de modo que os *países novos carecem de constituir artificialmente a nacionalidade* (TORRES, 2002b, p. 77, 79).

Sob o mote de que *as nações modernas não se formam espontaneamente: são obras de arte política* (TORRES, 2002a, p. 204), Alberto Torres confere ao Estado este dever construtivo. Para tanto, é necessário recuperar a *força governamental*, isto é, maior delegação de atribuições e funções ao governo central, a fim de que este possa conduzir o país (TORRES, 2002a, p. 418).

Isto porque o liberalismo individualista realizou um verdadeiro atrofiamento do Estado, mitigando a força e o alcance de sua ação política. Como ele mesmo ressalta, Torres não está defendendo o despotismo ou mesmo o absolutismo monárquico, mas busca armar o Estado dos poderes necessários para que este possa fazer frente aos novos problemas enfrentados pelo país, e cumprir sua missão de organizar a nação (TORRES, 2002a).

Alberto Torres apresenta sua teoria política em um contexto de crise do paradigma do Estado liberal, em um momento em que este já mostrava seus sinais de decadência, mas o novo paradigma do Estado Social de Direito ainda não havia surgido. Por isso, ele defendeu muitas bandeiras que posteriormente se tornarão a marca do constitucionalismo social, como os direitos trabalhistas, o fortalecimento do Estado, direito à educação, à cultura, à proteção do meio ambiente, planejamento da economia, intervenção e regulação do mercado, reforma agrária etc. (HORTA, 2011; BONAVIDES, 2007; BARACHO, 1986).

Em seu diagnóstico dos problemas nacionais, para além do já citado defeito de origem dos homens de cobiça fácil que para a América do Sul emigraram, consta também uma análise da incompatibilidade entre as instituições políticas adotadas pela elite política e as tradições, costumes e necessidades do país, em uma recuperação da clássica teoria dos dois mundos (CATTONI DE OLIVEIRA, 2014), o mundo real e o mundo ideal, presente deste Platão. Curioso notar que esse tipo de construção, alcunhada de *problema da dissintonia ou dissonância constitucional* por Menelick de Carvalho Netto (2002, p. 170) marcaria seu lugar entre os estudiosos do direito constitucional, de ontem, como Karl Loewenstein, Ferdinand Lassalle e Georg Jellinek (CATTONI DE OLIVEIRA, 2017), Oliveira Vianna, e de hoje, como Paulo Bonavides, Luís Roberto Barroso e Marcelo Neves (ALVES, 2018).

No diagnóstico de Alberto Torres, a primeira constituição republicana, de 1891, teria sido uma cópia da Constituição norte-americana, uma mera transplantação institucional realizada por uma elite política desatenta às particularidades brasileiras. O resultado não poderia ser outro: as instituições não funcionaram como o esperado.

O federalismo, que nos Estados Unidos da América, era o reflexo de uma cultura política de *self-government*, entre nós nada mais fez do que entregar o poder local nas mãos das elites políticas estaduais. Não se refletiu em democracia e participação popular, mas sim no coronelismo, como mostra Victor Nunes Leal (1997). Ademais, para Torres (2002a), a nova Constituição teria atribuído excessivos poderes aos Estados. Esses que passaram a ser os verdadeiros detentores da soberania. Ao governo federal, pouco lhe caberia fazer no sentido conferir à nação uma direção única, harmônica e contínua.

Assim, o país vivia não como se fosse um, mas sim *vinte eixos excêntricos*⁴⁹, como uma verdadeira colcha de retalhos, sem direção

49 Àquele tempo, eram vinte os Estados brasileiros.

comum, sem projeto político único. Esse desarranjo institucional se refletiu, por exemplo, na própria questão alimentar: o Brasil, com toda sua extensão geográfica, clima e solo propícios à agropecuária, precisaria de importar gêneros alimentícios de primeira necessidade de países vizinhos, como a carne-seca argentina. Faltava organização e coordenação. Faltava uma política do todo, ou, nas palavras de Torres, uma *política orgânica*. E diante do arranjo institucional inaugurado pela Constituição de 1891, a União pouco poderia fazer nesse sentido (TORRES, 2002a, 245, 252).

O sufrágio universal não teve resultado muito diferente. Refletiu-se em voto de cabresto, curral eleitoral, bico de pena etc. Na visão de Torres, a democracia política liberal e representativa não poderia lograr êxito no estado civilizatório em o que o Brasil se encontrava, pois esta requer um certo grau de civismo e mesmo de conhecimento dos cidadãos, o que não haveria no Brasil. O povo brasileiro, uma imensa massa de analfabetos, não estaria apto a exercer seus direitos políticos.

A partir dessa *teologia política da falta*, da ausência e da incapacidade política do povo (CATTONI DE OLIVEIRA, 2019, p. 23), Alberto Torres construiria os alicerces de uma teoria política elitista (MARSON, 1979, p. 181) e aristocrática (LYNCH, 2013, p. 496). Daí seu repúdio à *governo do povo pelo povo*, que em solo brasileiro não teria passado de uma ficção. Para o autor, mais adequado seria falar em *governo do povo para o povo*, ou seja, embora essa entidade abstrata, o povo, continuasse sendo o titular da soberania, o exercício desta passaria a ser exercido pelos chamados homens capazes ou *homens de pensamento* (TORRES, 2002a, p. 421).

Esses novos atores políticos assumem especial relevância no projeto de reformulação institucional elaborado por Alberto Torres. Caber-lhes-iam, à frente do Estado, forjar a nação e executar o programa de organização nacional. Mas quem seriam esses novos atores?

Tratar-se-ia de um seletivo grupo de personalidades destacadas por sua inteligência, que deveria assumir um sentido prático, isto é, não se trata de bacharéis e eruditos, que proferiam belos discursos immortalizados nos anais do Parlamento. Não se trata de cientistas, de teóricos ou de filósofos. Tampouco dos tradicionais quadros políticos. Aliás, uma característica dessa nova elite política seria, não apenas a ausência de vínculos partidários, mas mesmo a distância em relação à dinâmica político-partidária. Essa nova elite política deveria assumir os cargos de direção da República e executar um programa nacionalista e de organização do país.

No entanto, a execução do programa esboçado por Torres passaria pela revisão da Constituição de 1891. Seria necessário adequar as instituições políticas aos costumes, à realidade brasileira, em outras palavras, o plano do *dever ser* deve derivar do plano do *ser*, deve ser uma representação fidedigna deste último:

(...) a constituição de um país é sua lei orgânica, o que significa que deve ser o conjunto das normas, resultantes de sua própria natureza, destinadas a reger seu funcionamento, espontaneamente, como se exteriorizassem as próprias manifestações da maneira de ser e de viver, do organismo político. É por isso que se chama 'constituição'. A nossa lei fundamental não é uma 'constituição'; é um estatuto doutrinário, composto de transplantações jurídicas alheias. Seu grande modelo foi a Constituição dos Estados Unidos (TORRES, 2002a, p. 93).

Torres enxergava na Constituição republicana de 1891 uma importação de ideias estranhas à realidade brasileira, que, por isso, não poderiam lograr êxito. Imbuído do propósito de adequar as instituições brasileiras à realidade nacional, o pensador elabora um projeto de revisão constitucional, publicado em seu livro *A organização nacional*.

Em seu projeto de revisão constitucional, Alberto Torres propõe uma verdadeira reformulação do Estado brasileiro, a começar pelo seu nome, que deixaria de ser *República dos Estados Unidos do Brasil*

(BRASIL, 1891), de clara inspiração norte-americano, a passaria a ser *República Federativa do Brasil*. Os Estados, por sua vez, passariam a se chamar *províncias autônomas* (TORRES, 2002a, p. 348).

No que se refere às hipóteses de intervenção federal, Torres propõe que sejam ampliadas, de quatro hipóteses previstas originalmente no texto constitucional, para quinze, sendo que sempre que fosse necessário o uso de força policial, deveria haver a anuência do Poder Coordenador (TORRES, 2002a, p. 357-360).

No que se refere ao Poder Legislativo, Alberto Torres propõe modificações no processo eleitoral tanto da Câmara dos Deputados, como do Senado Federal. Seu objetivo maior é mitigar a influências das elites políticas estaduais, que não defendiam os interesses da nação, mas tão somente os de sua facção. Aqui, a grande novidade consiste no critério corporativista de eleição de parte dos senadores, proposta que receberá assento na Constituição de 1934 (SOBRINHO, 1968).

Dos sessenta e três senadores, trinta e sete seriam eleitos por grupos específicos de eleitores, de modo que: à igreja católica caberia a escolha de três senadores; as outras confissões religiosas escolheriam um parlamentar; o Apostolado Positivista Brasileiro também escolheria um representante; as associações de caridade, sem caráter religioso, escolheriam dois senadores; os eleitores “areligiosos” elegeriam um parlamentar; as associações científicas, literárias e artísticas, bem como os professores do que hoje seria o ensino fundamental e médio, elegeriam três representantes; magistrados e advogados escolheriam dois senadores; médicos, dentistas e farmacêuticos elegeriam dois representantes; os engenheiros e industriais escolheriam dois parlamentares; os lavradores que produzissem produtos para exportação elegeriam cinco senadores, enquanto os produtores de gêneros para abastecimento do mercado interno escolheriam seis representantes; os operários urbanos elegeriam um senador, e o operariado rural escolheria três parlamentares (TORRES, 2002a, p. 428-9).

O mandato do Presidente da República foi ampliado para oito anos, permanecendo vedada a reeleição. O propósito da ampliação foi permitir os Presidentes tivessem condições de realizar um programa de governo mais duradouro. Na visão de Torres, um dos problemas do mandato de quatro anos é que a cada quadriênio, com a mudança do Chefe do Poder Executivo, modifica-se também toda a direção e o programa governamental, o que inviabilizada que o país caminhasse em uma direção única e contínua.

Contudo, o que mais chama atenção na remodelação do Poder Executivo é a forma de eleição do mesmo: o Presidente da República não seria eleito pelo sufrágio universal, mas por um eleitorado especial composto por senadores, deputados federais, Presidentes de Províncias, deputados provinciais, os membros do Poder Coordenador, os magistrados e os membros do Ministério Público, os professores, os integrantes do Instituto de Estudo dos Problemas Nacionais, os membros das associações científicas, artísticas, profissionais, culturais, sociais, morais ou sindicais, bem como os integrantes das comissões sindicais (TORRES, 2002a, p. 436-7).

No que se refere às ações tutelares de direitos constitucionais, Alberto Torres propõe a criação daquele que seria a inspiração do futuro mandado de segurança, o *mandado de garantia, destinado a fazer consagrar, respeitar, manter ou restaurar preventivamente os direitos, individuais ou coletivos, públicos ou privados, lesados por ato do poder público, ou de particulares, para os quais não haja outro recurso especial* (TORRES, 2002a, p. 454).

Na *Declaração de Direitos* de seu projeto, Torres antecipa o Estado Social que anos mais tarde se concretizaria. Ele defende o ensino gratuito, seja ele primário, profissionalizante agrícola, ou superior, bem como direitos trabalhistas, como limites de jornada de trabalho e férias, além de variados dispositivos prevendo o acesso à cultura e a proteção ambiental.

Feitas essas breves considerações a respeito do projeto de revisão constitucional proposto por Alberto Torres, passa-se agora a tratar daquela que é a sua maior inovação: a criação de um quarto poder, o Poder Coordenador.

O PODER COORDENADOR

O Poder Coordenador, como destaca Alberto Torres, não seria um mero fruto da imaginação ou mesmo a importação de doutrinas alheias. Pelo contrário, tratar-se-ia de instituição que estaria de acordo com a cultura política e necessidades brasileiras. O jurista fluminense teria construído essa nova proposta a partir da observação do mal funcionamento das instituições políticas brasileiras, o que o teria levado a constatar a necessidade de um quarto poder nos países presidencialistas e federalistas, como o Brasil (TORRES, 2002a, p. 403).

O novo poder está estruturado da seguinte forma: possui um órgão central de cúpula, o Conselho Nacional, de composição colegiada, que poderia contar com até vinte membros. Em cada província, haveria um procurador da União. Os membros do Conselho Nacional, bem como os procuradores da União, seriam vitalícios e não poderiam ter seus subsídios diminuídos por decisão do Congresso Nacional. Ao assegurar essas garantias, Torres busca possibilitar que os agentes do Poder Coordenador não sejam influenciados pelas disputas políticas. Assim, poderiam agir de forma comprometida com os interesses nacionais, em detrimento dos interesses mesquinhos das facções políticas.

Além do Conselho Nacional e dos procuradores da União, em cada município o Poder Coordenador teria um delegado federal. Em cada distrito, um representante da União, e em cada quarteirão, um preposto da União. Também faria parte do quarto poder o Tribunal de Contas da União (TORRES, 2002a, p. 440-1).

Como se pode notar, o Poder Coordenador seria dotado de uma enorme burocracia, espalhando-se por todo o território nacional, por todos os seus quarteirões. Sua extensão será objeto de críticas daquele que é considerado o principal discípulo de Alberto Torres, Oliveira Vianna. Como visto, os principais postos de governo deveriam ser ocupados por uma nova elite política, os homens de pensamento prático ou pragmático. É de se crer que o principal lugar desses novos atores seria o novo poder.

Contudo, no Brasil não haveria tantas personalidades assim. Aliás, entre nós faltaria qualidades como o senso de unidade nacional, o espírito cívico e nacionalista. Diante dessa falta de material humano para compor a enorme burocracia do novo poder, ele, na prática, seria inexecutável (VIANNA, 1930).

O Conselho Nacional não seria eleito pelo sufrágio universal, mas por um curioso método em que caberia 20% dos votos ao próprio Conselho Nacional, 20% ao Poder Executivo, 20% ao Poder Legislativo, 20% ao Poder Judiciário e 20% ao Instituto de Estudos Políticos Nacionais. Deste modo, o Poder Coordenador seria um poder que nasceria dos demais poderes (SIMÕES, 2002, p. 306).

No que se refere às atribuições do Conselho Nacional, o órgão de cúpula assume competências as mais diversas, de natureza administrativa, legislativa e judiciária (TORRES, 2002a, p. 442-7). Nesse sentido, passaria a ser de sua alçada a apuração das eleições e verificação dos poderes, funções até então exercidas pelo próprio Poder Legislativo. Aliás, essa seria uma das razões das constantes fraudes eleitorais que caracterizaram a Primeira República. Aqui, o novo poder assume uma perspectiva modernizante no sentido de salvaguardar a verdade do processo eleitoral.

Também caberia ao Conselho Nacional autorizar o Presidente da República realizar a intervenção federal, sempre que fosse necessário o emprego de força policial. Embora Torres tenha proposto uma

larga ampliação das hipóteses aptas a deflagrar a intervenção federal, ele as condiciona, pelo menos nos casos mais gravosos, à anuência do Conselho Nacional. Com a medida, possivelmente ele tenta evitar o uso do instituto com fins políticos, como vinha sendo realizada pela política salvacionista de Hermes da Fonseca (1910-1914).

Outra atribuição do Conselho Nacional é julgar as lides entre os poderes federais ou entre esses e os demais entes federados, bem como entre os entes federados. Aqui, o Poder Coordenador passa a realizar a arbitragem do jogo político, mas a partir do direito, ou seja, exercendo atividade propriamente jurisdicional.

Até mesmo a controversa atribuição de realizar o controle de constitucionalidade, objeto de muitas críticas nos primeiros anos da República, foi transferida ao Poder Coordenador (SALCEDO REPOLÊS, 2010, p. 117). Com efeito, trata-se de mais uma tentativa de ocupar o vazio, de arrefecer a tensão entre direito e política, uma vez que o Poder Coordenador, pretendendo-se neutro e distante das facciosas disputas partidárias, procura constituir-se do mesmo substrato do antigo Poder Moderador, qual seja, a união entre *autoritas* e *potestas*, isto é, ente a autoridade, que em uma República deve caber à forma indisponível da Constituição, e o poder que provém do povo (SALCEDO REPOLÊS, 2010, p. 33, 34, 110).

Desse modo, uma primeira hipótese constitutiva do conceito de Poder Coordenador, em uma perspectiva sincrônica, isto é, quando de seu surgimento, é a seguinte: o Poder Coordenador surge com a pretensão de ser um substitutivo funcional do Poder Moderador (CATTONI DE OLIVEIRA, 2010, p. 49), isto é, ao reunir em si *autoritas* e *potestas*, pretende-se neutro, e, portanto, apto a sobrestar sobre os demais poderes, atuando como chave do sistema político. Nesse diapasão, a ausência de povo, de nacionalidade, seria uma imposição de um único caminho possível, qual seja, a modernização autoritária, o autoritarismo instrumental, no marco de uma democracia possível:

(...) a ser conduzida pela máscara totêmica (KELSEN, 2000, p. 303-343) de um 'suposto substituto funcional' (NEUMANN, 1957, p. 22-68; 1996, p. 101-141) do velho Poder Moderador imperial, na figura *secularizada* (SCHMITT, 1988, p. 46), seja a de um presidente forte, a das forças armadas, ou até mesmo, mais recentemente, a de uma corte constitucional (CATTONI, 2015, p. 23).

Acrescente-se ao rol desses *substitutos-mascarados* ocupantes do lugar da cidadania e nacionalidade ausentes (CATTONI DE OLIVEIRA, 2015, p. 23) o Poder Coordenador, forjado com o fito de cumprir este mesmo desiderato.

O novo poder também assume uma função tutelar frente as outras instituições do sistema política. Nesse sentido, cabe-lhe acompanhar os debates legislativos, alertando o Parlamento diante de eventuais inconstitucionalidades.

Mas o quarto poder também assume o papel de instância de estudos sobre os problemas brasileiros. Assim é que lhe cabe realizar, de forma permanente, o estudo do sistema tributário de todos os entes federados, atentando-se para sua relação com a economia nacional, tendo em vista, principalmente, a defesa dos consumidores, dos produtores e das classes mais baixas.

Também seria papel do novo poder zelar pela liberdade comercial. Para tanto, o Conselho Nacional poderia declarar a nulidade dos tributos que a desrespeitassem, bem como das leis, concessões e contratos de qualquer ente da federação que facilitassem a formação de monopólios. Nesse ponto, vale destacar que na visão de Torres, um dos principais problemas nacionais seria a exploração das riquezas brasileiras pelo capital internacional, como acontecia nas casas de exportação do café, situada nos EUA. Por sua estrutura monopolística, essas instituições pagavam baixos preços pelos gêneros agrícolas brasileiros, e os recendiam conseguindo altas taxas de lucros (SOBRINHO, 1968). A crítica e o combate ao capitalismo monopolista serão

marcantes no pensamento de Torres. Por isso sua preocupação em assegurar a liberdade comercial.

Nesse sentido, caso o poder legislativo, em qualquer âmbito da federação, não adotasse, dentro de dois anos contados a partir da vigência da reforma constitucional, leis que assegurassem a liberdade comercial, o Poder Coordenador poderia decretar tais atos normativos. Esse e outros dispositivos mostram uma clara superioridade do Poder Coordenador frente aos demais órgãos do sistema político.

Do mesmo modo, o Poder Coordenador seria competente para decretar a perda da autonomia da província que caísse em *estado de anarquia política, administrativa ou financeira*, provendo sua administração pelo período de até cinco anos (TORRES, 2002a, p. 446).

Contudo, o novo poder não seria irresponsável politicamente, ou seja, seus membros poderiam responder judicialmente seja nos casos de crimes comuns ou crimes de responsabilidade.

Outra atribuição do Poder Coordenador seria cobrar das autoridades municipais e provinciais a adequação de suas respectivas legislações aos interesses nacionais.

O Poder Coordenador também assume uma série de atribuições de sentido modernizante, como a defesa do meio ambiente, da saúde, do bem-estar e da cultura, cabendo-lhe tanto propor medidas nesse sentido como cobrar ações dos poderes competentes.

O novo poder também assumiria protagonismo na organização e regulamentação do mundo do trabalho. Nesse sentido, caber-lhe-ia fiscalizar a distribuição dos meios de trabalho, a concessão de terras e de créditos. Torres era um entusiasta da reforma agrária no Brasil, embora fosse crítica das políticas de imigração. Também seria atribuição do Poder Coordenador julgar as lides oriundas das relações laborais.

Os demais agentes do Poder Coordenador exerceriam em sua esfera de atuação funções equivalentes àquelas que o Conselho Nacional exerceria no âmbito nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Poder Coordenador foi pensado por Alberto Torres como um meio de adequar as instituições políticas à realidade brasileira, ou seja, aos seus costumes e às suas necessidades. Na visão do autor, os primeiros vinte anos da República teriam sido caracterizados pela ausência de uma direção nacional central, de um sentido comum a toda nação. Diante do regime federativo, que teria atribuído extensa autonomia aos Estados, a União ficou desprovida de meios para imprimir unidade ao país. Por isso, todo o projeto de Torres busca recuperar essa capacidade do eixo político central de dirigir a nação, sendo peça-chave deste intento o seu novo poder.

Embora Alberto Torres em momento algum compare o Poder Coordenador ao Poder Moderador imperial, é difícil de se crer que este último não tenha exercido nenhuma influência na proposta torreana. Isto porque, como argumenta LYNCH (2012), o fantasma do Poder Moderador pairava sobre o debate público da Primeira República.

Embora apresentem traços comuns, como a mediação da disputa política, os dois poderes apresentam também diferenças significativas, já que o Poder Coordenador se situa em um contexto de crise do Estado Liberal, ao passo que o Poder Moderador foi criado no ambiente de surgimento do próprio Estado de Direito. A relação entre os dois poderes será mais bem trabalhada em um momento posterior da pesquisa.

O Poder Coordenador de Alberto Torres nunca se tornou uma realidade. Contudo, esteve muito presente nos debates públicos que

se seguiram nos anos de 1930 em torno do processo de constitucionalização brasileiro, ressurgindo também em fins da década de 1950.

REFERÊNCIAS

ALVES, Adamo Dias. **Elementos bonapartistas no processo de constitucionalização brasileiro**: uma análise crítico-reflexiva da história constitucional brasileira de 1823 a 1945. Belo Horizonte: Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2018.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Teoria Geral do Constitucionalismo. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, n. 91, p. 05-62, jul./set. 1986.

BONAVIDES, Paulo. **Do Estado Liberal ao Estado Social**. 8ª. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em: 06 de jun. de 2020.

CARVALHO NETTO, Menelick de. Apresentação in Müller, Friedrich. Legitimidade como conflito concreto do direito positivo. **Revista do TST**, vol. 68, n. 3, jul/dez de 2002, p. 169-188.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. Estatuto científico da Teoria da Constituição. _____. **Teoria da constituição**. Belo Horizonte: Initia Via, 2012, cap. 01, pp. 11-48.

_____. **Contribuições para uma Teoria Crítica da Constituição**. Belo Horizonte: Arraes, 2017.

_____. Projeto de Pesquisa: Contribuições para uma nova história e teoria do processo de constitucionalização brasileiro no marco da Teoria Crítica da Constituição. Brasília: CNPq, 2019.

_____. CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. Notas programáticas para uma nova história do processo de constitucionalização brasileiro. **Revista da Faculdade de Direito – UFPR**, Curitiba, n. 51, 2010. p. 45-72.

_____. Contribuições para uma nova história e teoria do processo de constitucionalização brasileiro no marco da teoria crítica da constituição. Belo Horizonte, 2015. Disponível: https://www.academia.edu/21327760/Projeto_de_Pesquisa_CNPq_Contribui%C3%A7%C3%B5es_para_uma_Nova_Hist%C3%B3ria_e_Teoria_do_Processo_de_Constitucionaliza%-%

C3%A7%C3%A3o Brasileiro no Marco da Teoria Cr%C3%ADtica da Constitui%C3%A7%C3%A3o_2015_.

_____. Ciência Histórica e Hermenêutica Filosófica. *In*: CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade (Coord.). **História do direito e constitucionalismo**. Belo Horizonte: Pergamun, 2011, p. 61-90.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método II: complementos e índice**. Petrópolis: Vozes, 2002.

HORTA, José Luiz Borges. **História do Estado de Direito**. São Paulo: Alameda, 2011.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Ver. Trad. César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006.

_____. **Future past: on the semantics of historical times**. Trad. Keith Trib. New York: Columbia University Press, 2004.

_____. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. Trad. Manoel Luis Salgado Guimarães. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

KOSELLECK, Reinhart; GADAMER, Hans-Georg. **Historia y hermenéutica**. Trad. Faustino Oncina. Barcelona: Paidós, 1997.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LYNCH, Christian Edward Cyril. O pensamento constitucional de Alberto Torres - uma introdução... *In*: Felipe Dutra Asensi; Daniel Giotti de Paula. (Org.). **Direito Constitucional**. 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013, p. 483-509.

_____. LYNCH. Entre a Jurisdição Constitucional e o Estado de Sítio: o fantasma do poder moderador no debate político da Primeira República. **Revista Brasileira de Estudos Constitucionais**, v. 23, p. 601-653, 2012.

MARSON, Adalberto. **A Ideologia nacionalista em Alberto Torres**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

PINHO, Sílvia Oliveira Campos de. **Alberto Torres: uma obra, várias leituras**. 2007. 246 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SALCEDO REPOLÊS, Maria Fernanda. **Identidade do sujeito constitucional e controle de constitucionalidade: raízes históricas da atuação do Supremo Tribunal Federal**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010.

SOBRINHO, Barbosa Lima. **Presença de Alberto Torres:** (sua vida e pensamento). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

TORRES, Alberto. **A organização nacional.** [S./]: eBooksBrasil, 2006a. Disponível em: <http://ebooksbrasil.org/nacionais/acrobatebook.html>. Acesso em: 23/07/18.

_____. **O problema Nacional Brasileiro.** [S./]: eBooksBrasil, 2002b. Disponível em: <http://ebooksbrasil.org/nacionais/acrobatebook.html>. Acesso em: 23/07/18.

10

Ana Maria Bezerra do Nascimento

o ciclo do gado ou da civilização do couro:

uma tendência
de interpretação de Brasil

Uma plêiade de autores do fim do século XIX e início do século XX empreenderam uma abordagem marcada pelo intenso processo e práticas de criação do boi, comércio, propriedade na formação do sertão e de suas gentes. Muito recorrente na literatura, essa abordagem ganhou adeptos no pensamento sobre a formação brasileira e passou a ser vista como uma tendência de interpretação do Brasil. Tendência que foi inaugurada por Antonil – Andreoni em *Cultura e Opulência do Brasil* (1711) e adotada por Capistrano de Abreu em *Capítulos da História Colonial* (1907), Djacir Menezes no *Outro Nordeste. Formação do Nordeste* (1937) e Renato Castelo Branco em *A Civilização do Couro* (1942). Esses estudos acompanhavam a ideia do sertão, sustentada pela dinâmica “atraso, isolamento, abandono”, mas foi no ciclo do gado⁵⁰ ou da civilização do couro que essa ideia ganhou nova abordagem ao reconhecer que a presença do boi, da fazenda e da casa eram elementos estruturantes da sociedade e da cultura, pois cada um desses fatores se tornou componente essencial do caso em foco.

Essa abordagem surge conforme Octávio Ianni no artigo “Tendências do Pensamento Brasileiro” (2000), no ambiente de problematização sobre a formação brasileira, que se apresentava em uma multiplicidade

50 Conforme Nascimento (2020), o artigo de Rogério Santana (2008), “O ciclo do gado na literatura brasileira”, o autor aborda os elementos fundamentais do que ele denomina de “concepção histórico-literária”, de alguns autores e obras do fim do século XIX e início do XX, fortemente marcadas pela presença do gado. São narrativas de vaqueiros e tropeiros, ora no sertão, ora nos pampas, no tratamento com o gado de maneira a determinar alguns parâmetros de representação literária vindos de regiões localizadas fora do centro cultural do sertão nordestino. O autor apresenta Capistrano de Abreu, Afonso Arinos, Simões Lopes Neto, Hugo de Carvalho Ramos, Câmara Cascudo como os que marcam a “geografia literária do ciclo do gado” ou “ciclo da boiada e do sertão”.

de tendências “setoriais e abrangentes”⁵¹, fazendo com que algumas ideias e temas fossem rerepresentados por diferentes autores, possibilitando uma diversidade de pensamento e promovendo novos dados e elucidações sobre a formação brasileira.

Essa diversidade abriu um amplo leque de filiações teóricas, conceituais e metodológicas para os intelectuais que se sentiam alinhados segundo os “estilos de pensamento já constituídos ou em constituição” (IANNI, 2000, p. 56). Ainda segundo Ianni, as iniciativas, mesmo vistas como pertencentes a um ou outro setor da sociedade brasileira, objetivavam conquistar mais adeptos para se agruparem em torno de uma visão de conjunto, apontando as “linhas mestras da história nacional” (IANNI, 2000, p. 56).

De fato, podemos observar que desde meados do século XIX e início do século XX, em meio a essa diversidade de orientações sobre as linhas mestras da formação da sociedade brasileira, muitas abordagens influenciaram os intelectuais nas formas de repensar o Brasil. Esses estudiosos, de certo modo, iniciaram a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil ao deixarem um legado intelectual constantemente atualizado pelas leituras críticas, ou por meio de sua retomada para a reformulação de novas proposições sobre o país e o

51 Ianni (2000) compreende que as tendências do pensamento brasileiro podem ser estudadas pelos seguintes temas recorrentes que mais se sobressaem: As três idades do Brasil - colônia, monarquia e república-; Centralismo e Federalismo; Estado forte e Sociedade civil débil; História incruenta e Revoluções brancas; Conciliação e Reforma; Luso-tropicalismo e Democracia racial; Economia primária exportadora e Industrialização substitutiva de importações; Mercado emergente e Neoliberalismo. Além de outros temas também significativos. Para Ianni (2000, p. 56), são temas que permitem “ampla fundamentação empírica e rigorosas análises, sendo que vários convergem entre si”. Há autores que lidam com diversos desses temas, buscando integrá-los, desenvolvendo interpretações abrangentes. Daí a pluralidade de visões do Brasil, pois há uma pluralidade de Brasís. Pode ser estudado seguindo algumas “orientações, linhagens ou famílias de intelectuais”, isto é, de “interpretações sobre as tendências predominantes na história do Brasil” nas seguintes linhas: a) autoritarismo; b) Patriarcalismo; c) Culturalismo; d) Catolicismo; e) Capitalismo nacional; f) Revolução Brasileira; g) Brazilianistas; também como autores designados como “precursores”, “clássicos” e “novos”. Os *percussores* são autores que pensaram o Brasil em formação; os *clássicos* são os fascinados por descrever, compreender e explicar a “questão nacional”; os “novos” assinalam novas interpretações do Brasil, instituem outros parâmetros de compreensão e explicação da realidade político-econômica e sociocultural.

sertão em particular. Também por extrapolarem as fronteiras, conforme dizem Botelho & Schwarcz em “Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma” entre o “pensamento social e outras áreas de pesquisa, ou mesmo outros campos do conhecimento nas ciências humanas” (BOTELHO; SCHWARTZ, 2011, p. 01).

De fato, a ideia de sertão sempre foi um termo complexo e polissêmico, um “aluvião” de força simbólica, que pouco a pouco foi sendo elaborado e reelaborado e adquirindo outros repertório de ideias e temas entre os intérpretes. Guardava o termo definidor do Brasil, inicialmente articulado àquele que seria seu principal opositor, o litoral, e, posteriormente, outras oposições que ajudaram a compor, de maneira indissociável, seu significado. Nesse entremeio de redefinição do sertão, continuaram incluídos outros sertões: do planalto e das serras, da seca e das águas, da caatinga e do agreste, do rio e do mar, do norte e do sul, do boi, do sertanejo, do vaqueiro em seus costumes, hábitos, modos de vida, entre outros aspectos reveladores de um constructo sociocultural. Nessa perspectiva, portanto, o sertão é um termo relacional de sentido próprio e perene. Não se trata de afirmar que a formação brasileira se esgota na categoria sertão. Ela envolve outras ideias e temas que podem perfeitamente ser absorvidos por essa e outras categorias como cultura, civilização, raça, trabalho, revolução, mudanças, sociedades, povo, identidade. Todas válidas para desvendar as muitas dimensões sobre a formação da sociedade brasileira.

Antônio Candido, em *Literatura e sociedade* (edição atualizada de 2000), traça um “Panorama para estrangeiros de 1900 a 1945” da literatura e da cultura brasileira, de modo a destacar como, ao longo desse processo, as ideias sobre o sertão fincaram suas raízes na ideia de Brasil. Ele considera que a atuação vigorosa da “geração renovadora” tinha como elemento estruturante dessas ideias, a missão de escrever com “imaginação e talento literário” arrojados estudos sobre o Brasil, para “experimentar formas novas e descobrir sentimentos ocultos” (CANDIDO, 2000, p. 112). Esses estudos abordavam temas “análogos com

espírito diferente”, sobretudo, “símbolos e alegorias densamente sugestivos, carregados de obscura irregularidade” ante as particularidades de meio, raça e história. Sob esse ponto de vista, Candido reconhece que o decênio antes de 1930 foi o momento em que o regionalismo mais se emparelhou com as interpretações de Brasil, promovendo uma grande arrancada intelectual apoiada pelo ensaio e romance⁵², em especial.

Para Albuquerque Júnior, em *A Invenção do Nordeste e Outras Falas* (1999), o regionalismo que inicialmente se inseria na Literatura brasileira, na perspectiva romântica e realista das décadas de cinquenta e sessenta do século XIX, vai dar lugar ao realismo paisagístico e depois ao “paisagismo histórico” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1996, p. 51) do século XX. Essa produção é vista pelo estudioso como “literatura fiel à descrição do meio”, ou seja, uma especialidade literária que narra as histórias de suas províncias, uma “simples descrição do Brasil como um conjunto de paisagens atemporais dá lugar a uma visão genealógica do país e de sua população”. Esse momento vincula uma plêiade de intelectuais brasileiros interessados nas particularidades locais e que, em grande “medida, torna a segmentação regionalista um dos aspectos determinantes da produção artístico-cultural do país”. Um regionalismo que, segundo Albuquerque Júnior, após a Proclamação da República, passa a se expressar cada vez mais, buscando se “impor como nacionais, e cujo embate é um dado fundamental na história do país” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1996, p. 65).

Albertina Vicentini no artigo “O Sertão e a Literatura” (1998), avalia que as narrativas promovidas pelos escritores nordestinos nesse

52 Conforme Nascimento (2020), vaqueiros, sertanejos, cantadores, tropeiros, boiadeiros são personagens do chamado ciclo do gado ou da civilização do couro do qual se destacam os romances da escola nordestina como: José de Alencar *O Sertanejo* (1875); Francisco Gil Castelo Branco *Ataliba o Vaqueiro* (1878); Coelho Neto *Sertão* (1896), Hugo Carvalho Ramos (1895-1921) *Tropas e Boiadas* (1917); Valdomiro Silveira *Os Caboclos* (1920); Luís da Câmara Cascudo *Vaqueiros e Cantadores* (1939), entre tantos outros que multiplicaram essa abordagem, conferindo-lhe, posteriormente, novas modulações para o romance brasileiro, para além da escola nordestina. Também foi tema de autores e obras do pensamento brasileiro e regionalista como Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna, Djacir Menezes, Renato Castelo Branco, Odilon Nunes entre outros.

período e nos anos seguintes, preparariam o caminho para o reconhecimento de autores e obras que ficariam conhecidos como sertanistas ou sertanejos, herdeiros de uma tendência, corrente ou escola da literatura regionalista, baseadas no lugar dos que escrevem “e não necessariamente da forma com a qual escrevem o fato literário” (VICENTINI, 1998, p. 41), ou seja, o que sentia quando escrevia, para, assim, exercer a função altamente compensatória de resgatar as tradições daquela sociedade, que ele via que estavam se perdendo. Escrevia também para chamar atenção sobre as mudanças que eram necessárias, e também para os fatores que precisavam ser preservados para o funcionamento da cultura e da sociedade brasileira. Enfim, a escola nordestina promoveu uma “aluvião sertaneja”, apoiada na poesia, prosa, crônica, romance, peça de teatro, ilustrações, desenhos, mapas, textos científicos e estudos de inspiração popular, marcando o “regionalismo literário do Nordeste” em três grandes temas: a) Terra e paisagem; b) Patriotismo regional c) Literatura brasileira, filha da terra.

Com efeito, o ensaio triunfou, pois se tornou um tipo de gênero misto “construído na confluência da história com a economia, a filosofia ou a arte, que é uma forma bem brasileira de investigação e descoberta do Brasil”. Uma combinação sem fronteiras com a “imaginação e a observação, a ciência e a arte” (CANDIDO, 2000, p. 119). Enfim, uma plêiade de intérpretes do Brasil que contribuíram para acompanhar ou se contrapor a problemática do sertão na formação da sociedade brasileira, mas que nos limites oferecidos por este estudo, não seria possível estudá-los em sua totalidade.

NOS CONDICIONAMENTOS DA INTINERÂNCIA DO “CICLO DO GADO OU DA CIVILIZAÇÃO DO COURO”

Figura 1 – Os tropeiros guiando a boiada pelo sertão.



Ilustração de Percy Lau (1959)

Para verificar os aspectos mais processuais dessa ideia, o estudo se orientou por acompanhar a problemática do sertão, buscando explicar como essa perspectiva se tornou uma interpretação de Brasil ao destacar seus processos e práticas socioculturais do “ciclo do gado ou da civilização do couro” e, os modos que as gentes dos sertões instituíram um estilo de vida em suas várias feições e modalidades de conflitos, intercâmbios e recriações socioculturais.

Em *Cultura e Opulência do Brasil* (1711) de André João Antônio ou João Antônio Andreoni (1649-1716), o autor descreve no último capítulo sobre “o gado” se tornando a referência inaugural para os estudiosos interessados em prosseguir com nova abordagem sobre a formação brasileira. Conforme Capistrano de Abreu, Antonil-Andreoni oferece os dados mais “positivos e maravilhosos” (CAPISTRANO DE ABREU, 1981, p. 134) sobre essa atividade de fundamental importância

para o sertão. De fato, para Antonil-Andreoni (2011, p. 269)⁵³, o gado respondia por um conjunto de atividades que desde os primórdios da propriedade rural foi sendo introduzido e se diversificando em outros tipos de propriedades e suas denominações como sítios, fazendas e currais. Com o tempo, essas atividades passaram a ser a base para fundação de arraiais, povoados, vilas, freguesias e cidades. Gado significa, para o estudioso, largueza de campo, água e demais suportes que garantem a criação do gado.

Antonil-Andreoni (2011) analisa como o boi, ao ser conduzido para os mercados consumidores, produziu efeitos grandiosos. Entre esses efeitos está guiar a boiada cantando, “tangendo-as, e tendo cuidado que não saiam do caminho e se amontoem” (ANTONIL-ANDREONI, 2011, p. 270). O trabalho era formado por longas jornadas até encontrar um pasto para pouso e de preferência com água em abundância, mas não encontrando, “seguem o caminho marchando de dia e de noite, com pouco descanso, até que achem paragem aonde possam parar” (ANTONIL-ANDREONI, 2011, p. 270). Os rios não eram impedimentos para passar a boiada. O rio quando seco, facilitava o caminho, quando cheio, era primeiro atravessado a nado por um vaqueiro para identificar os pontos por onde a boiada devia passar.

Quando a boiada chegava ao destino, o vaqueiro recebia o pagamento “por cada cabeça” presente, para, daí, pagar os gastos com os tangedores e guias. Se no caminho algum boi fugisse era feito o desconto; aos índios eram pagos entre “quatro até cinco mil réis”; ao passador ou vaqueiro “oito mil réis”; quanto mais distante do rio São Francisco, maior era o valor da boiada (ANTONIL-ANDREONI, 2011, p. 271). Se o gado fosse vendido “na porteira do curral”, o preço era o mesmo da cidade.

53 Conforme Capistrano de Abreu, a obra foi publicada na metrópole com intitulado *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* (1711) de André João Antonil ou João Antônio Andreoni. A obra está dividida em cinco partes: Engenhos e Açúcar, Fumo, Minas e Gado. É de Antonil a celebre frase o “Brasil é inferno dos negros, purgatório dos brancos, paraíso dos mulatos”.

O fazendeiro selecionava as feiras que pertenciam à elite e que deveriam ser abastecidas de carne e leite em maior quantidade e qualidade. Para os demais moradores ficavam “fressuras, bofes e tripas, sangue e mais fato das reses” (ANTONIL-ANDREONI, 2011, p. 269), consumidos, principalmente, por negros que eram, para o estudioso, “um número muito grande nas cidades”. O trabalho do comércio do boi envolvia brancos, mulatos, pretos e índios que procuravam ter algum lucro. Para cumprir bem com seu ofício, o vaqueiro se responsabilizava por reunir boi (boiada) e homens (tropeada) e andarem juntos, formando um movimento que vai desde o criatório até a comercialização do rebanho, denominada de tropeada.

Conforme Antonil-Andreoni (2011), com a intensificação da atividade, a tropeada foi ganhando mais adeptos em decorrência do tratamento especial dado pelos criadores nos cuidados com a boiada, principalmente a mão-de-obra que foi se especializando com as exigências do traslado. Ainda para Antonil-Andreoni (2011), pelos caminhos do gado, os boiadeiros aproveitavam para fazer contato com os moradores, vendendo o gado que ficava depreciado pelas longas jornadas. Além disso, esses moradores, ao cultivar uma pequena lavoura, faziam uma venda para aqueles que iam passando, aproveitavam também para comprar, vender e trocar ferramentas e utensílios como facas, facões, enxadas, foices e outros artigos a serem usados nas atividades agrícolas.

Nessa trilha, o historiador cearense Capistrano de Abreu (1853-1927), no capítulo “O Sertão” de *Capítulos da História Colonial* (1907), permanece à luz de Antonil-Andreoni, e elabora as bases da história econômico-social-geográfica-cultural da “era do couro” e como essa atividade foi conquistando o Brasil. Inicialmente, o gado que se concentrava nas cercanias das grandes cidades litorâneas por exigência da “civilização do açúcar”, foi sendo levado pelos conquistadores para outras regiões do sertão. Esse movimento possibilitou, em pouco tempo, a instalação de uma enorme zona de criação que iria do

“Alto S. Francisco, passava pelos currais da Bahia, indo até o Piauí” (CAPISTRANO DE ABREU, 1982, p. 132).

Nesse compasso de afastamento do gado do litoral, novas pastagens e novos caminhos iam sendo descobertos, até encontrar o chapadão do Parnaíba no Piauí, que já atravessava “a época do couro” (CAPISTRANO DE ABREU, 1982, p. 133). Símbolo e emblema dessa época, o couro possui uma “ordem cósmica”, centrada no boi, transfigura-se em pele, osso, couro, sedém, carne verde e seca, sebo, graxa; a porta da cabana adquire nova função, no “rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos” (CAPISTRANO DE ABREU, 1982, p. 133). De couro é a roupa do vaqueiro, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida nas viagens, a mala para guardar roupa, a mochila como acessório para andar a cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as “bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os bangüês para curtume ou para apurar sal” (CAPISTRANO DE ABREU, 1982, p. 133). É no carro de boi⁵⁴ que se translada material de construção e da colheita; e no arado de bois “calcavam a terra com seu peso” (CAPISTRANO DE ABREU, 1982, p. 137).

É no âmbito desse movimento que, o escritor cearense Djacir Menezes (1907-1996) publica *O outro Nordeste. Formação Social do Nordeste* (1937), o ensaio analisa a evolução social e política do Nordeste, da “civilização do couro” e suas implicações históricas nos problemas gerais brasileiros. A obra trata do sertão pastoril, especialmente do Ceará. Em seu prefácio, à primeira edição, o estudioso expõe sua

54 O escritor sergipano Bernardino José de Souza (1884-1949), foi um dedicado estudioso da geografia e da história do Nordeste. Publicou *Ciclo do carro de bois no Brasil*, onde analisa o processo de evolução do carro de bois, destacando seu papel fundamental no povoamento, na agricultura, na construção de cidades e vilas, na instalação das primeiras indústrias, no comércio, como meio de transporte, suas especificações técnicas e construtivas, as características dos bois de carro, o trabalho dos carreiros, guias e auxiliares (publicado post mortem). Publicou também, *Dicionário da terra e da gente do Brasil* (1910), com verbetes, em ordem alfabética, sobre regionalismos e diferentes aspectos naturais e sociais do Brasil; *Corografia de Piauí* (1913), entre outros temas. (Disponível/ <http://www.brasiliana.com.br/ acesso 08/11/2018>)

intenção de mostrar como essa região era diferente das demais regiões do sertão. Suas ideias centrais foram expostas, antes de publicar, para o amigo e conselheiro Gilberto Freyre que imediatamente percebeu que eles realizavam estudos paralelos e entrelaçados. Naquele momento, Freyre estava preparando a publicação de *Nordeste* e sugeriu que o título da obra de Menezes fosse *O outro Nordeste*, por compreender que se tratava do Nordeste de mesma região, porém, em aspectos diferentes. Freyre pensava o Nordeste da civilização do açúcar com sua casa-grande e a senzala, o engenho, o negro, o aristocratismo hierárquico, inculto e das águas. Djacir Menezes pensava a fazenda, os vaqueiros e os currais, pobres, instáveis, nômades e da seca.

Figura 2 – “Sertanejo do Piauí viajando”



Ilustração de Ferdinand Denis⁵⁵ (1823).

Essa ideia foi adotada pelo ensaísta e romancista piauiense Renato Castelo Branco (1914-1995), que segundo Gilberto Freyre em *Sobrados e Mocambos* (edição de 1949), o ensaio *A Civilização do Couro* (1942), faz jus à homenagem ao estado que por muito tempo foi “zona por excelência do boi”, teria, este, tido uma “formação sociologicamente única na formação brasileira” (FREYRE, 2004, p. 64). À luz

⁵⁵ Ferdinand Dênis foi um desenhista francês que integrou a comitiva dos viajantes naturalistas Spix & Martius e foi publicada em 1823, na obra de Spix & Martius *Viagem pelo Brasil* (1819-1820). (Disponível/<https://bdlib.bn.gov.br/aceso> 08/10/2016).

de Euclides da Cunha, Renato Castelo Branco analisa a “Civilização do Couro” a partir de uma descrição minuciosa do meio geográfico, literário, histórico, sociológico e cultural do papel do Rio Parnaíba na vida e na paisagem brasileira e piauiense. Apresenta os personagens da civilização do couro: o vaqueiro e a vaquejada e o modo que a atividade transformava a paisagem das cidades no dia da festa, com a presença dos vaqueiros de toda região. Antes de começar o festejo, o padre faz o sermão, o Prefeito o discurso. Mas o ponto culminante é o desfile dos vaqueiros pelas ruas da cidade, vestidos em seus gibões, peitilhos, botas enormes, quase até a virilha, chapéu de abas largas, tudo feito de couro (CASTELO BRANCO, 1942, p. 50).

Desse modo, Renato Castelo Branco viu na “Civilização do Couro” uma estrutura sociocultural peculiar ao modo de vida do sertão piauiense de domínio rural, um lugar de gente forte e destemida, originando uma “sociedade livre, movediça e varonil” (CASTELO BRANCO, 1942, p. 62). Uma sociedade que, em compasso com o Brasil, uniu o sertão do mimoso ao agreste, o interior à periferia, o sertão à civilização. (CASTELO BRANCO, 1942, p. 65).

Uma civilização estruturada e organizada na paisagem do rio e do boi, que conduzem a linha evolutiva das virtudes, dos defeitos, das particularidades populacionais, econômicas, sociais, políticas e culturais. Foi na capacidade de mobilidade dos currais que se formaram os núcleos, depois povoados, vilas e cidades movidas por uma população industriosa que mesmo isolada pela deficiência aguda dos meios de comunicação, transporte, instrução, imprensa e de uma administração sempre distante dos anseios locais, conseguiu superar seus obstáculos de abandonado, isolado, atrasado, tosco e inculto postos pela grandiosa dinâmica do rio e do boi.

Figura 3 - O sertanejo-vaqueiro na caatinga.



Ilustração de Percy Lau (1944)

De fato, foi Euclides da Cunha que empreendeu na magistral obra *Os Sertões* um minucioso e intrigante mapa sociocultural do sertanejo, em especial do vaqueiro, porque “todo sertanejo é vaqueiro” (CUNHA, 2011, p.154). Nessa perspectiva, burila a formação dessa raça forte (CUNHA, 2011, p.148), que determinou atributos definidos e imutáveis, que mesmo nas maiores crises o sertanejo apressava-se para a luta adaptando-se às condições do meio, à imagem de “bárbaro, impetuoso, abrupto” (CUNHA, 2011, p. 152). Para esclarecer melhor essa imagem ilusória, Cunha compara o sertanejo-vaqueiro ao “Hércules-Quasímodo” (CUNHA, 2011, p. 146). Cunha observa que aquele sertanejo embriagado de uma energia adormecida, num faiscar de sentimentos, surge imponente ao perceber que o boi fugira pela caatinga e a partir daí desencadeia uma energia titânica atrás do boi. Montado em seu cavalo, entra pela caatinga adentro desconsiderando pedras, coivaras, moitas de espinhos, “nada lhe impede de encaçar o garrote desgarrado, porque por onde passa o boi passa o vaqueiro com o seu cavalo” (CUNHA, 2011, p.148). Mas era na vaquejada que ele se tornava o personagem principal dessa “agitação estéril”, para depois narrar as façanhas, peripécias e suas aventuras heroicas na cata ao boi (CUNHA, 2011, p.153).

Nas cidades, os vaqueiros faziam suas festas semelhantes às “cavalhadas e mouramas, divertimentos anacrônicos que os povoados

sertanejos reproduzem, intactos, com os mesmos programas de há três séculos” (CUNHA, 2011, p.154). Então, mesmo não tendo feição heroica, para Euclides da Cunha, o vaqueiro se tornou um personagem poderoso de uma vasta e frondosa interpretação mitológica da formação dos povos do interior e dos sertões na cultura brasileira (CUNHA, 2011, p.153).

Figura 3 – O vaqueiro



Ilustração de Percy Lau (1959)

Essa tendência de pensamento foi amplamente assimilada e transfigurada no romance e no ensaio, por sua ordem cósmica, pelos constantes e intensos movimentos de levar o boi para o interior mais distante, e como as gentes dos sertões instituíram um modo de vida em suas várias feições e modalidades de conflitos, intercâmbios, recriações, processos e práticas socioculturais. Solimar Lima em “Tropeadas do sertão: Transporte e comercialização de gado das fazendas pastoris escravistas do Piauí” (2009) e *Fazenda. Pecuária, agricultura e trabalho no Piauí escravista* (2016), no qual o autor estuda a civilização do couro a partir do movimento das tropas e tropeiros

pelos sertões, e como eles movimentaram e consolidaram o comércio do boi e de outros utensílios e, dessa forma, melhoraram a vida acanhada daqueles perdidos sertões.

Luís Mott (2010), em *Piauí Colonial, população, economia e sociedade*, tece argumentos sobre essa época e seu papel na formação da sociedade piauiense, em dois artigos: no primeiro artigo “Fazendas de gado do Piauí” (1697-1792) e “Estrutura demográfica das fazendas de gado do Piauí Colonial: em caso de povoamento rural centrífugo”, Mott acompanha a evolução da mão de obra residente nas unidades pastoris, privilegiando a análise da composição étnica e social dos residentes, incluindo a população indígena que, no seu entender, foi utilizada como mão de obra nas lides pastoris. O estudo se contrapõe à ideia de que no “sertão pastoril predominou o trabalho livre do indígena, arquitetando sem respaldo empírico uma pseudo - incompatibilidade entre pecuária extensiva e escravidão negra” (MOTT, 2010, p. 12). Mott trata a região piauiense como uma unidade de conquista e povoamento, que teve na fazenda de gado a síntese de toda a vida piauiense no tocante as condições socioeconômicas, mas também cultural, de modo que “qualquer estudo sobre a história do Piauí deve iniciar-se obrigatoriamente a partir dos currais de criatório” (MOTT, 2010, p. 11).

ALGUMAS PALAVRAS PARA FINALIZAR...

Enfim, é marcante a presença do vaqueiro que se transfigurou em tropeiro que ao conduzir o gado sertão adentro, fez-se homem de negócios ou mascate. Nesse momento, aproveitavam para distribuir sementes nas fazendas espalhadas por grandes extensões de terras desconhecidas. Então, ajudaram a melhorar as estradas e vida das cidades. Por conseguinte, naquele sertão “abandonado à própria sorte”, o movimento das boiadas fundou o comércio itinerante, tornando a fazenda, a casa e a capela os protagonistas das “civilizações

interioranas”. Isso só foi possível porque, mesmo nos períodos de seca, quando havia uma redução significativa das atividades agrícolas, o sertão permanecia “vivo”, “agitado” com a passagem dos tropeiros guiando a boiada na procura de novas pastagens, possibilitando àquele sertão viver sua perene tradição sociocultural ligando-se e articulando-se, estreitamente, entre si, refletindo e desafiando uma interpretação no e para o Brasil. Produções do pensamento brasileiro que, tornaram-se uma tendência de interpretação da formação da sociedade brasileira e que continuam “nos interpelando sobre os muitos modos de pensar o Brasil” (BOTELHO, 2010, p. 47).

Reconhecidamente, os intérpretes ciclo do gado ou da civilização do couro, buscaram construir e reconstruir problemas históricos e teóricos sobre cultura e sociedade brasileira. Realizaram uma produção e circulação de textos com proposições e temáticas também de grande envergadura que resultaram em uma tendência voltada por compreender como se organizavam e se transformavam a sociedade e a cultura, em especial no sertão nordestino. O sertão do ciclo do gado ou da civilização do couro ganhou repercussão ao valorizar o interior, e recolocar em cena as populações sertanejas, numa visão abrangente, com especial atenção aos modos de vida, paisagem, cultura e sociedades.

Os intérpretes trabalharam amplamente inseridos em um universo histórico e sociológico de larga duração, revelando um compromisso de reinaugurar outra interpretação do Brasil. Essa produção também ajudou a fundar as bases das ciências sociais brasileiras na perspectiva regional, da região ou das regionalidades. Esse reconhecimento guarda atenção especial na formação das manifestações literárias com merecida repercussão no pensamento brasileiro. Por conseguinte, instituíram o “Triângulo rural do Nordeste: fazenda, casa e capela”, similar ao modelo estudado por Gilberto Freyre no “Triângulo Rural do Nordeste: casa, engenho e capela”, regida pela civilização da cana de açúcar (FREYRE, 1961). Sondar essas possibilidades constituiu uma contribuição à abordagem sociocultural das sociedades do interior, das províncias e dos sertões no contexto de formação da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- ANTONIL, André João. ANDREONI, João Antônio. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Brasília: DF, Ed. Do Senado Federal, 2011 (disponível/ [www. www2.senado.leg.br/acesso](http://www2.senado.leg.br/acesso) 09/03/2017).
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Ed. Massagana: São Paulo: Cortez, 1999.
- BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). **Um enigma chamado Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BOTEHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). **Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma**. *Lua Nova*, São Paulo, 2011 (disponível/www.Scielo.br/ acesso12/07/2015).
- BOTELHO, André. **Passado e futuro das interpretações do país**. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, 2010 (disponível/ www.Scielo.br/ acesso 12/07/2015).
- CAPISTRANO DE ABREU, João. **Capítulos da História Colonial e Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil**. Brasília: DF, Ed. UNB, 1982.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões** (Campanha de Canudos). 4ªed.-São Paulo: Martim Claret, 2011(Coleção Obra - prima de cada autor).
- CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. 8ªed.-São Paulo: T.A. Queiroz; Publifolha, 2000 (Grandes nomes do pensamento brasileiro).
- BRANCO, Renato Pires Castelo. **A Civilização do Couro**. Teresina: Ed. D.E.I. P, 1942.
- BRANCO, Francisco Gil Castelo. **Ataliba, o vaqueiro**. 9ªed.-Teresina: Oficina da Palavra, 2005.
- FREYRE, Gilberto. **Nordeste. Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil**. 3ªed.-Rio de Janeiro: José Olympio, 1961 (Coleção Documentos Brasileiros).
- FREYRE, Gilberto. **Novo mundo nos trópicos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.
- FREYRE, Gilberto. **Interpretação do Brasil**. Tradução de Olívio Montenegro. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 2001.
- IANNI, Octavio. **Tendências do pensamento brasileiro** in *Tempo Social*. Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 2000. (Disponível/ www.scielo.br/acesso 09/03/2017).

LIMA, Solimar Oliveira. **TROPEADAS DO SERTÃO: Transporte e comercialização de gado das fazendas pastoris escravistas do Piauí** in ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

LIMA, Solimar Oliveira. **Fazenda. Pecuária, agricultura e trabalho no Piauí escravista (séc. XVII – séc. XIX)**. Teresina: EDUFPI, 2016 (Coleção Informe Econômico em Textos Escolhidos/Coleção dirigida por Solimar Oliveira Lima e Enloisa Veras).

MENEZES, Djacir. **O Outro Nordeste. Formação Social do Nordeste**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1937 (Coleção Documentos Brasileiros).

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920 a 1945)**. São Paulo: Difel, 1979 (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

MICELI, Sérgio. **Intelectualidade à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOTT, Luiz. **Piauí Colonial**. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

NASCIMENTO, Ana Maria Bezerra do. **Espaços retraçados, questões redefinidas sobre o sertão e o sertão do Piauí no pensamento brasileiro e regionalista**. PUCSP, 2020 (Tese de doutorado).

PERCY LAU. **Tipos e aspectos do Brasil**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: CNG/IBGE, 1949 (Disponível dominiopublico.gov.br/acesso 10/09/2017).

SANTANA, Rogério. **O ciclo do gado na literatura brasileira** in X Congresso Internacional da ABRALIC Tessituras, Interações, Convergências. São Paulo: USP, 2008 (Disponível/<https://www.scielo.br/acesso> 12/05/2019).

11

André Luiz de Miranda Martins

o esquadro do sofrimento:

leituras d'Os Sertões e interpretações
do Nordeste no pensamento de Gilberto
Freyre, Celso Furtado e Josué de Castro

1. Na presente comunicação⁵⁶ se destaca o pioneirismo de Euclides da Cunha, que, na narrativa d'Os Sertões, forneceu elementos para as primeiras interpretações do Nordeste. Desses elementos privaram – concordando, discordando – autores e pensadores como Gilberto Freyre, Celso Furtado e Josué de Castro, desde diferentes campos do saber: a etnografia, a economia política, a ciência da nutrição, a geografia.

Propõe-se, por meio de revisão bibliográfica, discutir a influência, nos pensadores citados, daquele autor, um intérprete externo do Nordeste, desde uma perspectiva “paulista” (nacional? ...) na virada do século XIX para o século XX. No que segue discorrer-se-á sobre as leituras da obra magna euclidiana por Gilberto Freyre, Josué de Castro e Celso Furtado. Evidentemente, essas leituras foram detectadas em obras desses intelectuais. Valemo-nos, ainda, de bibliografia de apoio.

2. A fonte inescapável para a discussão da concepção de GILBERTO FREYRE da obra de Euclides – Os Sertões, o conjunto de sua obra, sua influência no pensamento brasileiro em formação – é o famoso artigo, “Perfil de Euclides”. Artigo portentoso, de mais de cinquenta páginas, que intitularia sua conhecida coletânea de ensaios, mais ou menos densos, sobre personalidades brasileiras, Perfil de Euclides e Outros Perfis, saída em 1944.

56 A presente comunicação não deriva de um projeto de pesquisa em curso ou finalizado. Parcialmente, beneficia-se de estudos recentes empreendidos em pesquisa de pós-doutorado no Instituto de Estudos Brasileiros-IEB/USP entre 2018 e 2019, sobre a formação e a produção acadêmica de Josué de Castro nas décadas de 1930 e 1940. Foi demasiado favorecida, contudo, pela experiência de lecionar, há algum tempo, na cadeira de Formação Econômica do Nordeste, em que com sucesso, pela ótima aceitação, introduzimos, para além da literatura específica – autores como Manoel Correia de Andrade, Leonardo Guimarães Neto, Celso Furtado, Tânia Bacelar, textos técnicos (estudos regionais) – de textos de Freyre, Castro, Câmara Cascudo, como também de literatura “regional”, Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, José Lins do Rego, e fontes audiovisuais. Vali-me mesmo de Euclides da Cunha – com o devido cuidado e respeito às práticas de leitura dos jovens alunos; Euclides é mesmo esse escritor *ouricado de adjetivos que antes o afastam que o aproximam do leitor moderno* (Freyre, 2011). Ler Euclides pela primeira vez pode bem corresponder a uma primeira entrada na caatinga nordestina.

Com essa experiência na cadeira mencionada, mais aprendi que ensinei. Agradeço aos todos os alunos que a frequentaram, em mais de uma década de docência no Centro Acadêmico do Agreste (baseado em Caruaru, no Agreste Central de Pernambuco) da Universidade Federal de Pernambuco. Dedico-lhes este pequeno texto. Agradeço ainda aos Professores Antônio Dimas (IEB/USP) e Michel Zaidan Filho (UFPE).

É verdade que o ensaio sobre Euclides guardaria certa autonomia sobre os demais integrantes dessa publicação (sem qualquer demérito aos demais biografados). Como explica Walnice Nogueira Galvão: *Perfil de Euclides saiu antes, e independente, em 1941, na excelente coleção de conferências da Casa do Estudante do Brasil, em que igualmente saiu a revisão crítica do Modernismo, feita por Mário de Andrade [O Movimento Modernista, de 1942] (Galvão, 2011, p. 11).* Saído em 1941, bebendo da fonte fértil da trilogia freyreana, iniciada em 1933 com Casa-Grande & Senzala.

Saído em 1941, revisado em 1966; esse retorno a Euclides, especificamente a ele, depois de um quarto de século, é revelador do respeito de Gilberto Freyre pela obra do positivista paulista, patrono do pensamento social brasileiro do século XX, expresso em um ensaio primoroso, *artigo de revisão*, nas palavras desse perquiridor habilidoso de tipos humanos que foi Freyre. O pernambucano de Santo Antônio de Apipucos entraria na alma de Euclides através d’Os Sertões.

E não só porque tenha destacado e elogiado os seus caçoetes de pesquisador, escarafunchador de fontes primárias, inclinação rara em uma época em que, nos ditos homens de talento, se elogiava antes a capacidade de improvisação e desdenhava do sujar-se de *poeira pelos arquivos, entre livros podres e papéis velhos* (Freyre, op. cit., p. 40); tampouco porque tenha contextualizado o suposto arianismo euclidiano, lembrando, como contraponto, a sua compreensão das origens econômicas das desigualdades chocantes presenciadas no sertão baiano – os fazendeiros que usavam, no registro pelo próprio Euclides, *parasitariamente as rendas das terras dilatadas, sem divisas fixas* (apud Freyre, op. cit.).

Euclides dificilmente fugiria do esforço de compreensão das contradições nacionais – e, por essa via, da formação nacional – sem recorrer a uma discussão que envolvesse o tema da raça. Como destaca Renato Ortiz:

na medida em que a realidade nacional se diferencia da europeia, tem-se que ela adquire no Brasil novos contornos e peculiaridades. A especificidade nacional, isto é, o hiato entre teoria e sociedade, só pode ser compreendido quando combinado a outros conceitos que permitem considerar o porquê do “atraso” do país. Se o evolucionismo torna [sic: torna?] possível a compreensão mais geral das sociedades humanas, é necessário porém completá-lo com outros argumentos que possibilitem o entendimento da especificidade social. O pensamento brasileiro da época vai encontrar tais argumentos em duas noções particulares: o meio e a raça. Os parâmetros raça e meio fundamentam o solo epistemológico dos intelectuais brasileiros de fins do século XIX e início do século XX. A interpretação de toda a história brasileira escrita no período adquire sentido quando relacionada a esses dois conceitos-chave. (Ortiz, 2006, p. 15-16)

Entraria Freyre alma euclidiana adentro não só porque tenha sabido, contra tanta crítica, a escrita do geômetra, para quem “as cruzezas tropicais” tinham um ritmo particular, com “contraditórias sugestões de doçura e de violência que (...) soube matizar” (idem ant., p. 73); mas também porque teriam sido Os Sertões uma verdadeira interpretação do Brasil, para além das obras evocativas ou descritivas, mesmo que tecnicamente informadas.

O sentido brasileiro dos problemas de geografia e de sociologia. A mística da unidade brasileira a inundá-lo de uma ternura especial pelo indígena, pelo caboclo, pelo nativo (...). Brasileirismo que foi o principal “aspecto subjetivo” da obra de Euclides da Cunha: a marca mais forte de sua personalidade em relação com a cultura científica e técnica do seu tempo. (Freyre, op. cit., p. 65)

Brasileirismo sedutor professor de Gilberto Freyre, que se admira com um Euclides dionisíaco em seu abraço do drama de Canudos *a despeito do cientificismo por vezes arrevesado de livro tão diferente do comum dos livros*. Brasileirismo ademais aproximativo do leitor estrangeiro, fazendo de Euclides um revelador do Brasil:

Revelação dos sertões aos brasileiros do litoral e revelação do Brasil a estrangeiros por este ou por aquele motivo curiosos a

respeito do nosso país, e nem sempre satisfeitos com as respostas, à sua curiosidade, dos geólogos, dos geógrafos, dos economistas, dos historiadores, dos sociólogos, dos juristas; ou das estatísticas, dos mapas, dos diagramas (...). Do assunto – um assunto teluricamente brasileiro – ele deixou de tal modo se impregnar, não apenas por simpatia, mas, por empatia profunda, que conseguiu comunicar essa sua identificação empática com o seu tema, ao próprio leitor estrangeiro (...). E a razão parece a alguns de nós principalmente esta: é um livro, a obra-prima de Euclides, em que o autor brasileiro não temeu ofender o leitor europeu com o seu tropicalismo; ou picá-lo com o seu brasileiro. Ao contrário: ostentou-o. Exibiu-o quase escandalosamente. (Freyre, op. cit., p. 71-72)

Avulta um certo aspecto de Canudos – Canudos como fato histórico – que passaria despercebido a Euclides, assim argumenta Freyre. Trata-se da emergência de uma República *perigosamente estadualista*, um estadualismo que constituía, mais que *um conflito entre culturas sub-regionais*, em desajustamento *dentro do recém-inaugurado sistema de relações políticas dos novos estados com o poder central* (Freyre, op. cit., p. 69-70). Seria esse um óbice, um embaraço político ao regionalismo – como se sabe, um dos pilares do pensamento freyreano. Sua interpretação do Nordeste bebe dessa fonte regionalista; partilha dessa preocupação com os rumos da República tal como afiançada, e que poria à prova o brasileiro euclidiano. Euclides da Cunha seria o engenheiro social modelar de Gilberto Freyre. Atirá-lo-ia, junto com o Brasil que descobrira (na verdade, o Nordeste que revelava), contra os próprios paulistas, cuja emergência cultural ameaçava apagar regiões e tradições.

3. Na Geografia da Fome, JOSUÉ DE CASTRO dedica aquela que foi certamente a sua obra magna à memória de Euclides da Cunha e de Rodolfo Teófilo, *sociólogos da fome no Brasil* – assim como a *Rachel de Queiroz e José Américo de Almeida, romancistas da fome no Brasil*. As menções a Euclides e a Os Sertões, ao longo do texto da *Geografia*, encontram-se concentradas no capítulo IV- Área do sertão

do Nordeste. Neste capítulo, o mais extenso do livro (88 páginas na 11ª edição, de 1992), se empenharia em redimensionar a fome no fome no semiárido brasileiro/nordestino. Operação intelectual, científica de redimensionar o próprio Nordeste, fortemente associado à fome, por sua vez associada às vastidões do sertão que Euclides narraria para as populações litorâneas e civilizadas. Operação de resgate do sertanejo pelo resgate da qualidade de sua dieta e da devida identificação dos determinantes da fome:

dieta que (...) é talvez a mais racional e equilibrada do país, incluindo as zonas isentas de fome. Se o sertão do Nordeste não estivesse exposto à fatalidade climática das secas, talvez não figurasse entre as áreas de fome do continente americano. Infelizmente, as secas periódicas, desorganizando por completo a economia primária da região, extinguindo as fontes naturais da vida, crestando as pastagens, dizimando o gado e arrasando as lavouras, reduzem o sertão a uma paisagem desértica, com seus habitantes sempre desprovidos de reservas, morrendo à míngua de água e de alimentos. Morrendo de fome aguda ou escapando esfomeados, aos magotes (...) atemorizados à morte que os dizimaria de vez na terra devastada. (Castro, 1992, p. 176-177)

Ao menos à primeira leitura, espanta e decepciona que, após esse reconhecimento, o tratamento dispensado a Euclides e a Os Sertões ao longo do texto da Geografia pareça se encerrar em não mais que meia dúzia de menções, quase banais, críticas de seus supostos equívocos nos juízos exagerados, pouco científicos, “poéticos” – por exemplo, os juízos formulados sobre a flora xerófito sertaneja:

Euclides da Cunha, em certos arroubos de imaginação poética, exagera a abundância e prestimosidade dessas plantas, para indignação de outros estudiosos mais comedidos, mais fiéis à realidade científica e menos amantes dos exageros poéticos em suas expressões geográficas (...). São certamente um tanto excessivas tais palavras, e só podem ser justificadas pelo mecanismo de inconsciente deformação que o espírito provoca diante do aparecimento inesperado de uma solução milagrosa para a angústia da sede. A mentalidade coletiva exagera o fato e ele

ganha foros de verdade (...). A verdade é que Euclides foi antes de tudo um grande poeta. São de Afrânio Peixoto as seguintes palavras: "...ainda um Euclides, o que está em todos os outros e não isoladamente em nenhum – o poeta – ...esse Euclides que sugere a gênese é um poeta miguelangelesco transpondo o júizo final em nascimento da terra..." (Castro, op. cit., p. 181-182)

Um chave para o entendimento dessa leitura de Euclides reside menos na identificação de Josué de Castro como um intelectual independente, um *outsider vigilante* (Melo, 2007) com pendores polemistas – identificação que não deixa de ser coerente com as condições de sua formação e de sua trajetória profissional – e mais no propósito delimitador de um campo intelectual que tal leitura revela. Mais que uma delimitação, uma disputa por campos do saber ainda em formação no Brasil: a sociologia e a nutrição (ou a ciência da alimentação).

Uma depuração intelectual à Bourdieu, em que os campos se movimentam *no sentido de sua autonomização, isto é, a depuração em que o campo se orienta para aquilo que o distingue e o define de modo exclusivo* (Bourdieu, 1998, p. 69). Um primeiro momento dessa disputa pode-se encontrar na resposta incisiva de Castro às discordâncias que Freyre apresentara, já na primeira edição de *Casa-Grande & Senzala*, à sua tese de fisiologia da nutrição, no que respeitava à sua aplicabilidade à apreciação da dieta do escravo do eito, supostamente mais balanceada. Reproduzida nas diversas edições de sua *Geografia da Fome*, essa réplica fora originalmente publicada em 3 de fevereiro de 1934, no artigo "Casa- Grande & Senzala", publicado no jornal recifense *Diário da Manhã*.

Que os escravos não eram 'uns bem alimentados', com suas trocas metabólicas bem equilibradas, conclui-se facilmente verificando o número enorme de doenças da nutrição que eles apresentavam [...]. A rigor, o sociólogo não deveria escrever "os mais bem alimentados", mas, os que comiam maiores quantidades de alimentos, o que é bem diferente. São afirmações como esta, destituídas de todo fundamento, ao lado de uma impropriedade

vocabular que denuncia o desconhecimento, o mais completo, do autor, dos assuntos de alimentação, que tornam a obra de Gilberto Freyre uma obra destituída de qualquer valor científico. Quando um sociólogo ignora que proteína e albuminóides vêm a ser a mesma coisa e cai na pachecada de escrever que a nutrição da família colonial brasileira é de má qualidade “pela pobreza evidente de proteínas e possível de albuminóides” [...] não se pode mais levar a sério a sua obra científica. (1969, p. 126)

Mais que apontar erros pelo desconhecimento de certas técnicas, o que parece estar em jogo na crítica de Josué de Castro, tanto a Gilberto Freyre quanto a Euclides da Cunha, é a negação da capacidade sociologia, tanto a freyreana quanto a euclidiana, de elaborar uma teoria da formação da nacionalidade brasileira, tema cujo introdutor no século XX teria sido o próprio Euclides e que teria em Freyre um dos seus expoentes, e para o qual a perspectiva castreana – a da fisiologia da nutrição e a da geografia humana – reclamava maior cientificidade em suas formulações e interpretações.

Uma gradação de leituras críticas nas trincheiras intelectuais: Castro leitor crítico de Freyre, admirador respeitoso de Euclides, lido criticamente por Castro... E possivelmente leitor crítico, por via indireta, de Oliveira Vianna, que foi muito influenciado por Euclides⁵⁷. A menção ao autor de *Populações Meridionais do Brasil* é necessária, porque também ele integra as tramas pelas quais vai se tecendo o pensamento social brasileiro, que efetivamente, parece-nos, teve n'Os Sertões um dos seus pontos de partida, com a antropologia e a teoria da história euclidianas gerando concordâncias e discordâncias. No caso de Castro, cabe notar que em sua *Alimentação e Raça*, de 1938, há algo como uma resposta, uma contraposição a *Raça e Assimilação*, petardo elitista de Vianna.

4. Dos três pensadores nordestinos aqui considerados, é certamente de CELSO FURTADO a pertença cultural mais aproximada aos sertões vividos por Euclides. Furtado era um sertanejo, paraibano

57 A respeito dessa influência, ver o percutiente estudo de Bittencourt (2013).

de Pombal – ou seja, um não-litorâneo, considerando a oposição interior-litoral estabelecida n'Os Sertões, *originário da região do Brasil em que a Guerra de Canudos repercutiu mais profundamente, e em que o episódio, concluído em 1897, ainda estava nos corações e mentes nos anos de minha infância* (2002, p. 118).

Desde esse gentílico, dessa procedência, percebe como familiares umas tantas imagens da obra-prima euclidiana: as condições edafoclimáticas de sequeiro, o messianismo e o fervor religioso propenso ao fanatismo⁵⁸, a miséria rural eventualmente agravada pelas estiagens, o latifundismo, o mandonismo, a violência. A vivência dessa realidade teria contribuído para sua resistência a *aceitar a visão positivista implícita na mensagem de Euclides a respeito da formação do homem brasileiro* (2002, p. 119) – certamente os avanços spencerianos de Euclides (Rezende, 2001).

Em depoimento bem mais recente que os de Castro e Freyre, Furtado procurar separar o que se tornaria anacrônico e cientificamente superado n'Os Sertões da perene influência da obra literária euclidiana. Ou seja, sua influência estaria para além, muito além das limitações de suas fontes teóricas, particularmente as antropológicas. Influente pelo que descrito, pelo reportado.

Daí vem que, para o economista paraibano, Euclides teria delimitado, talvez pela primeira vez, um povo próprio do sertão nordes-tino: *originado da desagregação de populações anteriormente existentes* (Furtado, 2002, p. 120) num contexto de lenta decadência das atividades econômicas dinâmicas – no complexo econômico nordes-tino, principalmente o açúcar, seguido pelo algodão, este ocupando

58 “É natural que estas camadas profundas da nossa estratificação étnica se sublevassem numa anticlinal extraordinária – Antonio Conselheiro... A imagem é corretíssima (...). Todas as crenças ingênuas, do fetichismo bárbaro às aberrações católicas, todas as tendências impulsivas (...) livremente exercitadas na indisciplina da vida sertaneja, se condensaram no seu misticismo feroz e extravagante. Ele foi, simultaneamente, o elemento ativo e passivo da agitação de que surgiu” (Cunha, 2016, p. 144).

vazios conjunturais e gerando falsas euforias mercantis –, reforçando os contingentes sem lugar (ou antes, sem definição) na estrutura social e na vida política brasileiras.

Tais contingentes não ao acaso se encontravam inseridos no setor de subsistência – um construto genuinamente furtadiano (Furtado, 2007), indicativo de formas primárias de organização da produção, relativamente autônomas, territorialmente fragmentadas (o *minifúndio sufocante*), não monetarizadas e de baixa produtividade... Formas às quais a economia semi-árida nordestina mais frequente e acentuadamente revertia – ou se encontrava desde sempre. *Ora toda essa população perdida num recanto dos sertões, lá permaneceu até agora* (Cunha, 2016, p. 107) alijada do Brasil. Delimitação que foi uma descoberta:

É aí, nesse sertão, nesse bolsão de pobreza e fanatismo em torno do Conselheiro, que Euclides da Cunha involuntariamente talvez, perplexo seguramente, assustado, descobre a existência de um povo brasileiro. O grito que proclama – ‘Canudos não se rendeu’ – é a tradução dessa descoberta. Trata-se de uma mudança extraordinária. Ali em Canudos, Euclides da Cunha transforma um povo de tabaréus, um ‘bagaço humano’ considerado sem serventia e iniciativa, mas com raízes profundas, em heróis. (Furtado, 2002, p. 122)

5. A presente discussão partiu das leituras d’*Os Sertões* (e de aspectos do pensamento de Euclides da Cunha) por três autores: Gilberto Freyre, Josué de Castro e Celso Furtado, cada um, a seu modo, proponente de uma “interpretação” particular da formação do Nordeste. Essas leituras se evidenciam em citações, referências e comentários – elogiosos, exegéticos, críticos – à obra magna euclidiana; pelo menos em um caso, o de Furtado, há o registro cronológico preciso da primeira leitura deste livro fundante, do primeiro contato com ele (assumindo que houve ao menos uma segunda leitura, mais

madura, mais seletiva): em 1937, quando o economista cepalino paraibano contava tinha 17 anos de idade⁵⁹.

Assim, entre os autores mencionados, foi em Freyre que se notou o reconhecimento mais pleno da influência de Euclides da Cunha no pensamento social brasileiro; aqui ele é erigido à categoria de genuíno intérprete do Brasil, para brasileiros e estrangeiros. Destaque-se em Freyre a matização, a contextualização do suposto arianismo em Euclides, bem como a percepção, para além dele, das questões políticas em torno da Campanha de Canudos: um estadualismo republicano ainda prenhe de oligarquismo, que “federaliza” a carnificina, cujas responsabilidades não raras vezes é historicamente creditada apenas ao Exército.

Em Furtado esse reconhecimento é temperado pela indicação das limitações teóricas e interpretativas de Euclides; sua descoberta do Brasil, pela narrativa da experiência in loco da Campanha de Canudos, se dá apesar dessas limitações⁶⁰, e assim nos fornece o substrato do subdesenvolvimento brasileiro.

Já a leitura negativamente crítica e até depreciativa feita por Josué de Castro revela um intento de captura da formação social brasileira como

59 “Muito cedo ainda na Paraíba, tive a curiosidade de ler esse livro. Um amigo de meu pai, Veiga Jr, ao saber do meu desejo advertiu-me: ‘Ah, tenha muito cuidado com essa obra. Porque para ler Euclides você precisa saber do que ele está falando, do contrário não entende nada, ou entende tudo errado’. E, diante do meu espanto, concluiu: ‘Vou lhe emprestar um livro que você lerá antes de mergulhar em *Os sertões*. Tratava-se de uma obra escrita por um militar que tinha feito a campanha do cerco a Canudos. Não me recordo de seu nome, mas era um livro que descrevia o factual. O Veiga ficou satisfeito: ‘Agora que você já sabe o que aconteceu de verdade, pode ler *Os sertões*, porque ali todo o resto é fantasia’. E assim li, aos 17 anos, um livro preparatório, digamos, ao de Euclides” (Furtado, 2002, p. 119-120). É interessante notar essa menção de Furtado à obra preparatória que lhe foi passada. Tratava-se, certamente, de uma das diversas obras reivindicatórias da Campanha de Canudos, saídas nas décadas seguintes. Por obras reivindicatórias deve-se entender obras pretensamente restauradoras da “verdade histórica” do ali ocorrido durante e a propósito da Campanha, em geral apoloéticas do papel do exército e retificadoras ou mesmo desqualificadoras das narrativas e da análise euclidianas.

60 “[G]raças a suas intuições geniais, Euclides liberou-se da ciência inquinada de falsas doutrinas, predominante em sua época, para alcançar uma percepção global do processo de gestação de nossa cultura. O apelo desabrido à imaginação corrigia nele o suposto rigorismo científico de que se orgulhava” (Furtado, 2012, p. 159).

objeto teórico que a sua perspectiva, por mais cientificamente informada, daria melhor conta. Curioso, senão decepcionante, constatar que um autor com a sensibilidade social de um Castro não deu conta do esforço de parcela importante do povo brasileiro para sobrepujar um estado de miserabilidade que perdurava por séculos de esquecimento, que o Movimento de Canudos exagerou⁶¹, e pela via desse exagero, ajudou a inaugurar o pensamento social brasileiro no século XX, através de um dos livros mais influentes desse século, pelo qual poucos passam indiferentes.

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, André Veiga. **O Brasil e suas diferenças: uma leitura genética de Populações Meridionais do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2013.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço)**. 11. ed. Rio de Janeiro: Gryphus, 1992.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço)**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Ubu Editora; Edições Sesc São Paulo, 2016.
- CUNHA, Euclides da. **Da Independência à República**. *In: À margem da história*. São Paulo: Lello Brasileira, 1967, p. 169-241.
- FREYRE, Gilberto. **Perfil de Euclides e outros perfis**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Global, 2011.
- FURTADO, Celso. **Revisitando Euclides da Cunha**. *In: Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2012, p. 155-159.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

61 Rezende (2001).

FURTADO, Celso. **Entrevista a Antonio Fernando de Franceschi**. In: CADERNOS de Literatura Brasileira: Euclides da Cunha. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002, p. 118-123.

GALVÃO, Walnice. **Fortuna crítica: apresentação**. In: Os sertões. São Paulo: Ubu Editora; Edições Sesc São Paulo, 2016, p. 611-615.

GALVÃO, Walnice. **Fortuna crítica: Walnice Nogueira Galvão**. In: Os sertões. São Paulo: Ubu Editora; Edições Sesc São Paulo, 2016, p. 616-633.

GALVÃO, Walnice. **Gilberto e Euclides**. In: FREYRE, Gilberto. Perfil de Euclides e outros perfis. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Global, 2011, p. 11-21.

GALVÃO, Walnice. **Euclides da Cunha: militante da república**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MELO, Normando Jorge de Albuquerque. **Não contavam com minha astúcia: ensaio sobre uma experiência de cidade**. Dissertação de Mestrado em Antropologia. UFPE, 2007.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

REZENDE, Maria José de. **Os sertões e os (des)caminhos da mudança social no Brasil**. Tempo Social; Ver. Sociol. USP, S. Paulo, 13(2): 201-226, novembro de 2001.

12

Caique G. Oliveira de Carvalho

Maria Silveira Garcia Guerra

só se não for brasileiro nessa hora:

novos Baianos e a reconstrução
da identidade nacional

INTRODUÇÃO

Mãe pode ter e ser bebê e até pode ser baby também, o verso da primeira faixa do álbum *Novos Baianos F.C*, com a afirmação da palavra estrangeira em meio a uma batucada festiva integrada a bandolins e guitarras, se relaciona veementemente com o debate instaurado na década de 1960 acerca da música brasileira.

A segunda metade do século XX no Brasil foi marcada por diversas rupturas institucionais que se afirmaram na vida dos cidadãos e a música acompanhou isso de perto, ou melhor, foi peça fundamental desse imbróglio: réu e acusadora, conformada e revoltosa, prenhe de tristeza, melancolia ou felicidade. O processo modernizador iniciado na década de 50 e impulsionado na Ditadura Militar proporcionou uma grande abertura do país ao capital estrangeiro ao mesmo tempo em que a desigualdade social do país não se alterava (DOMINGUES, 2002). Essa perpetuação da desigualdade no Brasil somada a suspensão de direitos básicos como o da liberdade política e de expressão, a perseguição a pequenos proprietários rurais e camponeses e a intensa vigilância e censura promovida pelos militares forneceu a base para intensas disputas dentro da sociedade.

O processo de modernização colocado em curso durante a Ditadura Militar reverberava no campo musical. Marcos Napolitano (2005) ressalta que ao se olhar a história musical brasileira é comum perceber como parte dos artistas de determinada época acabam concentrando nas suas obras as expectativas sociais e históricas de superação de um determinado passado, paralelamente, há também os que recusam esses processos representando na sua peça artística essa recusa. Essa compreensão histórica é respaldada pelos estudos de Fischer (2002) e Adorno (1983), para esses autores a obra de arte teria a capacidade de explorar as questões sociais do

seu tempo e representá-las do seu modo. No caso do estudo da música, há a necessidade de uma perspectiva interdisciplinar, visto sua dimensão abstrata (os elementos sonoros) para, a partir da interpretação musical, chegar aos elementos sociais que desembocaram em elementos formais de composição (ADORNO, 1983).

No período tratado neste trabalho, a questão em torno da modernidade no Brasil proporcionada pelo processo modernizador amalgamou-se ao tema da identidade brasileira. A ala nacionalista, que ia de críticos à artistas acusavam que a abertura do mercado brasileiro para o exterior e a importação de expressões culturais estrangeiras significaria o abandono da cultura e identidade nacional frente ao imperialismo, nesse contexto surge a marcha contra a guitarra elétrica, que defendia a não inserção do instrumento estrangeiro nas composições e performances de músicas brasileiras.

A disputa em torno de uma identidade nacional, sua preservação, ruptura ou inserção de um outro estrangeiro, transcende o contexto brasileiro, Ahmad (2002) ressalta como essa discussão fez parte de todo o mundo na década de 60 e 70 na medida em que países africanos e asiáticos se levantaram em processos independentistas. Benedict Anderson (2008) é central no que tange aos estudos sobre a nação, o teórico a define como uma comunidade imaginada, soberana e limitada, de modo que a nação seria um produto cultural de contextos específicos. Essa definição permite para o autor ressaltar o caráter identitário da nação na qual se articulam símbolos, crenças, línguas e valores e nega, por outro lado, noções que buscam afirmar a autenticidade ou falsidade de uma ou outra nação. Desse modo podemos compreender a questão nacional no seu âmbito cultural e identitário, elementos centrais do objeto ao qual refletimos nesse trabalho.

O festival de 1967 é talvez um dos principais episódios dessa disputa, pois condensa as diferentes propostas estéticas ali envolvidas, a defesa da viola como instrumento necessário para o canto feita

por Edu Lobo em *Ponteio*, a canção vencedora do festival, representava a ala nacionalista que investia na pesquisa de materiais “regionais” para elaborar a canção (NAVES, 2000), o nordeste e o meio rural passavam então a representar a região e local autêntico da nação brasileira⁶² (TINHORÃO, 1986). Chico Buarque, por sua vez, canta *Roda viva*, que diferente da canção defendida por Edu Lobo, propõe uma representação urbana do Brasil, o samba é o gênero retomado nessa composição, embora contenha várias acentuações jazzísticas, principalmente por meio da bateria. A canção expressa uma coletividade, desde a performance na qual o canto é acompanhado de um coro à letra que sempre identifica o eu-lírico como um “nós” em vez de um “eu”. O mote da canção de Buarque é um lamento frente a velocidade temporal a qual o mundo está submetido e a Ditadura Militar, elementos que põem fim a roseira e a viola, essa última mais uma vez representada como algo central na vida do brasileiro.

Caetano Veloso e Gilberto Gil, por sua vez, ao defenderem, respectivamente, *Alegria, alegria* e *Domingo no parque*, promovem uma ruptura e recusa direta à marcha contra as guitarras elétricas, aqui não há mais o saudosismo e lamento, marca importante das canções de Edu Lobo e Chico Buarque, há sim, uma exaltação festiva em *Domingo no parque*, com uma letra que se assemelha na interpretação de Napolitano (2007) ao cinema de Eiseinstein, com cortes que não permitem uma cena estável. Em *Alegria, alegria* percebe-se uma letra que evoca figuras de diversos espaços e lugares, o artista utiliza do elemento da colagem na sua composição proporcionando uma representação unitária do mundo, ainda que seja uma unidade com contrastes evidentes, essa proposta vincula, ao nosso ver, o Brasil a um todo maior e ao mesmo tempo que recusa uma possível visão purista do país. Há um outro elemento importante nessas duas peças musicais, a guitarra

62 Esse elemento aparece de forma mais radicalizada na obra de Vandré. *Disparada* é um bom exemplo, defendida em 1966 por Jair Rodrigues no Festival de Música da Record, apresentava a figura do vaqueiro nordestino como o principal agente de um processo revolucionário no Brasil. (TINHORÃO, 1986)

surge como um elemento central das performances, a autenticidade buscada pelos outros artistas é rejeitada por Veloso e Gil que empunham o instrumento elétrico como o passaporte do Brasil para o mundo, com isso os artistas vislumbram na modernidade um futuro muito mais positivo do que a compreensão dos nacionalistas podiam sonhar, a abertura ao estrangeiro deixa de ser um problema para se tornar uma necessidade, tornar-se cosmopolita e abdicar das pretensões nacionalistas passa a ser uma superação do “atraso tradicionalista”.

Percebe-se então que a identidade nacional passa a figurar como um dos elementos centrais dessa disputa ocorrida na década de 60, o binômio modernidade/tradição vincula-se desse modo ao binômio nacional/cosmopolita (AHMAD, 2002), visto que a inserção do “moderno” parecia significar para alguns artistas a dissolução do que fazia o Brasil ser Brasil, ou seja, sua identidade. Ao nosso ver, a produção musical dos Novos Baianos e em especial o álbum de 1973, reincide e, ao mesmo tempo, deflagra esse debate, produzindo uma obra que reescreve no âmbito da música popular brasileira gêneros, ritmos e instrumentos deixados à margem da produção musical no país nas décadas passadas, sem recusar, ao mesmo tempo, os gêneros estrangeiros, tal como o *Rock n’ Roll*, como forma válida de expressão.

OS NOVOS BAIANOS

A última apresentação de Caetano Veloso e Gilberto Gil antes do exílio se deu em 1969, mesmo ano de formação do grupo musical Novos Baianos⁶³, que chegaram a tocar em evento caracterizado como pós-tropicalista (PEREIRA, 2013) e o próprio nome da banda ocorreu inicialmente pela vinculação desses novos artistas com a tradição vanguardista inaugurada pelos baianos de outrora (LEITE. SILVA. 2015),

63 A composição do grupo era a seguinte: Baby Consuelo, Dadi Carvalho, Jorginho Gomes, Luiz Galvão, Moraes Moreira, Paulinho Boca de Cantor e Pepeu Gomes.

essa interpretação que relaciona o grupo baiano com a herança tropicalista de Caetano Veloso, Gilberto Gil e Tom Zé era ressaltada inclusive pelos jornais que propagandeavam as apresentações do grupo.

No âmbito musical, havia decerto a influência tropicalista, mas a essa se acrescentava a tantas outras que são perceptíveis na produção musical dos baianos, o samba, baião, choro e a presença de João Gilberto é uma delas. A cultura *hippie* é também uma influência central e meio imprescindível para se compreender a obra dos Novos Baianos. Ainda que não tendo laços familiares, eles se compreendiam como uma família, de modo que viveram por muito tempo de forma comunitária em Salvador. Em novembro de 1970 foram morar em uma aldeia *hippie* em Arembepe, localizada perto da capital baiana. Já em 1971, ocorre a mudança para o Rio de Janeiro, ainda assim, a vida coletiva não é deixada de lado, lá eles passam a morar em um sítio nomeado *cantinho do vovô*, nesse local, além da banda residiam seus companheiros e companheiras, amigos e filhos que se agregam a vida comunitária totalizando mais de 20 pessoas.

Esse estilo de vida rivalizava frontalmente com os pressupostos de boa cidadania impostos pela Ditadura Militar, ainda em 1970, em Salvador, numa operação da polícia que buscava prender os *hippies* encontrados na cidade, Paulinho Boca de Cantor foi preso junto a outros “cabeludos”, vale lembrar que em 1969 Moraes Moreira já tinha sido vítima de perseguições institucionais que tentavam controlar seu comportamento, o artista teve seu emprego no banco ameaçado caso não cortasse os cabelos. O ponto mais crítico dos conflitos pelo qual os *Novos baianos* passaram foi ainda em 1970, quando seria veiculado no *Jornal da Bahia* a prisão do grupo, que teriam tido seus cabelos raspados pela polícia, após esse fato a banda musical ameaçou sair do país (PEREIRA, 2013).

Além da perseguição sofrida por órgãos institucionais, a situação financeira do grupo era bastante instável, segundo Humberto

Pereira, apesar das notícias que retratavam a vida do grupo como um paraíso *hippie*, esses dependiam da ajuda de outras pessoas e sofriam restrições alimentares (PEREIRA, 2013). O ponto de virada dessa situação se dá com o lançamento do LP *Acabou chorare* em 1972, momento ao qual é ressaltado na crítica a intervenção direta de João Gilberto. Pela ótica comercial, a influência do pai da Bossa Nova passa a funcionar como um elemento legitimador do grupo baiano, fomentando assim maior respeito e procura pelos trabalhos do grupo que começou então a despontar nacionalmente.

Ainda que comercialmente a presença de João Gilberto tenha funcionado como meio de legitimação do grupo, é possível apontar uma mudança estética entre os primeiros álbuns produzidos pela banda e os que seguirão *Acabou chorare*. No trabalho de 1972 a faixa que abre o disco pela primeira vez não é uma composição autoral do grupo (PEREIRA, 2013), trata-se de uma interpretação da já clássica *Brasil pandeiro* de Assis Valente. As músicas também terão mais espaços para instrumentos como o pandeiro e bandolim como em *Ladeira da praça* de 1974, por outro lado, a acentuação rockeira e próxima do iê-iê-iê presente em faixas como *Ferro na boneca* e *Colégio de aplicação*, ambas de 1971, deixam de existir.

A distinção de duas fases estéticas na obra do grupo não significa defender que não haja continuidades, ainda que com propostas diferentes, a experimentação continua sendo uma marca dos Novos baianos e a minimização das distorções da guitarra e do *rock n'roll* não são no sentido de sua supressão mas de estabelecer uma convivência sincrética com outras expressões artísticas e culturais, do mesmo modo a presença do *ethos* familiar e de uma vida sem preocupações é um traço característico que permanecerá nos álbuns posteriores como podemos perceber tanto em *Dê um rolê* de 1971 e *Sorrir e cantar como Bahia* dois anos depois.

Novos Baianos F.C. lançado em 1973 está inserido nessa história, o disco foi gravado pela Continental e ao nosso ver expressa diversos elementos já implícitos e explícitos na trajetória do grupo, além de concentrar nas composições diversos elementos simbólicos, poéticos e sonoros que possibilitam interpretá-lo como parte do debate iniciado na década de 60 acerca do moderno/tradicional e do cosmopolita/nacional. Diante disso, *Novos Baianos F.C.* parece expressar um período posterior da música no contexto social brasileiro, isso porque a assimilação do tropicalismo e de gêneros estrangeiros tornou-se um fato na produção musical no país, com isso, o debate acerca da identidade nacional se modificou. A questão não era mais se os artistas deveriam produzir canções pretensamente modernas e cosmopolitas, mas sim: o que irá acontecer depois de termo-nos abertos ao outro?

A resposta do grupo é musical, como o esperado, nas 10 faixas que compõem *Novos Baianos F.C.*⁶⁴. No disco é notável uma continuidade em relação ao álbum de 1972, como a representação de uma vida “sem preocupação”. Além disso, parece existir um esforço de definir uma nação cujas fronteiras não signifiquem muros, escavando ao mesmo tempo a felicidade e festa, numa época em que a Ditadura persistia sobre o Brasil. Nota-se, além disso, uma profunda articulação entre as faixas que, ainda que transitem de um lado a outro, com temas diversos, tem inúmeros pontos de conversa entre si.

O elemento que salta aos olhos do ouvinte no primeiro contato com o álbum é o futebol, isso porque, além da terminologia “F.C.”, ou seja, futebol clube, prática muito comum dos clubes esportivos, há também a foto de uma partida de futebol entre os membros da banda que constitui a capa do disco. Para além disso, várias faixas remontam a prática futebolística nas suas letras. Dentre as 8 canções que

64 Na ordem: 1. Sorrir e cantar como bahia; 2. Só se não for brasileiro nessa hora; 3. Cosmos e Damião; 4. O samba da minha terra; 5. Vagabundo não é fácil; 6. Com qualquer dois mil réis; 7. Os “pingos” da chuva; 8. Quando você chegar. 9. Alimente; 10. Dagmar.

compõem o disco e que são acompanhadas de letras, quatro delas tem referências explícitas ao futebol⁶⁵.

Só se não for brasileiro nessa hora, expressa, talvez mais do que qualquer outra canção do álbum, como o futebol está intrinsecamente vinculado à identidade do grupo. O esforço da canção, no entanto, ultrapassa a auto-definição dos artistas, nela o futebol é alçado a constituinte da alma da nação brasileira. Sobre esse aspecto surge, decerto, um estranhamento, afinal, a ditadura militar explorava o futebol de maneira similar, como um dos definidores da nação. O que pode parecer à primeira vista uma falta de inovação do grupo e conciliação dos artistas com a proposta dos militares quanto ao esporte, em um período que uma parte considerável da esquerda negava a seleção brasileira e o futebol (LEITE. SILVA. 2015), é desacreditado ao passo em que se ouve a canção, o que o grupo baiano faz é disputar o esporte de gramados e chuteiras e colocá-lo em um âmbito distinto do qual os militares propunham. O futebol oficial, de aplausos, cifras de dinheiro e clicks fotográficos é rejeitado em nome de um futebol que se aproxima da festa. Na canção, é o futebol o que os assegura a eterna juventude que o grupo buscava atingir. De fato, para carro, para tudo, para a entrada da bola, seja na rua ou no campo, se o futebol era visto já aquela altura como meio de se ganhar a vida, na peça dos *Novos Baianos* “o menino deixa a vida pela bola”.

Em *Cosmos e Damião*, o futebol mundano é novamente acionado, nessa canção os artistas brincam ao gritar e festejar o nome do Esporte Clube Bahia, seguido de um nome de um possível goleador do clube. O nome do astro festejado, Buchinha, era na verdade a filha pequena de Paulinho Boca de Cantor⁶⁶, nessa brincadeira entre um futebol maior e oficial e um futebol mundano que é mais festa que

65 São elas: *Só se não for brasileiro nessa hora*; *Cosmos e Damião*; *Vagabundo não é fácil*; *Os “pingos” da chuva*.

66 Acerca dessa história, consultar: <https://www.cartacapital.com.br/cultura/mais-um-bahia-mais-um-buchinha/> acesso em 28/01/2021

negócio, os Novos Baianos expressam e defendem o esporte como expressão do ser no mundo e porque não dos brasileiros?

O futebol, passa a revelar, portanto, uma alma brasileira inegociável com os pressupostos da época militar, a modernização avançava e percebemos na canção que esse processo modernizador é um impedimento para a realização da festa e da juventude, o carro atrapalha o jogo na rua e como se num suspiro lamentoso, em meio a alegria futebolística, o eu-lírico de *Só se não for brasileiro nessa hora*, explana a falta de tempo: *Que a vida que há no menino atrás da bola: para carro, para tudo / Quando já não há tempo* (BAIANOS, Novos. 1973).

A exploração de um sujeito brasileiro, inapto a cidadania incentivada e imposta pela ditadura avança ao decorrer das faixas, *Vagabundo não é fácil* e *Qualquer dois mil réis*, exploram um cidadão menos afeito ao trabalho e que declara a malandragem como forma válida de vida, nessas canções o eu-lírico é movido principalmente pelo tema do amor. A vida se passa de forma mais lenta nesses dois cenários, em *Vagabundo não é fácil*, o arpejo inicial do violão em andamento lento e o eu-lírico que fica “espantando os mosquitos”, expressa essa imagem. Enquanto em uma canção o malandro aparece no título da faixa, na outra ele é remetido no corpo da letra, em *Qualquer dois mil réis*, o eu-lírico se orgulha da sua condição de malandro: *E o malandro aqui, com qualquer dois mil réis / Põe em cima uma sandália de responsa e essa camisa / De malandro brasileiro que me quebra o maior galho.* (BAIANOS, Novos. 1973)

A imagem do brasileiro passa a ser constituída nesse álbum, não a partir da negação dos símbolos que já fazem parte do imaginário nacional, mas sim, a partir de uma ampliação e complexificação desses símbolos, o cidadão brasileiro apresentado como malandro e o futebol apresentada na sua versão mundana respaldam essa interpretação, do mesmo modo, é o samba. Tal como no álbum de 1972 que o grupo regravou *Brasil pandeiro* de Assis Valente, em 1973,

Samba da minha terra de Dorival Caymmi aparecia dentre as canções do disco. Essa canção funciona tanto como um elemento de legitimação ao articular os baianos mais novos (Novos baianos) com o já constituído enquanto clássico e tradicional (Dorival Caymmi), como também cumpre uma função estética importante, o quadro brasileiro pintado pelos grupos com as cores da malandragem e do futebol, passava a ser integrado pelo samba, gênero tido como o estilo nacional, pelo menos a partir da década de 30 (NAPOLITANO, 2007).

A escolha da canção de Caymmi é simbólica porque o samba, colocado como indicador de má procedência do sujeito é o samba baiano, a interpretação dos Novos Baianos é constituída de diversas informações que territorializam o samba na Bahia, quando este é, na mídia e literatura, normalmente relacionado ao Rio de Janeiro. Se o título da canção de Caymmi já indicava uma territorialização do samba ao descrever que ele vem de uma terra específica, a interpretação do grupo, busca ressaltar ainda mais a singularidade do estilo exaltado, o grupo ao cantar a música, específica: *Samba lá da Bahia deixa a gente mole / Quando se canta, todo mundo bole / Quando se canta, todo mundo bole / Quando se canta, todo mundo bole* (BAIANOS, Novos. 1973, grifo nosso).

O deslocamento de territórios estará presente não só em *Samba da minha terra*, é possível perceber nas faixas uma tendência a demarcar um local, alguns mais especificados como em *Só se não for brasileiro nessa hora*, em que Juazeiro e Ituaçu é mencionado, bem como em outras faixas como *Cosmos e Damião*, em que se usam de palavras mais genéricas como “aqui” para designar um local. Esse jogo entre um macro e um micro, permite aos Novos Baianos reivindicar uma nação distinta da reivindicada na década de 60, o Brasil revelado pelos jovens músicos é um país cheio de singularidades, mesmo nos seus símbolos mais nacionais.

Frente a isso, é possível compreender que os Novos Baianos responde e complexifica o debate iniciado entre os tropicalistas e nacionalistas, diferente dos primeiros, os símbolos nacionais não são deixados

de lado, na verdade são colocados em evidência e em uma dimensão muito mais ampla, por outro lado, o grupo da década de 70 distingue-se dos nacionalistas por admitirem diversos instrumentos e expressões musicais e culturais como o *Rock n'roll*, qualificada como imperialista na discussão da década de 1960. Essa complexificação se dá por um uma ampla intercalação de gêneros e instrumentos diversos, não é raro ver em *Novos baianos F.C.* a conversa da guitarra amplificada e do pandeiro.

Em *Samba da minha terra* esse diálogo intercultural é explícito, a introdução que se dá apenas com o violão arpejado e o canto de Moraes Moreira, passa a vez à guitarra e ao cavaquinho em um segundo momento, acompanhados do baixo e bateria. Em um terceiro momento, o cavaquinho toma a centralidade junto à instrumentos percussivos, enquanto a guitarra vai para o segundo plano fazendo solos, é interessante que a guitarra e bateria entra no ápice da canção, no momento de maior movimento sonoro e permanece o constituindo durante o refrão, é como se afirmasse com todas as letras, ou melhor, todas as notas, que se pode fazer samba com a guitarra.

E o inverso? O bandolim pode fazer *rock*? *Sorrir e cantar como Bahia*, a faixa de abertura do álbum não deixa espaços para dúvidas, o vocal de Baby, acompanhado majoritariamente por percussão, guitarra, baixo e bandolim apresenta uma canção intimista que reafirma o *ethos* familiar do grupo, já o bandolim sob a responsabilidade de Pepeu Gomes, é tocado como se fosse guitarra, o instrumento típico do choro brasileiro está, nessa faixa, mais próxima de Jimmi Hendrix do que de Jacob do Bandolim, a canção prossegue, e se o clima que predominava na canção era o *rock*, ela acaba em samba, o cavaquinho surge com uma percussão que domina a sonoridade da canção nos momentos finais e enquanto o samba toca (e certamente é sambado) os baianos afirmam no seu canto final, que bebê pode ser chamado de baby também.

Já o bandolim que compõe *Só se não for brasileiro nessa hora*, retorna à tradição brasileira, através dele, a célula do chorinho é acionada

e percebemos como em um mesmo álbum os artistas põem em contato artistas como Waldir Azevedo, Jimmi Hendrix e Dorival Caymmi. O *rock* retorna a diversas faixas, em *Os “pingos” da chuva*, a mais rockeira das canções, a guitarra tem uma grande centralidade, é ela quem fornece a melodia e harmonia na canção, ainda assim, esta chega às fronteiras musicais e põe-se ao diálogo, de um nítido *rock n’ roll* que compôs a maior parte da canção, o triângulo é acionado, incrementando na música um detalhe sonoro muito próximo do Baião em contato com a guitarra que lembra *O fole roncou* de Luiz Gonzaga.

O violão é outro que tem uma centralidade importante no álbum, em *Quando você chegar* ele ocupa o primeiro plano, acompanhado pelo afoxé tocado por Baby. Já as duas últimas faixas são instrumentais, em *Alimente* percebemos uma música que vai do choro ao baião, o baixo que acompanha os solos de cavaquinho e bandolim, dialoga, com esses gêneros. Já em *Dagmar*, a última faixa, percebemos novamente a influência do choro, esse, no entanto, flerta com o *rock*, as frases do bandolim se mesclam ao do baixo e da guitarra, que tem uma centralidade importante na composição de *Dagmar*, há realmente um diálogo entre os três instrumentos, hora eles compartilham solos e hora se ouvem individualmente.

Os Novos Baianos harmonizam nesse disco de 1973 influências diversas e o que os distingue da tradição de 1960 é que não há uma busca por apresentar fronteiras a partir de contrastes. A imagem que os artistas elaboram é extremamente intercultural, instrumentos como o bandolim que era tocado até então nas rodas de choro, o cavaquinho que permanecia nas mesas de samba e a guitarra nas mãos dos rockeiros são renegociados por esses artistas. Ao fim do disco, urge a pergunta, o que é o *Novos Baianos F.C.? Rock, Samba, Baião ou Choro?* Certamente não é uma questão fácil e talvez não haja resposta, o mais cômodo seria dizer que este se assemelha ao Brasil que o grupo defendia, é tudo isto.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. **Ideias para uma sociologia da música.** In: BENJAMIN, Walter *et al.* Textos escolhidos, 2. Ed. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1983, p. 259-268.
- AHMAD, Aijaz. **Linhagens do presente.** 1º ed., São Paulo: Boitempo, 2002.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- DOMINGUES, José Maurício. **A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil.** Dados - Revista de Ciências Sociais; volume 45, número 3, páginas 459-482. 2002.
- FISCHER, Ernst. **A necessidade da arte.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
- GUIBERNAU, Montserrat. **Identidade nacional.** In: _____. Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997. p.75-94.
- LEITE, D. P. P. ; SILVA, Daviana G. **O Brasil é o sítio do vovô?: Os novos baianos e o ideal nacional revisitado.** In: Encontro nacional de história política, 2015, Fortaleza. Encontro nacional de história política, história, rupturas institucionais e revoluções. Fortaleza: UECE, 2015. v. 1. p. 1-1.
- NAPOLITANO, Marcos. **A síncope das idéias: a questão da tradição na música popular brasileira.** 1º ed., São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.
- NAPOLITANO, Marcos. **História e música.** 2ª ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- NAVES, Santuza Cambraia. **Da Bossa Nova à Tropicália: contenção e excesso na música popular.** In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 43, vol. 15, junho de 2000.
- NOVOS BAIANOS. **Novos Baianos F.C.** São Paulo: Continental: 1973. 1 disco vinil (38 min)
- PEREIRA, Humberto Santos. **O mistério do Planeta: um estudo sobre a história dos Novos Baianos (1969-1979).** 2013. 149f. Dissertação de mestrado - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- TINHORÃO, José Ramos. **Pequena história da música popular: da modinha ao tropicalismo.** 5ºed., São Paulo: Art Editora, 1986.

13

Carlos Eduardo da Silva Colins

Manoel da Conceição:
a trajetória de um camponês
pentecostal no Maranhão durante
a Ditadura Militar

INTRODUÇÃO

“Minha perna é minha classe”
(Manoel da Conceição)

Este texto tem como objetivo, pensar as exceções que o pentecostalismo possui na sua composição no Brasil, que foge de modelos acabados de qualquer tendência eclesiástica. Para isso, destacamos as conjunturas que permitiram o aparecimento de lideranças políticas pentecostais como a de Manoel da Conceição⁶⁷, no Maranhão, o qual é referência para a história da luta camponesa na década de 60. Os fatores conjunturais são ressaltados diante da inquietação de alguns estudiosos em relação a trabalhos que discorram sobre a participação de protestantes em movimentos contestatórios nesse período (SANTOS, 2005).

O trabalho reflete as possibilidades teóricas da história cultural onde se projetam representações, práticas de poder, normas, ritos, formas subjetivas de sentir contando com a pluralidade de abordagens do objeto (BURKE, 2005). O pentecostalismo condensa todas essas características, ainda mais, quando referida ao personagem trabalhado, dado a riqueza contextual que cerca sua *trajetória*⁶⁸.

Em função dessa amplitude teórica, não poderíamos entender o pentecostalismo unívoco e imparcial dentro das relações gerais (Poder, Religião, Política). Reconhecemos as singularidades em

67 Segundo afirma o próprio Manoel da Conceição em suas memórias (SANTOS, 1980), ele era considerado um pastor não ordenado, ou seja, era visto e reconhecido como tal pelos fiéis da Igreja Assembleia de Deus na região da Baixada Maranhense, especialmente no município de Pindaré.

68 A noção de *trajetória* para Bourdieu (1989) é entendida como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou grupo em um espaço (*campo*), ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes. A análise de Bourdieu e a noção de trajetória acrescenta: “Os acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado” (Bourdieu apud Ferreira & Amado, 2006)

torno de grupos e indivíduos em que o personagem sintetiza em sua história de vida impasses, ambiguidades e homologias entre os diversos *campos* onde se insere.

Analisaremos a partir do livro de memórias de Manoel da Conceição a sua *trajetória*, procurando caracterizar os espaços de atuação e a ênfase que o livro dedica na sua formação religiosa. A dinâmica da análise do relato segue a seguinte concepção: *adesão religiosa/adesão política(facção)*⁶⁹; *ruptura religiosa/política(facção)*. A condição religiosa do personagem é enfatizada nas tramas e segue a evolução do discurso do seu livro.

A TRAJETÓRIA

Manoel em seu depoimento considera como objetivo do livro “*descrever a sociedade de sua região, prestar contas das tentativas de transformação do mundo de sofrimento da maioria dos homens e mulheres dos campos do Maranhão*” (CONCEIÇÃO, 1980. p 9). Ana Maria Galano destaca na introdução a intenção de descortinar as marcas de opressão e de miséria do Maranhão incentivando a ampliação das pesquisas entorno do objeto camponês no Maranhão. Camponês, pentecostal, sindicalista, a narrativa é construída não como uma trama fragmentada, mas como esferas que o personagem estava inserido.

Manoel da Conceição nasceu em 1935, no município de Coroa-tá em uma família simples de lavradores, desde tenra idade vivia as contradições sociais da pobreza e da injustiça. Em seu depoimento faz

69 O conceito de *facção* aqui utilizado segue a definição dada por Carl Landé (1977). São grupos não-corporados que se caracterizam por “membros instáveis, duração incerta, liderança personalística, ausência de organização formal e um interesse maior por poder e espólios do que por ideologia ou política” (LANDÉ, 1977, p.52). Não se trata, portanto, de tentar impor uma classificação pejorativa para as referidas correntes políticas, mas de procurar caracterizá-las com maior precisão analítica.

toda uma descrição dos seus costumes e das relações empregadas no trabalho, como o mutirão, a quebra do babaçu, a extração da Copaliba, e as travessuras quando menino. No terceiro capítulo, Manuel passa a revelar alguns aspectos de sua condição social e a sua religiosidade, já que nos propomos a entendê-lo dentro da relação que engloba a religião (pentecostalismo) e a política.

Manoel faz questão de ressaltar a sua origem católica, marcante em sua história familiar, entre promessas, incluindo o culto ao Padre Cícero Romão, bem comum no nordeste, e em meio aos festejos revela as contradições da vida e seu desconforto com a religião católica:

Daí que a gente começou a se revoltar contra esse tipo de farsa religiosa. Não por causa da religião, porque eu era um cara que tinha fé nos santos, na minha madrinha, em Deus. Mas os caras, que diziam ter a mesma fé que eu, usaram esse tipo de comportamento. Eu ficava com raiva porque eles não eram fiéis como a religião impunha. Era aquele negócio: vai pra missa, vai se confessar, conta os pecados do ano, depois faz os pecados de novo, briga com a família, bate na mulher. Tudo é pecado de fazer, mas se faz tudo por debaixo do pano. Todos os dias aquele inferno misturado com religião (CONCEIÇÃO, 1980, p.51).

Manoel não faz referência alguma à questão da luta pela terra, o que nos dá a entender que a sua preocupação primeira é demonstrar como se deu e quais foram as suas razões para a mudança de religião. Aqui revela um ascetismo bem comum à tradição protestante contra o abuso dos vícios e a vida regrada pelo sagrado. Ao término dessa apreciação religiosa, Manoel começa a narrar a sua tradição e história com a terra e a conturbada relação com os grileiros. Foi nessa ocasião que sua família veio a perder suas terras, e tendo que migrar para outra região, com a mudança, Manoel terá uma nova experiência religiosa, no caso a fé pentecostal na Assembleia de Deus. *“Logo que cheguei... passei a ser crente. Na religião católica... eu via que o comportamento era mal. As pessoas... tinham milhões de problemas prejudiciais à vida religiosa.”* (CONCEIÇÃO, 1980, p.66)

Nessa ocasião Manoel exemplifica os problemas através do acontecido com o seu pai, que viera a ser humilhado por um encarregado do seu patrão, resultando num imenso conflito e culminando na migração de sua família. Manoel segue relatando as relações que eram construídas através do protestantismo, como que contrastando com as formas que considerava “prejudiciais à vida religiosa”:

Em Copaíba tinha as famílias protestantes que se distinguiam basicamente em Assembléia de Deus e Adventistas do Sétimo Dia. A Assembléia de Deus era um negócio muito popular. Todo mundo se chamava de irmão, se visitava. O pastor vinha de fora, de Bacabal do Mearim que era sede do município. Ele chegava em Copaíba e tinha um comportamento diferente dos padres. O pastor ficava na casa de um protestante rico, mas além disso visitava a casa da gente, batia papo, tomava cafezinho. Eu fui acordando vendo o comportamento velho da religião católica e o novo que estava surgindo ali: um negócio muito unido dinâmico. Quando um cara caía doente, os crentes iam lá fazer oração, pedir a Deus. Às vezes tiravam uma coleta pra dar uma contribuição ao cara que o filho estava morrendo. Isso tudo entre os pobres. Aquilo foi me despertando um tipo de nova curiosidade. Passei a ir aos cultos... Ai eu disse: “Deus está aqui nesse lugar; porque acolá não está. Pedi que queria ser crente, os crentes oraram por mim e eu passei a ser membro da Assembleia de Deus. (CONCEIÇÃO, 1980, p. 66-67)

Manoel havia mudado de religião a fim de experimentar uma forma diferente de relação social onde aos poucos foi lhe acrescentando experiência de liderança não reduzida apenas ao meio religioso:

Na religião, eu fui um cara que me destaquei. Assumi cargo de professor da escola dominical. Depois passei a ser dirigente local da religião: pregava, fazia curso e tudo mais. Além dessa qualidade de protestante dirigente, eu era ferreiro. Tinha lá uma oficina que era também um ponto de encontro. Dado a boa relação que tinha com o pessoal - eu não brigava com ninguém - fui eleito delegado distrital da Associação. Nessa questão da eleição teve um outro fator muito importante: a iniciativa. Fui eu que comecei a dizer que a tinha que tomar todas providências pra evitar que esse senhor expulsasse nós dessa terra. Nossa família já tinha

sido expulsa uma primeira vez e eu sabia que era um perigo não cuidar dos nossos direitos (CONCEIÇÃO, 1980, p. 67).

O espírito militante estava sendo construído, Manoel não via apenas a religião como uma mudança moral, começava a entender a religião como um instrumento de luta. Desta forma começa a narrar eventos que estavam ligados à opressão e à injustiça. Conceição assumira a postura de luta, sua trajetória a partir de então sofrerá influências religiosas amplas, pois a mudança que o fez pentecostal da Assembleia de Deus, ganhará outra base decisiva para a militância. Era a influência da igreja católica que havia ganhado no governo de João Goulart liberdade para atuar com educação no campo. Com a mudança veio também a migração, em função da sua luta contra os grandes proprietários de terras, vindo de Pirapemas, passando por Santa Luzia, finalmente se estabelecia em Pindaré-Mirim, fugido da perseguição. Em Pirapemas já havia fundado uma Associação Rural que juntou 180 famílias de lavradores e partiu para a recuperação das pequenas propriedades tomadas. Em 1962, Manuel havia chegado com a esperança de que havia muitas terras devolutas nessa região de Pindaré. O governo patrocinava a abertura de estradas, concedendo a Petrobrás direito para procurar petróleo, pois a região era desocupada.

Na viagem, algumas pessoas que também estavam querendo se mudar, com a notícia de que a gente ia pra esse local novo, começaram a acompanhar. O fato é, chegaram lá umas dez famílias. E aí foi chegando, foi chegando, foi chegando gente. Hoje é uma vila que tem mais de 5.000 moradores. Isso foi no começo de 1962 (CONCEIÇÃO, 1980, p. 73).

O gado ia aos poucos invadindo as roças e destruindo as plantações, Manoel começa a mostrar os primórdios dos conflitos dessa região. Considera o fator político um dos problemas. *“O gado era dos Tufi Maluf, José Bezerra. Há vinte anos, esses homens eram os donos do poder em Pindaré-Mirim, os mandões do município. Nunca perderam política, porque sempre usaram a manobra”* (CONCEIÇÃO, p. 87)

Conceição não chega a explicar o que viria ser a “*manobra*”, mas diante da caracterização do uso do jogo político podemos acreditar em mandonismo (curral eleitoral, voto de cabresto, clientelismo, etc). Um alento aos camponeses havia chegado em 1962, quando aparece o sindicalismo rural e ao mesmo tempo a educação no campo onde Manoel destaca a atuação do MEB (Movimento de Educação de Base):

No mesmo ano de 1962 aparece a história do sindicalismo rural. Sabia-se que no jornal saía notícia do sindicalismo em luta pra se legalizar. Mas, para nós, foi através do pessoal do MEB - Movimento de Educação de Base - que chegou o sindicalismo. O MEB tinha um convênio com o governo Goulart para trabalhar no campo seis anos, numa experiências educativas e movimento sindical. O pessoal do MEB era ligado à Igreja Católica Apostólica de Roma, representada por Dom Frágoso, bispo de São Luís. Em Teresina, no Piauí, tinha a Rádio Pioneira que transmitia o programa do MEB. Era uma rádio que se ouvia no Maranhão inteiro, no Piauí, até o Ceará. Tinha também a difusora do Maranhão, uma rádio do Estado, que divulgava algumas personalidades daquela época de grande luta por democracia, quando o Jânio Quadros foi posto fora (CONCEIÇÃO 1980, p.89).

Os camponeses estavam diante da oportunidade da regularização de suas práticas e a tão sonhada reforma agrária. O MEB defende os ideais de conscientização e da organização dos sindicatos suas ações eram vinculadas à Igreja Católica. Antecipadamente podemos já adiantar como organizações com vínculos religiosos estiveram presente na formação sindical de Manoel da Conceição. Ele ressalta pelo menos três: as ligas Camponesas de Francisco Julião, o MEB com as ações da JEC (Juventude Estudantil Católica), a JUC (Juventude Universitária Católica), a JAC (Juventude Agrária Católica) e por último AP (Ação Popular) que agregava diversidade de religiosos como os protestantes.

Manoel estava integrado a uma entidade protestante pentecostal onde as relações de pertencimento não abririam concessões de influência de outra religião, ainda mais do catolicismo, determinado por um antagonismo histórico. Contudo, veremos que aos poucos, a

religiosidade de Manoel não se prende às formalidades doutrinárias. Ele sabia que a oportunidade de transformação social nascia da consciência coletiva, decidindo, portanto, apostar na educação. Assim, espelhado na solidariedade coletiva através dos mutirões de construção dos camponeses fez-se uma escola:

A gente fazia as escolas pra ensinar a ler a partir do curso sobre sindicalismo. O MEB estudava os problemas da região e elaborava isso em curso de formação. Esses cursos eram um tipo de cartilhinha. O pessoal já aprendia a ler dentro de um método de conscientização de seus problemas. Uma escola em cada povoado não é capaz de lutar contra o gado. Tem que ter organização que engloba todo mundo com o mesmo objetivo e essa organização é o sindicalismo. Mas um dizia o seguinte: "Eu estive num lugar e o sindicato dava muita peia, cadeia e mais nada" (CONCEIÇÃO, 1980, p. 95)

A educação seria a base de toda iniciativa, contudo a abertura que o governo propiciava movia a ação e o anseio do sindicalismo. Manoel claramente explicita a necessidade da luta para acabar com a exploração e a violência, era necessário educar o povo, lutar contra o analfabetismo e organizar sindicatos de trabalhadores rurais. Conta Manoel, que assim que terminou o curso em pouco tempo conseguiram implantar pelo mutirão mais de 30 escolas de alfabetização, às quais batizaram de Escolas João de Barro⁷⁰. Assim, a formação política de Manoel estava sendo consolidada, a fundação do sindicato marcaria uma fase de decisões e ambiguidades. Neste trabalho foi tomada como tônica a representação do pentecostalismo a partir das ações de Manoel da Conceição. O MEB, auxiliando o estatuto, fez com que os camponeses se pusessem a formalizar o sindicato fundando-o em 18 de Outubro de 1963 na Vila de Santa Inês, segundo Manoel, um lugar estratégico, pois lá funcionava o centro comercial do município de Pindaré-Mirim e era onde moravam as classes dirigentes do município.

70 As escolas, por meio desse projeto, deveriam corresponder com as formas de moradia do trabalhador rural, ou seja, as escolas eram construídas com cobertura de palha e paredes de barro - ver RIBEIRO. Claudett de Jesus. História de uma escola para o povo: projeto João-de-Barro-Maranhão-1967/1974. São Luis: Edufma, 1985.

A luta era contra o gado, pois era a estratégia dos latifundiários se apropriarem das terras usando as roças dos camponeses como pasto para o boi engordar. Os camponeses haviam alcançado uma grande vitória com a fundação do sindicato, porém, após as formalidades apareceu um grande problema, eles não sabiam como encaminhar as reivindicações para as autoridades. Marcaram uma reunião com o prefeito na qual foi apresentada uma lei municipal de 1949 sobre a regularização do uso da terra. A lei dizia e determinava que certa região servisse apenas para a criação do gado:

Uma vez que o trabalhador se interessasse por um pedaço de mata dentro da área de criação era obrigado a cercar a sua roça com uma cerca de oito palmos de altura. No caso de destruição da produção pelo gado, não caberia nenhuma responsabilidade aos fazendeiros. Os trabalhadores ficavam com o prejuízo, porque ele era responsável de não ter feito a cerca boa. Mesmo a roça sendo cercada, caso o gado invadisse destruindo a produção do camponês, ele não tinha o direito de abater o gado. Tinha que ir à casa do fazendeiro dizer que o gado estava na roça. Se depois de denunciar três vezes, o fazendeiro não tomasse nenhuma providência, o camponês deveria denunciar outras três vezes à prefeitura. (CONCEIÇÃO, 1980, p. 103)

Manoel destaca o problema do tempo que levaria em média 15 dias para ter uma satisfação quanto ao prejuízo. Conta que ao abater os gados invasores, os camponeses corriam o risco de pagar por eles ou até mesmo de serem presos; revidando era comum a ação de jagunços que espancavam ou até matavam os camponeses. A luta contra o gado foi provocando adesões ao sindicato de Santa Inês, usando em diversas ocasiões de pressão memorandos levados até a prefeitura. Dando em nada, a culpa foi atribuída ao Banco do Brasil, pois o gado estava hipotecado, foi a resposta que levaram os líderes do sindicato a São Luís. No jogo de omissão, a responsabilidade foi atribuída ao governo, de imediato recorreram ao secretário do Interior e Justiça. O secretário, segundo Manoel, havia concordado com uma visita à Pindaré-Mirim. Contudo, o secretário não honrou o compromisso levando as massas a reagir. *“Depois do dia 20 de janeiro, o*

arroz começou a nascer e as outras plantas também, O gado começou a comer tudo... pela primeira vez eu vi uma revolta em massa dos caboclos no Pindaré.” (CONCEIÇÃO, 1980 p. 108).

Muitas reses foram abatidas e os prejuízos caíam sobre os camponeses, embora houvesse os meios de resistência, o poder local decidia de maneira arbitrária os culpados e indiscriminadamente o montante das perdas. O alento dos camponeses estava na Política Nacional de João Goulart com a sua Reforma de Base. “Quando foi antes do fim de março, chegou o pessoal da SUPRA - Superintendência de Reforma Agrária. Chegaram lá por tanto burburinho que tinha na região” (CONCEIÇÃO, 1980, p.116).

Foi instalada uma sindicância e uma segunda ida a São Luís. Desta vez Manoel mobilizou o apoio de estudantes, a igreja, movimento operário, associações de bairros. A questão passou pela Assembleia Legislativa que atendeu ao pedido dos camponeses, porém, delegando a responsabilidade ao governador:

O Governador chamava-se Nilton de Barros Belo. O pessoal apelidava ele de o ‘Cara de Onça’ por que tinha realmente uma cara redonda, olhos de gato, couro encolhido na testa. A onça tem umas rugas na testa e ele tinha o mesmo jeito. O Nilton de Barros falou assim: ‘Se o senhor não quiser ser preso com a sua denúncia, volta por ali, pelo mesmo caminho, porque se o senhor continuar insistindo, eu mando lhe tocar na cadeia. ...lavrador que mata gado, o que tem é bala (CONCEIÇÃO, p.117,1980).

Diante da recusa do governador, Manoel procurou o Movimento Estudantil. A UNE no Maranhão fez uma assembleia para discutir o que fazer, em meio às reuniões veio o “31 de março de 64”. A confusão foi instalada e sem entender o que estava acontecendo Manoel se viu sem mais o apoio da UNE. Desta forma, resolve procurar amigos do tempo do MEB, no caso Regina Lobo, que havia no dia seguinte sofrido uma surpreendente invasão domiciliar por parte dos militares. Com receio de que fosse confundido com os comunistas e

capturado, Manoel é levado para o palácio de D. Fragoso, Bispo de São Luis. Para voltar ao interior foi inserido ao contingente da Juventude Agrária Católica (JAC) que ia para Pedreiras. Depois de quinze dias volta a Pindaré e encontra o sindicato fechado.

As primeiras prisões vieram sob a acusação de subversivo, em um dado momento resolveu dar um tempo da militância e partir para o interior do município a fim de reequilibrar meios como armamentos através da plantação. O seu lucro seria destinado à resistência armada. A sua homóloga atuação o levou a outro projeto, inserindo-o diretamente na política partidária.

Manoel, na Mata do Caru, convicto na reestruturação de uma resistência, foi confrontado pela sua condição religiosa ainda determinada por um antagonismo entre sua liderança pentecostal e sua convicção política. Alicerçado e convicto em uma prática revolucionária com o auxílio das armas, confessa em seu livro que a religião foi o atenuador para não se ter ido até as últimas consequências. A sua atuação política, nesse momento, confundia-se com a sua ascensão como líder sindical e implantador de igrejas:

Mas acontece que na época eu ainda era crente muito religioso. O pastor começa a discutir comigo e me indica pra ser dirigente dos trabalhos da igreja protestante Assembléia de Deus. Pensei, conversei lá e resolvi construir uma pequena igreja. Aos poucos em vez de continuar o plano pra compra de armamentos, aquele pessoal foi sendo ganho pra religião. Em vez de criar lá uma base de revolucionários, criamos uma base religiosa (CONCEIÇÃO, 1980, p.124)

O desenvolvimento de sua liderança religiosa ganhará um novo contorno ímpar em sua atuação, que foi determinado por momentos em que sua prática religiosa já não se antagonizava com suas convicções políticas. *“O que nos salvou talvez de um massacre mais desgraçado foi tentar o negócio da religião.”* (CONCEIÇÃO, 1980 p. 125)

Sua liderança carismática nessa localidade trouxe uma pacificação e uma guinada partidária, já que, sua prática religiosa correspondia aos interesses políticos e institucionais da igreja. Manoel estava se inserindo dentro de uma conjuntura política bem conhecida pela historiografia maranhense, a disputa entre as facções políticas pelo governo do Estado. Por um espaço de tempo Manoel se envolveria como cabo eleitoral de um dos lados da facção, culminando no apoio institucional da igreja Assembleia de Deus a José Sarney e a promessa da sonhada reforma agrária. Manoel descreve as práticas ilícitas dos candidatos que se aproveitavam da miséria das massas e caracteriza esse período:

Quando foi em 1965, aparece o Zé Sarney no cenário da política. Segundo ele, fazia parte do partido do governo, mas era oposição dentro do partido. Era contra Nilton de Barros Belo, o 'Cara de Onça', e também contra Manuel Pezão, usineiro e chefe político no município de Pindaré-Mirim. Era esse Pezão que indicava as pessoas que iam compor o diretório municipal. Apareceu também José Antônio Aipe, um cara se dizia a favor dos trabalhadores, contra Nilton de Barros Belo e contra o prefeito municipal. (CONCEIÇÃO, 1980, p.126)

Conceição estava aberto a seguir uma via pacífica e partidária para conseguir a Reforma Agrária, ao mesmo tempo em que não se expunha, pois já gozava já de certa credibilidade por parte da igreja evangélica. Narra como foi seu contato com o grupo sarneísta:

Eu entrei em contato com esses políticos por causa do pastor municipal, que era amigo deles. O pastor ia lá em casa e me comunicava: 'Tem o Sarney, tem o José Antônio Aipe, que são pessoas boas, irão apoiar o movimento de vocês.

Eu digo: 'Agora vou fazer política com esses homens'. Fui discutir com o pessoal lá dá religião e botei o Sarney e Zé Antônio como salvadores. Então, a gente no interior já pregava o Evangelho e passou a fazer propaganda daqueles candidatos.' (CONCEIÇÃO, 1980, p. 126)

A religião e a política partidária aliançadas, Zé Antônio, partidário sarneísta, subiu ao poder como prefeito de Pindaré-Mirim. Sarney

saía vencedor para o governo, uma nova configuração de justiça era esperada. Contudo, quando Manuel esboçou a reorganização do sindicato o prefeito ponderou e dificultou a iniciativa. Zé Antônio radicalizou taxando o sindicalismo de instrumento subversivo do comunismo. Sem apoio, Manoel resolveu ir a São Luís pedir ajuda à CONTAG (Confederação dos Trabalhadores da Agricultura), conseguindo o apoio, logo providenciou uma sessão para definir o estatuto. A perseguição promovida por Zé Antônio ganhou contornos críticos por sua ameaça, Manoel conseguiu resistir bem aos ataques.

O grande problema, na realidade, estava no reconhecimento do sindicato. Foi tentado pelo CONTAG, porém Manoel esbarrou na burocracia e no descaso na prestação de serviços médicos e outros. Por bem, o sindicato decidiu não pagar mais o imposto. Assim, o sindicato nunca receberia a legalização. Era sindicato rebelde. O sindicato era acusado pelo poder de mobilização, de governo paralelo. Até um sindicato promovido pelo MDB havia se estruturado para opor ao revolucionário Manoel. Fazia campanhas anunciando benefícios como remédios, bolsa de estudos, hospital, coisas que o sindicato subversivo não poderia oferecer. Como a lei dava crédito a apenas um sindicato por município, o direito ficou com o sindicato do MDB.

Agora passaremos ao momento mais delicado, onde o sindicato de Santa Inês com o seu presidente Manoel da Conceição, por um momento, teria como opção a luta armada diante das convulsões políticas que vivia o Maranhão e o Brasil. Além disso, suas convicções religiosas começavam a ir de encontro às suas convicções políticas. As circunstâncias, dizia Manoel, o levaria a essa crise. No capítulo X – Guerra, Sindicato ou Protestantismo? – comenta, não revelando nomes, que foi sondado por guerrilheiros, vindo até a organizar um grupo clandestino de estudo de guerrilha *“A gente discutia que ia novamente retornar a luta, só que não era dentro do sindicato. Agora teria que organizar guerrilha.”* (CONCEIÇÃO, 1980, p.136). Manoel passou a se aprofundar em categorias marxistas e em manuais de guerrilha como o de Che Guevara.

Contudo, os sentimentos de Manoel passavam a se dividir em decorrência dos meios aos quais se inseria, por um lado via a recusa dos seus companheiros em pegar em armas, por outro havia a forte resistência pentecostal da Assembleia de Deus em relação à sua militância:

Os companheiros organizados nos grupos achavam que esses movimentos de guerrilha não tinha nada pra fazer. Terminaram de estudar, iam pra casa trabalhar no sítio deles...O companheiro que orientava a criação dos grupos de guerrilha dizia: ' não funda sindicato porque isso não tem nenhuma lógica, já vimos que experiência não deu resultado'...eu falava pra ele assim: 'Companheiro é preciso fundar o sindicato'. (CONCEIÇÃO, 1980, p. 136)

O sindicato foi fundado e Manoel foi eleito presidente, entretanto o outro lado, agora oposição, a igreja, se manifestava. As aulas sobre a guerrilha parecem não ter feito diferença em sua ação, mas no campo das ideias parece ter havido uma transformação.

Em 1966, embora eu já tivesse muitas contradições com a igreja da qual era membro, ainda não tinha nenhum conhecimento marxista". Então, um companheiro intelectual, um dia, fala do problema da fé, o problema de Deus: eu disse: 'Olha, companheiro, se você quer discutir o problema do povo, estou de pleno acordo. Agora eu quero te dizer uma coisa. Eu acredito em Deus e embora morra brigando, quero estar com minha Bíblia aqui do meu lado. Não vou discutir esse problema de Deus. Se for pra discutir esse problema, eu me retiro da reunião e não fico nesse negócio.'

Ele logo falou que não, não tinha problema nenhum. Mas aquilo ficou como um grilo na cabeça: Existe Deus ou não existe? (CONCEIÇÃO; 1980, p. 140).

Ali, Manoel começa a conjecturar sobre a passividade da organização eclesiástica e sua omissão quanto aos conflitos agrários. Destaca a figura de Clarindo Santos, crente, rico, que, possuindo notoriedade através do dízimo, começava a fazer pressão junto ao pastor para reclamar do envolvimento de crentes com a militância do sindicato, prejudicando a relação econômica (comerciantes) e política (prefeito), pois o sindicato contestava as decisões tomadas pelo poder local. As razões

políticas que norteiam essa manifestação por parte de Clarindo Santos são mais profundas e dizem respeito a toda uma conjuntura política regional que não cabe nesse pequeno espaço de escrita. Manoel, na condição de dirigente pentecostal e líder sindical, vive o confronto e a ambiguidade de dois papéis, rechaçado pela liderança eclesial, acabou rompendo com a igreja de maneira emblemática com o seu “Manifesto de 66” em plena Convenção Regional da Assembleia de Deus.

Cristo ou Sindicato? Esse foi o posicionamento da igreja, Manuel vivia em uma intensa militância política e ao mesmo tempo trabalhava como missionário e dirigente, fundando igrejas e pregando a adesão social das classes camponesas. O argumento político-teológico dos pastores locais era:

(...) irmão, você tem que pensar muito nesse negócio de sindicato, isso cria problema. A gente vivia para Deus, tudo aqui é passageiro. Dê a César o que é de César, a Deus o que é de Deus. Apesar dessa vida daqui, a gente na vida do céu vai ter um galardão, benção aos que sofrem porque deles será o reino do céu (CONCEIÇÃO; 1980, p. 142)

A maioria dos militantes do sindicato eram protestantes, e muitas reuniões do sindicato eram realizadas no templo. Contudo, a perseguição eclesial continuava e cada nova mobilização não era tolerada. A maior reação veio na convenção Regional da Assembleia de Deus em Santa Inês:

Em novembro de 1966, teve a Convenção Regional da igreja Protestante da cidade de Santa Inês. Eu, como **militante da Igreja** (grifo nosso), assisti a essa convenção. O pastor local não teve coragem pra denunciar publicamente que a gente era desobediente, **subversivo** (grifo nosso) mobilizou um outro pastor que tinha vindo do Piauí de uma cidade chamada Floriano...Esse pastor começou a enquadrar o Evangelho na luta contra as concepções do chamado mundo moderno, o que nem se pregava naquela região...Começou a dizer aos irmãos que existia uma doutrina que levaria ao mundo moderno estava muito ligado aos comunistas, os capas-verde, arreo da

besta fera. Que esta fera estava com a cabeça na China e os pés na América Latina, em Cuba. Que eles começavam então a se infiltrar nos outros países latino-americanos, incentivando o sindicalismo. Os irmãos deveriam se defender de tal doutrina porque isso era incompatível com a fé, com a religião e com o reino de Deus. (CONCEIÇÃO, 1980, p. 143)

O sermão provocou uma reação de indignação por parte de Manoel, percebendo um ataque frontal à luta contra a exploração. Os interesses da igreja convergiam com os interesses do governo, o qual queria frear os ânimos dos líderes camponeses. Foi contra esse sermão que Manoel manifestou-se e conseqüentemente veio a ser excomungado da igreja. Passaremos a uma longa citação que reflete o centro de análise, na qual o nosso objeto de estudo, o Manoel pentecostal, onde não apenas deixa os vínculos de uma denominação, mas, como se deu o acirramento das suas perseguições, pois seu ato repercutiu além das fronteiras do meio religioso. Passaremos ao “Manifesto de 66”:

Quando ele terminou toda a pregação, esse labiado, eu pedi a palavra. O pastor local responde que só tinha o direito de falar pastor consagrado e dirigentes regionais... Então eu apelei à igreja presente, que ela me garantisse o direito de falar. Na igreja protestante, a que eu pertencia, existe assim aparentemente, uma democracia danada. Botou-se em votação e o pessoal, que estava ouvindo, optou para que eu falasse.

Subi e comecei a dizer o seguinte: eu chamava o pessoal de irmão não devido a religião, mas dado a maioria ali era trabalhadores pobres, grande parte analfabetos, sofredores. Perguntei a eles quem conhecia de fato o que significava mundo moderno. Ninguém respondeu, ninguém sabia. Alguém respondeu: ‘ Eu não sei’

Então eu disse: ‘ Olha, irmãos, eu queria mostrar pra vocês que eu também não sei muito bem o que é isso, Mas eu quero mostrar alguns exemplos de coisas modernas. ’ Ali comecei a dizer: a gravata dos pastores e o terno de nylon, melhor pano. Não era qualquer tecer que fazia um negócio daqueles. Era uma máquina altamente moderna especializada. O problema do carro do pastor: em fim, tudo. Depois a casa, a moradia: a diferença que tinha entre aqueles que tinham uma casa de

tijolo, muito bem feita, com luz elétrica dentro da casa, fogão a gás ou elétrico, rádio e um cara que tinha uma casa coberta com palha, feita no mato, de taipa, com barro amassado e a luz dentro de casa era candeeiro e querosene ou mesmo óleo. O fogão: madeira, fumaça, fumacenta.

Enfim, existia uma diferença muito grande entre uma casa de pastor com todas as características modernas e a casa de um trabalhador rural (...).

Então que se aproveitar o mundo moderno fosse um pecado, coisa do diabo, Satanás, Belzebu, como ele tinha falado, eu achava que não eram exatamente os protestantes pobres, os camponeses que iam para o inferno ou que estavam gozando dos bens que tinham oferecido os capa-verde, correio da besta-fera, comunistas. Neste caso, quem estava exatamente no inferno, gozando desses benefícios em primeiro lugar, eram os pastores que estavam no nosso meio.

O pastor local depois dessa minha colocação, disse que até mesmo Cristo teve muita reserva a discutir com o diabo e que eu deveria sair da igreja. Eu saí. Grande parte do pessoal que estava lá, protestante, camponeses também foram saindo.

Foi assim que se deu meu rompimento com a igreja protestante

Na época eu rompi apenas com a estrutura da igreja o que não significava ter rompido ideologicamente. Continuei crente, acreditando em Deus. Acreditando mesmo sem nenhuma vacilação embora não fosse aceito como membro integrado na hierarquia da igreja. Continuei sendo crente em particular. (CONCEIÇÃO; 1980; p. 144-145)

O ato de Manoel provocou uma grande dissidência de crenças, contudo, não deixavam de fazer suas reuniões na igreja, como de costume nas congregações mais distantes. Manoel tinha feito opção pelo sindicato, mas não como uma negação de Deus, pelo contrário, concebia a luta como verdadeiro compromisso cristão. Manoel diz que ele tinha uma nova fé que era baseada na mudança da sociedade, onde sua fé tinha se politizado em razão da exploração. Explica que a sua integração na igreja protestante pentecostal teve muitos resultados positivos:

A gente ao ser crente assimilou e teve uma prática muito grande de vida comunitária, viver sempre muito unido, procurando as pessoas, preocupado... O que teve um papel importante na articulação de comunidades. O que serviu pra que esses trabalhadores, pelo fato de ser crentes, continuassem unidos na luta contra a dominação, exploração que existia ali. (CONCEIÇÃO, 1980, p. 146)

A fé constitui um fator importante para a unidade dos trabalhadores rurais. Manoel passa à fase da sua vida que manifestará a clara oposição ao grupo político que chagará ao poder. O “Manifesto de 66” foi mais que uma ruptura religiosa, ali estava começando a fase de maior perseguição em âmbito regional e conseqüentemente nacional. Em 1966, José Sarney chega ao poder como governador do Maranhão pela UDN. Conceição, que havia algum tempo se afastado da sede de Pindaré, diante dos acontecimentos da convenção da igreja, volta na esperança do cumprimento da promessa de Sarney e do prefeito do município José Antônio Haikel, de assegurar aos camponeses uma lei que obrigassem os donos do gado a cercarem a área de suas criações, evitando que os animais invadissem a terra dos pequenos agricultores e destruíssem suas plantações. Mas, ao contrário, conta Manoel, *“Sarney e o prefeito fixaram uma área específica para a criação de gado, sem exigência de cercas. Como os animais não leram a lei, invadiram as roças e destruíram as plantações”* (CONCEIÇÃO, 1980, p. 148). Os agricultores revidaram matando o gado.

A rede do mandonismo e a continuidade das facções políticas interferiram no poder local contra os camponeses. Em 13 de Julho de 1968, durante uma reunião na subsede do sindicato, em Anajá, região de Pindaré-Mirim, policiais chegaram abrindo fogo, Conceição foi ferido com um tiro na perna esquerda e encarcerado sem assistência médica. Depois de seis dias na cadeia, sem tratamento, parte da perna gangrenou e teve que ser amputada. Em São Luís, denunciava que perdera a perna por mando de Sarney, e foi ajudado por religiosos e estudantes que divulgavam um protesto na Rádio Educadora de São

Luís, coordenada pela igreja católica. José Sarney lhe ofereceu tratamento especial para que silenciasse, mas Manoel recusou e respondeu com sua famosa frase: “Minha perna é minha classe”.

Voltando à ativa, Manoel, com a ajuda da Ação Popular⁷¹, conseguiu recursos para o seu tratamento e a obtenção de uma prótese mecânica em São Paulo. Depois que voltou a andar, retorna a Pindaré onde os sindicatos estavam fechados, havia muita perseguição e constantes prisões pela polícia. Mesmo assim, Manoel insistiu e voltou a organizar o sindicato e suas reuniões. Ocuparam as terras tomadas por grileiros e criaram várias cooperativas para eliminar os intermediários que ficaram com todo lucro na compra da produção e na venda dos equipamentos para trabalhar na terra.

No início da década 70, o governo militar intensificou a repressão como resultado do AI- 5 e muitas pessoas foram presas. No dia 2 de Janeiro de 1972, era preso Manoel da Conceição em Turfilândia, região de Pindaré, sendo conduzido para o Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS), em São Luís. Com um mês na cadeia foi sequestrado por agentes do DOI- CODI (Departamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna). Conceição não sabia para onde estava sendo levado, só soube quando o avião pousou no Rio de Janeiro e foi entregue ao I exército. Ali começava em sete meses a fase das torturas, incomunicável e, tido como desaparecido; foi parar em Fortaleza e deixado em uma cela por 15 dias, até ser apresentado à auditoria militar, em setembro de 1972. Em maio de 1975, Conceição foi julgado e condenado a três anos de cadeia. Teve os direitos políticos cassados por dez anos.

Uma grande mobilização nacional e internacional foi acionada por integrantes do AP, a anistia internacional buscou ajuda em todo mundo, muitas entidades católicas e evangélicas da Inglaterra, Suíça,

71 Ver LIMA, Haroldo e ARANTES, Aldo. História da Ação Popular da JUC ao Pc do B. SP: Editora Alfa Ômega, 1984

Itália pediam ao governo brasileiro a libertação de Manoel. A campanha resultou na breve libertação de Manoel, que uma vez livre foi acolhido pelo arcebispo de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider, então presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), providenciando a sua viagem para São Paulo, onde o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e o pastor presbiteriano Jaime Whight o internaram em um hospital. Depois de um mês de tratamento foi levado para a casa do padre Domingos Barnabé, em Osasco. A liberdade durou pouco, pois, no dia 21 de Outubro de 1975, a casa foi invadida por policiais levando Manoel para o DEOPS paulista, voltando, assim, às masmorras da ditadura. A sua vida foi poupada com a intervenção do papa Dom Paulo VI enviando uma carta ao General-Presidente Ernesto Geisel, pedindo por sua vida e exigindo sua libertação. (FIGUEIRAS, 2006)

Em 11 de dezembro de 1975, Manoel foi liberto, ficando sob proteção da anistia internacional, que providenciou seu exílio em Genebra, na Suíça, partindo em março de 1976. Durante três anos e sete meses Manoel foi refugiado político na Suíça, onde lançou o livro “Essa Terra é Nossa”, onde relata a trajetória na luta pela reforma agrária e a resistência contra a ditadura. Voltou ao país com a anistia de 1979, e ajudou na construção do Partido dos Trabalhadores (PT) e na criação do centro de Educação e cultura do Trabalhador Rural (CENTRU) em Recife e em Imperatriz - Maranhão.

REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. **História e teoria social**. SP: Editora UNESP, 2002.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.

COLETTI, Claudinei. **A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais de Ribeirão Preto**. 1ª ed. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1998.

CONCEIÇÃO, Manuel da. **Essa Terra é Nossa: depoimento sobre a vida e as lutas de camponeses no Estado do Maranhão**. Entrevista e edição de Ana Maria Galano. Petrópolis: Vozes, 1980.

FIGUEIRA, Otton. **“Minha perna é minha classe”**. [http:// www.cecac.org.br](http://www.cecac.org.br)
Acesso em: 12 mar. 2007.

FONSECA, Gondin da. **Assim falou Julião**. São Paulo: Fulgor, s/d, 1962.

LIMA, Haroldo e ARANTES, Aldo. **História da Ação Popular da JUC ao Pc do B**. SP: Editora Alfa Ômega, 1984.

LANNDÉ, Carl. **As bases diádicas do clientelismo**. S/ed. 1977.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARTINS, José de Sousa. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1990.

NOVAES, Regina Reyes. **De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo**. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

PASSOS, João Décio. **Pentecostais: origens e começo**. SP: Paulinas, 2003.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 2. Ed. – São Paulo: Contexto, 2006.

RIBEIRO, Claudett de Jesus. **História de uma escola para o povo: projeto João-de-Barro-Maranhão-1967/1974**. São Luís: Edufma, 1985.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. SP: Editora UNESP, 1993.

ROLIM, Francisco Cartaxo. **O que é Pentecostalismo**. SP: editora Brasiliense, 1987.

ROLIM, Francisco Cartaxo. **Pentecostais no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

SANTOS, Lyndon de Araújo. **As outras faces do sagrado: protestantismo e cultura na primeira república brasileira**. São Luís: Edufma; São Paulo: Ed. ABHR, 2006.

SANTOS, Lyndon de Araújo. **O púlpito, a praça e o palanque: os evangélicos e o regime militar brasileiro**. In: FREIXO, Adriano de e FILHO, Osvaldo Monteal. *A ditadura em debate: estado e sociedade nos anos do autoritarismo* RJ: Contraponto, 2005.

14

Christian Bruno Alves Salles

raízes antropofágicas do Brasil

DOI: [10.31560/pimentacultural/2022.95736.14](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2022.95736.14)

Vertente do modernismo brasileiro, o movimento antropofágico encerra, nos meandros de seu *corpus* discursivo, uma visão do nosso passado colonial e do processo de formação da sociedade brasileira. Seu surgimento, em 1928, com o lançamento da *Revista de Antropofagia*, é coetâneo, no plano da cultura, a um momento marcado pelo arrefecimento de questões eminentemente estéticas e pela preeminência de debates em torno da identidade nacional, ganhando vulto as temáticas do primitivismo e da miscigenação. A antropofagia se inscreve nesse quadro mais amplo e enuncia um conjunto de propostas e ideias articuladas a um propósito maior de emancipação cultural e de construção de uma nação verdadeiramente moderna e autônoma. Assim, despontam imagens e reflexões, amiúde tingidas de um colorido impressionístico, inspiradas por uma pretensão de traçar os contornos da constituição de uma civilização original: miscigenada e mesmo colonizada por um grupo étnico mesclado – o português arabizado; arredia à Reforma e contraposta à ética do trabalho; composta por um povo propenso ao ócio e adepto de uma prática religiosa carregada de misticismo e com teor acentuadamente ritualístico. São características positivadas pelo discurso antropofágico, supostamente reveladoras de uma experiência civilizatória ímpar, destoante do arquétipo europeu.

São temas caros a uma produção ensaística de cunho histórico-sociológico, a um tempo herdeira e continuadora das conquistas culturais mais amplas do movimento modernista, concebida por autores de alguma maneira atrelados à sua tradição, notadamente Gilberto Freyre, com *Casa-grande e senzala*, e Sérgio Buarque de Holanda, com *Raízes do Brasil*. Freyre assevera a especificidade da formação nacional brasileira, produto da miscigenação virtuosa propiciada pela colonização realizada pelo português híbrido e plástico, favorecedora do intercuro étnico e cultural entre a gente lusa e os povos negros e indígenas. A imprecisão e a heterogeneidade surgem como traços fundantes da sociedade, fruto de uma acomodação tensa entre tradições diversas e mesmo opostas. Traços perceptíveis na arquitetura bem como no

vestuário, na culinária e no teor festivo e carregado de paganismo das práticas religiosas, fruto do sincretismo entre os costumes autóctones e africanos e as expressões de um catolicismo heterodoxo, tingido de cores maometanas. Receptivo à influência árabe, apartado das fronteiras da Europa reformada, imune à penetração de uma racionalidade propriamente burguesa, Portugal se apresenta como uma nação singular e infunde esses atributos à formação social brasileira, tornada uma experiência igualmente ímpar. Por seu turno, a interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda ressalta a tenacidade da herança ibérica na formação da sociedade brasileira, sobretudo identificada no caráter ubíquo e quase indelével da presença da cultura da personalidade na elaboração dos diferentes aspectos da vida social. Essa cultura nos teria sido legada no rastro de uma colonização pautada por um espírito de aventura, calcada na imprevidência e no desleixo bem como incapaz de fundar uma obra verdadeiramente metódica e estável. O português mesclado na Ibéria indecisa entre a Europa e a África, infenso à ética do trabalho puritana, seria mais propenso ao ócio e ao gozo imediato de conquistas auferidas sem esforço. Resulta a elaboração de uma civilização avessa à impessoalidade, à imposição de regras abstratas de convívio e à prevalência de uma racionalidade favorecedora do trabalho sistemático, esteios da ordem urbana e democrática moderna.

Este artigo tem como objetivo apreender as confluências entre o discurso do movimento antropofágico sobre o processo de constituição da nação brasileira e as interpretações sobre o tema elaboradas por Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. A antropofagia parece estabelecer um diálogo relativamente assíduo com as ideias dos referidos autores, mormente subentendido, mas por vezes deliberadamente manifesto. Se em certos momentos ocorre uma mera reiteração de determinados pontos de vista, é perceptível também uma tendência mais característica de apropriação inventiva e reinterpretação, porventura resultando em um desvio do sentido normativo original dos argumentos. Trata-se de um item pouco explorado, mas de considerável

relevância para o esclarecimento do significado de alguns dos tópicos centrais do programa antropofágico.

DESCENDENTES DE PORTUGUESES

O movimento antropofágico ressalta a originalidade do processo de formação da nação brasileira, decorrente tanto da permanência de um substrato de cultura nativa como de determinados aspectos da colonização perpetrada pelo português, favorecedores da miscigenação e da elaboração de formas de convívio pautadas pelo ócio e pelo excesso. É inegável, por um lado, que o empreendimento colonizador assume a feição de uma dominação simbólica ampla, adquirindo um sentido claro de repressão da cosmovisão indígena, em consonância com a vida sob o primado da intuição, do gesto imaginativo, do prazer. Embora igualmente essa fonte ancestral da nacionalidade, na forma do denominado instinto bárbaro de devoração, tivesse persistido, latente, nas expressões culturais mais representativas do brasileiro, afinal refratário ou mesmo alheio ao construto colonial. A doutrinação e as crenças religiosas resultam subvertidas; as normas jurídicas não têm eficácia: Nunca fomos cathechizados. Vivemos através de um direito sonambulo. Fizemos Christo nascer na Bahia. Ou em Belem do Pará (Andrade, 1928, p. 3).

Entretanto, por outro lado, Oswald de Andrade divisa em Portugal uma nação mestiça, decorrente, sobretudo, da composição com a cultura árabe, fato de consequências duradouras para o processo de constituição da sociedade brasileira. Assim, nós, descendentes de portugueses, somos o produto de uma cultura miscigenada (...) Lisboa até agora é uma cidade bárbara onde se mistura a mais bela humanidade da terra. (Andrade, 2011, p. 231) Imune aos prenúncios de formação de uma consciência burguesa surgida nos países reformados, impulsionadora de seu desenvolvimento e progresso, a Ibéria

permaneceria uma região um tanto sui generis no contexto europeu, marcada por sua confluência com o legado sarraceno. A expulsão do invasor, por seu turno, havia sido limitada em suas repercussões, por se tratar de um fenômeno político e militar puramente de superfície. A arabização já tinha raciado a Península e produzido esse minúsculo mas gigantesco Portugal. (Andrade, 2011, p. 231) A Reconquista tardia mal conteve o intercurso étnico e cultural entre o adventício e as populações autóctones da península: as tradições e costumes sarracenos já haviam se arraigado e infundido aos lusitanos atributos guerreiros e de plasticidade, plasmando um tipo humano original e imprimindo traços indelévels ao reino precursor das nações modernas. O português, na figura paradigmática do nauta mestiçado, será o herdeiro e novo agente de transmissão do espírito aventureiro e de conquista, de uma índole acomodatória, decifrando as rotas marítimas que anunciam o Novo Mundo. Vinda da Arábia petrificada e saída do deserto, a gente sarracena se mesclaria na Península para continuar pelos caminhos do oceano o seu impulso exógeno e conquistador, que trazia em si o errático e o imaginoso, a aventura e a fatalidade. (Andrade, 2011, p. 233-234). O brasileiro descenderia dessa raça épica que povoa as matas do território tropical e o coloniza segundo os imperativos de seu destino histórico. Coincidentes os ideais do emigrado, em certa medida, com as formas de vida indígena, com elas transigindo, a sociedade se configura em torno de padrões morais opostos ao projeto civilizatório da Europa puritana.

É perceptível certa convergência com um argumento fundamental de Casa-grande e senzala (1950): a singularidade da formação nacional brasileira como resultante, significativamente, do caráter de imprecisão étnico-cultural da Península Ibérica, assinalada como uma região de transição entre e a Europa e a África. Imprecisão ainda mais pronunciada em Portugal, permitindo sua identificação com uma espécie de bicontinentalidade que corresponde, em população assim vaga e incerta à bissexualidade do indivíduo. (Freyre, 1950, p. 98) Nesse cenário fronteiriço, favorecedor de uma profusa interpenetração de tradições

as mais díspares – sobressaindo a contribuição árabe –, o português seria gestado como um povo matizado e híbrido, não apenas no tocante aos seus aspectos físicos, mas, sobretudo, quanto aos atributos de sua personalidade e de sua cultura. Um verdadeiro equilíbrio de antagonismos, conforme salienta Ricardo Benzaquen de Araújo (1994, p. 44), traço distintivo da própria sociedade portuguesa e mais tarde infundido às formas de vida de sua colônia americana. E será exatamente essa capacidade de assimilação e acomodação, traduzida na noção de plasticidade, a responsável pela experiência de composição com diferentes povos, decorrendo a constituição de uma nação igualmente híbrida e ambígua no Brasil, igualmente equilibrada nos seus começos e ainda hoje sobre antagonismos. (Freyre, 1950, p. 101) Assim, o caráter não tipicamente europeu do colonizador – em boa medida proveniente da influência moura – e a consequente forma contemporizadora de sua ação nos trópicos tornariam manifesto um aspecto representativo da originalidade da formação nacional brasileira: a de não se ter processado no puro sentido da europeização. (Freyre, 1950, p. 168-169)⁷²

De forma análoga, Sergio Buarque de Holanda também distingue a singularidade da Península Ibérica, advinda de sua condição de zona de fronteira, indecisa entre a Europa e a África. (Holanda, 1991, p. 4) Ali, seria configurada uma sociedade a partir de uma experiência bastante particular, arraigada a um arcabouço cultural próprio, sem tanta correspondência com as tradições mais especificamente europeias. Uma região, portanto, menos carregada, em alguns casos, desse europeísmo que, não obstante, mantém como um patrimônio necessário. (Holanda, 1991, p. 3) Entretanto, se Sérgio Buarque percebe a península, sem dúvida, marcada pela mestiçagem, não é a princípio seu propósito acentuar uma possível influência

72 Analisando mais especificamente o livro *Interpretação do Brasil*, escrito em 1947, o qual condensa argumentos formulados por Gilberto Freyre ao longo da década de 30, portanto abrangendo *Casa-grande e senzala*, Elide Rugai Bastos pondera que, para o autor, *apontar a especificidade da sociedade brasileira significa, principalmente, afirmar o não europeísmo da sociedade ibérica*. (1998, p. 50, ênfases da autora)

moura sobre sua formação social, mas associar sua especificidade à preeminência da cultura da personalidade, que parece constituir o traço mais decisivo na evolução da gente hispânica, desde tempos imemoriais. (Holanda, 1991, p. 4) Essa tradição será transmitida por Portugal à sua colônia na América, incidindo veementemente na elaboração dos costumes e das formas de convívio, e perdurando sob a forma de uma herança longeva que vai marcar a formação da sociedade brasileira e exprimir sua originalidade. Território desbravado e colonizado por personagens investidos de um espírito de aventura, condizente com uma atitude segundo a qual se renuncia a modificar a face do mundo, correlata ao personalismo extremado desdenhoso da ação que implica submissão a um objeto exterior (Holanda, 1991, p. 10), representativa de alguma ameaça à soberania do indivíduo.

Para a antropofagia, teriam sido, de fato, aventureiros os agentes do empreendimento de colonização da costa austral atlântica. Exímios navegadores, ao lado da não menos valorosa ralé dos degredados, penetram as florestas recém-descobertas e procuram devassá-las. Portugal mandou a sobra da sua gente para a ilha estranha. Como condenada (HISTÓRIA [...], 1929). Arredios à atividade laboriosa sistemática e disciplinada, condição à edificação de obra permanente e estável, antes os animava o desejo de encontrar glória e prosperidade sem esforço imoderado. Audazes, displicentes, um caráter exploratório sempre preponderou na consecução de seus propósitos, cujo reflexo é o sentido dispersivo da ocupação dos territórios de além-mar. Semeadores, não os surpreendeu propriamente fundar uma ordem por meio de ação racional e transformadora sobre a natureza hostil, desbravando-a e artificialmente moldando a terra arrasada. Ao contrário, sua inclinação mais característica foi de adaptação ao meio, aptos a conviver com a aridez do clima e do solo, propensos a assimilar práticas nativas, propagadores incontestes da mestiçagem étnica. Prontamente – com o concurso de escravos, à primeira vista os índios –, o povoamento se consuma, sujeito ao fluxo da lascívia, impelido pela dinâmica da

miscibilidade. Encontrados e amados ferozmente, com toda a hipocrisia da saudade, pelos imigrados, pelos traficados e pelos turistas. No paiz da cobra grande (Andrade, 1928, p. 3). Nada afeito à moral do trabalho, as ações do estrangeiro aportado nos trópicos eram destituídas de qualquer ânimo construtor, prevalecendo as contingências de um temperamento preguiçoso, os apanágios de uma concepção de vida nobre. Uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, e até mais nobilitante, a um bom português (...) do que a luta insana pelo pão de cada dia (Holanda, 1991, p. 10). São as origens do Brasil colonial aclaradas por Sérgio Buarque de Holanda, obstáculo interposto ao caminho da modernização e do desenvolvimento autônomo da nação. As mesmas raízes reveladas por Oswald de Andrade, embora, em contraste, para fazer prevalecer sua expressão virtuosa.

Ainda segundo o ponto de vista oswaldiano, no decurso da colonização, a ordem dos jesuítas, arabizada no cadinho étnico ibérico, herdeira dos valores existenciais do invasor bárbaro, vai também infundi-los à civilização brasileira nascente. Seu humanismo, seu espírito guerreiro, sua plasticidade representaram contribuição decisiva à gestação de uma cultura religiosa original na colônia. Missionários obstinados, propagadores de um cristianismo heteróclito, nos roteiros da conquista da América: soldados, mais do que sacerdotes (Andrade, 2011, p. 233). Oradores propensos à composição com os costumes nativos, levando aos limites pagãos dos ritos malabares o seu afã de ecletismo e de comunicação humana e religiosa (Andrade, 2011, p. 231). Foram, na sua lassidão compreensiva (Andrade, 2011, p. 233), os introdutores do catolicismo no Brasil, tingido de tom acentuadamente místico e ritualístico, em afronta à ortodoxia e ao dogmatismo do apostolado romano. Se a unidade cristã medieval se esfacelava ao abalo dos protestos dos pregadores do dogma da predestinação, as legiões de evangelizadores contra-reformados repercutiam, de alguma maneira, a tradição maometana e carregavam para as terras recém-descobertas uma espécie de deus híbrido: o deus único do deserto, deus de caravana, se metamorfosearia transformado no Cristo, em deus de caravela, sob a condução

compreensiva da roupeta jesuíta na direção da conquista da América (Andrade, 2011, p. 233). Remanescente da cultura jesuíta, a nação brasileira surge, no transcurso da era moderna, radicada a um substrato moral singular, configurando uma trajetória contraposta e alternativa às formas de vida elaboradas no seio dos países protestantes.⁷³

Conforme salientado, Casa-grande e senzala sublinha o caráter híbrido, a ambiguidade da constituição da nação portuguesa, fortemente nuançada pelo intercurso com as tradições árabes. O que a cultura peninsular, no largo trecho em que se exerceu o domínio árabe ou mouro (...) guardou da cultura dos invasores é o que hoje mais diferencia e individualiza esta parte da Europa. (Freyre, 1950, p. 387). Legado de um povo miscível e plástico, transmitido ao longo da experiência colonizadora da costa brasileira, surpreendido tanto no fenótipo da gente mestiçada, como nas técnicas agrícolas empregadas nos latifúndios, no colorido da arquitetura e do vestuário, na decoração das casas-grandes, forradas com azulejos reluzentes, na culinária com exageros de azeite, açúcar e ovos, ou ainda no contorno das práticas religiosas. O paganismo de que se tingiu a religião católica no Brasil é remanescente dos atributos dos costumes sarracenos incutidos no português – bem como suas propensões polígamas. No Reino, são patentes as sobrevivências pagãs e as tendências para a poligamia desenvolvidas ao contacto quente e voluptuoso com os mouros. (Freyre, 1950, p. 446) Um cristianismo humano e lírico é cultivado na península, à sombra da moral maometana. (Freyre, 1950, p. 407) Ressalta um tom imaginoso e certo sensualismo nos cultos e na devoção aos santos, tratados com intimidade, frequentemente ressoando invocações por fertilidade ou queixas provenientes de desditas na vida amorosa.

73 Se há uma clara reinterpretação, no ensaio de 1953, da ação dos jesuítas no processo de formação nacional brasileiro, em relação ao ponto-de-vista delineado na *Revista de Antropofagia*, incisivamente detratador, os discursos talvez não estejam propriamente em contradição, pois as virtudes enaltecidas, seus atributos de plasticidade e o realce das práticas rituais que imprimiram ao catolicismo, convergem com a concepção religiosa considerada autenticamente brasileira, cujo significado já havia sido evidenciado e enaltecido nas páginas da *Revista de Antropofagia*. Ademais, o próprio Oswald esclarece: *Quando exalto os jesuítas, de modo algum assumo para com eles um compromisso religioso ou ideológico.* (Andrade, 2011, p. 227).

Traço igualmente sugestivo na elaboração do catolicismo no Brasil, onde as sortes que se fazem na noite ou na madrugada de São João, festejado a foguetes, busca-pés e vivas, visam (...), como em Portugal, a união dos sexos, o casamento, o amor que se deseja e não se encontrou ainda. (Freyre, 1950, p. 442). Santo Antônio é pendurado de cabeça para baixo dentro da cacimba ou do poço para que atenda às promessas o mais breve possível. Os mais impacientes colocam-na dentro de urinóis velhos (Freyre, 1950, p. 442). Comum igrejas se tornarem palco de comemorações alegres, com ocasião para danças e namoros. Um viajante francês presencia, durante o Natal de 1717, celebrado no convento de Santa Clara, na Bahia, freiras dançando e cantando com tal algazarra que (...) chegou a acreditar que estivessem possuídas de algum espírito zombeteiro (Freyre, 1950, p. 443). E surgem festas com cantos entoados ao acorde de violas e farta comida, procissões ornadas e opulentas, sobressaindo músicos, bailarinos e mascarados em saracoteios lúbricos, no Corpus Christi. No ano de 1733, em Minas, formou-se

Verdadeira parada de paganismo ao lado dos símbolos do cristianismo. Turcos e cristãos. A Serpente do Éden. Os quatro pontos cardiais. A Lua rodeada de ninfas. E, no fim, uma verdadeira consagração das raças de cor: Caiapós e negros congos dançando à vontade suas dansas gentílicas e orgiásticas em honra dos santos e do Santíssimo. (Freyre, 1950, p. 446).

Por seu turno, a despeito do teor retórico, ornamental de sua atividade intelectual e pedagógica, do heroísmo do apostolado missionário encetado com admirável firmeza na sua ortodoxia (Freyre, 1950, p. 244), os jesuítas impregnaram sua obra catequética da influência amolecedora da África (Freyre, 1950, p. 170). Os Exercícios espirituais de Loyola são, pelo menos, produtos do mesmo clima místico ou religioso que as manifestações do voluptuoso misticismo dos árabes (Freyre, 1950, p. 169). Seu sistema de evangelização alcançou maior êxito na parte mística, devocional e festiva do culto católico. Na cristianização dos caboclos pela música, pelo canto, pela liturgia, pelas procissões, festas,

dansas religiosas, mistérios, comédias (Freyre, 1950, p. 169). Em suma, a religião se reveste de um sentido comunal, atende a desejos naturais, a necessidades imediatas do homem. Contemporizadora, apelando aos sentidos e a uma aproximação familiar dos fiéis, invade o cotidiano, se integra à vida em seu sentido concreto. Recorrendo ao ponto de vista da antropofagia, seria como se a cultura antropofágica persistisse e se renovasse nesse conjunto de manifestações e práticas, imprimindo um sentido de autonomia e autenticidade ao percurso de elaboração da identidade nacional, porventura ameaçada pelo furor imperialista do europeu.

Sergio Buarque de Holanda igualmente atenta para essa idiosincrasia da religiosidade praticada no Brasil, carregada de forte teor intimista e propensa a ressaltar os aspectos mais exteriores do culto. Frouxo, avesso ao rigorismo, voltado para o concreto e o sensível, um culto favorecedor do estabelecimento de laços emotivos que aproximam o fiel da divindade. Assim, a popularidade de Santa Terezinha entre os brasileiros, interpelada no diminutivo, provém em grande parte da maneira peculiar como expressam sua devoção, consumada por meio de um culto amável e quase fraterno, que se acomoda mal às cerimônias e suprime as distâncias. (Holanda, 1991, p. 110) Carreado para o plano da experiência religiosa, trata-se, afinal, de manifestação do caráter de pessoalidade das relações sociais, conduzindo a uma humanização dos santos e investindo as cerimônias de um sentido de informalidade e irreverência. Distante, portanto, o ritualismo austero e hierarquizado, no caso mais condizente com a elaboração de um sentimento religioso verdadeiramente substantivo. Aqui, ao contrário, prevalece uma religiosidade de superfície, incapaz de produzir qualquer moral social poderosa. (Holanda, 1991, p. 111) Afinal, conforme relata Auguste de Saint-Hilaire, em São Paulo, na semana santa de 1822, às solenidades o povo comparece como se fosse a um folguedo. (Holanda, 1991, p. 111) Enquanto, mais adiante, seria possível testemunhar as ruas apinhadas de gente, que corria de igreja a igreja, mas somente para vê-las, sem o menor sinal de fervor.

(Holanda, 1991, p. 111) Uma vivência da religião interpretada com reservas, portanto, por se apresentar como entrave à constituição de vínculos sociais sólidos entre a população nacional.

GUERRA HOLANDESA: VITÓRIA DO ÓCIO SOBRE O NEGÓCIO

Segundo a perspectiva antropofágica, o drama da resistência à ocupação da capitania de Pernambuco pelos holandeses, no século XVII, perfilou a gente nacional mestiçada ante o invasor exótico, superior em armas, aportado no litoral nordestino. A façanha heroica da expulsão do conquistador batavo ratificou o destino da colônia como abrigo de uma experiência civilizacional ímpar no Ocidente. Ademais de um episódio de expressão de soberania política, representou o triunfo sobre uma cultura sem correspondência com a realidade nacional, a prevalência de uma visão de mundo indiferente aos ideais calvinistas dos novos colonizadores. O que de mais importante há nessa perdida campanha dos trópicos é ter ela colocado em face da vitoriosa Reforma, uma concepção oposta de vida – a trazida e sustentada pela Contrarreforma (Andrade, 2011, p. 262). Acomodados às fronteiras da Europa reformada, os Países Baixos reverberavam o utilitarismo materialista burguês, centrado na produção com vistas ao máximo acúmulo de riquezas, esteio da ordem capitalista embrionária. Enquanto o humanismo jesuíta ostentava valores de igualdade e universalismo, favorecendo a emergência de uma configuração social porosa à manifestação de componentes de uma existência ociosa, aprazível, talvez mais fraterna.

Na Guerra Holandesa vencia, evidentemente, uma compreensão lúdica e amável da vida, em face dum conceito utilitário e comerciante. Era o ócio em face do negócio. O ócio vencia a áspera e longa conquista flamenga, baseada no primeiro lucro e na ascensão inicial da burguesia. O Deus bíblico, cioso, branco e exclusivista era batido (...) por uma massa órfica,

híbrida e mulata a quem a roupeta jesuítica dera as procissões fetichistas, as litanias doces como o açúcar pernambucano e os milagres prometidos. (Andrade, 2011, p. 270)

A América portuguesa permanecia alheia ao avanço do protestantismo no Ocidente e em consonância com suas raízes nativas. O ideal de vida ascético, por meio do trabalho extenuante, para a glória de Deus, não encontrou ambiente à sua propagação entre os habitantes da colônia. Preguiçosos no mappamundi do Brasil (Andrade, 1928, p. 3), foram surdos aos clamores de um deus tirânico pela transformação do mundo, cuja adesão persistente e coroada de êxito é traduzida como sinal de bem-aventurança eterna.

A moral puritana criava um homem rígido, austero, comedido nos gestos, metódico na consecução de seus desígnios, devotado à práxis intramundana como missão ditada pela providência. Um ser abstraído de sua natureza, impedido o trânsito pelos caminhos permissivos à manifestação da espontaneidade que remete ao fluxo dos instintos. Impera o preceito ético de trabalhar para a aquisição de riquezas como um fim em si mesmo, sem a contrapartida da fruição sob as formas condenáveis do consumo desmedido, do luxo ostentatório, do ócio improdutivo, dos prazeres carnavais. Pois, resolutamente, a finalidade dessa perseverança, que deve ser silenciosa, é triunfar do quanto há de instintivo e irracional em cada um, triunfar das paixões e subjetividades do homem 'natural' (Weber, 2004, p. 134). A ênfase na produção, o acúmulo contumaz de bens atrofiam o consumo, procrastinado ad aeternum em suas expressões de despesa supérflua destinada a satisfazer impulsos primários, indicativas de desvio de uma conduta racional ascética. O desperdício de tempo, a dissipação de energia e posses na atmosfera boêmia das tascas e das festas, permeada pelo frêmito da dança e o bulício dos jogos, tornam-se desprezíveis, avessos às prédicas propaladoras da ética protestante. O sinal da graça recaía na austera vigilância ao mandamento de perseverança e avidez na obtenção de conquistas materiais por meio do trabalho, dispensáveis, por inócuas,

as formas aparatosas e místicas dos sacramentos e cerimônias, distintivas da religiosidade católica. A salvação não se consumava pelo apelo a um meio mágico-sacramental de qualquer espécie (...), mas somente pela comprovação em uma conduta de tipo específico, inequivocamente distinta do estilo de vida do homem 'natural' (Weber, 2004, p. 139).

Era o triunfo do ócio sobre o negócio que ressaltava no malogro da campanha militar holandesa em território pernambucano, onde as ladainhas (...) derrotaram a iluminação interior e a ascese (Andrade, 2011, p.276). Perduravam uma cultura religiosa e uma concepção de mundo enraizadas em um substrato referido à ordem dos afetos e dos sentidos, constitutivo de práticas de colorido ritualístico penetradas de dramaticidade e superstição, integradas aos aspectos mais corpóreos da existência. Incompatíveis com a rispidez e a desumanidade do culto protestante, favorecedor da impessoalidade e da solidão do indivíduo em seu agônico afã de comunicação com a divindade transcendente. Lutero foi decididamente contra o culto exterior – essa comunicação pública, essa intimidade com Deus – confrarias, peregrinações, encenação, aparato e totemismo (Andrade, 2011, p. 276). Manifestações representativas da singularidade da religião brasileira, fincada na realidade, incorporada e reagindo ao ambiente, alheia a construções e fórmulas derivadas do reino do abstrato. Entre nós não ha disto. O homem não desaderiu á terra. Seu pensamento religioso foi construído com material humano. Dentro de uma linha biológica (BOPP, 1929). Assoma, antes, a prevalência de práticas e experiências cujo sentido requer o concurso de impulsos naturais instintivos, a manifestação do desejo de consumo e ostentação, de dilapidação de riquezas, oposta à dinâmica corrente da produção⁷⁴ e distintiva de uma concepção de vida presidida pelo ócio, em consonância com as tradições nativas.

74 Conforme a noção de que a atividade humana não se reduz a processos de produção e conservação, correlatos ao consumo como uso do mínimo necessário à sua efetivação, mas abarca também experiências que respondem a necessidades de fruição imoderada, sem fins aquisitivos ou utilitários e manifestas na forma de "despesa" improdutiva. (Cf. Bataille, 1967)

A inadaptação da população nacional aos preceitos e práticas do calvinismo trazido pelos holandeses em seu empreendimento colonizador do nordeste brasileiro é mencionada por Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*. Não apenas o trabalho missionário era dificultado pelo fato de ser realizado em língua neerlandesa, prontamente revelada pouco exitosa para tal fim, mas, sobretudo, pela incompatibilidade entre o sentido mais celebratório da experiência religiosa nativa e a irrelevância de artifícios externos à fé típica do protestantismo. Diferente do catolicismo, mais bem-sucedido, com todas as ressalvas, na obra de evangelização dos ditos infiéis, a religião reformada (...) não oferecia nenhuma espécie de excitação aos sentidos ou à imaginação dessa gente, e assim não proporcionava nenhum terreno de transição por onde sua religiosidade pudesse acomodar-se aos ideais cristãos. (Holanda, 1991, p. 35) Enfim, não havia correspondência entre a religiosidade aqui praticada e a natureza severa e pouco comunicativa do culto protestante, logo transparecendo, igualmente, sua reduzida disposição em compor com a cultura local, em um movimento de adaptação ou mesmo de assimilação de suas peculiaridades. A esse culto faltava, justamente, a simpatia transigente e comunicativa que a Igreja Católica, sem dúvida mais universalista ou menos exclusivista do que o protestantismo, sabe infundir nos homens (Holanda, 1991, p. 36), comprometendo decididamente os resultados dos esforços dos pregadores flamengos junto aos indígenas e africanos de Nova Holanda. Trata-se, na verdade, de aspecto da ausência de plasticidade característica do colonizador holandês, em contraste com o português, desprovido de qualquer orgulho de raça (Holanda, 1991, p. 36) e, portanto, reconhecidamente mais permeável às sugestões do meio e mais propenso à absorção de tradições alheias.

Os holandeses seriam, afinal, portadores de uma moral em tudo avessa àquela orientadora das ações do colonizador português no Novo Mundo. Embora nada plásticos, sobressaíam em espírito de empreendimento metódico e coordenado, em capacidade de trabalho e em coesão social. (Holanda, 1991, p. 32) Inaptos para fundar a prosperidade

da terra nas bases que lhe seriam naturais, ambicionavam, de alguma forma, transformar a face do mundo, aspecto visível em seu empenho de fazer do Brasil uma extensão tropical da pátria européia. (Holanda, 1991, p. 34) Ao contrário, investido de um realismo chão característico, o português prezava um tipo de conduta voltada para a obtenção de resultados sem muito esforço, na verdade, animada pelo exercício daquele bom senso amadurecido na experiência, que faz com que as obras humanas tenham mais de natureza do que de arte. (Holanda, 1991, p. 80) Assim, a América portuguesa teria sido colonizada sob o impulso não de uma ética do trabalho, mas de uma ética da aventura, aos seus protagonistas importando, sobretudo, alcançar riqueza fácil e imediata, um tanto distante o ímpeto de fundar uma ordem mais estável e permanente, fruto da ação sistemática e industriosa. Em suma, avultando seu caráter de feitorização, a exploração dos trópicos não se processou, em verdade, por um empreendimento metódico e racional, não emanou de uma vontade construtora e enérgica: fez-se antes com desleixo e certo abandono. (Holanda, 1991, p. 12)

Uma atitude correlata à cultura religiosa constitutiva de Portugal. Presa a seu catolicismo ancestral, a Península Ibérica não seria abalada pelas transformações na vida econômica derivadas da renovação moral processada nos países reformados, que havia tornado a dedicação perseverante a uma profissão o dever supremo a ser cumprido pelo cristão. Fundamentalmente, os povos protestantes vieram a ser portadores de uma ética do trabalho que contrasta singularmente com a das nações predominantemente católicas. (Holanda, 1991, p. 114) Nestas, a vida profissional não adquire o sentido de uma vocação, não sendo referida pelos termos Beruf ou calling, de tonalidade marcadamente religiosa e indicativos justamente da reverência a um chamado divino. Chamado que impõe a disciplina e a constância como marcos éticos fundamentais e torna condenáveis a preguiça, o luxo e o prazer na consecução pelo fiel de sua missão terrena. Na ausência de tais atributos morais, jamais será facultado ao português o cultivo das chamadas virtudes econômicas representativas

do desenvolvimento de uma mentalidade propriamente capitalista, prevalecendo, ao fim, relações de cunho pessoal e afetivo no âmbito do mercado, inimigas de seu ordenamento em bases racionais e abstratas. Com efeito, não se configura a mentalidade capitalista se desacompanhada de certas virtudes econômicas que tendam a contribuir decisivamente para a racionalização dos negócios. Virtudes como a honorabilidade e a exatidão, diversas da lealdade devida a superiores, amigos e afins. (Holanda, 1991, p. 97) Dessa forma, o trabalho não assume, entre a gente portuguesa, a condição de um valor em si, tampouco se erige em fonte primordial de constituição da sociabilidade, importando-lhes antes desfrutar uma existência ociosa, desdenhosa das atividades produtivas.

Ressalta a noção de que o ócio se sobrepõe ao negócio em importância, não cabendo ao trabalho, portanto, conferir sentido à ação humana e desempenhar a função de promover uma sistematização da vida. Ao contrário, o ideal é de celebração de um cotidiano voltado para a satisfação despreocupada de apetites e necessidades imediatos, segundo uma atitude perdulária e imprevidente. Por essa razão, é pertinente o seguinte comentário de um humanista, anotado em Lisboa no início do século XVI: se há algum povo dado à preguiça sem ser o português, então não sei onde ele exista. (Holanda, 1991, p. 19) Muito mais afeito a hábitos contemplativos, desapegado dos valores próprios do mundo da produção, novamente se esboça um contraste com a moralidade dos povos protestantes, pois enquanto estes

preconizam e exaltam o esforço manual, as nações ibéricas colocam-se ainda largamente no ponto de vista da antiguidade clássica. O que entre elas predomina é a concepção antiga de que o ócio importa mais que o negócio e de que a atividade produtora é, em si, menos valiosa que a contemplação e o amor. (Holanda, 1991, p. 10)

Não prevalece uma inclinação para o estabelecimento de uma rotina industriosa, que requer a ação monótona e disciplinada, mas o

apreço por um tipo de conduta mais desregrada, ditada pela ocasião, concomitante ao gosto das riquezas alcançadas sem custo.

Essa cultura, preservada nos preceitos doutrinários da Companhia de Jesus, adversa ao florescimento da moral do trabalho, será transplantada à América portuguesa, marcando profundamente o processo de formação da sociedade brasileira. À frente dessa instituição de origem nitidamente ibérica, os jesuítas vão combater os princípios predestinacionos (Holanda, 1991, p. 9) e encetar esforços no sentido de propagar a fé católica no novo mundo, tornando o Brasil uma fronteira da Contra-Reforma. (Machado, 1976, p. 180) Impondo seu espírito ao mundo católico, desde o Concílio de Trento (Holanda, 1991, p. 9), a Companhia seria portadora de uma ética peculiar – oposta à protestante – transmitida às possessões coloniais portuguesas no continente americano. Refratária à dignificação pelo trabalho e à impessoalidade como fundamento da constituição de laços sociais, o enraizamento dessa ética conduzirá à inadequação da solidariedade brasileira ao espírito da racionalidade capitalista burguesa. (Machado, 1976, p. 179)⁷⁵

De fato, é patente a percepção da elaboração de uma experiência civilizacional distinta da realizada em função das repercussões econômicas provenientes da propagação da moral protestante. Para Oswald de Andrade, o Brasil representa o que resta da cultura jesuítica (Andrade, 2011, p. 223), correspondendo justamente a uma concepção de vida, uma visão de mundo não comprometidas com os valores das conquistas materiais e do avanço técnico. Ao contrário, marcada pela já aludida lassidão compreensiva dos jesuítas (Andrade, 2011, p. 233) essa cultura conduziria ao moroso caminho destinado aos povos que ficaram na catolicidade. (Andrade, 2011, p. 227)

⁷⁵ É a temática weberiana de *A ética protestante e o espírito do capitalismo* que transparece na argumentação de Sérgio Buarque, conforme salienta Brasil Pinheiro Machado (1976). Para o autor, naquela rápida alusão ao Concílio de Trento está um dos pontos chave para o desenvolvimento da problemática de *Raízes do Brasil*, pois que é aí que seu autor identifica uma ética religiosa diretamente oposta à 'ética protestante'. (Machado, 1976, p. 179) Essa afinidade com as teses de Max Weber também é identificada, mais recentemente, por importantes comentadores da obra de Holanda, como Monteiro (1999) e Wegner (2000).

Por seu turno, alentadora do espírito burguês, a Reforma contribuiria para criar a mentalidade moderna e o progresso do homem na sua caminhada histórica. (Andrade, 2011a, p. 407). Recorrendo à denominada hipótese das latitudes oswaldiana, à oposição entre o negócio e o ócio vai corresponder, grosso modo, o contraste entre a faixa setentrional do globo, que abrange as nações responsáveis pelo desenvolvimento econômico, e as regiões tropicais, incluindo o Brasil, onde o ideal humano é o ócio e não o trabalho, e a vida vegetativa supera a vida civilizada. (Andrade, 2011a, p. 442) Analogamente, seria ainda possível associar essa zona tropical à vigência da economia do ser, dádiosa e pródiga⁷⁶, contraposta à economia do haver, caracterizada pelo acúmulo de riquezas e pela busca do lucro próprios do espírito burguês, prevalente no hemisfério norte. (Andrade, 2011a, p. 420)

Em suma, a proposta antropofágica abarca uma clara contraposição à noção da existência de uma via única de acesso ao moderno. Segundo o conjunto de imagens e interpretações aqui apresentado, o Brasil surge justamente como um experimento civilizacional singular, contraposto a um determinado sentido convencional do moderno e do civilizado, atrelado às categorias racionalidade, trabalho e individualismo. Uma nação constituída em torno de valores e formas de convívio com forte apelo aos afetos e às emoções, favorecedores do comportamento mais espontâneo ou menos calculado, bem como referidos a um substrato de cultura e de tradições marcado pela miscigenação, incompatível com os componentes definidores de um “europeísmo” estrito e destoante dos princípios conformadores de um modelo mais típico de civilização ocidental. Acabam, de fato, sobressaindo os aspectos ambíguos, ambivalentes do processo de formação nacional brasileiro, dotados de

76 É perceptível alguma correspondência com o sistema de trocas regido pela “moral do dom” e constitutivo da vida social de certos grupos ditos primitivos, conforme a análise de Marcel Mauss (2001), cujos atos – calçados na generosidade, embora não puramente desinteressados – se investem de um sentido solene e são perpetrados segundo uma lógica da rivalidade através do dispêndio ostentatório de bens, representativa de relações de tipo não expressamente mercantil, mas sobretudo movidas pela aquisição de honra e prestígio.

positividade pelo discurso antropofágico e percebidos como manifestações de uma experiência singular de inserção na modernidade.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Oswald de. A marcha das utopias. *In: _____*. **A utopia antropofágica**. São Paulo: Globo, 2011. p. 220-298. (Obras completas).
- ANDRADE, Oswald de. Manifesto antropófago. **Revista de Antropofagia**, primeira dentição, n. 1, maio 1928. Ed. fac-sim.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Guerra e Paz**: Casa-Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- BASTOS, Elide Rugai. Iberismo na obra de Gilberto Freyre, **Revista USP**, São Paulo, n. 38, p. 48-57, jun/ago. 1998.
- BATAILLE, Georges. La Notion de dépense. *In: _____*. **La Part maudite**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1967. p. 23-45.
- BOPP, Raul. Yperungaua. **Revista de Antropofagia**, São Paulo, 2. dentição, n. 5, abr. 1929. Ed. fac-sim.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1950. 2v.
- HISTÓRIA DO BRASIL EM 10 TOMOS, **Revista de Antropofagia**, segunda dentição, n.4, abr. 1929. Edição fac-similar.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.
- MACHADO, Brasil Pinheiro. Raízes do Brasil: uma re-leitura, **Estudos Brasileiros**, Curitiba, v.1, n. 2, p.163-260. 1976.
- MAUSS, Marcel. Essai sur le don: forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques. *In: _____*. **Sociologie et anthropologie**. Paris: Presses Universitaires de France, 2001. p. 143-279.
- MONTEIRO, Pedro Meira. **A queda do aventureiro**: aventura, cordialidade e os novos tempos em *Raízes do Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- WEGNER, Robert. **A conquista do Oeste**: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

15

Isabel Foletto Curvello

A obra de Manoel Bomfim e o pensamento decolonial:

o conceito de Parasitismo Social
como um antecessor
da Teoria da Decolonialidade

DOI: [10.31560/pimentacultural/2022.95736.15](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2022.95736.15)

INTRODUÇÃO

Este artigo surge da constatação da semelhança entre o parasitismo social, conceito criado por Manoel Bomfim, e as teorias que compõem a Decolonialidade. Nesse sentido, o texto tem por vistas retomar alguns pontos apresentados pelo autor que escreveu no início do século XX e o movimento latino-americano mais recente.

Dentre as várias propostas que convergem, estão o conceito de parasitismo com a dicotomia Modernidade/Colonialidade, e a defesa de Bomfim sobre a predominância na América Latina de uma característica falta de observação da nossa realidade, cuja semelhança com a teoria da Colonialidade do Saber é bastante clara. Além disso, destaca-se a similaridade entre a Colonialidade do ser, um dos eixos constitutivos da Teoria Decolonial e a condenação do povo definida em A América Latina: males de origem.

Tais similaridades foram encontradas a partir de uma abordagem indutiva, uma vez que se explorou com profundidade a obra do autor sergipano, estabelecendo algumas hipóteses e conceitos a partir de então. Após, foram realizadas as comparações com a teoria da Decolonialidade, com base nas construções do Grupo Modernidade/Colonialidade, com base em uma pesquisa fundamentalmente bibliográfica.

Ao fim do artigo, pretende-se discutir a proposta de Bomfim de instrução do povo e relacioná-la com algumas práticas latino-americanas recentes que têm por objetivo elaborar um conhecimento emancipatório e independente de categorias que foram criadas na Europa e pensadas para a Europa.

O GRUPO MODERNIDADE/ COLONIALIDADE (M/C)

O Movimento Modernidade/Colonialidade surgiu no fim dos anos 1990, com o objetivo de renovar as ciências sociais na América Latina, defendendo uma opção decolonial de compreensão e atuação no mundo. Segundo Luciana Ballestrin (2013, p. 89), trata-se de uma opção que é epistêmica, teórica e política, que parte da premissa de que o mundo é marcado pela colonialidade nos diferentes níveis da vida.

Embora o debate sobre o pós-colonialismo já existisse antes dos anos 90, é especialmente nessa época que o Grupo M/C se constitui como uma radicalização do argumento pós-colonial. Nesse contexto, a ideia de pós-colonialismo, difundida principalmente através dos Grupos de Estudos Literários e Culturais nos anos 80, é precursora do que depois será proposto pelo Grupo M/C, sobretudo em função da compreensão de que existe uma relação antagônica entre o colonizador e o colonizado (BALLESTRIN, 2013, p. 91).

Desse modo, na forma de um ramo autônomo do pós-colonialismo, o Movimento M/C traz em seu cerne a ideia fundamental do movimento pós-colonial, relativa à compreensão do antagonismo que existe na relação colonial. Contudo, sua distinção reside justamente no fato de que, assim como outros autores, o grupo M/C entrou na chamada Guerra da Ciência, isto é, o movimento de descobrimento e revalorização das teorias e epistemologias do Sul (BALLESTRIN, 2013, p. 104). Além disso, *aquilo que é original dos estudos decoloniais parece estar mais relacionado com as novas lentes colocadas sobre velhos problemas latinoamericanos do que com o elenco desses problemas em si* (BALLESTRIN, 2013, p. 108).

Em outras palavras, o trabalho do grupo M/C busca intervir nos discursos das ciências modernas, para configurar outro espaço de

produção de conhecimento, estabelecer um paradigma outro que vai na contramão das narrativas modernas, exemplificadas pelo cristianismo, pelo liberalismo, e pelo marxismo (ESCOBAR, 2003, p. 53). Sucintamente, a proposta é a construção de uma alternativa à modernidade eurocêntrica, tanto no seu projeto de civilização quanto em suas propostas epistêmicas (OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p. 18).

Portanto, uma maneira de definir esse Movimento é a partir de sua relação com o Pós-Colonialismo, embora exista uma espécie de recusa à filiação a essa corrente. Somado a isso, é crucial compreender esse movimento desde a ideia de antagonismo e interdependência entre aquilo que se define como Modernidade e o que se define como Colonialidade (MIGNOLO, 2017), cuja relação será explicada nos próximos capítulos.

De todo modo, o que propõe o Movimento M/C é, assim como o fez, mesmo que indiretamente, Manoel Bomfim, uma revisitação das terminologias previamente estabelecidas nas ciências sociais, tal qual elucidado no próprio Manifesto Inaugural do Grupo, de 1998. Isso, porque a sua principal contribuição se reverte em um anseio por romper com a naturalidade com a qual atribuímos valor universal ao conhecimento que se produz no Ocidente, no Centro (LEDA, 2014, p. 06).

No entanto, o Grupo ainda é carente em relação a alguns debates, sobretudo no que concerne às discussões sobre a Colonialidade no caso brasileiro (BALLESTRIN, 2013, p. 110), haja vista a predominância dos autores oriundos da América Hispânica dentro do Movimento. Até em função disso, este trabalho foca na apresentação da obra de falar a partir de uma realidade brasileiro, fez uma análise original e abrangente sobre a colonização em toda a América Latina.

PARASITISMO E COLONIALIDADE DO PODER

O primeiro ponto de convergência entre a obra de Bomfim e a teoria Decolonial se refere ao conceito de Parasitismo social e à dicotomia Colonialidade/ Modernidade, proposta teórica elaborada pelos intelectuais Aníbal Quijano e Walter Dignolo, dois dos mais importantes intelectuais do Grupo M/C. Nesse sentido, explicá-las torna-se necessário para compreender as semelhanças referidas.

O primeiro conceito se constitui de uma proposta teórica inovadora que surge a partir de uma analogia com leis biológicas. Para Bomfim (que se utiliza do exemplo de um crustáceo), os parasitas, à medida que passam a viver do trabalho alheio, degeneram-se, pois não precisam aperfeiçoar seus órgãos e habilidades. Ademais, ao invés de nutrirem sentimentos de solidariedade, nutrem o sentimento do roubo e da extorsão do trabalho do outro.

Nesse aspecto, o autor expõe que as grandes nações ultramarinas, Portugal e Espanha, degeneraram-se e, desse modo, apesar de terem sido as primeiras a chegar à América, não se desenvolveram tanto quanto outras nações europeias. Tal afirmação é exemplificada pelo seguinte trecho:

O espanhol, que apenas iniciara o seu parasitismo sobre a América, por essa forma depredadora, adaptou logo as suas tendências e apetites naturais às condições novas que se lhe ofereciam. Enquanto houve riqueza acumulada, ele foi depredador, guerreiro, conquistador. Esgotaram-se as riquezas, ele fez-se imediatamente sedentário. Colheu os restos de populações índias sobreviventes às matanças e fê-las produzir riquezas para ele – cavando a mina ou lavrando a terra. Acabou o parasitismo heroico, começa o sedentarismo, regime sob o qual a decadência se acentua e a degeneração se manifesta. (BOMFIM, 1905, p. 64)

Nessa perspectiva, o autor explica com bastante clareza de que forma a metrópole espanhola explorou a colônia e, em consequência

disso, degenerou-se. Ele vai ainda mais longe ao afirmar que a causa primeira de qualquer decadência é o parasitismo, o qual pode culminar em uma nação perdida, quando se junta à opressão absoluta e ao embrutecimento da massa popular. (BOMFIM, 1905, p. 242).

Além de ser nocivo ao parasita, que deixa de progredir socialmente, o parasitismo prejudica o parasitado, nesse caso, as colônias, sobre cujo trabalho se dá a exploração feroz e que sofre com efeitos manifestados em todos os aspectos da vida social, isto é, econômicos, políticos, morais e sociais. Afirma Bomfim sobre a consequência do parasitismo na colônia:

Mais de uma vez, porém, este equilíbrio se rompe, e as classes inferiores são devoradas também, diretamente ou indiretamente, pelo parasitismo; e, então a nação decai de todo; pode mesmo desaparecer. Em certos casos, é porque a rapacidade, a exploração das classes superiores é tão feroz e bárbara que vem a matar de fome e de cansaço – de miséria, em suma – a classe parasitada, ao mesmo tempo, que a tirania e o autoritarismo a mantém na ignorância e abjeção primitivas. Muitas das nações orientais pereceram assim, rolando de decadência em decadência, até serem escravizadas por outras. Em outros casos, é porque as próprias classes inferiores caem também no parasitismo, e têm assim de sofrer os mesmos efeitos degenerativos que as classes elevadas (BOMFIM, 1905, p.82).

Diante de tal, pode-se dizer, a partir do desenvolvimento da obra de Bomfim, que as nações latino-americanas pereceram devido a ambas as causas, já que tanto foram exploradas ferozmente e mal instruídas, quanto acabaram caindo também no parasitismo e reproduzindo a degeneração sofrida pela metrópole. Segundo o autor, as repúblicas sul americanas, oprimidas pelas nações ibéricas, viverão por muito tempo em conflito consigo mesmas.

Assim, pode-se fazer a comparação do parasitismo social com a dicotomia Modernidade/ Colonialidade, uma vez que ambos os conceitos representam categorias que se constroem a partir da outra, ou

seja, o parasita que se constrói e atrofia a partir da exploração do parasitado, e a Modernidade, que só ocorre graças à Colonialidade.

Torna-se, pois, necessário explicar a referida dicotomia, que origina e que explicita, em parte, o movimento da Decolonialidade. Segundo afirma Mignolo, a Colonialidade é a outra face da Modernidade. Essa última sendo construída pela justificação da expropriação, exploração e todo tipo de violência em nome de uma salvação cristã ou de um renascimento e progresso secular (MIGNOLO, 2015, p. 383).

Em um segundo momento, destaca-se a similaridade entre a obra de Bomfim e a Colonialidade do Poder, proposta teórica elaborada por Quijano e que, segundo ele, pode ser definida como *a classificação social da população mundial de acordo com a idéia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo* (QUIJANO, 2005, p.117) .

Nesse sentido, destaca-se que as relações de trabalho se vinculam à ideia de raça, o que explica, por exemplo, o fato de os europeus associarem os negros e os indígenas – considerados inferiores pela Europa – ao trabalho escravo. A partir de tal, compara-se a teoria de Quijano com a obra de Bomfim e observa-se uma semelhança nos seguinte trechos dos textos de Bomfim:

[...] como em todos os tempos, os homens não se apresentavam no mesmo estado de desenvolvimento social e econômico: havia uns mais adiantados do que outros, uns já decaídos, outros ainda na infância; e, sem hesitar, traduziram eles esta desigualdade atual, e as condições históricas do momento, como a expressão do valor absoluto das raças e das gentes – a prova da sua aptidão ou inaptidão para o progresso (BOMFIM, 1905, p.192).

[...] Em termos sociais, o parasitismo produziu uma série de castas. Nos campos, o colono fazendeiro, arremedo do senhor

feudal, constituiu desde logo uma fidalguia territorial, pretensiosa, arrogante, brutal, ignorante e onipotente, sobre a camada de escravos, índios ou africanos. Nos interstícios dessa malha de feudos, uma população de mestiçagem, produto de índios e negros, negras e refugos de brancos, indígenas e escravos revéis, uma mescla de gentes desmoralizadas pela escravidão ou animada de rancores, uma população vivendo à margem da civilização, contaminada de todos os seus vícios e defeitos, sem participar de nenhuma das suas vantagens, reduzida ao viver rudimentar das hordas primitivas (BOMFIM, 1905, p.104).

A similaridade se dá, portanto, na constatação de Bomfim de que o parasitismo produziu as diferenças sociais entre determinadas castas, as quais se dividiam em raças; o colono fazendeiro – ibérico – e o escravizado – indígenas e negros.

Ademais, outro forte ponto de convergência é a crítica que ambos os autores, tanto Bomfim quanto Quijano, fazem do Estado-Nação, considerando-o quase como uma instituição social colonial. Nesse sentido, expõe o autor brasileiro que nunca pudera se formar na América Latina um Estado verdadeiramente nacional, tendo em vista que ele existe aqui como uma instituição à parte, que desconsidera as necessidades da sociedade; na verdade, ele impõe-se sobre ela e entra em conflito com ela, tudo em nome dos direitos e prerrogativas da Coroa (Metrópole). Expõe Bomfim:

Eis o Estado: uma realidade à parte, em vez de ser um aparelho nascido da própria nacionalidade, fazendo corpo com ela, refletindo as suas tendências e interesses. As autoridades sentem que têm uma razão de existir fora da vida normal do país, pois que elas encarnam um organismo que tem existência e faculdades próprias; e fazem valer as suas prerrogativas, defendem-nas, tratam naturalmente de fortalecê-las... Apesar disto, mesmo formando uma realidade à parte, o Estado poderia aproximar-se da nação, se o regime seguido se inspirasse efetivamente nos interesses e necessidades naturais do país; mas, não: as autoridades só viam os interesses da metrópole, e estes eram justamente contrários aos da colônia (BOMFIM, 1905, p.144).

Cabe ressaltar, portanto, a semelhança entre a concepção de Bomfim sobre o Estado e a teoria de Quijano, a qual define o Estado-Nação como uma das instituições hegemônicas da existência social, juntamente com a família burguesa, a empresa e a racionalidade eurocêntrica. Segundo o autor:

Nações e Estados são um velho fenômeno. Todavia, aquilo que chamamos de moderno Estado-nação é uma experiência muito específica. Trata-se de uma sociedade nacionalizada e por isso politicamente organizada como um Estado-nação. Implica as instituições modernas de cidadania e democracia política (QUIJANO, 2005, p. 130).

Diante de tal, é perceptível a semelhança entre as formas de pensar o Estado de ambos os autores, tendo em vista que os dois criticam o fato de ele ser uma instituição pensada sem considerar a realidade latino-americana. Conforme expõe Quijano, o Estado-nação é uma espécie de sociedade individualizada que se constitui de uma estrutura de poder e, ao mesmo tempo, de um produto do poder. Assim, enquanto tal instituição social se guiar por parâmetros externos à nossa realidade, não será possível identificar e resolver os verdadeiros problemas nacionais. (QUIJANO, 2005, p. 15).

COLONIALIDADE DO SABER E PARASITISMO

A Colonialidade do Saber se define, segundo Catherine Walsh, como o *posicionamento do eurocentrismo como a única perspectiva do conhecimento, que descarta a existência e viabilidade de outras racionalidades epistêmicas* (WALSH, 2008, p.137). Trata-se, portanto, de uma racionalidade que ignora os saberes dos povos originários e formas distintas de perceber a realidade, servindo, assim, como um instrumento de dominação.

Nesse sentido, a obra de Bomfim é bastante relevante no que concerne à crítica da aplicação de teorias europeias, que desconsideraram a diferente realidade na América Latina. Ele ressalta o fetichismo pelo bacharelismo e a falta de observação do ambiente, que se constitui no traço dominante no caráter sul-americano, pois são utilizados muitas fórmulas e axiomas de autores estrangeiros, que, ao serem aplicados aqui não têm o resultado esperado.

Diz o autor que *a ciência se reduz à leitura; as competências medem-se pelas bibliotecas, traduzem-se por discursos, e afirmam-se pela erudição* (BOMFIM, 1905, p. 126). Ademais, defende que os Códigos e as Constituições que regulam a vida dos latino-americanos são baseadas em disposições de outros países, e não na realidade americana. Vale destacar ainda que Bomfim defendia que a espoliação e o trabalho escravo acarretavam a perversão do senso moral e o horror ao trabalho livre, diferentemente de muitos sociólogos da época que justificavam a escravidão com a ideia de que os negros e índios não possuíam racionalidade adequada. Assim, expõe o autor:

Lutas contínuas, trabalho escravo, estado tirânico e espoliador – qual seria o efeito de tudo isto sobre o caráter das novas nacionalidades? Perversão do senso moral, horror ao trabalho livre e à vida pacífica, ódio ao governo, desconfiança das autoridades, desenvolvimento dos instintos agressivos. Neste sistema de colonização tinham achado as metrópoles o ideal de vida política e econômica; manter as colônias sob o mesmo regime era a garantia da subsistência (BOMFIM, 1905, p. 110).

Fica evidente, desse modo, que esse sistema espoliador da colônia era a forma pela qual a metrópole mantinha seus ideais políticos e econômicos, o que manifesta claramente que o “colonizar do saber” também é um elemento de poder, sobre o qual a metrópole dominava e se mantinha.

PARASITISMO E COLONIALIDADE DO SER

Pode se definir a Colonialidade do ser como a inferiorização e desumanização de determinado grupo por outro, para, assim, justificar a violência. Ela se refere aos impactos na linguagem que a experiência da colonização deixou. Assim, surge a ideia de que o “ser alguém” está vinculada a uma racionalidade formal, a qual permite que o ser possa ser chamado de civilizado (MALDONADO-TORRES, 2007).

A partir de tal colonialidade, surgem diversos elementos que compõem a vida social na América Latina e que não passam de ideias forjadas para manter claras relações de poder. Essa afirmação se evidencia, por exemplo, na percepção de que negros e indígenas são inferiores e, por isso, pode ser submetidos à violência, de que o Estado será formado a partir de um modelo europeu, que Frantz Fanon chamaria de uma imitação caricatural de formação de Estado (FANON, 1968, p. 275), dentre outros.

Ainda sobre esse “colonizar do ser”, vale dizer que há uma certa internalização de uma estrutura opressora, que ocorre através de alguns mitos. Estes colocam a civilização moderna como o cume de um estágio evolutivo o qual, na verdade, reproduz a história da Europa. Nesse sentido, o filósofo Henrique Dussel, outro dos mais importantes intelectuais do grupo M/C, apresenta – e desconstrói, quando possível – alguns dos mitos que sustentam esta estrutura da Modernidade. O autor expõe os seguintes mitos:

1. A civilização moderna autodescreve-se como mais desenvolvida e superior (o que significa sustentar inconscientemente uma posição eurocêntrica).
2. A superioridade obriga a desenvolver os mais primitivos, bárbaros, rudes, como exigência moral.

3. O caminho de tal processo educativo de desenvolvimento deve ser aquele seguido pela Europa (é, de fato, um desenvolvimento unilinear e à europeia, o que determina novamente, e de modo inconsciente, a falácia desenvolvimentista).
4. Como o bárbaro se opõe ao processo civilizador, a práxis moderna deve exercer em último caso a violência, se necessário for, para destruir os obstáculos dessa modernização (a guerra justa colonial) (DUSSEL, 2005, p. 30).

Assim, Dussel expõe os mitos da Modernidade e, a partir de tal, mostra como a ideia de Modernidade que se concebeu é uma ideia europeia, uma vez que estabelece como moderna o modelo de civilização ao qual a Europa conseguiu chegar e com o trajeto que apenas a Europa seguiu. Desse modo, assim como já fora desconstruído pela teoria da dicotomia Modernidade/Colonialidade, nota-se que a percepção de desenvolvimento e de civilização que se tem hoje não é nada mais do que o que Dussel denomina “falácia desenvolvimentista”, um processo que, evidentemente, deu-se através de muitas violências.

Nesse sentido, é no eixo da “Colonialidade do Ser” que se encontra um importante ponto de convergência entre a Teoria Decolonial e a obra de Bomfim. O seguinte trecho explicita muito bem que o autor sergipano, em pleno início do século XX, já criticava a inferiorização do nacional em detrimento do europeu e o fato dessa inferiorização internalizar na consciência do colonizado, a ponto de ele acreditar que era inferior.

Depois que um estrangeiro qualquer, ignorante das condições sociais do homem, do povo na América do Sul, o denunciou como preguiçoso e incapaz de trabalhar, o pobre do americano não achou mais salvação. Pouco importam todas as qualidades de resistência e sobriedade que ele possui; pouco importa que lhe falte, apenas, a educação do trabalho e a instrução; foi condenado, e todos repetem a condenação, sem um instante de reflexão, sem atenuantes (BOMFIM, 1905, p. 132).

Além de desmitificar a inferiorização do nacional, Bomfim critica o que ele chama de condenação do povo, já que dizer que o povo é incapaz é, inconscientemente, condenar-se a si mesmo, tendo em vista que as classes dominantes o educaram e o fizeram; se há problemas, é culpa de quem não o soube educar. (BOMFIM, 1905, p. 136).

A EDUCAÇÃO – INSTRUÇÃO – DO POVO COMO REVOLUÇÃO

Por fim, é de extrema relevância a obra de Bomfim no que concerne à temática da educação. É característica de sua obra a percepção de que os males da nação se devem à falta de instrução do povo. Diferentemente de muitos autores da época, Bomfim defende que a massa popular não é ignorante, porque o fator raça assim a fez, mas sim porque lhe falta instrução; não se trata de não trabalhar, mas de não conhecer as técnicas para melhor aproveitar o esforço. Diz o autor:

É pela difusão da instrução, criando um meio intelectual mais largo e mais elevado, tornando possível a propaganda de cada ideal, formando novos campos de atividades, onde se desfoguem os espíritos combatentes e ardorosos – é por esse meio que se obterá a transformação dessas lutas: elevando suficientemente o nível intelectual das populações, porque não se prestam a quanto levante a caudilhagem prepara, porque não vão bestialmente atrás de todo o ambicioso que as convida para assaltar o governo, pronto a espingardeá-la depois. Enquanto não derem à massa popular essa instrução, continuando a pesar sobre as sociedades esta influência nefasta do passado, as lutas materiais persistirão, concorrendo para fazer estas nacionalidades cada vez mais infelizes. Só há paz quando um elemento consegue dominar por completo o outro (BOMFIM, 1905, p. 228).

Bomfim explica com bastante clareza que até mesmo o espírito guerreiro das populações, os quais se devem à forma revoltante como

são exploradas, será reduzido à medida que ela for educada, à medida que sua ignorância for combatida. Não se trata de qualquer educação, mas uma educação social que se volte aos interesses coletivos, que cultive as inclinações altruísticas, que comente as injustiças (BOMFIM, 1905, p.253). Trata-se, portanto, de uma educação libertadora da massa popular, pois essa é a responsável por manter a possibilidade de futuro das nacionalidades.

Nesse aspecto, encontra-se um dos pontos de maior inovação da obra de Bomfim e de maior semelhança com a teoria Decolonial, tendo em vista que tal teoria tem como um dos principais objetivos pensar maneiras alternativas de conhecimento, novas epistemologias, que sejam libertas de categorias eurocentradas cuja carga de preconceitos e violências é enorme. Constitui um movimento que se propõe, acima de tudo, a desvincular-se dos conceitos ocidentais de conhecimento e pensar alternativas que não ignorem valorizem todos os tipos de saberes, desde o dos povos originários aos oriundos da Academia.

CONCLUSÃO

Considerando a proposta desse artigo de relacionar a obra de Bomfim com a teoria Decolonial, percebe-se que há diversos pontos de convergência no pensamento do autor do início do século XX com a teoria que surgiu já no século XXI. Apesar de utilizar denominações diferentes, Bomfim trata com muita clareza e atualidade problemas que fazem parte da realidade latino-americana e que se devem, em grande parte, ao colonialismo.

Vale ressaltar que Manoel Bomfim é genial – e marginal para a época – ao elaborar uma teoria que vincula uma lei biológica a uma lei social, ao contrário de outros que escreveram na mesma época que

tentavam justificar com teorias biológicas, a exemplo Darwinismo Social, a exploração de outras raças. Ademais, Bomfim desmitifica as características que se atribuem às raças e que as inferiorizam, o que o aproxima muito da obra Decolonial.

Diante da constatação das semelhanças, pode-se considerar o autor sergipano, criador da teoria do Parasitismo social, um antecessor do que hoje se denomina Movimento Decolonial, a faceta latino-americano do movimento que analisa e questiona os efeitos do colonialismo. Tendo em vista que a Teoria Decolonial ainda é incipiente nos países de colonização portuguesa, vale dizer que Manoel Bomfim é até mesmo um precursor da teoria Pós-colonial, mais especificamente Decolonial, no Brasil.

REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522013000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 31 jan. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>.

BOMFIM, Manoel. **A América latina: males de origem** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 291 p. ISBN: 978-85-99662-78-6.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e Eurocentrismo. *In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D1200.dir/5_Dussel.pdf. Acesso em: 31 jan. 2021.

ESCOBAR, Arturo Mundos y conocimientos de otro modo. El programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. **Tabula Rasa**, Bogotá, n.1, p. 51-86, 2003. ISSN: 1794-2489. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39600104>. Acesso em: 31 jan. 2021.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

LEDA, Manuela Corrêa. **Teorias pós-coloniais e decoloniais: para repensar a sociologia da modernidade**. 2014. 47 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília.

MALDONADO-TORRES, Nelson. "Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto". In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSFOGUEL, Ramon (coords.) **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

MIGNOLO, Walter D.. Colonialidade: O Lado Mais Escuro Da Modernidade. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 32, n. 94, e329402, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092017000200507&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 31 Jan. 2021 <https://doi.org/10.17666/329402/2017>.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educ. rev.**, Belo Horizonte , v. 26, n. 1, p. 15-40, Apr. 2010 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982010000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 31 Jan. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982010000100002>.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4386378/mod_folder/content/0/Quijano%20Colonialidade%20do%20poder.pdf?forcedownload=1. Acesso em: 31 jan. 2021.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, Plurinacionalidad y Decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 131-152, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n9/n9a09.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

16

Jessica Almeida Fontes

Marcela de Oliveira Pessôa

Carla S. S. Esquivel

Pedro Henrique Santos de Sales

Stefany Ferraz Sousa

o imaginário social brasileiro: notas do Império à Segunda República

O presente artigo se baseia em pesquisa bibliográfica realizada na disciplina “Política Contemporânea Brasileira”, oferecida pela professora Dr.^a Marcela Pessoa, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Apresentamos, para tanto, um panorama do pensamento social e político a partir de teóricos que contribuíram de forma determinante para a construção do imaginário social do Brasil durante o período do império à República Velha. Os supracitados teóricos consistem em Joaquim Nabuco, Tavares Bastos, Alberto Torres, Francisco Campos, Oliveira Viana, Victor Nunes Leal, e Simon Schwartzman.

O imaginário social brasileiro se constitui, de forma generalizada, pelo entrelaçamento de questões sociais, econômicas e culturais que se evidenciam na formação da sociedade brasileira – e no próprio movimento de tentativa de concretização desses conceitos.

Neste sentido, esta reflexão se inicia com Joaquim Nabuco e seu pensamento monarquista constitucional, traz a emblemática questão do *fim patriótico* do partido (NABUCO, 2000), que, através de reformas no cenário político brasileiro, pudessem integrar os homens livres criminalmente escravizados. Este autor era um declarado abolicionista e defendia que o estado de escravidão era prejudicial à vida do país em todos os sentidos, desde o favorecimento da monocultura e exploração da própria população à decadência política e econômica associada ao nosso atraso perante o quadro internacional e latino-americano. Tal como pontua:

Quando mesmo a emancipação total fosse decretada amanhã, a liquidação desse regime só daria lugar a uma série infinita de questões, que só poderiam ser resolvidas de acordo com os interesses vitais do país pelo mesmo espírito de justiça e humanidade que dá vida ao abolicionismo. Depois que os últimos escravos houverem sido arrancados ao poder sinistro que representa para a raça negra a maldição da cor, será ainda preciso desbastar, por meio de uma educação viril e séria, a lenta estratificação de trezentos anos de cativo, isto é, de despotismo, superstição e ignorância. O processo natural pelo qual a

escavidão fossilizou nos seus moldes a exuberante vitalidade do nosso povo durante todo o período de crescimento, e enquanto a nação não tiver consciência de que lhe é indispensável adaptar à liberdade cada um dos aparelhos do seu organismo de que a escravidão se apropriou, a obra desta irá por diante, mesmo quando não haja mais escravos. (NABUCO, 2000, p. 4).

A partir disso, o autor traça como se desenhou a oposição ao sistema escravista, tendo como ponto de partida a proibição ao tráfico negreiro, que resultaria na diminuição gradativa da população escravizada, por meio da mortalidade. O processo seguiu com a Lei do Ventre Livre e, por último, o Abolicionismo em si, pontuando ainda que *só este resolve o verdadeiro problema dos escravos, que é a sua própria liberdade* (NABUCO, 2000, p. 4). Entretanto, acrescenta que esse não é o único papel do abolicionismo (que chamou de tarefa imediata), pois deve agir ainda com efeito de apagar os efeitos persistentes do passado escravocrata.

Em suma, a partir desse contexto, surge uma nova concepção de história e política para o Brasil (NABUCO, 2000), visto que dessa forma o Partido Abolicionista se preocuparia em *antes de discutir qual o melhor modo para um povo ser livre de governar-se a si mesmo [...] trata de tornar livre a esse povo, aterrando o imenso abismo que separa as duas castas sociais em que ele se extrema* (NABUCO, 2000, p. 7). Sendo assim, reforça a ideia que para o desenvolvimento do país o abolicionismo deveria ser a escola primária dos outros partidos (NABUCO, 2000).

Um autor influente no pensamento de Nabuco fora Tavares Bastos, que entendia que os costumes são determinantes para a caracterização de um povo. Essa perspectiva se encontra na sua definição segundo a qual o Brasil expressa a fisionomia de sua Metrópole, assim, teríamos incorporado valores da sociedade quase falida que era Portugal – que demonstrava à época, segundo o autor, grande tendência ao absolutismo. Sobre essa crítica a herança ibérica na constituição de uma identidade nacional, Bastos aponta que:

Se alguma coisa explica o embrutecimento do Brasil até o começo do século presente, a geral depravação e bárbara aspereza de seus costumes, e, portanto, a ausência do que se chama de espírito público e actividade empreendedora, é de certo o systema colonial. Não recai sobre Portugal somente esse crime de ignorância e egoísmo, mas, é inegável que em parte alguma foi o regime observado com mais severidade e mais solícita avareza do que a metrópole (BASTOS, 1939, p. 31).

Em decorrência disto, enfatizava que os valores escravocratas eram a “corrupção dos costumes” (BASTOS, 1939), de forma que a escravidão consistiria em “alteração completa da ordem natural do trabalho” (*idem*, p. 30). Desta forma, o teórico se apresenta como liberal moderado, na medida em que defende o livre sufrágio – por influência de Stuart Mill –, a diplomacia interamericana e reforma agrária parcial (apenas para imigrantes). Foi também um precursor do federalismo no Brasil, por defender a descentralização administrativa durante o Segundo Reinado.

Enfim, nota-se ainda que questões até então colocadas em evidência são atualmente muito valorizadas, como os chamados “bons costumes” e a proposição de uma nova ordem aristocrática, em nome da política, como uma casta superior e mais preparada. Os supracitados termos também se encaixam na narrativa de Alberto Torres, que traz um novo elemento: o escoamento das qualidades do comércio e a ausência de sua acumulação no mercado brasileiro, mostrando que:

O aumento das nossas exportações e importações não traz senão a expressão da troca dos produtos e dos próprios elementos e forças produtivas das nossas terras virgens, por coisas fúteis, solicitadas pela nossa vaidade, ou que se fazem necessárias justamente por causa da nossa incúria [...] Toda a nossa fictícia circulação econômica é obra, assim, de uma federação de feitorias, que, desde as vendas do interior até às casas de importação e de exportação, as estradas de ferro, as fábricas, o comércio intermediário e os bancos — em mãos, quase totalmente, de estrangeiros — não fazem senão remeter

para o exterior, em produtos, lucros comerciais, industriais bancários, rendas de várias naturezas, a quase totalidade do frutos da nossa terra. As duas verbas da exportação e de importação equivalem para a nossa economia a verbas de passivo, e de um passivo colossalmente precário, enormíssimamente lesivo. É isto, e só isto, que está em progresso, entre nós, acarretando, com imensa perda para a terra, e com o abatimento e a desmoralização do povo, o prolongamento, na vida mundial, da corrente de fenômenos que, havendo dado causa às guerras e revoluções do passado, provocarão d'aqui por diante, se não forem tolhidos, ainda maiores e mais desastrosos conflitos. (TORRES, 2002, p. 18 – 19).

Ao contrário de Tavares Bastos, que defendia uma comunicação direta e submissa às “sociedades civilizadas”, o nacionalista Alberto Torres fez críticas pertinentes às relações de subserviência mantidas entre Brasil e outros países ditos desenvolvidos, que dificultaram a “soberania real do país”.

Além de ter colaborado no governo do terceiro presidente do Brasil, escreveu sobre a relevância do que chamava de estrangeirismo, que seria a importação da literatura, dos modelos educacionais e de outros elementos culturais que ratificam fatores da colonização. Para ele, esta vai desde a educação e os costumes, à relação com a terra, fonte de trabalho e renda. Em decorrência disto, sugeria o fortalecimento do país mediante a conservação do território pela educação econômica e do trabalho.

Este autor também foi um dos primeiros a trazer as contradições entre a relação do homem com a natureza e entre senhores exploradores e trabalhadores vulneráveis no que tange ao desenvolvimento nacional. Neste mesmo sentido, se faz a crítica em relação à importação do modelo republicano, visto que no Brasil não haveria um “espírito nacional”, equivalente ao espírito público do qual outros autores citam, e que a sugestão do modelo republicano é artificial por ser distanciado das massas.

Outro teórico de significativa importância no pensamento social brasileiro fora Francisco Campos, redator da quarta constituição brasileira e também do Ato Institucional nº1 de 1964. Sua densa obra e atuações durante a carreira política revelam seus ideais sobre a necessidade pungente de uma aristocracia reformista do poder político. Para ele, a democracia era um regime utópico, de forma que a sociedade moderna conduz não ao Estado Democrático, mas ao Estado totalitário. Assim, ele firma sua concepção e legado antiliberal, afirmando que a ditadura é o regime político das massas, visto que estas anseiam por um líder cuja personalidade atenda à sua identificação e aspirações de governo.

Um destaque importante na visão deste autor se mostra ser sua percepção da política como pertencente às outras formas de cultura; se consolidando como resultado de uma cultura de massa.

As massas encontram-se sob a fascinação da personalidade carismática. Esta é o centro da integração política. Quanto mais volumosas e ativas as massas, tanto mais a integração política só se torna possível mediante o ditado de uma vontade pessoal. O regime político das massas é o da ditadura. A única forma natural de expressão da vontade das massas é o plebiscito, isto é, voto-aclamação, apelo, antes do que escolha. (CAMPOS, 2008, p.31).

Campos (2008) completa que a pressão exercida pelas massas resultou em uma crise no regime democrático, ocasionado pelo afastamento das ideologias liberais. O autor consagra, com estas declarações, um pensamento político embasado no autoritarismo republicano que se consolidou no cenário sociopolítico brasileiro. Com escritos como O Estado Nacional (na qual se encontram os trechos referentes a este autor neste artigo), conferiu pretensa legitimidade às medidas autoritárias do Estado Novo, pois atuou conjuntamente à máquina pública neste período.

As condições de que resultou essa crise interna das instituições democráticas tendem, necessariamente, a desenvolver o seu poder de decomposição dos resíduos liberais, estendendo a

outros termos, entre os quais se venha a estabelecer um estado agudo de conflito, a imunidade à discussão, já decretada pela democracia em relação a certas questões em torno das quais veio a criar-se um estado mais acentuado de tensão ou de ênfase emotiva da opinião pública [...] Desta maneira, crescendo a tensão entre os métodos liberais da democracia e as forças a que se recusa o uso dos instrumentos democráticos, cresce, também, a contingência, para as instituições democráticas, de recorrer ao emprego, em escala cada vez maior, dos processos irracionais de integração política [...] A consequência do desdobramento desse processo dialético será [...] deslocado, com velocidade crescente, o centro das decisões políticas da esfera intelectual da discussão para o plano irracional ou ditatorial da vontade (CAMPOS, 2008, p.43-44).

Seguindo a tendência de seus antecessores de defesa da aristocracia, surge Oliveira Vianna; defensor de um autoritarismo maquiavélico, isto é, colocado de forma gradativa, intermediado pelo presidente com um poder moderador, que poderia romper a dualidade entre “senhoriais e parentais”, numa tentativa de “despartidarizar” os poderes executivos – tomados pelo que o autor identifica como clãs.

A partir disso o autor traz várias considerações a respeito do “idealismo utópico” que tanto as elites políticas quanto os juristas detinham e que, portanto, demonstrava o caráter que por um lado era dado à legalidade e por outro à realidade do país. Isto é, o fracasso legislativo (direitos elaborados pela elite) estava sempre na ordem dos direitos costumeiros do povo (direitos criados pela massa).

Nos países anglo-saxônicos, em que a técnica legislativa consiste principalmente em buscar esse direito elaborado pela massa (common law) para cristalizá-lo em leis (acts, statutes), esta “anexação” é um processo normal na formação do direito legal. Nos países, porém, como o nosso, não regidos pelo direito costumeiro, não se dá o mesmo o direito elaborado pelas elites, consubstanciado na lei e nos Códigos, difere sensivelmente do direito elaborado pela sociedade, na sua atividade criadora de normas e regras de conduta. Esta discordância chega mesmo, às vezes, a incompatibilidades radicais, que

acabam revogando ou anulando a lei, isto é, a norma oficialmente promulgada (VIANNA, 1999, p. 44).

A discussão teórica acerca do imaginário político brasileiro permite compreender sua base, sobretudo, em teóricos reformistas que pensavam em como a sociedade brasileira poderia avançar para uma sociedade cujos costumes fossem coerentes às suas práticas políticas e econômicas ideais. Todavia, Victor Nunes Leal (2012) põe em questionamento, numa das primeiras obras da moderna Ciência Política brasileira, a relação entre *compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido*.

[...]concebemos o “coronelismo” como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. (LEAL, 2012, p. 23).

Leal retorna para a análise de um fenômeno pontual que ocorreu no Brasil, o coronelismo, quando o país já estava em vias de tornar-se república. O autor faz este movimento motivado pelo questionamento do porquê os *fatos produziram sempre uma acentuada concentração e unificação de poder* (idem, 2012) – se referindo ao poder centralizado que direta ou indiretamente favorece determinadas classes e seus interesses.

Nesse sentido, a finalização se valerá da análise de Simon Schwartzman (2007, p. 83) acerca das *propostas de organização dos conhecimentos e de interpretação dos fatos que apresenta*. Conquanto a isto, salienta que o imaginário social brasileiro não se constitui apenas de “singularidades” e que pode (e deve) ser estudada por uma perspectiva analítica genérica e não por uma perspectiva *sui generis*. Assim, sua colaboração se efetua na construção de fenômenos políticos – pois não necessariamente seriam questões únicas ao Brasil.

Portanto, é válido enfatizar que, como mencionado anteriormente, Schwartzman não defende uma singularidade brasileira, mas propõe uma leitura genérica para entendimento das questões políticas do Brasil, afinal, a falta de correspondência entre as estruturas formais e a sociedade, se dá pelo fato de nosso modelo institucional ser uma transposição de um modelo criado internacionalmente – em maior parte nas sociedades hegemônicas culturalmente.

De acordo com essa perspectiva as elites são culturalmente alienadas, e o sistema político é criado não em cima de interesses e preferências de grupos políticos determinados, mas em função de modelos estrangeiros mais ou menos prestigiosos. A consequência, de acordo com Oliveira Vianna era não somente a falta de correspondência entre as estruturas formais de poder e o sistema formal de ordenação jurídica, mas também uma grande discrepância entre um modelo de organização política que pressupõe alto níveis de agregação de interesses e uma população preocupada com temas nacionais por uma parte, e uma cultura política em que o horizonte dificilmente ultrapassavam o nível local e os interesses mais imediatos, por outra (SCHWARTZMAN, 2007, p. 50).

Dessa forma, após entrar no mérito da experiência política tradicional no Brasil, o autor revela que na *arena política* – espaço que os diferentes grupos expõem suas demandas – as disputas de recursos privilegiam mais um grupo do que outros, sendo monopolizada, e que são de práticas como essas que estão instauradas as bases do autoritarismo.

[...] e cada setor, grupo ou classe social se apodera de recursos disputados na arena política segundo sua capacidade de mobilização econômica e política. No outro extremo, prevalece o monopólio; as posições de poder são estabelecidas de forma tal que existe pouco espaço para disputas, que, quando ocorrem, tendem a ser circunscritas e privatizadas por grupos funcionais e especializados. Trata-se, em síntese, da forma corporativa típica de participação e organização política (SCHWARTZMAN, 2007, p. 109).

Dito isso, ao se debruçar nas teorias que reduzem as discussões dos problemas sociais, políticos e/ou econômicos no Brasil como sendo de caráter das classes sociais, o autor ainda define que isto é um equívoco, pois, afirma Schwartzman (2007, p. 83) o primeiro e mais simples (nível de resposta à objeção) é que as classes sociais não são o único aspecto “real” do sistema social. A exemplo disso, nota-se que no discurso político é comum uma neutralidade na questão dos interesses de classes (privilegiando a *condição de status*), logo, a classe é um fator secundarizado no Brasil, e isso se deve à *estrutura de cooptação* latente.

No entanto, apesar de toda essa problemática localizada na constituição e formação do Brasil, Schwartzman – ao contrário da interpretação de Raymundo Faoro – faz uma leitura engajada na possibilidade de mudança da questão do *patrimonialismo tradicional* no Brasil. Em linhas gerais, na perspectiva do autor, posterior de uma análise da totalidade é que poderemos construir, a partir da tradição brasileira, a realidade política, a fim de explorar os limites dessa perspectiva, sua adequabilidade e poder explicativo e, ao mesmo tempo, mostrar algo de suas origens no pensamento social (SCHWARTZMAN, 2007, p. 83).

Partindo de tais considerações, é possível notar que a tradição do pensamento social e político brasileiro tem profundas bases liberais, e muitas vezes atravessadas pelo autoritarismo. Outro ponto que se destaca é o apelo a uma suposta moralidade, firmamento dos bons costumes, e uma admiração constante das “sociedades mais avançadas”, em referência aos países hegemônicos no sistema econômico global. Salientar estes pontos e características, assim como seus respectivos autores e momentos sócio-históricos, é de suma importância para a análise do pensamento social e político de nosso país ainda hoje. No regate das bases desse pensamento e sua constituição, tal como as ambições visadas naqueles períodos, pode-se entender ideias que atualmente se repetem e foram formadoras de tradições políticas no Brasil.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Tavares. **Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional**. Disponível em: <http://www.ebooks-brasil.org/eLibris/chicocampos.html>. Acesso em: 23 mar. 2020.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**: O Município e o Regime Representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000.

SANTOS, Marco Antônio Cabral dos. Francisco Campos: Um Ideólogo para o Estado Novo. *In*: **Locus: Revista de história**. Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 31-48, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do Autoritarismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2007.

TORRES, Alberto. **O Problema Nacional Brasileiro**. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/torresb.html>. Acesso em: 23 mar. 2020.

VIANNA, Oliveira. **Instituições Políticas Brasileiras**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.

17

João Pedro Silva dos Santos

dois momentos da trajetória crítica de Jean-Claude Bernardet

INTRODUÇÃO⁷⁷

No início dos anos 1980, o Núcleo de Estudos e Pesquisas da FUNARTE coordenou e financiou uma série de estudos sobre o “nacional” e o “popular” na produção artístico-cultural brasileira. O resultado destes estudos foi a coletânea *O Nacional e o Popular na Cultura Brasileira*⁷⁸, cujo fascículo sobre o pensamento cinematográfico ficou a cargo de Jean-Claude Bernardet e Maria Rita Galvão. A partir de um estudo genealógico do uso dessas categorias no cinema brasileiro, o qual compreendia depoimentos, entrevistas e críticas cinematográficas do início do século XX até a década de 1970, os pesquisadores observaram que os “conceitos de ‘nacional’ e de ‘popular’ são quase extensivos à própria história do cinema brasileiro e das idéias cinematográficas no Brasil” (BERNARDET; GALVÃO, p. 11), sofrendo inúmeras inflexões com o passar dos anos, com formulações que vão desde o senso comum até conceitualizações mais complexas.

Segundo o levantamento de fontes primárias e secundárias destes pesquisadores, o imbricamento das duas categorias teria ocorrido a partir dos anos 1950 no pensamento cinematográfico brasileiro (Ibidem, p. 62). Analisando os embates jornalísticos neste período, Bernardet e Galvão identificam e categorizam dois polos antagônicos, o primeiro em torno da companhia cinematográfica Vera Cruz, o segundo, em torno da revista *Fundamentos*. Na imprensa e nos congressos de cinema, os críticos e cineastas dos dois polos se atacavam mutuamente:

77 Trabalho apresentado na Área Temática “Nacionalismos, Modernismos e Modernidades”. O artigo que ora se apresenta é parte de uma pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), orientada pelo Prof. Dr. Marco Antonio Perruso e financiada pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

78 Publicada em 1983, a coletânea compreende fascículos sobre o “nacional” e o “popular” na literatura, na música, nas artes plásticas, na televisão e no cinema, além de uma edição com os seminários que Marilena Chauí ministrou para os demais pesquisadores. Para uma apreciação crítica desta coletânea, cf. SANTOS, 2013.

O primeiro lado malha a burrice nacionalista do outro, o favorecimento ao mau cinema por defender uma legislação inepta, a má fé ao manipular os congressos dos quais as resoluções finais refletem as posições de *Fundamentos* e adjacências. O outro lado malha o cosmopolitismo do primeiro, seu espírito decadente e deletério, sua subserviência diante do imperialismo. (Ibidem, p. 63)

Diretamente vinculada ao aparelho político-cultural do PCB, *Fundamentos* era uma revista mensal editada na cidade de São Paulo (RUBIM, 1995, p. 33). “Revista de Cultura Moderna”, como se apresentava, começou a ser publicada em junho de 1948, e teve um total de 36 números até sua última edição, em novembro de 1955⁷⁹. No início dos anos 1950, as páginas da revista dedicadas ao cinema passam a ser ocupadas por um grupo de jovens cineastas e críticos cinematográficos interessados em discutir os rumos de nossa produção audiovisual, discussões que sempre tomavam como referência estética os filmes neorrealistas produzidos na Itália do segundo pós-guerra.

A Vera Cruz, por sua vez, era o maior estúdio de cinema da América do Sul, um grande projeto da burguesia paulista, que, no entanto, não durou muitos anos: inaugurado em 1949, o estúdio declarou falência em 1954. Projeto de dois grandes empresários de ascendência italiana, Francisco Matarazzo Sobrinho e Franco Zampari, o estúdio localizava-se em São Bernardo do Campo, no ABC paulista, e tinha como padrões de orientação o caráter empresarial, a produção industrial e o *star system* do cinema clássico hollywoodiano (ORTIZ, 2001, pp. 43-46).

A partir do que chamaram de “análise ideológica” das ideias de “nacional” e “popular” no pensamento cinematográfico brasileiro, Bernardet e Galvão afirmam que se possa deduzir dos textos dos críticos e

79 Há informações controversas acerca destes dados. Segundo Rubim, a revista começa a ser publicada “em julho de 1948 e edita 40 números até desaparecer, em 1955”. Cf. RUBIM, op. cit., p. 33. Por outro lado, Catani afirma que *Fundamentos* “foi editada ao longo de pouco mais de seis anos (junho/1948 a outubro/1954), tendo saído 35 números da publicação”. Cf. CATANI, 2003, p. 89. Diante das inconsistências em ambas as informações, apresentamos os dados coletados na Biblioteca Nacional Digital (<http://memoria.bn.br/>).

cineastas ligados a *Fundamentos* “uma concepção genérica” do povo, uma postura ideológica que tomava o povo como matéria e destinatário dos filmes. O papel do cineasta consistiria em colocar “o povo ao alcance do povo”, operação tautológica que só teria sentido em razão da consciência que o cineasta atribuía a si mesmo. Assim, o elemento determinante no filme “enquanto popular e enquanto nacional é basicamente a sua consciência [do cineasta]”, sem que se questione o papel assumido pelos meios de produção (ou seja, a produção audiovisual dentro da lógica de produção capitalista) ou a posição do profissional de cinema neste mercado. Sobre o papel do Estado na equação povo-matéria, povo-destinatário e cineasta, os pesquisadores identificam nos textos não apenas o interesse de apoio institucional e financeiro, mas até mesmo a possibilidade de que essa formação de consciência seja promovida pelo Estado (BERNARDET; GALVÃO, ob. cit., p. 87).

Dois aspectos nestas deduções chamam atenção. O primeiro diz respeito ao fato dos pesquisadores apresentarem Nelson Pereira dos Santos como uma exceção a elas. Articulista da revista *Fundamentos*, Nelson Pereira compartilhava de muitos dos axiomas de seus colegas, tais como a determinação do popular pelo conteúdo do filme – o roteiro deveria privilegiar nossa literatura, nosso folclore, a história de nosso povo e de suas lutas – e a crítica ao cosmopolitismo de nossa burguesia (Ibidem, pp. 66-83). Entretanto, analisando a tese de Nelson Pereira para o I Congresso Paulista do Cinema Nacional, realizado em 1952, os pesquisadores afirmam que sua formulação seria internamente mais coerente que a de seus pares.

Intitulada “O problema do conteúdo no cinema brasileiro”, a tese se distinguiria por ter estabelecido relações de necessidade entre o elemento popular, o sucesso comercial e a consequente conquista de mercado, impedindo, assim, que a consciência fosse o fator exclusivo de determinação do “nacional” e do “popular”:

Articulam-se, claramente, na colocação de Nelson, as características populares e a conquista de mercado; povo e público deixam de ser entidades confusas, mas entidades diferenciadas que tendem a coincidir, pois o público pagante se vê na tela enquanto povo; por decorrência, também fica claro que a conquista de mercado não se dará com filmes de que o público/povo esteja ausente, portanto a burguesia cosmopolita vinculada ao imperialismo não terá condição de efetuar esta operação de conquista de mercado, já que ela não pode fazer cinema popular. (Ibidem, p. 75)

Ainda que se reconheça na formulação desta tese uma coerência interna inexistente nas demais, o projeto de pesquisa não dizia respeito a uma “análise ideológica” dos textos em seu conjunto? Partindo da categoria de análise dos próprios pesquisadores, a qual abarcava todos os articulistas ligados, direta ou indiretamente, à revista *Fundamentos*, não seria o caso de analisar as ideias compartilhadas por aqueles agentes na formulação de um sentido de “nacional” e “popular”, em vez de buscar uma coerência interna em cada tese ou crítica cinematográfica?

Todas as ideias defendidas por Nelson Pereira em sua tese para o congresso paulista estavam dispersas em textos de Carlos Ortiz e Alex Viany, por exemplo, o que se pode constatar na própria exposição dos pesquisadores⁸⁰. Se Nelson Pereira conseguiu sistematizar ideias dispersas em seu grupo, elaborar um argumento internamente coerente e conquistar a aprovação desta tese pelos seus pares no referido congresso, não seria o caso de avaliar o texto em diálogo com as demais teses e críticas cinematográficas?

O segundo aspecto que desperta atenção diz respeito ao papel do Estado na produção cinematográfica. Para embasar suas deduções, os pesquisadores apoiam seus argumentos em alguns silogismos, uma vez que a relação cinema-Estado havia sido pouco tratada na revista. Assim, quando Viany afirma que o apoio do governo ao

80 Cf. BERNARDET; GALVÃO, ob. cit., pp. 62-87

cinema nacional é demagógico, visto que nada de efetivo havia sido feito para implementar a produção e limitar a importação de fitas estrangeiras, deduz-se que “o cinema precisa do amparo estatal e que é dever do governo dar esse amparo” (Ibidem, p. 83). Quando os articulistas da revista rejeitam o projeto do então presidente Getúlio Vargas para a criação de um Instituto Nacional de Cinema (INC), Bernardet e Galvão não veem inconsistência ou a necessidade de matizes em suas deduções, pois os articulistas apenas rejeitaram o que julgavam ser “uma solução de cúpula e fascista”⁸¹ (Ibidem, pp. 83-84).

O exercício silogístico torna-se emblemático na análise de um artigo de Rodolfo Nanni sobre o Instituto Nacional de Cinema da União Soviética (URSS)⁸², único artigo da revista que abordou a relação cinema-Estado diretamente, segundo os pesquisadores (Ibidem, p. 84). Nanni apresenta as qualidades da escola de cinema e afirma que, ao contrário dos jovens soviéticos, os brasileiros não tinham acesso a nada, “a não ser a submissão aos desígnios de uma burguesia reacionária e decadente”, e conclui que apenas “um governo democrático e popular poderá proporcionar aos jovens brasileiros a Escola, o Instituto donde sairão os futuros mestres do cinema brasileiro” (NANNI apud BERNARDET; GALVÃO, ob. cit., p. 84). Eis a conclusão a que chegam os pesquisadores:

O que permite entender que ao Estado cabe cumprir uma tarefa que poderia ser cumprida pela burguesia, não fosse ela decadente. O futuro de um cinema nacional e popular encontra-se portanto na dependência do Estado, pois, quando Nanni fala

81 O julgamento dos críticos pecebistas pode soar como um disparate nos dias atuais, mas é compreensível em seu contexto histórico. Cerca de uma década antes da referida avaliação, no dia 13 de janeiro de 1937, Getúlio Vargas havia sancionado a famigerada Lei nº 378, a qual reorganizava todo o Ministério da Educação e, entre outras medidas, criava o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE). Dirigido por Edgard Roquette-Pinto, o instituto tinha forte inspiração no Escritório do Reich para Filmes Educacionais – *Reichsstelle für den Unterrichtsfilm* (RfdU) (SOUZA, 2001, pp. 160-161)

82 O artigo de Nanni era sobre a famosa escola de cinema de Moscou, Instituto Gerasimov de Cinematografia, que não guarda nenhuma semelhança com o projeto do INC brasileiro.

em “mestres do cinema brasileiro”, é naturalmente a este tipo de cinema que se refere (Ibidem, p. 84).

Há dois processos de transferência neste silogismo: 1) das tarefas da burguesia para a intervenção estatal; 2) da autoimagem dos cineastas para o Estado. Em relação à primeira transferência, cabe destacar que o artigo é sobre uma escola de cinema da URSS e que, na opinião de Nanni, só conquistaríamos semelhante instituto através de uma “democracia popular” (como eram chamados os regimes socialistas do leste europeu). Em relação à segunda transferência, parte-se do pressuposto de que os cineastas atribuíam-se uma consciência que poderia revelar o povo a si mesmo. Assim, a reivindicação de uma formação pelo Estado resultaria na possibilidade de que essa consciência fosse fornecida pelo próprio Estado (em outras palavras, uma ideologia de Estado). Silogismo bastante problemático, sobretudo quando observamos que as premissas não partem do texto de Nanni, mas do conjunto de textos escritos pelo grupo ligado a *Fundamentos*.

Retomarei estas questões mais adiante. No momento, cabe destacar apenas o modo como, em certos momentos, as ambiguidades na análise das fontes primárias são solucionadas por “concepções prévias”. De imediato, pode-se observar um certo diálogo com outros trabalhos destes pesquisadores⁸³. A partir da análise da trajetória crítica de Jean-Claude Bernardet, tratarei de demonstrar como estas soluções, longe de se pautarem em concepções prévias, foram na verdade o resultado de apostas político-normativas⁸⁴ dentro de novos contextos político-sociais.

83 Cf. BERNARDET, 1979, 2007; GALVÃO, 1981. A análise sobre o polo ligado à Cia. Cinematográfica Vera Cruz é explicitamente baseada na tese de doutorado de Maria Rita Galvão, a qual resultou no livro *Burguesia e Cinema: O caso Vera Cruz* (1981).

84 Toma-se aqui o sentido de aposta proposto por José Szwako e Ramon Araujo. Na medida em que a atividade intelectual não se restringe a falar sobre o social e o político, mas interfere nesta mesma realidade que busca representar, e na medida em que temos aspirações e expectativas acerca do quadro social e político que estamos analisando, a categoria visa destacar o caráter *político-intelectual* da atividade intelectual, sendo a aposta um “leque de expectativas que carregam uma tensão vital entre o ser e o dever ser, a coisa e o modelo” (SZWAKO; ARAUJO, 2019, pp. 473-474).

A CLASSE MÉDIA VAI AO CINEMA: A REVISÃO CRÍTICA DO CINEMA NOVO EM 1967

A crítica à suposta consciência que os cineastas brasileiros se atribuíam, sem quaisquer questionamentos acerca de suas origens de classe ou sobre o papel que exerciam naquele meio de produção, já estava presente em trabalhos anteriores de Bernardet sobre o Cinema Novo. Em 1967, num artigo para a revista francesa *Les Temps Modernes*, ele criticava a predominância da consciência sobre o problema social

(...) [que marcará], em graus diversos, todo o início do 'cinema nôvo'. A classe média está ausente do filme, mas é ela que lhe fornece sua ideologia: o povo se apresenta sob a forma de uma camada social marginal que se compõe de uma soma de indivíduos; compreensão e ação social são o resultado de uma tomada de consciência. (BERNARDET, 1979, p. 172)

Estas observações haviam sido elaboradas de forma mais detida em seu primeiro livro de crítica cinematográfica, *Brasil em Tempo de Cinema*, lançado no mesmo ano (BERNARDET, 2007).

O questionamento acerca das atribuições do intelectual e da posição da classe média na sociedade brasileira também estarão presentes na produção cinematográfica de 1967. Neste ano, o longa-metragem *Terra em Transe*, de Glauber Rocha, apresenta o jornalista e poeta Paulo Martins como personagem alegórico do intelectual do Terceiro Mundo: preso a sua condição de classe e desiludido com o político populista que ajudara a eleger, encontra-se entre a angústia e a solução armada, expressões de sua impotência diante de um regime autoritário apoiado pela burguesia interna e financiado pelo capital internacional⁸⁵.

O documentário *A Opinião Pública*, de Arnaldo Jabor, vaga pela capital carioca à procura de uma resposta para a pergunta "o que

85 TERRA em transe. Direção de Glauber Rocha. Rio de Janeiro: Mapa Produções Cinematográficas Ltda, 1967. (108 min.).

pensa a classe media?”. Entre os jovens, encontra uma classe media que não pensava no futuro, preocupada apenas com ascensão social, entorpecida com as promessas de sucesso e felicidade da indústria cultural, alistando-se ao exército e cumprindo orgulhosa as funções da nacionalidade. Entre os adultos, uma classe media amorfa, manipulável, correndo por não saber onde vai, paralisada de medo por não saber o que teme, retroalimentando conformismo e misticismo⁸⁶.

Ainda que se possa identificar divergências, é notório um certo clima de opinião política e ideológica nas questões abordadas pelas críticas de Bernardet e pelos filmes de Glauber e Jabor⁸⁷. Não se trata de mera casualidade. Segundo Pécaut, os fatos revelados a partir do golpe civil-militar de 1964 tiveram por consequência o declínio dos esquemas teórico-explicativos do PCB e da cultura política nele baseada, e foi em 1967 que estes fatos começaram a se ordenar e a consolidar uma nova interpretação estrutural da evolução brasileira, a saber, a chamada “teoria da dependência” (PÉCAUT, 1990, pp. 230-249). Até então, segundo o sociólogo francês, havia um clima intelectual semelhante ao que antecedeu a Revolução de 1930, marcado pela dúvida acerca das classes sociais, da coesão social e do Estado brasileiro⁸⁸.

Pode-se verificar esse clima intelectual e a gradual ordenação dessas questões na edição de outubro de 1967 de *Les Temps Modernes*, número especial consagrado ao Brasil para o qual Bernardet

86 A OPINIÃO pública. Direção de Arnaldo Jabor. Rio de Janeiro: Sagitário Produções Cinematográficas Ltda.; Verba S.A.; Film-Indústria, 1967. (78 min.).

87 Cabe destacar que *Terra em Transe* deu início ao Tropicalismo, movimento estético que exerceu grande influência na música, no cinema e no teatro brasileiro. Em 1967, surge também o chamado Cinema Marginal, movimento que deslocava a atenção da juventude interessada por cinema novamente para São Paulo. O movimento teve início com *A Margem*, primeiro longa-metragem de Ozualdo Candeias, fortemente sintonizado com o espírito de crítica radical que marcaria maio de 1968.

88 Para Pécaut, as premissas de base para a noção de dependência encontram-se nas respostas dadas a essas dúvidas: “embora a maioria das análises se situe numa perspectiva marxista, resultam em diagnósticos negativos, com as classes sociais sempre sobressaindo por suas deficiências e o povo, por sua inconsistência política. (...) Carências e inconsistências: está dado um primeiro passo no sentido da penetração do ‘estrutural’ na esfera social e política” (Ibidem, pp. 238).

havia colaborado. Nesta edição, há um conflito de apostas político-normativas entre importantes intelectuais ligados aos antigos esquemas do nacional-desenvolvimentismo (como Celso Furtado e Hélio Jaguaribe) e daqueles ligados aos estudos da dependência e do populismo (como Fernando Henrique Cardoso e Francisco C. Weffort).

De início, cabe destacar o artigo de Cardoso, cuja análise partia da crítica ao modo como os agentes sociais eram representados pelos grupos intelectuais que defendiam a viabilidade de um “projeto nacional de desenvolvimento”. De forma assumidamente esquemática, Cardoso reconhece na literatura destes intelectuais um “jogo de relações de oposição, conflitos e acomodações”, no qual os grupos exportadores-mercantis eram chamados de setor tradicional da sociedade, enquanto às massas urbanas e setores industriais era atribuída a qualidade de setores modernos (CARDOSO, 1979, pp. 78-79). Neste esquema, o desenvolvimento do Brasil resultaria da combinação entre o nacional-desenvolvimentismo (os objetivos e a política econômica dos setores urbano-industriais) e o movimento nacional-popular ou “populismo” (a política e as formas de mobilização das massas urbanas, responsáveis por confrontar a ordem tradicional) (Ibidem, p. 79).

A partir da análise do suposto básico para que a burguesia industrial pudesse cumprir seu papel nessa “aliança desenvolvimentista” (isto é, a autonomia econômica e as bases político-sociais suficientes para exercer sua hegemonia), Cardoso busca apresentar as inconsistências desse esquema explicativo geral (Ibidem, p. 82). Para isto, apoia-se primordialmente em dois estudos: 1) o estudo de Luciano Martins sobre a formação do empresariado industrial brasileiro, com análises relativas a dois períodos distintos (1914-1938 e 1938-1962); 2) a investigação dirigida por Maurício Vinhas de Queiroz sobre os grandes grupos econômicos que atuavam no Brasil, os quais forneciam dados sobre a estrutura produtiva destes grupos, bem como os mecanismos políticos e sociais pelos quais eram controlados (Ibidem, pp. 86-93).

A partir dos dados fornecidos pelo estudo de Martins, Cardoso constata que, no intervalo de duas gerações, o empresariado brasileiro passava por um processo de substituição interna de grandes proporções, o que derrubava a tese de um “comportamento inadequado” da burguesia nacional que poderia ser solucionado com o tempo⁸⁹. O empresário brasileiro não se tornava “tradicional” por obstáculos institucionais e culturais, tampouco sua “política de acomodação” com os chamados setores tradicionais nos chamados momentos de crise – quando o aumento da pressão popular ameaçava sua possibilidade de acumulação – seria reflexo de uma falsa consciência, ele apenas respondia a uma situação de limitações “estrutural-conjunturais” no jogo político-econômico nacional. Para Cardoso, em última instância, essa “política de acomodação” já seria suficiente para colocar em suspeição a crença de que os setores urbano-industriais poderiam assumir uma posição hegemônica na condução do desenvolvimento nacional (Ibidem, pp. 87-89).

A partir da pesquisa coordenada por Vinhas de Queiroz, Cardoso pode observar que a empresa isolada não era (se é que algum dia foi) a unidade básica do sistema produtivo do país. O desenvolvimento da economia brasileira parecia estar condicionado a uma tendência à formação de “grupos econômicos” e a que estes grupos atuassem em mercados de concorrência imperfeita, isto é, em mercados com tendências à monopolização ou ao oligopólio (Ibidem, pp. 90-92). Enquanto os grupos estrangeiros tinham, não apenas uma maior concentração em atividades industriais, mas uma maior especialização, os grandes grupos econômicos nacionais geralmente atuavam em setores sem quaisquer atividades industriais, além de

89 Um dos argumentos utilizados por aqueles que acreditavam na existência de obstáculos estruturais, conjunturais ou culturais à tomada de consciência por parte da burguesia nacional era o das distorções impostas à consciência empresarial por suas origens (agricultores capitalistas e imigrantes que ascenderam socialmente através dos setores artesanal e comercial). Cardoso critica esse tipo de leitura, afirmando que o comportamento do empresário brasileiro não deveria ser explicado em termos de um *décalage* em relação ao padrão universal do comportamento racional dos empresários, mas sim na “análise da estrutura histórica que ilumina a peculiaridade das formas de comportamento empresário” (Ibidem, p. 86).

apresentarem uma tendência à associação acionária com grupos ou empresas estrangeiras (Ibidem, pp. 92-95).

Como observa Pécaut, por mais que aparentem um alcance limitado, dados como estes conseguiram destruir as bases dos esquemas do PCB, desde a sua interpretação da mudança social até as alianças de classes sustentadas durante a Quarta República (PÉCAUT, op. cit., p. 232). Embora tenha sido central para derrubar os velhos esquemas do PCB, os setores urbano-industriais – a chamada “burguesia nacional” – não foram os únicos agentes sociais a sofrerem escrutínios após o golpe de 1964. Fazia-se igualmente necessário derrubar antigas certezas acerca das classes proletárias. Na *Les Temps Modernes*, será Weffort quem assumirá este papel. Criticando o uso de esquemas interpretativos elaborados a partir da realidade europeia do século XIX, a primeira contribuição deste sociólogo foi apontar a heterogeneidade das classes que teoricamente deveriam ser categorizadas como proletárias ou “em vias de proletarização”:

(...) operários industriais, operários agrícolas, operários urbanos não-industriais, trabalhadores urbanos por conta própria, trabalhadores rurais não-assalariados, pequenos assalariados do comércio e dos serviços etc. Entre êsses diferentes setores – e no interior de cada um dêles – são notáveis as diferenças com relação a condição a condições de vida, relações de trabalho, ‘situação ecológica’ (diferenças regionais, campo-cidade, capital-interior), etc. Demais, é duvidoso que se possa tomar qualquer dêsses setores – com a possível exceção dos operários industriais no que se refere ao comportamento sindical – como um grupo politicamente homogêneo. (...) Não obstante, seria ilusório tentar diretamente interpretar em termos de comportamento de classe, segundo a tradição européia, o comportamento político dos setores urbanos e, inclusive, o dos operários industriais. (WEFFORT, 1979, p. 65)

Não sendo possível falar em termos de classe no sentido dado pela tradição europeia, o autor propõe o uso de categorias como “classes populares” ou “massas populares” para captar o que havia de

homogêneo nos escalões sociais e econômicos inferiores do sistema capitalista então vigente no Brasil (Ibidem, p. 65).

Segundo Weffort, durante o chamado regime populista, era característico nas relações das classes populares com o Estado e com as demais classes sociais o que designou “relações individuais de classe”, isto é, a sobreposição das relações individuais e o mascaramento do conteúdo de classe das relações políticas. Assim, quando as classes populares pressionavam por acesso ao mercado de trabalho dos centros urbanos (em especial, as massas migrantes), ao mercado de consumo e à participação política nos quadros institucionais, este conjunto de pressões apresentava-se ao político populista como “um problema a resolver” (Ibidem, pp. 65-70). A manipulação das massas teria entrado em crise – e, com ela, o próprio regime populista – quando a economia urbano-industrial esgotou sua capacidade de absorver os novos migrantes e a margem para políticas redistributivas ficou ainda mais restrita, irrompendo “verdadeira manifestação política popular” (Ibidem, pp. 67-68).

Pécaut reconhece nos trabalhos de Weffort outro duro golpe nos esquemas do PCB. Ao afirmar a heterogeneidade das classes populares, suas relações individuais de classe e a falta de autonomia de suas organizações, o sociólogo uspiano teria apresentado uma outra imagem dos operários brasileiros: distantes de uma consciência coletiva, condenados às reivindicações atomizadas e à dependência em relação ao poder (PÉCAUT, op. cit., pp. 234-235). As classes médias não eram os agentes sociais privilegiados destas análises, mas não por isso se pode afirmar algum traço de indiferença. Um aspecto relevante, destacado por Weffort e Cardoso, é a imprecisa categorização destes agentes, tal como no caso das classes populares.

Cardoso afirma que as classes medias constituídas em torno de um Estado dependente, exercendo a função de agentes burocráticos, não podiam ser tomadas na mesma acepção dos tecnocráticos

e *white-collars* formados pela industrialização (i.e., as classes medias dos países desenvolvidos) (CARDOSO, op. cit. p. 80). Embora utilize a categoria, Weffort também chama a atenção para o caráter dependente de sua formação dentro de uma estrutura pautada pela oligarquia (funcionários públicos, militares e profissionais liberais), em contraposição à antiga classe media estadunidense, cuja principal atividade social e econômica assentava-se na pequena propriedade independente (WEFFORT, op. cit., p. 55).

As classes medias ocupam um pequeno espaço na análise de Weffort dedicada à Revolução de 1930. Desta análise, pode-se depreender alguns dos traços característicos desses setores (ou melhor, a leitura das classes medias que será consagrada no final dos anos 1960). Segundo Weffort, partem delas os líderes mais radicais das insurreições antioligárquicas dos anos 1920, sendo os jovens militares do “tenentismo” os mais expressivos. Três características marcantes deste movimento parecem ser estendidas às classes medias na análise do sociólogo uspiano: a desconfiança em relação aos “políticos”, a incapacidade ou desinteresse em construir alianças com as massas populares e uma “rebeldia que não encontrou ainda possibilidades para um caminho político autônomo” (Ibidem, pp. 54-56).

Assim, apesar de terem sido uma das forças mais importantes a pressionar a derrubada do regime oligárquico e de constituírem a parte mais influente da opinião pública, a qual buscavam dirigir, as classes medias ainda não haviam demonstrado possuir “vocaçao para o poder” (Ibidem, p. 54). A falta de autonomia revelar-se-ia a característica marcante das classes medias:

(...) o que parece certo é que o protesto das classes médias jamais teve condições de real eficácia fora de algum tipo de aliança com algum grupo situado dentro da própria oligarquia. Obrigados por uma situação de dependência social dentro de uma estrutura onde a grande propriedade é o padrão econômico e social dominante, êsses grupos não conseguiram formular uma

ideologia própria, isto é, um programa de transformação social que expressasse um ponto de vista original contra o sistema vigente. Suas reivindicações básicas, “representação e justiça”, formulavam-se dentro dos princípios liberais que já se encontravam consagrados na Constituição de 1891 e constituíam parte dos horizontes ideológicos da oligarquia. (Ibidem, p. 54-56)

Estas interpretações dos fenômenos sociais que vão se ordenando em 1967, formuladas pelos intelectuais historicamente vinculados à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), passam a formar parte, de modo cada vez mais hegemônico, das disputas e apostas em torno da representação da sociedade. Este processo não é isento de contradições. Segundo Pécaut, as conceitualizações em torno da dependência logo assumem um caráter igualmente ideológico, no qual enunciados científicos passam a figurar entre afirmações não verificadas, ou mesmo verificáveis (PÉCAUT, op. cit., pp. 241). Guardadas as diferenças pelo tom verborrágico de Jabor – de resto, um traço peculiar pelo qual será conhecido futuramente –, é interessante notar o modo como o cineasta e ex-cepecista equaciona antigos esquemas do PCB com uma leitura das classes medias muito próxima à de Weffort:

A classe media é uma classe perplexa. Não tem um sistema de valores criado por uma ação histórica dela mesma. São multidões de indivíduos solitários, de indivíduos iguais e que, misteriosamente, se julgam diferentes. É este seu problema maior: pensam que têm algo a perder. Vivem absortos no melodrama da própria insegurança e esquecem que estão num país assolado pela tragédia da fome e da miséria. (...) Politicamente, a classe media se movimenta quando pressente mudança social que lhe ameace a estabilidade. Nunca toma a iniciativa do progresso. Sempre convocada por interesses que não são os seus, é a vanguarda inocente da sociedade moderna. Bem manipulada, pode fazer movimento contra si mesma (A OPINIÃO..., ob. cit.).

A leitura se distancia na medida em que o cineasta apresenta uma visão das classes medias bastante associada às classes populares. Assim, a “falta de autonomia” da primeira logo se associa à noção

de “massas de manobra” da segunda e as “relações individuais de classe” são transfiguradas em “multidões de indivíduos que se julgam diferentes”. Entende-se a razão da aposta político-normativa de Weffort e Cardoso enfatizar a imprecisão daquelas categorias. De qualquer forma, tendo sido lançado no mesmo ano em que o artigo de Weffort foi publicado, seria difícil defender alguma influência direta dos uspianos no filme de Jabor⁹⁰. A relevância no paralelo entre essas duas leituras tem o sentido de complementar a afirmação de Pécaut: na medida em que a dependência assume a hegemonia nos debates de esquerda sobre os fenômenos sociais, determinadas leituras ideológicas formuladas a partir dela podem ser tomadas como uma tradução dos antigos esquemas pecebistas a um novo léxico, alterando o sentido de ambos.

No caso dos textos de Jean-Claude Bernardet, identifica-se uma filiação mais orgânica, uma posição de crítica radical aos esquemas do PCB presentes na primeira fase do Cinema Novo. Na segunda metade dos anos 1960, a aposta de Bernardet na revisão crítica da vanguarda cinematográfica será uma ênfase na posição social dos cineastas: uma classe média “que não chega a se situar socialmente”, que “se recusa a enfrentar diretamente seus problemas”, a qual, no fim das contas, ofereceu-nos “uma longa meditação sôbre o destino incerto da classe média no Brasil” (BERNARDET, 1979, pp. 174-183).

Para Bernardet, os cineastas que renovaram a cinematografia brasileira não se questionavam sobre sua posição de classe, sua condição profissional e os verdadeiros destinatários de seus filmes (i. e., a própria classe média). Reconhece no cinema brasileiro um típico caso de alienação, o qual era manifesto em todos os níveis: produção,

90 A menção de Cardoso aos *white collars* norte-americanos indica uma possível referência em comum, a saber, o livro *White Collar: The American Middle Classes*, de 1951, do sociólogo estadunidense Charles Wright Mills. Contudo, ao contrário do sociólogo uspiano, que havia apontado a distinta formação da classe média estadunidense, Jabor encerra seu documentário com uma citação deste livro para referir-se às classes médias brasileiras: “A história da classe média é uma história sem fatos, seus interesses comuns nunca levam à unidade, seu futuro nunca é escolhido por ela” (Ibidem).

distribuição, técnica, equipamento, arte, etc. Superar esta alienação e conquistar o mercado resultavam em “condição *sine qua non* para que o cinema possa existir como arte e como negócio” (Idem, 2007, pp. 34-35). Logo, tornava-se urgente para o cinema brasileiro

(...) conquistar o público. Essa experiência, esse diálogo do público com um cinema que o expresse, é fundamental para a constituição de qualquer cinematografia, pois um filme não é tão-somente o trabalho do autor e sua equipe: é também aquilo que dele vai assimilar. Para que um filme exista como obra, é tão importante a participação do público como a do autor. Sem a colaboração do público, a obra fica aleijada. Por isso, a conquista do mercado pelo cinema brasileiro não é exclusivamente assunto comercial: é também assunto cultural artístico. (Ibidem, p. 33)

O caráter de aposta político-normativa se explicita na crítica do documentarista Eduardo Coutinho ao livro *Brasil em tempo de cinema*. Tendo participado da experiência do Centro Popular de Cultura (CPC), movimento de jovens artistas e intelectuais da União Nacional de Estudantes (UNE) ligados ao PCB e ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), Coutinho afirma que, no documentário *Cabra marcado para morrer*, busca apresentar uma crítica àquela experiência e, ao mesmo tempo, à leitura de Bernardet:

(...) esse início do *Brasil em tempo de cinema*, que realmente hoje é um livro que é muito mais arqueológico, porque realmente é uma noção de classe média que... de Sófocles até hoje, tudo é classe média... mas ao mesmo tempo que é um livro que, como tudo, é bem pensado, apesar desse problema de estar deslocado no tempo hoje. (...) então eu fiz o *Cabra* um pouco do jeito que eu fiz em resposta às questões que o Jean-Claude colocava. E a partir de uma crítica minha, que também vinha um pouco dele, mas não com a rigidez que ele tinha, de que o Cinema Novo fazia com os pobres e etc. etc. etc., e eu achava que não era isso, que tinha que sair disso. (COUTINHO, 2007, p. 11)

CEBRAP, CEDEC E AS NOVAS ESQUERDAS: A REVISÃO CRÍTICA DO NACIONAL- POPULAR NO FINAL DOS ANOS 1970

No fascículo para a FUNARTE, escrito com Maria Rita Galvão pouco mais de uma década depois, a “análise ideológica” das ideias de “nacional” e “popular” não acrescenta muitos elementos à crítica ao Cinema Novo: a questão básica e central para os pesquisadores segue sendo a relação povo/público – segundo eles, jamais solucionada pelos cinemanovistas (BERNARDET; GALVÃO, op. cit., pp. 253-259). No caso da década de 1950, a equação povo/público elaborada pelos críticos ligados à revista *Fundamentos* apresentava-se na forma de uma “tensão entre as características estéticas e ideológicas a que se aspira e o jogo do mercado e da reprodução da produção”, que é negligenciado ou mal compreendido (Ibidem, p. 80). Como vimos, a posição social e a alienação de sua condição profissional também aparecem na crítica à consciência atribuída ao cineasta. O que se altera, portanto, ao transferir o alvo da crítica ao conjunto da produção artístico-cultural orientada pelo nacional-popular?

Não se trata, evidentemente, de mera adequação à proposta da coletânea da FUNARTE. Ainda que aceitássemos esta solução, o propósito da coletânea permaneceria à espera de uma resposta. Acontece que o debate sobre o nacional-popular no final dos anos 1970 também tem um pano de fundo histórico muito preciso. Se no intervalo entre 1964 e 1968 temos a “derrubada dos mitos nacional-populares” e o “triunfo da teoria da dependência”, como defende Pécaut, ao longo dos anos 1970 nos deparamos com o endurecimento do regime militar e uma nova cisão na esquerda, entre os quadros do novo grupo hegemônico, a qual suscitará mais que uma derrubada dos “mitos”, mas um verdadeiro “ajuste de contas”.

Em 13 de dezembro de 1968 é baixado o mais autoritário ato institucional do regime militar, o Ato Institucional nº 5 (AI-5), promulgando, entre seus doze artigos, o fechamento do Congresso e a suspensão do *habeas corpus* para crimes de motivação política. A suspensão de quaisquer garantias constitucionais favorecia a instituição da tortura como mecanismo de repressão, havia perseguição e censura prévia a qualquer indivíduo ou instituição que ousasse reagir ao fechamento do regime, e qualquer funcionário público, seja professor, juiz ou político eleito, podia ser destituído sumariamente. No ambiente intelectual, a década de 1970 foi marcada por iniciativas e processos não-lineares (ou, como prefere Lahuerta, paradoxais⁹¹). Se, por um lado, o regime colocava as universidades públicas sob a tutela de reitores de sua confiança, aposentava professores por decreto e instituía a censura⁹², também aumentava o número de programas de pós-graduação, incluindo das ciências humanas, e permitia um aumento substancial na produção acadêmica (PÉCAUT, op. cit., pp. 258-259; LAHUERTA, op. cit., pp. 58-59).

Esse processo de expansão assiste a uma consolidação do paradigma marxista no ambiente acadêmico, contribuindo para uma sociabilidade política orientada pelo *ethos* de esquerda dentro dos câmpus universitários (PÉCAUT, op. cit., p. 259; LAHUERTA, op. cit., p. 59). Fora dos limites do campi, o cenário não é nada favorável para a oposição, mas ela aos poucos vai se reorganizando em iniciativas culturais e centros de pesquisa criados a partir da sociedade civil. É o caso do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), fundado em 1969, o qual abrigou majoritariamente professores e pesquisadores “aposentados” pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

91 Cf. LAHUERTA, 2001, p. 59. Movimento não tão paradoxal assim, quando se tem em mente que aqueles foram os anos do “milagre econômico”, com notório incremento na indústria cultural. Cf. ORTIZ, op. cit.

92 Em abril de 1969, vinte e sete professores da USP foram atingidos por essa medida. Entre eles: Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Paulo Duarte, José Arthur Giannotti, Paul Singer, José Leite Lopes e Mário Schemberg. Há casos em que departamentos inteiros são desarticulados, como a Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Departamento de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul. (PÉCAUT, op. cit., p. 258).

da USP. Segundo Lahuerta, a proposta dos criadores do CEBRAP era preservar o ambiente intelectual daquela faculdade e sua tradição de pesquisa (LAHUERTA, op. cit., p. 61).

Sob a liderança intelectual de Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort, o CEBRAP aprofundará aqueles debates presentes na edição de 1967 da revista *Les Temps Modernes*. Se a escola uspiana de sociologia tinha oferecido uma nova compreensão das interações políticas entre os diversos agentes sociais, ainda não havia superado certo determinismo estruturalista que reconhecia na esfera política apenas a expressão dos interesses de classe (PÉCAUT, op. cit., p. 244)⁹³. O fechamento do regime impõe novos parâmetros teóricos e conceituais. Uma das grandes contribuições do CEBRAP na superação da cultura política dos anos 1960 será o reconhecimento da especificidade da esfera política, como se pode observar nos estudos sobre o caráter do regime militar e das instituições brasileiras, nas reflexões críticas sobre o sindicalismo populista, na revisão das interpretações sobre o Brasil e, sobretudo, na revalorização das noções de cidadania e de democracia (LAHUERTA, op. cit., pp. 63-64).

Em 1972, surge *Opinião*, semanário que foi responsável pela publicação de textos e análises dos cebrapianos e de outros importantes intelectuais da oposição, tais como Celso Furtado, Antônio Callado e Millôr Fernandes, além da reprodução de artigos de importantes veículos de comunicação internacionais (*Le Monde*, *The Guardian*, etc.) (PÉCAUT, op. cit., p. 258)⁹⁴. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) também cumpriu um importante papel nesse período. Segundo Pécaut, a defesa da “comunidade científica” e dos “interesses nacionais”, presentes desde a fundação desta sociedade científica, em 1948, terminam por transformá-la numa espécie de “protetora dos direitos individuais e dos valores coletivos” (PÉCAUT, op. cit.,

93 Sobre a liderança intelectual de Cardoso e Weffort, cf. LAHUERTA, op. cit., p. 65.

94 O semanário acaba sendo asfixiado pela censura antes de completar cinco anos de existência. Jean-Claude Bernardet chegou a ser um de seus colaboradores.

p. 259). Os vínculos de apoio entre CEBRAP, *Opinião*, SBPC e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) representarão a transformação dos intelectuais em um ator coletivo na luta pela democratização do país⁹⁵.

Na relação com o SBPC, cientistas sociais em geral, e cebrapianos em particular, garantiam legitimidade científica para suas intervenções políticas, ao mesmo tempo em que forneciam ferramentas para qualificar o debate em torno da política científica (PÉCAUT, op. cit., pp. 259-274). Na relação com o MDB, segundo Lahuerta, os cebrapianos articulam um discurso político sólido a partir de “uma teoria sobre a especificidade desse capitalismo (dependente e associado), das possibilidades de desenvolvimento econômico sem democracia e da contingência política do autoritarismo diante da ‘revolução’ social que estava ocorrendo na base da sociedade” (LAHUERTA, op. cit., p. 70). Quase uma década de modernização autoritária havia produzido uma nova estrutura social e demográfica, e as novas camadas sociais, excluídas do “milagre econômico”, precisavam ser disputadas por aqueles que ansiavam uma mudança nos rumos políticos do país (Ibidem, pp. 70-71).

Assim, ao longo dos anos 1970, o CEBRAP cumpre um importante papel na renovação da esquerda brasileira e da cultura política que a orientava na primeira metade da década anterior. A cultura política nacional-popular, que já havia perdido sua hegemonia dentro deste espectro político, ainda consegue mobilizar um grupo de intelectuais e militantes entre 1974 e 1980, no chamado período de “distanção” do regime, mas trata-se de um grupo cada vez menor e menos expressivo. A definição do Estado brasileiro como autoritário-burocrático, realizada por Cardoso, lança um novo olhar sobre o regime militar, inserindo-o no contexto do tradicional autoritarismo da sociedade brasileira. Suas análises, de grande impacto dentro e fora

95 Pécaut chega a usar a expressão “partido intelectual”, na medida em que este ator coletivo “reúne de fato uma faixa considerável das camadas cultas, é portador de crenças comuns, define estratégias conjunturais, tem seus líderes e adquire um caráter semi-organizado”. Em sentido bastante semelhante, Lahuerta opta pela expressão “partido da *intelligentsia*”. Cf. PÉCAUT, op. cit., pp. 259-260; LAHUERTA, op. cit., pp. 59-60.

do CEBRAP, têm como aposta o que Lahuerta designa “estratégia da democratização”, ou seja, a participação nas instituições da sociedade civil e seu fortalecimento como forma de democratizar o Estado brasileiro e substituir o regime autoritário (Ibidem, pp. 68-69).

Essa estratégia, contudo, não será compartilhada por todos os cebrapianos. Em 1977, um ano após ter se desvinculado do CEBRAP, Weffort se juntará a Marilena Chauí, José Álvaro Moisés, José Guilhon de Albuquerque e Lúcio Kowarick para fundação do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC). Uma possível origem desta ruptura, bem como das diferentes apostas empreendidas pelos cecequianos, pode ser encontrada nos estudos de Weffort sobre as greves ocorridas em Contagem (MG) e Osasco (SP), em 1968. No estudo destes eventos, assim como Cardoso, Weffort promove um deslocamento das dimensões estruturais em suas análises. No início dos anos 1970, seus estudos sobre o chamado pacto populista passam a concentrar-se nas escolhas e impasses dos atores, tanto na reprodução quanto nas tentativas de superação daquele pacto (SZWAKO; ARAUJO, 2019, p. 480).

Em artigo sobre a história intelectual do populismo, analisando este deslocamento, Szwako e Araujo afirmam que

Sem prejuízo das estruturas, a ênfase nos atores, tanto em *Origens do sindicalismo populista* quanto em *Democracia e movimento operário*, é central nesse segundo Weffort, para quem a análise histórica requer a [análise] das conjunturas nas quais o movimento social realiza suas opções (...). Coerente com tal inflexão, a análise agora conjuga os pares massa/líder e situação de compromisso/crise hegemônica com a ação de partidos, sindicatos e trabalhadores na confecção daquele compromisso e na sua ruína em 1964 (Ibidem).

Reconhecendo em Contagem e Osasco os embriões de uma organização autônoma, é a partir destes estudos que Weffort inicia aquilo que, mais tarde, no texto que abre o primeiro volume da Revista de Cultura Contemporânea do CEDEC, será definido como um “ajuste

de contas” com o chamado sindicalismo populista e os comunistas do PCB (Ibidem, p. 183)⁹⁶. Como bem observam Szwako e Araujo, a autonomia é a raiz da aposta dos cedequianos diante da “distensão” do regime militar, aposta que, não raramente, transmutava-se em verdadeira “estadofobia” (Ibidem, pp. 182-183).

Em abril de 1978, num debate sobre a crise política e institucional realizado pelo CEDEC, Weffort vislumbra três cenários políticos possíveis para o Brasil: 1) a persistência daquele quadro de instabilidade, com o próximo presidente buscando a “distensão” e, assim como Geisel, sendo pressionado para a regressão pelos grupos de direita; 2) o sucesso da “distensão”, o que tampouco era um cenário otimista, visto que a transição política ocorreria “de cima para baixo”; 3) diante da permanência do quadro de instabilidade, havia ainda a possibilidade de uma regressão, a deterioração dos setores decisivos do Estado favorecendo a irrupção de golpes e conta-golpes (WEFFORT, 1978, pp. 44-45). Chauí, respondendo ao colega uspiano, aposta suas fichas nesta última opção, pois já não identificava nenhuma base social de apoio ao regime (Ibidem, pp. 45-46).

O ponto crucial do debate é que nada estava dado a partir da “distensão”, e era preciso compreender as razões dos impasses da oposição ao regime (impasses que, via de regra, são atribuídos à oposição institucionalizada). Neste período, a posição assumida pelo CEDEC será de uma crítica radical tanto ao “Estado populista (apoiado pelo PCB) como no pré-64”, quanto à “institucionalidade liberal-democrática propugnada, em parte via CEBRAP, por Fernando Henrique Cardoso, Bolívar Lamounier e outros intelectuais emergentes na cena pública” (PERRUSO, op. cit. pp. 251-252).

Os últimos anos da década de 1970 e o início da década de 1980 foram anos de muita turbulência na política brasileira, nos quais

⁹⁶ Sobre a relação CEDEC, “novos” movimentos sociais urbanos e o “ajuste de contas” com a esquerda pré-1964, cf. também PERRUSO, 2010.

surgem as comissões de fábrica e suas greves no ABC paulista, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e o Partido dos Trabalhadores. O CEDEC surge neste contexto e com uma aposta político-normativa alinhada com estes movimentos da sociedade civil. Neste contexto, a postura assumida pelos cedequianos é de rompimento com a noção de Estado enquanto sujeito histórico (atribuída aos esquemas pecebitas e isebianos) e de inclusão da luta de classes no centro da análise.

Inspirados nos estudos de Weffort sobre o populismo, os cedequianos assumem uma posição radical em relação à questão nacional. A partir de então, qualquer “consideração do problema nacional, em qualquer de seus aspectos, pode ser confundida com nacionalismo e descartada como expressão de autoritarismo, de paternalismo e de populismo” (LAHUERTA, op. cit., pp. 86-87).

É neste contexto que a FUNARTE convida dois pesquisadores sobre o cinema brasileiro, Jean-Claude Bernardet e Maria Rita Galvão, a escreverem um dos fascículos da coletânea *O Nacional e o Popular na Cultura Brasileira*. Na verdade, todas as discussões e rupturas apresentadas ao longo das últimas páginas constituem mais do que um mero pano de fundo histórico, na medida em que a própria coletânea se insere nesse terreno de disputas político-normativas, e o faz a partir de uma aproximação com as propostas e apostas do CEDEC. Marilena Chauí – segundo Lahuerta, a “expressão mais radicalizada” da crítica cedequiana à questão nacional-popular – é quem estabelecerá essa ponte, ministrando um seminário no primeiro semestre de 1980, antes do início das pesquisas da FUNARTE, sobre as questões relativas ao surgimento das ideias e imagens destas duas categorias nos pensamentos políticos moderno e contemporâneo.

Embora tenha afirmado que não tinha “a menor intenção de oferecer aos colegas definições, métodos ou metodologias de pesquisa” (CHAUÍ, *online*), a influência da abordagem de Chauí torna-se notória já no prefácio incisivo que acompanhou todas as publicações desta coleção. Escrito por Adauto Novaes, então diretor do Núcleo de Estudos e

Pesquisas daquela fundação, o texto afirma a existência de uma tradição, presente na maioria dos projetos culturais e políticos de intelectuais brasileiros, que não passava de um “delírio cheio de consequências”, na medida em que seus autores se prendiam às concepções clássicas de um Estado universal e homogêneo, as quais lhes ofereciam uma visão do Estado como único lugar possível de realização do indivíduo, determinando assim “não apenas o lugar do intelectual, mas a própria visão que ele tem de si mesmo” (NOVAES, 1983, p. 7)⁹⁷.

Curiosamente, a linha argumentativa de Novaes segue um caminho inverso ao da trajetória crítica de Bernardet entre 1967 e 1983, oferecendo-nos alguns possíveis indícios da síntese que será elaborada no fascículo sobre cinema. Para Novaes, existiria a materialidade do Estado, enquanto “lugar da obediência e da coesão da sociedade”, e a “teologia laicizada” do Estado, na qual o povo e a nação, embora sagrados, seriam apenas signos ou momentos objetivos do Estado e do poder, únicos ganhadores na sua “realidade substancial” (Ibidem). A partir de então, operam-se os silogismos:

(...) o Estado, como o “Espírito Absoluto”, é revelado pela Razão do discurso; o discurso racional passa a ser a verdade do Estado. (...) Essa razão discursiva vai atribuir aos intelectuais um lugar muito particular na história da cultura brasileira: o de funcionários da razão, especialistas da razão. Este lugar só foi possível a partir da constituição de um pensamento que separa sujeito e objeto, consciência e coisas, representação e fatos, o saber e o fazer fragmentando ainda mais o espaço social e político. Nessa divisão, o intelectual que fala “pelo Estado, para o Estado e a partir do Estado”, torna-se consciência da cultura, uma consciência que tem a posse da verdade do todo, esclarecedora e com pretensões de unir aquilo que a própria realidade política se encarrega de separar (Ibidem, pp. 7-8).

97 Em resposta a Novaes, Pécaut dirá que “o ‘delírio’ não foi absolutamente apanágio de uma minoria ávida de transformar seu ‘saber’ em ‘poder’”, pelo contrário, apoiava-se num sentimento difundido em muitos setores sociais” (PÉCAUT, op. cit., p. 180).

Como observamos na trajetória crítica de Bernardet, em 1967, sua crítica estará voltada ao não reconhecimento, por parte do cineasta brasileiro, de sua posição de classe (em especial, o cineasta de vanguarda) e sua alienação diante dos meios de produção cinematográfica. A crítica se volta, portanto, contra o que Novaes designa “funcionários da razão”, além de identificar, também como Novaes, a sustentação dessa autoimagem no pensamento “que separa sujeito e objeto, consciência e coisas, representação e fatos, o saber e o fazer”. Em 1967, embora Bernardet já criticasse a questão do nacionalismo e das representações do “povo” pelos cinemanovistas, o problema da ideologia referia-se à questão da alienação. Na medida em que o cineasta não se questionava sobre sua posição na escala social, enquanto membro da classe média, e era alienado em relação à mercadoria que produzia (destinada a outros membros da classe média), é que ele encarnaria o papel de “funcionário da razão”.

No início dos anos 1980, na pesquisa desenvolvida ao lado de Galvão para a FUNARTE, a relação intelectual-Estado assume um papel que até então não possuía – ainda que, como vimos, as conclusões não tenham sido alteradas substancialmente. Retomando a questão das “concepções prévias” acerca das fontes primárias, agora podemos compreender o modo como elas estavam vinculadas a uma aposta político-normativa. Quando Bernardet e Galvão concluem, a partir das reivindicações de formação e apoio financeiro por parte do Estado, que este poderia promover a formação da consciência dos cineastas, a “análise ideológica” destes pesquisadores apenas aplica mecanicamente a fórmula do intelectual que fala “pelo Estado, para o Estado e a partir do Estado” (soviético?).

No tratamento excepcional da tese de Nelson Pereira, por sua vez, mantém-se a leitura da alienação, a qual passava a sustentar também a definição do cineasta que fala “pelo povo” e “para o povo”, sendo o povo uma categoria genérica indiferenciada da noção de público. A proposta de uma “análise ideológica” revela suas limitações

na redução do processo social material de significados a “ideias” formadas e separáveis⁹⁸. Na transição do segundo para o terceiro capítulo do fascículo, Bernardet e Galvão separam a análise das décadas de 1950 e 1960, e o “pai” do Cinema Novo, bem como as ideias que ensejaram aquele movimento de cinema independente, são simplesmente isolados como um caso excepcional da década anterior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, busquei apresentar algumas das questões caras à revisão do nacional-popular como eixo da produção cultural engajada que vêm sendo feita ao longo das últimas décadas⁹⁹. Não se trata de negar alguns apontamentos importantes acerca do dirigismo e do doutrinário que, não raramente, marcaram este ideário. Não é demais recordar que muitos dos atores envolvidos ou influenciados por esta produção artístico-cultural farão seus próprios “ajustes de contas” após o golpe civil-militar de 1964. A arte de vanguarda dos primeiros anos do regime militar será marcada pela crítica ao nacional-popular, em manifestações como a Tropicália e o Clube da Esquina.

Por um lado, o que esta nova revisão crítica busca apontar é a complexidade do contexto histórico do segundo pós-guerra e da cena cultural que surge a partir dele, resgatando sua historicidade, a pluralidade de ideias, experiências e signos daqueles produtos artístico-culturais. Por outro lado, busca também questionar e reavaliar a noção de autonomia que muitas vezes revestiu os críticos do nacional-popular, tomando seus escritos não como produção restrita ao “campo” acadêmico, mas sim como problema histórico e conjunto de apostas político-intelectuais.

98 Cf. a crítica ao conceito de ideologia em WILLIAMS, 1979, pp. 60-76.

99 Cf. NAPOLITANO, 2014a, 2014b.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Homero Freitas de. **O realismo socialista e suas (in)definições**. *Literatura e Sociedade*, São Paulo, v. 15, n. 13, p. 152-165, 2010.

AUTRAN, Arthur. **Alex Viany: Crítico e historiador**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

AUTRAN, Arthur. **Alex Viany e Guido Aristarco: Um caso das idéias fora do lugar**. In: FABRIS, Mariarosaria [et al.]. *Estudos Socine de Cinema*. Porto Alegre: Sulina, ano III, p. 101-107, mai. 2003.

AUTRAN, Arthur. **A questão industrial nos congressos de cinema**. In: CATANI, Afrânio Mendes [et al.]. *Estudos Socine de Cinema*. São Paulo: Editora Panorama, ano IV, p. 225-232, out. 2003.

BERNARDET, Jean-Claude. **O “Cinema Nôvo” e a Sociedade Brasileira**. In: Celso Furtado (coord.). *Brasil: Tempos Modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BERNARDET, Jean-Claude; GALVÃO, Maria Rita. **Cinema: Repercussões em caixa de eco ideológica (As idéias de “nacional” e “popular” no pensamento cinematográfico brasileiro)**¹⁰⁰. São Paulo: Editora Brasiliense / EMBRAFILME, 1983.

BERNARDET, Jean Claude. **Brasil em Tempo de Cinema (Ensaio Sobre o Cinema Brasileiro de 1958 a 1966)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Hegemonia burguesa e independência econômica: Raízes estruturais da crise política brasileira**. In: Celso Furtado (coord.). *Brasil: Tempos Modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CEVASCO, Maria Elisa. **Para ler Raymond Williams**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

COUTINHO, Eduardo. **Nota introdutória**. In: BERNARDET, Jean-Claude. *Brasil em Tempo de Cinema (Ensaio Sobre o Cinema Brasileiro de 1958 a 1966)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

100 Como já foi destacado, este livro é o resultado de uma pesquisa realizada para o Núcleo de Estudos e Pesquisas da FUNARTE. Ele é parte de um conjunto de estudos sobre os conceitos de nacional e de popular na cultura brasileira e, assim como os demais livros da coleção coordenada por Aداuto Novaes, foi disponibilizado na internet pelo Instituto Moreira Salles. Em sua versão *online*, o livro encontra-se dividido em três partes: *O Nacional e o Popular na Cultura Brasileira – Cinema I*. Disponível em: <https://artepensamento.com.br/item/o-nacional-e-popular-na-cultura-brasileira-cinema-i/>; *O Nacional e o Popular na Cultura Brasileira – Cinema II*. <https://artepensamento.com.br/item/o-nacional-e-popular-na-cultura-brasileira-cinema-ii/>; *O Nacional e o Popular na Cultura Brasileira – Cinema III*. <https://artepensamento.com.br/item/o-nacional-e-popular-na-cultura-brasileira-cinema-iii/>. (Acessado em 06/08/2020). Nesta pesquisa, utilizamos a edição da editora Brasiliense em parceria com a Embrafilme, de 1983.

CHAUÍ, Marilena. **O nacional e popular na cultura brasileira**: Seminários. Disponível em: https://artepensamento.com.br/item/o-nacional-e-popular-na-cultura-brasileira-seminarios/?fbclid=IwAR0cs41H0vRyFgDsbou5Bpd1dMxj-6WEhZOF1wadl_vkGvRnhtZHSKbP19hs. Acesso em: 1 de setembro de 2020.

FURTADO, Celso. **Brasil: Da República Oligárquica ao Estado Militar**. In: (coord.) *Brasil: Tempos Modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GALVÃO, Maria Rita. **Burguesia e Cinema: O caso Vera Cruz**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

LAHUERTA, Milton. **Intelectuais e resistência democrática – vida acadêmica, marxismo e política no Brasil**. Cadernos AEL, Campinas, v. 8, n. 14/15, pp. 56-93, 2001.

NAPOLITANO, Marcos. **A breve primavera antes do longo inverno: uma cartografia da cultura brasileira antes do Golpe de Estado de 1964**. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 18, pp. 418-428, 2014a.

NAPOLITANO, Marcos. **Esquerdas, política e cultura no Brasil (1950-1970) um balanço historiográfico**. *Rev. Inst. Estud. Bras.*, n.58, pp.35-50, 2014b.

NOVAES, Adauto. Apresentação. In: BERNARDET, Jean-Claude; GALVÃO, Maria Rita. **Cinema: Repercussões em caixa de eco ideológica (As idéias de “nacional” e “popular” no pensamento cinematográfico brasileiro)**. São Paulo: Editora Brasiliense / EMBRAFILME, 1983.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira – Cultura brasileira e indústria cultural**. São Paulo, Brasiliense, 2001.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil – Entre o povo e a nação**. São Paulo: Editora Ática S. A., 1990.

PERRUSO, Marco A. **Em busca do “novo”: movimentos sociais no pensamento social brasileiro dos anos 1970/80**. *Perspectivas*, São Paulo, v. 37, pp. 249-268, 2010.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1995.

SANTOS, Daniela Vieira. **Revisitando o Nacional Popular na Cultura: uma proposta sociológica de contextualização do termo no Brasil**. *XVI Congresso Brasileiro de Sociologia*, v. 16. p. 1-22, 2013.

SOUZA, Carlos Roberto de. **Cinema em tempos de Capanema**. In: BOMENY, Helena (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista: Ed. Universidade de São Francisco, pp. 153-182, 2001.

SZWAKO, José; ARAUJO, Ramon. **Quando novos conceitos entraram em cena: História intelectual do “populismo” e sua influência na gênese do debate brasileiro sobre movimentos sociais.** *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 32, n. 67, pp. 469-499, mai-ago 2019.

WEFFORT, Francisco Correa. **O populismo na política brasileira.** In: Celso Furtado (coord.). *Brasil: Tempos Modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WEFFORT, Francisco Correa; CHAÚÍ, Marilena; DEBRUN, Michel; LAFER, Celso (et al.). **Debate: A Crise Política e Institucional.** *Revista de Cultura Contemporânea*, ano 1, n. 2, pp. 44-66, 1979.

WILLIAMS, Raymond. **Cine y socialismo.** In: _____. *La política del modernismo: Contra los nuevos conformistas*. Buenos Aires: Ediciones Manantial, 1997.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

18

Marcel Villemor Jofily de Lima

**diagnóstico e ruptura
na obra de paulo da silva prado:**

INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado no II Seminário de Pensamento Social Brasileiro é decorrência da pesquisa de mestrado defendida em agosto de 2018 no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Com o título de *“Paulo Amigo”: novas perspectivas e documentos para o estudo da obra de Paulo Prado*, o trabalho buscou desvelar o processo de construção da obra *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira* publicado em 1928 por Paulo da Silva Prado (1869-1943).

Por meio de uma exaustiva pesquisa documental, o estudo evidencia o papel central do historiador cearense João Capistrano de Abreu (1853-1927) no processo de orientação acadêmica de Paulo Prado. Como observado na pesquisa, o livro responde a uma necessidade muito pessoal do autor de se posicionar em relação às questões nacionais do período. Para além de expressar sua posição, Prado tinha por objetivo se colocar enquanto intelectual que maneja os fatos com o rigor documental que uma obra historiográfica demanda.

Como a dissertação mostra, sua tentativa é frustrada, em parte, pela morte de Capistrano de Abreu em 1927, cerca de um ano antes do lançamento do livro. Com isso, podemos observar a obra de Paulo Prado como dividida em duas partes. A primeira compreende os três primeiros capítulos e, nela, é possível notar o peso da orientação de Capistrano, com muitas referências e temáticas oriundas da obra do próprio historiador.

A segunda parte engloba o último capítulo e o “Post-scriptum”. O último capítulo, que fora publicado no jornal *O Estado de São Paulo* entre março e maio de 1928, já nos apresenta um forte traço de personalidade na escrita. Menos referências e mais opiniões marcam um capítulo que, como vimos durante a pesquisa, reflete muito algumas experiências pessoais do autor. Por fim, o “Post-Scriptum” revela

o posicionamento político e intelectual de Paulo Prado. Uma parte que assume um forte tom de manifesto contra a situação política do país e que, em alguma medida, representa os ideais de uma fração da classe econômica dominante.

Dessa forma, nossa proposta nesse trabalho se divide em três partes. A primeira pretende contextualizar brevemente a obra. Já a segunda, observar o momento em que Paulo Prado escreve seu livro. Por fim, a terceira propõe destrinchar a última parte do livro, o “Post-Scriptum”, observando a relação entre duas ideias que Prado trabalha constantemente: o diagnóstico, a situação em que se encontrava o país, e a ruptura, a solução para os problemas do Brasil.

UM RETRATO IMPRESSIONISTA

O *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira* não foi a primeira incursão de Paulo Prado no mercado editorial. Em 1925, Prado havia reunido uma série de artigos escritos sob supervisão direta de Capistrano de Abreu em uma obra de nome *Paulística*. Após sua estreia no ramo, o autor almejava uma obra mais robusta, mais impactante. Como dizia o próprio autor, o método escolhido havia sido o impressionista, com a liberdade e o carregar nas tintas que caracterizavam a escola estética. O livro, de fato, experimentaria um sucesso surpreendente que o levou a ser reeditado por três vezes em apenas cinco anos, algo notável para o período.

Com dissemos anteriormente, os três primeiros capítulos do livro contaram com a orientação direta de Capistrano de Abreu e, por isso, apresentam um maior rigor do ponto de vista documental e das referências utilizadas no texto. No primeiro capítulo, Paulo Prado aborda a temática da luxúria. Prado alimenta a teoria da visão edênica que teria

inspirado a narrativa do paraíso na terra, isso teria desencadeado um comportamento luxurioso do ponto de vista sexual. Dessa forma, Prado aponta para a condenação de uma vida de valores morais subvertidos pela relação sexual fácil do homem europeu com a índia americana.

No segundo capítulo, Paulo Prado adentra a temática da cobiça. Nele, o autor aponta para os efeitos deletérios que duzentos anos de busca por ouro causaram no povo que aqui habitava, uma vida que aos poucos era consumida em todos seus objetivos pela fome de ouro. Nesses dois primeiros capítulos, Prado tenta reunir elementos que justifiquem um certo entorpecimento do povo que aqui vivia por dinâmicas que minavam toda e qualquer possibilidade de um desenvolvimento dentro de um pragmatismo e, acima de tudo, de uma moralidade.

O terceiro capítulo parecer ser uma precoce amarração dos efeitos psicológicos causados pela luxúria e pela cobiça no povo brasileiro. Prado enxergava no Brasil um povo tomado pela tristeza, pela melancolia de um viver imoral, resultado dos abusos venéreos e do apetite pelo enriquecimento fácil por meio do ouro. Importante ressaltar que Prado aliena ao caráter do brasileiro esse elemento da tristeza. Trata-se de uma afirmação fortemente determinista.

O quarto capítulo do livro versa sobre as influências do romantismo no desenvolvimento do caráter do povo brasileiro. Paulo Prado imputa essa propensão a uma certa emotividade que afastava o povo de um pragmatismo mínimo. A pesquisa de mestrado mostrou que Prado possui um certo ressentimento, oriundo de questões pessoais para com o romantismo. Por fim, cabe lembrar que este capítulo, um pouco mais pessoal e autoral, foi escrito após a morte de Capistrano de Abreu.

A última parte do livro, o “Post-Scriptum”, foi escrita por Paulo Prado entre março e outubro de 1928. Esse período é de suma importância para discreta vida política de Paulo Prado, pois foi um momento crucial para as ambições políticas do Partido Democrático, do qual

ele, juntamente com seu pai, o Conselheiro Antonio Prado, havia sido fundador. Nas eleições municipais de 1928, o Partido Democrático viu seu projeto alternativo ser derrotado pelo Partido Republicano Paulista. A esse momento, podemos atribuir o tom de manifesto político que o “Post-Scriptum” assume. Um tom de quem almejava o desfazer da lógica política vigente até então.

OS DIAGNÓSTICOS DA DÉCADA DE 1920

A década de 1920 é marcada pelo surgimento de artigos e obras que tinham por objetivo interpretar a realidade brasileira. Fossem nos jornais ou em revistas como a *Revista do Brasil*, a importância desse tipo de texto se dá pela tradução dos pensamentos e das questões que permeavam os intelectuais do período: como colocar o país no trilho do progresso e da modernidade. O enfoque de grande parte deles se dava na procura por respostas em um passado colonial e marcado pelo atraso econômico-social.

Nas páginas do *Retrato do Brasil*, podemos observar uma grande presença de construções que nos evidenciam o papel que o determinismo científico tinha no começo do século XX. Ideias fundadas no higienismo e na eugenia se tornaram base argumentativa de diversos artigos acerca do país. Aliava-se a isso o que ficou conhecido como *determinismo climático*, a ideia de que o clima tropical não favorecia o desenvolvimento de um povo civilizado. Essa visão compartilhada de que uma explicação de fundo científico poderia explicar tudo resulta em um modelo de análise composto pelo diagnóstico e a terapêutica necessária.

Estava em voga uma conexão entre as enfermidades a que estavam expostas grande parte da população, como o personagem *Jeca Tatu* de Monteiro Lobato, e uma possível decadência moral, incompatível

com a civilização. Ângela de Castro Gomes e Martha Abreu em “A nova ‘Velha’ República: um pouco de história e historiografia” observam essa linha argumentativa como uma justificativa para atribuir ao povo uma noção de inaptidão para a ação política. Vejamos a passagem:

Esse apagamento da esfera da participação política durante a Primeira República está relacionado com o diagnóstico então construído – e desde então acreditado – de que o “povo” brasileiro não tem capacidade de ação coletiva; que a sociedade brasileira, sendo inorgânica, é insolidária e, por isso, pouco afeita (praticamente de forma ontológica) às formas de associação de um modelo liberal-democrático. (ABREU; GOMES, 2009, p.4)

Na *Revista do Brasil*, a frequente ocorrência de artigos relativos à ciência e à medicina nos mostram esse apreço pela questão científica que passava a ser cada vez mais vista como uma argumentação definitiva. Inclusive, é na *Revista do Brasil* que observamos o desenvolver da prática dos diagnósticos da nação. A obra *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação* de Tania Regina de Luca se debruça sobre essa dimensão programática da publicação criada por Monteiro Lobato, que teve Paulo Prado como diretor de 1923 a 1925. A passagem de Luca pontua bem nosso argumento:

De uma exaltação contemplativa da beleza natural e das potencialidades ilimitadas da terra, passou-se a advogar a necessidade urgente de conhecer, explorar, administrar e defender o território. Contudo, não bastava arrolar medidas, era preciso passar à ação, o que forçava as elites pensantes a defrontarem-se com a realidade nacional, ensaiar diagnósticos e propor soluções para aqueles que lhes pareciam ser os nossos males. Proliferaram então discursos nos quais o Brasil interessava não pelo que era, mas pelo que poderia vir a ser. (LUCA, 1998, p.40)

Na segunda passagem, Tania Regina de Luca confirma nossa percepção sobre a validação e legitimação de toda e qualquer análise por meio da noção de *científico*. Para além disso, a historiadora nos confirma as análises deterministas que em muitos casos desaguavam em resultados céticos em relação as possibilidades do país.

Estabelecido o lugar da publicação na história da imprensa, é possível adentrar com maior segurança na análise do seu conteúdo. Dos seus 113 exemplares sobressai o desejo persistente de promover uma releitura do país. Os diagnósticos e projetos produzidos, que se pretendiam investidos de uma legitimidade então conferida apenas pelo adjetivo científico, traziam, frequentemente, a marca do desalento. Tendo tomado por guia paradigmas que consagravam noções deterministas de raça e meio, vários pensadores mostravam-se cépticos em relação ao grau de permeabilidade à civilização de uma região tropical, recém-saída da escravidão. (LUCA, 1998, p.77)

Observada a estrutura da obra de Paulo Prado e o contexto profícuo a esse tipo de conteúdo, nos cabe adiante analisar as construções feitas por Prado na parte final de seu livro.

DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA NA OBRA DE PAULO PRADO

Como já dissemos anteriormente, a última parte da obra *Retrato do Brasil* é um “Post-Scriptum” em que Paulo Prado expõe todas as suas ideias acerca da formação de uma identidade nacional e de como isso se refletia na situação política que o Brasil enfrentava no final da década de 1920. É interessante observar como Prado traz diversos elementos discutidos nos quatro capítulos do livro para uma realidade, para ele próprio, muito evidente no momento da escrita da obra.

Dessa forma, podemos pensar que o “Post-Scriptum” é dividido em duas partes: a do diagnóstico e a da terapêutica. Nesse primeiro momento do texto, poderemos observar a conjunção das tintas na formação do ‘retrato impressionista’ de Paulo Prado. Nosso objetivo aqui é demonstrar como o autor se utiliza dessas posições defendidas durante o livro para propor o seu próprio diagnóstico.

Paulo Prado já abre o texto propondo *alongar a vista pelo Brasil todo, pelos outros Brasis, onde com frequência se encontra o segredo do passado e a decifração dos problemas de hoje* (PRADO, 2012, p.127). Há aqui a ideia de que é no passado que encontraremos a correta interpretação dos problemas do presente.

Mais adiante, Paulo Prado inicia uma série de posicionamentos acerca da questão racial. O autor creditava à miscigenação o problema social que o país enfrentava. Carregado de elementos deterministas, sua argumentação trazia elementos muito em voga nos debates intelectuais. Vejamos uma passagem que sintetiza o pensamento de Prado:

Há, porém, o problema da biologia, o da etnologia, e mesmo o da eugenia. (...) Todas as raças parecem essencialmente iguais em capacidade mental e adaptação à civilização. Nos centros primitivos da vida africana, o negro é um povo sadio, de iniciativa pessoal, de grande poder imaginativo, organizador, laborioso. A sua inferioridade social, nas aglomerações humanas civilizadas, é motivada, sem dúvida, pelo menor desenvolvimento cultural e pela falta de oportunidade para a revelação de atributos superiores. Diferenças quantitativas e não qualitativas, disse um sociólogo americano: o ambiente, os caracteres ancestrais, determinando mais o procedimento do indivíduo do que a filiação racial. (PRADO, 2012, p.130)

O autor traz para sua análise o elemento do povo doente e viciado. Ao escrever sobre os mestiços no Brasil, Paulo Prado atribui a eles a imagem de *indefesos contra a doença e os vícios*, resultado do *intenso cruzamento de raças*. A miscigenação se sedimentava como o principal problema do país.

Paulo Prado insiste em uma abordagem determinista ao propor a presença de uma característica imoral no caráter brasileiro. A razão para ele de tal imoralidade endêmica fora a aceitação da escravidão. Vejamos uma passagem que ilustra bem:

Na promiscuidade do convívio, verificava-se que a escravidão foi sempre a imoralidade, a preguiça, o desprezo da dignidade

humana, a incultura, o vício protegido pela lei, o desleixo nos costumes, o desperdício, a imprevidência, a subserviência ao chicote, o beija-mão ao poderoso – todas as falhas que constituíram o que um publicista chamou a filosofia da senzala, em maior ou menor escala latente nas profundezas inconfessáveis do caráter nacional. (PRADO, 2012, p.133)

Paulo Prado também se enveredou por análises psicológicas para justificar a incapacidade do Brasil de se colocar enquanto civilização. Por outro lado, Prado atribuía a elementos como a indolência e a passividade da população o fato de o Brasil conseguir preservar a unidade social e política do território. Vejamos uma passagem em que fica evidente a apatia à qual se refere Prado:

(...) diz o nosso profundo indiferentismo, feito de preguiça física, de faquirismo, de submissão resignada diante da fatalidade das cousas. (...) não conseguimos preparar a argamassa que liga os grandes povos idealista. Explosões esporádicas de reação e entusiasmo apenas servem para acentuar a apatia cotidiana. (PRADO, 2012, p.134)

É interessante ver como Paulo Prado alterna a imagem do doente entre o povo e a nação. A lógica parece ser evidente, o povo doente forma uma nação doente. Em outra passagem o autor se refere ao povo doente e, por isso, primitivo. Diz ele que: *Nas povoações crestadas no Nordeste reinam como nas épocas primitivas as credices e o fanatismo das "santidades". O paludismo, a cachaça, a sífilis, o amarelão, a indolência desanimada, completam o quadro.* (PRADO, 2012, p.137) Mas Prado parece também imputar à nação a culpa pela doença do povo. O autor passa uma sensação de uma terra que, por ser tão rica, incapacitou o povo de explorá-la com a firmeza civilizatória. Vejamos uma passagem:

Damos ao mundo o espetáculo de um povo habitando um território, que a lenda – mais que a verdade – considera imenso torrão de inesgotáveis riquezas, e não sabendo explorar e aproveitar o seu quinhão. Dos agrupamentos humanos de mediana importância, o nosso país é talvez o mais atrasado. O Brasil, de fato, não progride: vive e cresce, como cresce e vive uma

criança doente, no lento desenvolvimento de um corpo mal organizado. (PRADO, 2012, p. 136)

Findada essa primeira parte em que Paulo Prado traça esse retrato cheio de determinismos científicos calcados, em grande parte, em aspectos psicológicos; o autor se debruça sobre os problemas que considera de ordem prática. Já é possível notar que o tom da escrita de Prado, nessa parte de sua obra, indica um pessimismo generalizado, não só em relação ao passado, mas também em relação ao futuro.

Paulo Prado então inicia uma análise das deficiências do país setor a setor. Observa os elevados encargos e impostos que minam a produção brasileira, passa pelos problemas enfrentados pela agropecuária e todos seus custos e deficiências de infraestrutura. Ataca as forças armadas, depauperadas. Ataca o analfabetismo generalizado. Alerta para a dependência desmedida de importações no Brasil. Passada essa enunciação de problemas do país, Prado nos apresenta o motivo maior que determina o momento da nação na dinâmica década de 1920:

Sobre este corpo [do Brasil] anêmico, atrofiado, balofo, tripudiam os políticos. É a única questão vital para o país – a questão política. Feliz ou infelizmente, não há outro problema premente a resolver: nem social, nem religioso, nem internacional, nem de raças, nem graves casos econômicos e financeiros. (PRADO, 2012, p.140)

Com seu diagnóstico bem construído com os argumentos mais em voga no período, Paulo Prado propõem a sua solução: *Para tão grandes males parecem esgotadas as medicações da terapêutica corrente: é necessário recorrer à cirurgia. (...) duas soluções catastróficas: a Guerra, a Revolução* (PRADO, 2012, p.142). Seu apreço pela ruptura total com a ordem vigente vem acompanhada de uma premonição que, sem dúvida, rendeu a ele grande atenção, um herói providencial vindo do Rio Grande do Sul seria o responsável por solucionar os problemas do Brasil.

A ruptura se mostra insuficiente para Paulo Prado. É necessário um apagamento de tudo que havia sido feito de errado, *seria encerrar*

numa modalidade estreita a ânsia de renovação que é a própria pulsação vital da história. A Revolução virá de mais longe e de mais fundo. Será a afirmação inexorável de que, quando tudo está errado, o melhor corretivo é o apagamento de tudo que foi malfeito. (PRADO, 2012, p.142)

Há aqui uma noção de extinção das tentativas pretéritas no âmbito da política brasileira. No final do “Post-Scriptum”, Paulo Prado retoma seu tom alarmista e ressalta a necessidade de se fazer tábula rasa do país para buscar a renovação total. Vejamos a passagem final:

Em meio desse cataclismo em preparo, que papel caberá ao Brasil? O da mais completa ignorância do que se passa pelo mundo afora. Dorme o seu sono colonial. Ainda acredita no embalo dos discursadores, nas teorias dos doutrinários e na enganadora segurança dos que monopolizaram, pela fraqueza dos indecisos, as posições de domínio e proveitos. Não vê o desastre que se aproxima; não vê o perigo de estarmos à margem dos grandes caminhos mundiais da navegação e da aviação; não vê que a terra se tornou pequena demais para os imperialismos, pacíficos ou guerreiros – e que é um paradoxo a laranjeira à beira da estrada, carregada de laranjas doces... Apesar da aparência de civilização, vivemos assim isolados, cegos e imóveis, dentro da própria mediocridade em que se comprazem governantes e governados. Neste marasmo podre será necessário fazer tábua rasa para depois cuidar da renovação total.” (PRADO, 2012. p.143)

O autor então termina sua obra com um otimismo que, de tão cético, se revela pessimista ao declarar *a confiança no futuro, que não pode ser pior do que o passado* (PRADO, 2012, p.144).

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha. GOMES, Ângelo de C. A nova ‘Velha’ República: um pouco de história e historiografia. **Tempo**, Rio de Janeiro, v.13, n.26, p. 1-14, jan. 2009.
- CARONE, Edgard. **A República Velha: evolução política**. São Paulo: Difel, 1974.

DUTRA, Eliana de F. O não ser e o ser outro. Paulo Prado e seu Retrato do Brasil. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.14, n. 26, p. 233-252, 2000.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: Moderno, modernista, modernização. *In*: LORENZO (Org.), Helena Carvalho de. COSTA, Wilma Peres da. (Org.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

LUCA, Tania R. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

PERISSINOTTO, Renato M. **Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889-1930)**. Tomo I, São Paulo: Editora Annablume, 2000.

PRADO, Maria Lígia C. **A democracia ilustrada (O Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934)**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SCHWARCZ, Lilia M. As marcas do período. *In*. **Coleção História do Brasil-Nação: 1808-2010**. Rio de Janeiro: Objetiva, v.3, 2012.

WALDMAN, Thaís C. **Moderno Bandeirante: Paulo Prado entre espaços e tradições**. São Paulo: Editora Alameda, 2014.

19

Maro Lara Martins

Entre Americanos e Ibéricos:

Teoria Social na Primeira
República Brasileira

Um dos temas clássicos das ciências sociais refere-se a uma articulação entre intelectuais, sociedade e política no andamento moderno brasileiro¹⁰¹. Nesse cenário, polarizaram-se os estudos sobre os intelectuais em torno de duas perspectivas: uma que se atém a dimensão de uma história das ideias; outra que insiste na reconstrução estritamente sociológica do intelectual, visando à composição de uma sociologia dos intelectuais. Guardada as opções metodológicas, a primeira orientação tem como preocupação principal a análise de textos, contextualizados em função das interpretações implicadas sobre os processos sociais estudados e das configurações históricas abrangentes a partir das quais se constituiriam. Enfatiza-se, na segunda, a reconstrução sociológica dos meios específicos nos quais a atividade intelectual se realizaria em meio às disputas motivadas pelas possibilidades de acesso e controle das posições dominantes do campo de atividades estudado¹⁰².

De um lado, os que buscam decifrar a lógica interna dos textos e seus significados inscritos na própria tessitura da escrita como instância decisiva para a compreensão de ideias e sentidos. De outro lado, os que se propõem analisar as condições sociais de produção dos textos e a rede de vinculações que envolveriam autores, instituições e obras, decifrados em função das experiências concretas dos seus produtores.

Neste texto, optamos por uma análise a partir de uma concepção da linguagem e do texto produzido como tentativa de ordenação do mundo. Assim, os intelectuais são entendidos como um grupo social cuja ação se centra para a organização da cultura¹⁰³. Esse sentido da ação social dos intelectuais está voltada para uma racionalização do mundo, a partir de um encadeamento teórico produtor de conceitos. Ideias, que servem como uma espécie de norte orientador de indivíduos e de grupos sociais. Na modernidade brasileira, adquirem

101 Texto publicado na Revista Sociologia & Política Volume 9, nº 17, outubro de 2010

102 Para uma discussão mais abrangente sobre essa diferença metodológica: MAIA, 2008; MICELI, 1989.

103 Não como negar a dívida com GRAMSCI, 2004 e no caso específico do Brasil WERNECK VIANNA, 1997.

papéis fundamentais no artifício do mundo público, na composição dos interesses, na motivação às ações sociais, nas alterações institucionais, na organização da cultura.

Em suma, os intelectuais são os empreendedores de uma cultura política através dessa racionalização efetuada pela linguagem e por sua ação enquanto grupo social. Nesses termos, é válido dizer que os homens produzem conhecimento sobre o seu presente, interpretam o passado da sociedade em que vivem e são capazes de iluminar o futuro, e isso não de forma teleológica, mas sim de um ponto de vista político prático, mobilizador de ações sociais e estimulador de interações entre indivíduos, gerador de solidariedades tanto verticais quanto horizontais, inseridos em uma rede de interdependência. Não se trata mais de percebê-los como produtores de conceitos que somente classificam experiências, mas sim de conceitos que criam e recriam experiências e expectativas. Experiências individuais e experiências coletivas. Expectativas individuais e expectativas coletivas¹⁰⁴.

Em primeiro lugar, nos propomos a discutir as ideias pelas quais Alberto Sales, Sílvio Romero e Oliveira Vianna, norteavam sua posição dentro da sociedade, no sentido de definir seu papel e suas incumbências no mundo em que viviam. O que está em jogo, é a criação de uma autoimagem pela qual sua sociabilidade era estabelecida. Isto incluía os pressupostos de uma ação interventora dentro da sociedade, seja pelos referenciais cientificistas, seja pela idealização de uma civilização europeia em relação ao atraso brasileiro, seja pela experiência vivida e a recusa pela organização sócio-política instituída, seja pelos resultados obtidos por suas reflexões.

Por outro lado desta ponderação, cabe a avaliação das idealizações efetuadas por estes autores sobre o mundo em que viviam. Trata-se também da constituição de uma teoria do conhecimento.

104 Sobre a percepção da experiência e da expectativa na modernidade, inspiro-me sobretudo em KOSSELECK, 2006.

Desta forma, somos levados a cogitar o modo pelo qual o mundo em que viviam era caracterizado. Estes pontos nos levam a outro panorama reflexivo, que se refere a construção de uma tradição e de uma história que fossem genuinamente brasileiras, que incluía tanto uma concepção de *tempo histórico* peculiar, como a elucidação dos personagens característicos desta história. O aparecimento da história como fonte de conhecimento da política e da sociedade merece atenção, pois, a partir do momento em que se criou um conjunto de instrumentos intelectuais, capazes de fundamentar as opções tomadas pelos pensadores na construção de teoremas de organizações sócio-políticas, houve um processo de depuramento das possibilidades práticas justificadas através da história. O ponto comum que se ressalta são as contradições e os percalços da modernidade à brasileira.

De certo, não é tarefa das mais fáceis a resposta imediata a esses questionamentos. A definição do “quem somos” e do nosso destino, estaria condicionada às idealizações sobre o passado, construindo as próprias idiossincrasias. Este processo construtivo, no Brasil, nunca se completou por inteiro. Não temos uma história linear ou definitiva. Qualquer que fosse o caminho a ser percorrido, o passado era o ponto central de onde qualquer solução precisaria ser encontrada. Esta carga atávica apareceu sempre como ponto de partida para se construir o futuro. As linhagens teóricas, americanista e iberista, em certo sentido, fornecem argumentos importantes nessa busca por uma interpretação do caso brasileiro. (WERNECK VIANNA, 1997; BRANDÃO, 2005) Os que associavam a América como modelo para o mundo moderno e os que percebiam as dificuldades de um caminho fora do eixo norte-americano/europeu-ocidental, recorriam, igualmente, ao passado para justificar os obstáculos à modernidade brasileira.

Tornaram-se clássicas as afirmações de Richard Morse (1987) sobre o espelho entre as duas Américas, as de matrizes ibéricas e americanas. O ponto central deste debate era a relação entre o privado e o público, entre o indivíduo e a comunidade, herdada pelas

Américas em seu processo constitutivo colonial. No iberismo, haveria a identificação da ausência do individualismo anglo-saxônico como fator explicativo da incapacidade brasileira para se organizar a sociedade política. Haveria uma análise entre os iberistas, sobre a ausência do espírito de iniciativa, a fragilidade da consciência coletiva e a excessiva dependência do Estado, portanto, não se teria a formação da cultura material e do civismo da América anglo-saxônica. A tradição iberista salientaria os aspectos integrativos, participativos e afetivos, com ênfase na comunhão, na incorporação, na predominância do todo sobre o indivíduo. Em contraponto, a perspectiva americanista elaboraria o elogio ao individualismo, ao *self-made man*, ao materialismo e à política como lugar do conflito.

No plano do processo histórico concreto, com o advento da República brasileira e a Constituição de 1891, organiza-se uma caminhada rumo a certo tipo de americanismo. Um americanismo reinventado, que reposicionou os agentes no interior de uma estrutura de poder e de um novo princípio de autoridade, consagrando uma nova ordem legal, que possuía como elemento central o reconhecimento da autonomia política dos Estados, e sua consequente incorporação ao sistema federativo. Entretanto, a partir da solução imposta por Campos Sales, se manifesta a ambiguidade das novas práticas e a sobrevivência de velhos hábitos, como a forma geral dos conflitos, expresso na luta entre facções, na investidura da autoridade nas práticas eleitorais, e na relação público/privado, geral/particular. (ANDRADE, 1981) A política dos governadores bloqueava o sistema de diferenciação política, negando as situações conflituosas do mundo público. A República brasileira nascera sem um programa efetivamente democrático. (CARVALHO, 1987; LESSA, 1988)

Nesta República, encarnava-se a simbiose entre a penetração dos interesses modernos, americanistas, com o patriarcalismo moral tradicional, iberista. Neste redemoinho, nesta espécie de revolução sem luta, a

início estritamente política, contraditória na Carta de 1891 com sua efetividade prática, juntaram-se elementos aparentemente irreconhecíveis entre si. Tanto a América quanto a Ibéria, carregavam em si, o peso do passado e reconfigurava aquele contexto. (WERNECK VIANNA, 1997)

O empreendimento teórico de Alberto Sales centrava-se na tentativa de elucidação dos meandros evolucionários que permitiriam a evolução histórica e a formação das idiossincrasias das nacionalidades. Existiam duas proposições gerais em toda sua obra postas na ação do tempo: uma proposição teórico-política, de afirmação da teoria republicana e democrática de organização estatal associada ao liberalismo, e, uma proposição teórica-social, de abordagem do mundo industrial e dos meandros sociais que permeiam a nacionalidade, como a solidariedade e a cooperação no mundo moderno.

Alberto Sales procurava o retorno às nossas raízes americanas. Em sua opinião, o desenrolar civilizatório nos trópicos, especialmente enquanto novo mundo, nova sociedade e novo homem genuinamente americanos, fora interrompido pela vinda da família real portuguesa em 1808. Fato este, que promoveu o desajuste entre o *tempo social* e o *tempo político*. A obra da monarquia sobre esse *tempo social*, produtor de ineditismos, arrefeceu as características americanistas, liberais e democráticas.

Segundo Sílvio Romero, teríamos elementos ibéricos e americanos de uma forma bastante peculiar, nunca se esquecendo que em nosso teatro histórico, estava montado o palco de uma civilização que se reinventava. A tônica de sua argumentação se baseava sobretudo na formação de um novo homem e uma nova cultura, possibilitados pela miscigenação. Em certo sentido, Romero representa a tensão entre a concepção de América, encarnada por Alberto Sales e a Ibéria de Oliveira Vianna. Pela disputa entre essas matrizes rivais, sem que uma interpele completamente a outra, a cada momento de sua vida, admitiu elementos de ambas.

Assim como em Alberto Sales e Sílvio Romero, em Oliveira Vianna, as relações efetuadas entre a concepção de história, de política e sociedade, estão cunhadas como pressupostos para a organização do Estado. Para ele, neste território, a América seria outra, a de “baixo”, caracterizada pelos atavismos da colonização. A saída estaria em retomar os projetos efetuados pelo Estado Português, e, principalmente, a concretização da obra da monarquia. O que predomina no fundo, como marca civilizatória são os elementos ibéricos. A República não dera conta de apagar essa fatalidade do ambiente social e político. No entanto, tal Ibéria estaria escondida, agindo subterraneamente no Brasil real. Vianna observava a inadequação da composição entre o liberalismo e o federalismo como projeto civilizatório. Sobretudo, por não serem instrumentos capazes de induzir a integridade nacional, a ordem, a legalidade e o ajustamento com a realidade social. Seriam ideias exógenas que não compartilhariam o senso de realidade que se monta a partir da constituição de um *homo sociologicus* desde a Colônia.

ALBERTO SALES E A LATÊNCIA AMERICANISTA

Leitor de Spencer, Comte, Stuart Mill e Tocqueville, Alberto Sales ansiava a concretização da imagem que este último fizera anos antes da América. Desde a viagem de Tocqueville aos Estados Unidos, no século XIX, esse se tornou mais um paradigma de constituição social e política, cujo exemplo lastreava a humanidade: a democracia (JASMIN, 2005). Nada melhor do que estudá-la no seu caso mais específico e onde seu “espírito” mais se desenvolvia: a América, que na verdade, seria um apêndice do caso inglês. Para tanto, Tocqueville (1977) desenvolveu uma análise da sociedade americana procurando os fundamentos, as causas e o funcionamento desta democracia. Ele estabeleceu reflexões sobre os aspectos políticos, jurídicos, culturais e sociais da organização democrática norte-americana.

A América, vista por Tocqueville, possuía um interessante ponto de partida: a unidade linguística e cultural, as origens comunais de governo e a crença na soberania do povo, se atentando para o fato de que a América teria o mesmo grau de civilização (costumes e hábitos do povo). A especificidade do caso americano se encontrava, para ele, na participação do povo no que diz respeito à coisa pública, tendo por sentido, a ação baseada no bem comum, estimulado pela dinâmica da comuna (township) e pela própria estrutura administrativa. A descentralização administrativa seria um imperativo para a liberdade. As instituições democráticas exigiriam que cada cidadão desempenhasse um papel prático no governo, moderando o seu excessivo gosto pelas teorias gerais, o americano, seria assim, um ser social pragmático.

Na América de Tocqueville, a democracia uniria o interesse particular ao interesse geral, para breçar o individualismo. As instituições sempre lembrariam ao indivíduo que ele está em sociedade. A doutrina do interesse bem compreendido seria um empreendimento filosófico e moralista, que se reforçaria através do hábito e ressaltaria a questão da utilidade das proposições na vida prática e cotidiana do indivíduo. A moral proveniente das associações uniria os homens ao redor de interesses grupais, a religião afagaria os interesses materiais na igualdade. A liberdade seria o único recurso que obrigaria os cidadãos a se basearem nos negócios comuns, na medida em que, a igualdade de condições estimularia o individualismo. A liberdade democrática gerava a procura de prazeres materiais através da indústria. (WERNECK VIANNA, 1997)

Segundo Alberto Sales, seria nesta “América tocquevilleana”, o modelo específico de entrada na modernidade da qual o caso brasileiro seria parte integrante. Ele apontava que “todas as aspirações, todos os sentimentos, convergem hoje para o regime da mais perfeita igualdade; e quando uma crença se enraíza no coração das massas, ela passa imediatamente da ordem social para a ordem política. De sorte que a abolição dos privilégios sociais traz como consequência inevitável a eliminação dos privilégios políticos.” (SALES, 1985,

p.52) O mundo do interesse público se associava à aspiração moderna da igualdade, tendo em vista a promoção do bem comum via participação política e a satisfação dos interesses sociais.

A autonomia política, administrativa, econômica e financeira, dos Estados e Municípios criaria um novo sentido às atividades públicas, pois, indivíduo e Estado, se tornariam entidades mais próximas. Seria assim, que a Constituição e o Direito se caracterizariam como monumentos orgânicos da própria sociedade, uma vez que, deveriam consagrar “de uma maneira formal e positiva, todas as liberdades individuais e sociais e cercá-las de todas as garantias precisas para a sua efetividade real, de modo a ficarem todas completamente fora da ação do poder político.” (*Ibid.*, p.37)

Apontava neste sentido o forçoso advento de uma autoridade reguladora desta diversidade das necessidades que brotariam dos agrupamentos sociais, responsáveis também, pelo fenômeno da cooperação social. “À cada órgão a sua função e a cada função o seu órgão.” (*Ibid.*, p.22) A autonomia política dos Estados, e o conseqüente processo de descentralização, propiciariam o desenvolvimento moral e material da sociedade. A chamada lei do progresso em sociologia, inspirada em Spencer, montada sobre a dicotomia integração/desintegração, ou em outra chave, conservação/renovação, preconizava o papel da reconstrução da nacionalidade, ao estipular pelo federalismo, a unidade nacional.

Deste modo, estava montado o arquétipo do sistema representativo saleano. Da união entre o interesse liberal, o federalismo e a evolução social, o resulta seria o sistema representativo à americana. Tratava-se de reorganizar esta pulsão democrática, perdida com a chegada da família real ao Brasil, dentro do organismo social.

Que no sistema representativo não se reconhece parcela alguma do poder público, que não tenha a sua origem na sociedade: que a nação não deve ser privada um só instante do poder de fiscalização, por isso que ela deve, quando quiser, regular todas as

funções do governo; que a autoridade governamental não é objeto de transmissão hereditária, que se adquira pelo simples fato do nascimento; que todas as funções públicas devem se achar subordinadas ao princípio eletivo, visto como poder de fiscalização suprema deve residir inteiro na nação; que os indivíduos que exercem o poder governamental devem todos ser escolhidos pela nação, em virtude do elemento eletivo ou móvel, único capaz de impedir que esse mesmo poder venha a se degenerar em uma soberania de direito plena e constante; e finalmente, que a mudança é tão necessária ao governo como a própria divisão dos poderes. (*Ibid.* p.44)

A ação do sistema representativo deveria estimular o desenvolvimento dentro da ordem gerando a organicidade e funcionalidade próprias ao progresso moderno. Para Sales, a ordem social, poderia ser natural ou artificial, “conforme se o lugar que cada indivíduo ocupa no seio da sociedade é determinado imediatamente pelas suas próprias aptidões ou por uma vontade arbitrária qualquer.” A ordem na democracia deveria ser engendrada pelo processo contínuo do tempo histórico, conservação/renovação. A monarquia brasileira era vista como o regime da “imobilidade e da permanência: a negação formal de todo espírito de renovação.(...) A República, ao contrário, é um governo essencialmente elástico, essencialmente liberal, essencialmente perfectível”, assim, “é um governo em que a soberania popular reside inteira na nação, em que todas as atividades são cuidadosamente aproveitadas, em que as modificações se fazem com facilidade; em uma palavra, é um governo de discussão e publicidade.” (*Ibid.* p.50)

O liberalismo de Sales, o levava a crer, que a participação política se daria através da organização dos interesses, criados espontaneamente pela sociedade. Assim, à “iniciativa individual é que se deve deixar entregue a livre expansão da atividade mercantil, ocupando-se apenas o Estado em favorecer, por meio da mais ampla liberdade de associação e contrato, o constante conagraçamento dos

esforços e dos capitais particulares.” (*Ibid.* p.26) Neste mundo dos interesses, estava presente a noção de uma sociedade orgânica e funcional. Pela junção destes interesses individuais, fomentados pela cooperação rumo à concretização de objetivos comuns, a integração social se daria pela identidade de funções dentro do organismo social. Pelo conjunto de dependência mútua entre estas funções se criariam as condições para a integração da nacionalidade. Esta seria a mesma lógica, aplicada por Sales, em sua versão do federalismo. Pelo interesse individual, chegar-se-ia ao interesse coletivo, pelo interesse dos Estados, chegar-se-ia ao interesse nacional.

Entretanto, após o advento da República, o funcionamento prático do regime insinuara a ele os desafios de uma ampla reforma política e moral. Era preciso redefinir os órgãos e as funções da administração pública e da opinião, no arquétipo de organização republicana e democrática, para que o sistema adquirisse a funcionalidade necessária.

Nessa marcha civilizatória rumo a esse peculiar destino americano, haveria a necessidade de uma intervenção no *tempo social*. A implementação da representação, da federação e da reorganização do trabalho, como problemas que solicitavam respostas no âmbito da consolidação da nacionalidade, estariam agora, associados ao que ele denominou de *curso sistemático*. Certamente, para Sales, a ideia de federação traria consigo a descentralização do poder político, a unidade nacional e o equilíbrio das forças democráticas propulsoras do interesse coletivo. Entretanto, ao apontar uma situação de *metamorfoses regressivas*, esse *tempo político*, caracterizado pela falta de senso cívico e de responsabilidade, necessitava de uma reelaboração. “Daí ainda este desprezo que em muitos países tem merecido da parte de estadistas como Bismarck, que, saltando por cima da ficção reinante, sabem compreender melhor os destinos social e político da sua nacionalidade e empreendem com rigor e energia a grande obra da integração nacional.” (*Ibid.* p.41)

Segundo o regime representativo, que é o atualmente estabelecido entre todos os povos continuadores da civilização ocidental, com algumas modificações neste ou naquele Estado, conforma a índole e as tradições históricas de cada nacionalidade, o povo delega os seus poderes soberanos a mandatários de sua escolha, eleitos temporariamente como funcionários ou executores de sua vontade. A eleição aparece, pois neste regime como um verdadeiro artifício político, para a constituição da representação nacional, órgão autorizado da opinião. Quer isto dizer que nos governos representativos, qualquer que seja sua forma, supõe-se sempre que a assembleia nacional (...) é o órgão legítimo da opinião e como tal cumpre-lhe o dever primordial de ser, perante o governo ou o poder executivo, em quem se encarna a função administrativa, a intérprete fiel e sempre vigilante das necessidades mais ou menos urgentes da coletividade social. (...) Qualquer que seja a organização das assembleias, nunca aparecem os seus membros como uma corporação uniformemente constituída pelo sentimento moral do dever e do respeito aos interesses reais da nação, senão como um ajuntamento heterogêneo de grupos rivais, mesquinhos pelas paixões dominantes e desprezíveis pela reconhecida incompetência. (SALES, 1997, p.39-40) ¹⁰⁵

Dada esta situação vivida na República brasileira, a figura do publicista surgiria como fonte de resolução destes males, ao intervir no seio deste *tempo social*, cativando através da opinião e do debate público a democracia e corrigindo as disfunções do sistema representativo.

SÍLVIO ROMERO E A TENSÃO ENTRE AS MATRIZES

Se considerarmos a obra de Sílvio Romero em conjunto, observaremos que em suas posições estavam presentes elementos de duas tradições. De início, Sílvio apontava para uma saída à americana. Entretanto,

¹⁰⁵ Grifos nossos.

com o passar do tempo, e com a conseqüente *desilusão republicana* e ânsia pelo descobrimento do Brasil real, sua posição se afeiçoaria mais ao iberismo. Desta pulsão entre o americanismo e o iberismo em sua obra, resultará grande parte das polêmicas em que se envolveu.

Nos seus primeiros estudos sobre a literatura brasileira, Romero apontava para os fatores pelos quais a identidade nacional seria construída. O processo de colonização congregava o encontro de três raças, cada qual com sua cultura e seus modos de existência. O Brasil, seria assim, um país mestiço. Neste jogo de ações e reações de uma psicologia social assim formada, composta de crenças, ideias e sentimentos, se organizaria a sociedade, base para o empreendimento da política. Entretanto, como ele assinalava:

Atravessamos uma época de crise para o pensamento nacional: na política e na literatura o momento é grave. Numa, como noutra, nos falta a força própria. Bem como na ordem social nos falha a vida do município e a dignidade do trabalho independente, assim nas letras falece-nos o peso das convicções maduras e a sublime audácia dos espíritos emancipados. (ROMERO, 2002a, p.41)

A força criadora americana, associada à capacidade orgânica da literatura e seu eventual dinamismo civilizador, se construiria paulatinamente, no sentido do progresso ocidental. Como principal característica da evolução histórica, o “novo” no mundo, o gérmen da modernidade, no fundo, a americanidade, estariam de alguma forma latentes. Não haveria dúvida sobre a originalidade civilizatória que se estabeleceu aqui. Assim, o homem americano,

deve aceitar o fato da civilização e não querer por-se fora dela. Deve apoderar-se das novas inspirações, que ilustram a ciência atual, e procurar acompanhá-las, entrando na pugna como combatente e não como espectador. A civilização moderna é uma obra complexa; para ela todos os povos devem agitar-se. À América, cumpre não esquecer-lo, cabe trabalhar também. Então seremos originais e, ao mesmo tempo, de nossa pátria. Nessa grande obra da civilização não há privilégios de raças e

continentes; há somente o privilégio da força criadora. Quem mais trabalha e adianta, mais preitos e considerações tem. (ROMERO, 2002, p.66)

Apesar de tratar da América, como territorialidade de um experimento original, e ao mesmo tempo universal, de certo, a “nossa” América guardaria as influências lesivas do português, do índio e do negro. A diferença no sentido da colonização entre as Américas seria mais um elemento apontado com vistas à concretização deste destino, que unificaria o geral e o particular, a nação e o universal.

Os portugueses não vieram se fixar aqui com o mesmo espírito que os ingleses na América do Norte. A fonte da população anglo-americana foi em larga escala de puritanos. O caráter que presidiu-lhe foi bastante livre e elevado. Nossa origem embebeu-se de outras aspirações; o católico e o aventureiro, que para aqui vieram, prendiam suas raízes na tirania. O povo inglês naquele tempo tinha sede de liberdade, as lutas religiosas estavam em seu dia. O povo português dormitava na beatice; a Inquisição tinha a sua noite. (ROMERO, 2002, .63)

No embate com as velhas concepções de mundo herdadas, o americanismo sairia vencedor. Na medida em que “a nação brasileira, se tem um papel histórico a representar, só o poderá fazer quanto mais separar-se do negro africano, do selvagem tupi e do aventureiro português.”(ROMERO,2002,p.104) Assim, seria que a democracia pulsaria nesses corações americanos, destruindo os atavismos de formação e de pensamento, alargando cada vez mais a distância do iberismo. “É a vida democrática e livre, o *americanismo*, que mata o *indianismo*, como mentiroso e selvático, e o *lusitanismo*, como poeirento e despótico. É a alma americana, como a civilização moderna a fortaleceu, crente no homem e não nos fantasmas do pensamento.”(ROMERO, 2002,p.67) O americanismo associava-se ao moderno, à democracia, à igualdade, à liberdade, ao “materialismo” das concepções sociais, contraponto das teorias “metafísicas” de organização da autoridade social e política. O caso brasileiro seria uma dessas “nações novas”,

cuja nacionalidade se achava em construção. “É banal ainda repetir que a história do Brasil –literária e política- está de todo por fazer. Não há um só tipo nacional que ocupe por direito seu lugar.” (ROMERO, 2002, p.76) A identidade nacional, típica deste tipo de desenvolvimento histórico, poderia articular as tradições rumo a um novo *tempo social*.

A literatura brasileira, a de toda a América, deve ser adiantada como filha mais nova da civilização atual; deve dar a lição de uma literatura que paira muito alto sobre os prejuízos das raças, embriagada pelo incentivo da liberdade; deve ser pensadora e democrática, séria e imperturbável, viril e fecunda; como a força de nações novas que se aparelham para representar a terceira fase da civilização: o mundo *américo-europeu*, como o chamava o filósofo. Ela não há de ser a reprodução de um passado, que já morreu, quer ele haja sido americano, quer não. À América cumpre não pedir inspirações à morte, ou ela se lhe antolhe no Velho ou no Novo Mundo. Cabe-lhe formar a consciência clara do seu futuro, e começar, desde já, a trabalhar para ele. (ROMERO, 2002, p.68)

O americanismo estava se realizando apesar do iberismo. No ano da instauração do regime republicano publicou-se com o apoio¹⁰⁶ de Sílvio Romero, a *Mensagem dos Homens de letras do Rio de Janeiro ao Governo provisório da República do Brasil*:

O povo, e, quando dizemos o povo, referimo-nos àquela grande parte da nação que os aristocratas de todos os tempos chamaram desdenhosamente o terceiro e o quarto estado, donde, reparaí bem, em sua maioria saiu sempre o nosso glorioso exército; os homens de letras, e, quando dizemos os homens de letras, referimo-nos a todos aqueles que, tomando a si os encargos intelectuais da pátria, foram, no curso de quatro séculos, os fatores mais energéticos e mais desinteressados de nosso progresso; plebe e pensadores, sempre estas duas forças caminham aqui unidas! (*Apud* MOTA, p.42)

106 Algumas fontes apontam que foi o próprio Sílvio Romero quem redigiu este texto. (MOTA,2000)

Com o advento do regime republicano, houve no discurso romeriano um momento de euforia com o novo regime. Em 1894, Sílvio Romero abordou o advento da República relacionando-o a aspectos da sociedade brasileira, onde a constituição do povo deteve papel central no processo de “democratização” do país. “A república foi uma vitória dessas populações novas, representadas por seus homens mais eminentes, e por isso ela tem o apoio e reclama os aplausos de nosso povo. Ela representa a maioria e tem assim um esteio etnográfico.” (ROMERO, 2001a, p.75-76)

Desta forma, a participação social era o elemento central na organização republicana, na medida em que a República estaria em consonância com os interesses da maioria. Expressaria a correspondência íntima da sociedade com a política através de um americanismo particularizado no Brasil. Neste momento de sua vida, Sílvio Romero acreditava na junção entre o federalismo e o parlamentarismo como alternativa política para o Brasil. (ROMERO, 1979)

Após a estruturação da ordem oligárquica na Primeira República e a *decepção republicana*, notamos na obra romeriana um posicionamento crítico ao federalismo e a proposição de uma República Unitária Parlamentar, com a incumbência de promover a igualdade através da democracia e da mestiçagem. Sua abordagem requereria uma concepção integrativa, dando ênfase na incorporação do Brasil real descoberto por Euclides da Cunha. Ele estava realizando uma guinada para o iberismo, ao descobrir o Brasil a partir da chave euclidiana da civilização e barbárie, em uma tecla oposta à de Sarmiento. Euclides da Cunha construiu uma dualidade contrapondo o falso Brasil do litoral ao Brasil real das zonas semiáridas. De modo que, apenas o mestiço do litoral seria degenerado, sendo o outro, simplesmente um retardatário no tempo. Como conclusão teríamos que, se um Brasil está perdido, ao outro ainda se pode delegar alguma esperança civilizatória.

As “reformas pelas cimalthas” empreendidas pela República, para Romero, criariam um processo de ilusionismo, gerando o abandono das populações interioranas pela elite intelectual e política da época. Este Brasil social, o levaria a crer que a política não poderia ser mais o *locus* do conflito, e sim, da comunhão nacional. Desta forma, “o povo brasileiro, pelo seu estado de cultura, por seus antecedentes étnicos e históricos, por sua educação, por seu caráter, por suas tendências, não era nem é apto para esse federalismo que coseram aos ombros.” (ROMERO, 2001b, p.189) A sua concepção sociocêntrica de abordagem exaltava a predominância da coletividade sobre o indivíduo e a capacidade integrativa. O caso brasileiro seria

um prolongamento da civilização lusitana, um povo americano, o que importa dizer que este povo, que não exterminou o indígena, encontrado por ele nesta terra e ao qual se associou, ensinando-lhe a sua civilização, que não repeliu de si o negro, a quem comunicou os seus costumes e a sua cultura, predominou, entretanto, pelo justo e poderoso influxo da religião, do direito, da língua, da moral, da política, da indústria, das tradições, das crenças, por todos aqueles invencíveis impulsos e inapagáveis laços que movimentam almas e ajuntam homens. (ROMERO, 1979, p.171)

Neste período de sua vida, Sílvio Romero apontou como tradição histórica brasileira o *comunarismo*, para explicar a falta de solidariedade social e a ausência de um projeto nacional estimulado pela ideia do interesse coletivo. Desde os tempos coloniais, com a fusão das três raças, o *comunarismo* a partir do regime patriarcal do português e do trabalho escravo, enraizou-se nos costumes populares. Contra o americanismo, o iberismo sairia vencedor.

A verdade é que nem o colono português nem os seus escravos, índios e negros, estavam preparados para os duros trabalhos da *cultura americana*. A emancipação rápida perturbou isso ainda mais. Com semelhante base de *família* e de *trabalho*, o regime *comunário abalado* ou de *Estado* domina de alto a baixo em toda a nação, de norte a sul, de leste a oeste. A família

aqui se poderia chamar *patriarcal desorganizada* em os tempos coloniais. (ROMERO, 1979, p.190)

Neste andamento, a solidariedade nacional só poderia ser alcançada através de uma reorganização social e política que levasse em conta este atavismo *comunário* de formação. Essa origem se caracterizaria pela ausência do espírito de iniciativa do individualismo anglo-saxônico e a precariedade das condições na formação do *self made man*. Pois,

sem ter agora obtido as do regime de *formação particularista*, a que não chegará senão ou por uma assimilação hábil de elementos provindos das raças particularistas, ou por um sistema de educação severíssima de alto a baixo. (...) As tendências comunárias dos povos que nos formaram agravaram-se consideravelmente na estrutura da nova sociedade. (*Ibid* p.191)

Entretanto, o sentido atribuído ao americanismo se alterou profundamente em relação às suas concepções anteriores.

A democracia moderna, comercialista, descrente, interesseira, materialista e cúpida, fá-las pela ânsia do gozo, do dinheiro, do lucro, do capital, para urdir trustes e levantar sindicatos. Será um enorme progresso na ordem material, porém pavorosa decadência na esfera moral das relações políticas dos povos. (*Ibid* p.217)

Para Romero, a República não aumentou a participação dentro dos centros decisórios do Estado. Haveria um aparelhamento deste Estado pelas oligarquias, corporificado no clientelismo, na intervenção do Executivo federal nos estados e nas fraudes eleitorais. Em 1910, Romero apontava que o povo não tivera participação nenhuma no processo que culminou com a instauração do regime republicano, negando suas afirmações anteriores.

A nação tinha adormecido monárquica e na bela manhã de 15 de novembro de 1889 acordou republicana. Era muito rápido para ser sério, era único em todo o mundo para não inspirar desconfianças ao observador imparcial dos fatos sociais. A *bestialização*, na frase gráfica do mais sincero republicano do dia,

porque tinha a sinceridade da loucura, a *bestialização foi geral*.
(ROMERO, 2001, p.113)

OLIVEIRA VIANNA E A LATÊNCIA IBERISTA

Acompanhando as concepções de Alberto Sales e Sílvio Romero sobre o papel e a missão do intelectual na sociedade, Oliveira Vianna se propôs a tentativa de estudar os meandros do nosso *tempo social* e do nosso *tempo político*. Como na latência ibérica de Romero, para ele, a nossa América seria outra, a de “baixo”, caracterizada pelos atavismos da colonização. Segundo Vianna, a saída estaria em retomar os projetos efetuados pelo Estado Português, e, principalmente, a concretização da obra da monarquia. No fundo, a República como estava organizada não dera conta de apagar essa fatalidade do ambiente social e político.

Retomando as teses de Oliveira Vianna sobre a formação colonial, podemos afirmar que do meio geográfico e do latifúndio derivaram as principais características sociológicas da colonização. O poder público fragmentou-se e sua dinâmica promoveu o desamparo jurídico e político do homem comum. O clã rural apresentou-se como a unidade social agregadora, geradora da solidariedade clânica patriarcal. (BRANDÃO, 2005) Nesta interpretação, ressaltavam-se os elementos da vida rural brasileira: o isolamento das suas unidades, a ausência do mercado interno entre os setores econômicos, a falta de estradas e comunicação entre as regiões e a ausência do Estado como normatividade de direitos públicos.

Cada núcleo fazendeiro seria um microcosmo social, um pequeno organismo coletivo, com aptidões cabais para uma vida isolada e autônoma. Daí essa diferença em relação às sociedades europeias. “Nestas a divisão do trabalho, especializando as atividades,

forma as classes sociais interdependentes – e as une numa solidariedade estável.” (VIANNA, 1956, p.155)

Estes fenômenos em questão, com suas matrizes culturais e sociodemográficas, permitiria a Oliveira Vianna, a partir de suas ferramentas conceituais, interpretar o *modus operandi* de certas estruturas oligárquicas de dominação. Estruturas essas que seriam incompatíveis com a constituição de uma democracia liberal.

Em síntese: *o povo brasileiro só organiza aquela espécie de solidariedade, que lhe era estritamente necessária e útil: - a solidariedade do clã rural em torno do grande senhor de terra. Todas essas outras formas de solidariedade social e política – os partidos, as seitas, as corporações, os sindicatos, as associações, por um lado; por outro a comuna, a província, a Nação – são, entre nós, ou meras entidades artificiais e exógenas, ou simples aspirações doutrinárias, sem realidade efetiva na psicologia subconsciente do povo.” (Ibid, p.233)*

Este tipo de solidariedade clânica, ligada ao passado histórico não parecia, aos seus olhos, destinada a desaparecer como simples consequência do desenvolvimento ou da modernização no campo político. Oliveira Vianna apontou como uma constante cultural a existência desse padrão de dominação envolto na inoperância de uma articulação espontânea de interesses dos grupos sociais com os aparatos do Estado. Assim obrigaria o Estado a interagir com esses grupos sociais através de estruturas verticais de poder, em cujo topo se encontraria o chefe do clã rural e eleitoral. O oposto do modelo anglo-saxão.

Na Inglaterra ou na América, todos os interesses sociais, que saem da esfera, aliás muito restrita, da ação do estado, são promovidos pela iniciativa privada, pondo a seu serviço a força estupeficante da cooperação social. (...) Essas formas de solidariedade voluntária, de cooperação espontânea e livre, só aparecem entre nós sob a ação empolgante dos grandes entusiasmos coletivos: a frio, com a automaticidade instintiva dos anglo-saxões, não as criamos, nem as sustentamos nunca. Partidos políticos, ou ligas humanitárias, sociedades de fins morais ou clube recreativos,

todas essas várias formas da solidariedade têm entre nós uma vida artificial e uma duração efêmera. (*Ibid.*, pp.156-157)

No andamento moderno brasileiro, o poder político e o poder social se organizariam piramidalmente, de modo tal, que cada chefe rural se conectaria a outro de forma a montarem uma estrutura de dominação articulada mediante o intercâmbio de “favores” recíprocos. Uma engrenagem movida pelas questões suscitadas pela pupilage política, pela gratidão e pela amizade. Sempre se encontraria um referente em âmbito nacional, que necessitaria controlar em âmbito regional, as autonomias de certos grupos sociais e políticos, com a finalidade de facilitar o enquadramento em tempos de eleições. Teríamos então, a situação bifronte dos chefes de Estado, o conflito entre a Nação e o partido. “Os chefes de Estado, antes de passarem pelo escrutínio popular, passam pelo escrutínio dos partidos e vivem da sua solidariedade.” (VIANNA, 1921, p.128) A força aglutinante dos partidos seria a posse pelo poder ou iminência desse, desencadeando aquela terrível engrenagem política que se constituiu com a República.

Em síntese: dentre todas essas comunidades partidárias – federais, estaduais ou locais – somente aquelas que estão, de fato no poder é que possuem uma verdadeira solidariedade moral; somente nessas o instinto gregário, o espírito corporativo, o sentimento do interesse comum, da defesa comum, do perigo comum é enérgico, resistente, definido, organizado. (*Idem*)

A atividade política, seguiu Vianna, não desenvolvido a ideia de um interesse nacional, transcendente aos interesses imediatos. A prática política ao invés disso, apregoaria uma concepção meramente partidária, fragmentária, exercida e consumida estritamente dentro do pequeno círculo do grupo, do clã, da facção, do diretório local. “De modo que essa atividade, que poderia ser, exercida á americana, um fator eficaz de educação democrática, fica, entretanto, pelo seu caráter restrito e local, obscura e invisível á nação: perde, por isso mesmo, muito do seu valor e da sua eficiência.” (*Ibid*, p.93)

A nossa educação política se fez, quase toda, sob um regime de formação extranacional do poder público.(...) São, pois, trezentos anos de ostracismo obrigatório, de ausência legal da vida pública, de incapacidade eleitoral qualificada e aceita, no correr dos quais houve tempo bastante para fixar uma tradição, forjar um caráter e definir uma psicologia do nosso indiferentismo pela organização dos poderes públicos. (*Ibid.*, p.97)

Diante desse contexto, estava montada a estrutura de valores que se apoiaria a partir da associação entre o político e o caudilho, fato que justificaria a aquisição de aliados como principal capital político e motor das ações dentro do Estado e do mundo público. Através do estudo sistemático dessa estrutura montada, poder-se-ia chegar à fórmula do “remédio” brasileiro.

Para a determinação e a definição do conceito nacional, do conceito brasileiro do governo forte o primeiro ponto a fixar é o da realidade das nossas corporações partidárias, isto é, das nossas máquinas eleitorais, e sua verdadeira significação, a sua natureza, os seus fins, as causas da sua solidariedade, as normas habituais da sua conduta. Este é o único método racional e científico para a solução do problema. (*Ibid.*, p. 124)

Assim, Vianna realizaria a separação entre os conceitos de liberalismo e democracia, e retornava ao iberismo sob a égide do “realismo” das condições sociais e políticas que se moldaram através do processo histórico. A democracia liberal e o federalismo da Primeira República, e o seu conseqüente americanismo, não encontrariam ambiente favorável ao seu pleno funcionamento.

Confundimos os agentes do poder com o próprio poder; os representantes da autoridade com a própria autoridade; os órgãos do governo com o próprio governo social. Daí a substituição muito amiudada do poder resultar em desprestígio do poder; a sucessão constante da autoridade dar em consequência a fraqueza da autoridade; a mudança contínua dos órgãos do governo produzir a desordem, a descontinuidade, a instabilidade do governo e da administração pública e emprestar à vida política do país uma feição de anarquia permanente. (VIANNA, 1987,p. 248)

No mundo saxão, haveria a necessidade local de satisfação de interesses comuns, a preponderância do urbano, o senso de defesa coletiva geradora de solidariedade nacional, o princípio imanente da existência social, a intelectualização do Estado e a impessoalidade do poder.

Eles (os anglo-saxões) conseguiram discriminar, com perfeita lucidez, a diferença entre o *poder público*, como tal, e os *indivíduos*, que o exercem. Através dos representantes da autoridade, conseguiram ver a autoridade em si, na sua abstração. Do conceito concreto, tangível, pessoal do estado, conseguiram elevar-se a um conceito intelectual, isto é, ao conceito do estado na sua forma abstrata e impessoal. (*Ibid*, p.247)

Dadas todas essas condições mencionadas até o momento, a alternativa far-se-ia via estatismo, que se referia à ideia de fundar através do Estado, o sentimento e a consciência da unidade nacional e de uma grande missão nacional no alto destino histórico. Seria preciso um governo centralista e forte, que resistisse aos próprios aliados.

Governo forte (excluído o lado social da sua ação) será o que, rompendo com essas praxes más de solidariedade, tenha a energia moral precisa para realizar, *dentro do próprio grupo a que pertence*, a lei jurídica e a lei moral da justiça. De modo que a sua atitude fundamental, será, não a *de quem ataca adversários*; mas – a *de quem resiste a correligionários*, entrincheirando-se no Dever e na Lei. (VIANNA, 1921, pp.133-134)

Dada as suas concepções sobre o *tempo histórico* e sua consequente correlação com o processo evolucionário desenvolvido na Europa e na América, no tempo presente, “diante dos padrões, pelos quais se modela atualmente a moderna civilização industrial, *batido um povo no campo econômico, este povo está praticamente batido no campo político: a sua soberania será uma ficção a cobrir a realidade substancial de um suseranato de fato.*” (*Ibid*, p.117)

Nesta correlação entre presentes distintos, mas que se interconectariam no tema do advento da civilização moderna, a questão social deveria ser resolvida por uma interpretação à brasileira do mundo

anglo-saxão. Não mais pensado sobre o viés do passado, e sim pela via do presente. Não mais ao modo americano do liberalismo e do federalismo, e sim o da solidariedade social através do corporativismo.¹⁰⁷

pelo sindicalismo à maneira deles, de acordo com o gênio específico da raça. Isto é, sem preocupações políticas, sem objetivos revolucionários, sem impulsos destrutivos, contido exclusivamente dentro do campo profissional e visando objetivos práticos, de melhoria das condições de vida do mundo trabalhador, pelo desenvolvimento do bem estar individual do operário e pelo desenvolvimento do espírito de cooperação e solidariedade. (*Idem*)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constituição das tradições do pensamento social brasileiro com suas múltiplas singularidades e com seus percalços ao longo do tempo histórico demarca a característica das interpretações sobre o Brasil. As linhagens intelectuais, e o ideário que lhe dá substrato, são apropriadas e reinterpretadas sobre diversas circunstâncias. Alberto Sales procurava o retorno às nossas raízes americanas. A obra da monarquia sobre o nosso *tempo social*, para ele, arrefeceu as nossas características americanas, liberais e democráticas. “A ideia de independência era a única que fornecia ao sentimento popular um ponto seguro de convergência, tornando-se cada dia mais saliente, como a primeira aspiração nacional.” (SALES, 1985, p.104) Entretanto, “o brado sumamente ridículo de *-independência ou morte-* que se levantou nos campos do Ipiranga, como um protesto solene da colônia pela sua emancipação política, não foi mais do que uma verdadeira farsa.” (*Ibid.* p.113) Desta forma, “a constituição social, que

107 Sindicalismo anglo-saxão: Louis Vigoroux e Paulo Rousiers – no qual se observa “o poder transfigurador desse sindicalismo que se assenta sobre o sentimento de independência individual e sobre o espírito de iniciativa pessoal, e tão diferente do sindicalismo doutrinário, radical, dinamiteiro, subversivo, das massas proletárias da Alemanha, da França, da Itália, da Espanha.” (*Ibid.*p.116-17)

já se achava então perfeitamente acentuada, não foi que determinou a constituição política, segundo devia ser, senão a vontade única de um príncipe aventureiro. (...) A monarquia brasileira, portanto, não teve sua origem na vontade popular.” (*Ibid.* 114-115)

A República e a federação trariam consigo a descentralização do poder político, a unidade nacional e o equilíbrio orgânico das forças democráticas propulsoras do interesse coletivo, gerando a organicidade e a funcionalidade necessárias para o progresso, girando a engrenagem do *tempo histórico*. Tratava-se de um retorno ao nosso americanismo perdido.

Sílvio Romero encarnava a dicotomia constitutiva dos intelectuais brasileiros, a floração de uma oposição metafórica entre o novo e o velho nessa jornada rumo à modernidade.

Acabamos sempre confundindo-o com o Brasil. É que ele se parece muito com as coisas brasileiras – é um tumultuar de contrastes, de esperanças e de desilusões, um misto de simplicidade e de complicação, de erros tremendos e de boa vontade de acertar. Sílvio Romero reflete, a nosso ver, a ingenuidade um tanto complicada, das nossas *elites* intelectuais. Por isso mesmo ele nos atrai. O que lhe dá grandeza é o seu infatigável esforço de compreensão do Brasil; não é a sua filosofia.(...) Sílvio é o Brasil, atropelado, errado, mas vivo. (CRUZ COSTA, 1967, p.299)

Romero procurou se contrapor a seus adversários e fornecer propostas para a modernização do país. Nos diversos assuntos que discutiu, recorreu a uma argumentação que o colocava em oposição às facções políticas da época, empreendendo uma busca pelas alternativas que lhe parecessem viáveis. A cada mudança de posicionamento político, surgiria uma nova construção de história para o Brasil, com a alternância na participação de diversos sujeitos histórica na esfera política brasileira. A invenção de uma história para o Brasil se relacionava com a sustentação de suas ideias sobre a sociedade e sobre a política. À medida que alterava suas preferências de organização sócio-política, mudava-se o passado, o presente e o futuro do país.

Para Oliveira Vianna, tornava-se necessário avaliar o modo pelo qual se efetivaria a reestruturação do iberismo, e uma vez mais, se colocava o dilema do peculiar processo histórico do caso brasileiro, e se este seria um obstáculo ou um suporte à criação de um mundo diferente. De um lado, se imputava ao peso da herança ibérica as eventuais dificuldades com que se defrontava o americanismo republicano. De outro lado, se procurava certa utilidade no estudo da realidade brasileira atribuindo uma valoração positiva a esse mesmo passado. Esta carga atávica apareceu sempre como ponto de partida para se construir o presente.

Dentro dessa lógica, essa inversão do tempo social teria de ser considerada dentro da historicidade do passado, e a definição de uma ontologia social deveria ser entendida dentro desta contingência propiciada pela historicidade. Resgatar o valor dessa tese do “quem somos” e sairmos em construção da superação através da antítese, e assim, sermos “outros”. A necessidade, do que Oliveira Vianna chamou de idealismo orgânico, estava em definir a nossa modernidade como um lugar existente, possível, inadiável e peculiar.

Estariam definidos assim, os limites do liberalismo e do federalismo na Primeira República Brasileira. A efervescência da década de 20, no Brasil, completaria o movimento do retorno do iberismo frente ao americanismo sob a crítica ao funcionamento prático observado por nossos autores do *tempo político* e principalmente do *tempo social* gerados nessa República, levando a outros moldes dentro do republicanismo, essa convivência matricial.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento: a geração de 1871 na crise do Brasil-Império**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ANDRADE, R. **Ordem Política e Conflito na Constituição do Estado Brasileiro: 1889-1937**. São Paulo, tese de doutoramento FFLCH – USP, 1981.

BRANDÃO, G. "Linhagens do Pensamento Político Brasileiro." *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 48, nº 2, pp. 231-269, 2005.

MORSE, Richard. **O Espelho de Próspero. Cultura e Ideias nas Américas.** São Paulo, Cia das Letras, 1987.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e Identidade Nacional.** 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 2003 (1985).

POCOCK, J.G.A. **Linguagens do Ideário Político.** Fábio Fernandez (trad.), São Paulo: Edusp, 2003.

ROMERO, S. **A Bancarrota do Regime Federativo no Brasil.** Porto: Typ. Arthur José de Souza & Irmão, Suce., 1912.

ROMERO, S. **Introdução a Doutrina Contra Doutrina.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ROMERO, S. **Literatura, História e Crítica.** Luiz Antonio Barreto (org). Rio de Janeiro: Imago, Aracaju: UFS, 2002.

ROMERO, S. **O Brasil social e Outros Estudos Sociológicos.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

ROMERO, S. **Realidade e Ilusões no Brasil. Parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios.** Seleção e coordenação de Hildon Rocha. Petrópolis: Vozes, 1979.

SALES, Alberto. **Catecismo Republicano.** São Paulo, Leroy King Bookwalter, 1885.

SALES, Alberto. **Ciência Política** Ed. Fac-símile. Brasília, Senado federal, 1997. [1891]

SALES, Alberto. **A Pátria Paulista.** Brasília, Ed Unb, 1983 [1887].

SCHWARCZ, Lílian Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil. 1870 – 1930.** São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas.** São Paulo: Duas Cidades, 1977.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** 4ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América.** Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1977.

VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical. História Cultural e polêmicas literárias no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VIANNA, F. Oliveira. **Evolução do povo brasileiro.** 4ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1956.

VIANNA, F. **O Ocaso do Império.** 4ª edição. Recife, Fundaj, Editora Massangana, 1990.

VIANNA, F. **Pequenos Estudos de Psicologia Social.** São Paulo: Revista do Brasil, 1921.

VIANNA, F. **Populações Meridionais do Brasil. Volume I - Populações do Centro-Sul.** 7ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia; Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1987.

WERNECK VIANNA, L. **A Revolução Passiva: iberismo e americanismo no Brasil.** Rio de Janeiro, Editora Revan/IUPERJ, 1997.

20

Thiago de Oliveira Thobias

Aproximando pensamento social Brasileiro e pensamento Pós-colonial:

pressupostos e pistas para um diálogo
de(s)colonial com Sérgio Buarque
de Holanda, a partir da releitura crítica
do clássico “Raízes do Brasil”

DOI: [10.31560/pimentacultural/2022.95736.20](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2022.95736.20)

INTRODUÇÃO

Desde o final dos anos de 1980, a razão ocidental vem sendo colocada em xeque pelas chamadas teorias insurgentes, uma tendência que tem sido definida como desobediência epistêmica e que converge em um movimento mais amplo denominado giro decolonial. Essa investida teórico-epistemológica visa, principalmente, deslocar os habituais lugares de enunciação para, assim, refazer a atual geopolítica do conhecimento e superar o racismo epistêmico. Dito de outra forma, as perspectivas eurocêntricas estão sendo abandonadas em detrimento das epistemologias do sul. Em consonância com este contexto, o presente trabalho promove uma leitura pós-colonial de “Raízes do Brasil”, de Sérgio Buarque de Holanda, por meio da articulação dessa obra com algumas sugestões pós-coloniais. Como ensaio histórico-sociológico, seu formato ensaístico nos oferece uma obra aberta, que convida para o diálogo e reflexão crítica sobre o Brasil. Trata-se, portanto, de um esforço teórico que toma uma obra clássica do pensamento social brasileiro e extrai dela novas potencialidades.

Coloco o pensamento social de Sérgio Buarque de Holanda, presente em sua obra “Raízes do Brasil”, em conexão com o pensamento descolonial de [1] Aimé Césaire¹⁰⁸, em seu “Discurso sobre o colonialismo”, [2] Albert Memmi¹⁰⁹, em seu “Retrato do colonizado precedido de

108 Aimé Césaire (1913-2008), nascido na Martinica, é reconhecido como um dos mais importantes poetas surrealistas do mundo e um dos grandes poetas de língua francesa do século XX, além de dramaturgo, ensaísta, filósofo anti-colonial e político. É co-criador, junto com Leopold Sédar Senghor, do conceito e movimento “negritude”, que formula dentro da própria França, uma crítica à opressão cultural do sistema colonial francês e afirma as raízes africanas. Autor, dentre outras obras, de “Discurso sobre o colonialismo” (1950) e “Diário de um retorno à terra natal” (1939).

109 Albert Memmi (1920-2020), nascido na Tunísia, foi um escritor e ensaísta. Em 1943, esteve em campos de trabalho forçado na Tunísia e, após a independência de seu país, emigrou para a França, onde fixou residência. Em 1973 adotou nacionalidade francesa. Professor honorário da Universidade de Paris. Possui vasta e premiada obra, traduzida para cerca de 20 idiomas. Além de “Retrato do colonizado precedido do colonizador” (1957), também é autor de “A estátua de sal” (1955) e “Retrato do descolonizado árabe-mulçumano” (2007).

retrato do colonizador” e [3] Frantz Fanon¹¹⁰ em seu “Os condenados da terra”. Adoto esses três autores como tríade de pais fundadores do pensamento pós-colonial porque, apesar de anteriores à institucionalização do campo e de não o terem sistematizado, [1] já trabalhavam com essa divisão binária do mundo, [2] inauguram a descrição do mundo da perspectiva dos não-brancos e colonizados e [3] estão no interior do colonialismo, o que os favorece na proposta de recontar a história da perspectiva do colonizado. Para tanto, afasto-me das leituras weberianas, demasiadamente vinculadas à lógica eurocêntrica, em prol de uma perspectiva do sul que permanece nas suas entrelinhas. A questão central é: o que Sérgio Buarque teria a dizer se fosse afetado pelas provocações do pensamento pós-colonial? A leitura e problematização pós-colonial produzirá inovações teórico-metodológicas no campo sociológico. A relevância desse esforço teórico está em apontar possíveis caminhos para uma Sociologia Pós-colonial no Brasil.

O objeto de análise deste trabalho é “Raízes do Brasil”, de Sérgio Buarque de Holanda, um clássico do Pensamento Social Brasileiro. Ao todo, a edição inaugural de 1936, da Editora José Olympio, sofreu quatro modificações nas edições de 1948 (2ª – Editora José Olympio), 1956 (3ª – Editora José Olympio), 1963 (4ª – Editora UnB) e 1969 (5ª – Editora José Olympio). A obra foi comemorada nas reedições especiais de 1971, 1976, 1986, 2006 e 2016. A última, organizada por Lilian Moritz Schwarcz e Pedro Meira Monteiro e editada pela Companhia das Letras, é um ótimo cotejo das várias edições. Foram quase 30 edições da obra, traduzidas para espanhol, o italiano, o francês, o japonês, o alemão e o inglês. Acredita-se que sua literatura secundária poderia ocupar uma

110 Frantz Fanon (1925-1961), nascido na Martinica, foi um psiquiatra, escritor e filósofo, que atuou ativamente na luta pela independência da Argélia. Influenciou o pensamento do século XX e vem sendo cada vez mais presente no século XXI. Suas obras foram inspiradas em mais de quatro décadas de movimentos de libertação anti-coloniais. Dentre elas, destacam-se “Pele negra, máscaras brancas” (1952), “Sociologia da revolução” (1959), “Os condenados da terra” (1961) e “Em defesa da revolução africana” (1964).

biblioteca e, até hoje, críticos e comentaristas não chegaram a um consenso sobre a interpretação correta de cada capítulo (COSTA, 2014).

“Raízes do Brasil” é um ensaio de interpretação da formação da sociedade brasileira, unindo história da colonização portuguesa e sociologia dos processos colonizadores. Sérgio Buarque tem como tese central a cultura da personalidade ou personalismo português como raiz principal da subjetividade, da sociabilidade e da própria sociedade brasileira, bem como fonte da falta de racionalidade necessária à modernização e democratização autênticas do Brasil. Utiliza-se do arcabouço teórico-metodológico weberiano, principalmente seus tipos ideais, e da metodologia dos contrastes e contrários do pensamento latino-americano da época, para criar seu conceito-chave de homem cordial, além de outras fontes da história social, da antropologia, da sociologia, da etnologia e da psicologia. Divide-se em sete capítulos: 1 (Fronteiras da Europa), 2 (Trabalho & Aventura), 3 (Herança Rural), 4 (O Semeador e o Ladrilhador), 5 (Homem Cordial), 6 (Novos Tempos) e 7 (Nossa Revolução). Ao longo dos capítulos, o autor vai da colonização (tentativa de implantação da cultura europeia) à pós-colonização (permanência dos velhos padrões coloniais), finalizando com sugestões para o futuro (necessidade de aniquilação das raízes europeias).

Essas características da obra abrem a possibilidade de problematização no campo do pensamento social brasileiro, articulado a perspectivas teóricas transnacionais, como a teoria social e o pensamento pós-colonial. Essa é minha proposta: uma leitura panorâmica da obra, extraindo fragmentos do texto, porém uma leitura crítica, de uma perspectiva pós-colonial, distanciando-me das leituras weberianas adotadas pelo autor, por estarem vinculadas sobremaneira à lógica eurocêntrica. Articulando teoria e pensamento social brasileiro, meu objetivo, nos limites deste trabalho, será verificar em que medida a obra pode se converter também em uma crítica da colonialidade.

PARA ALÉM DAS LEITURAS WEBERIANAS DOS COMENTADORES DO CLÁSSICO

Até hoje, inúmeros pesquisadores refletem sobre os limites e possibilidades de “Raízes do Brasil”, principalmente do conceito típico-ideal de homem cordial, para um diagnóstico do presente (CANDIDO, 1998; MARRAS, 2012; SCHWARCZ e MONTEIRO, 2016). Vários trabalhos concluíram que o arcabouço teórico weberiano utilizado pelo autor explica a história e a sociedade brasileira a partir da falta de racionalidade e suas consequências não modernas (CANDIDO, 2011; BARBOSA, 1989; MONTEIRO e EUGENIO, 2008). O ponto em comum entre os trabalhos elencados é que “Raízes do Brasil”, tanto para autores consagrados quanto para os novos estudiosos da obra, está aberta a diversas interpretações, diferentes perspectivas e, a cada balanço, cria-se a expectativa de novas e inovadoras investigações (ANHEZINI, 2012). Esses balanços reúnem interpretações que, mesmo contrastantes, possibilitam uma significativa reflexão coletiva. Segundo Pedro Monteiro e João Eugênio, o mais importante num balanço é permitir o diálogo crítico, criativo e apaixonado com a obra (MONTEIRO e EUGÊNIO, 2008).

O formato ensaístico torna “Raízes do Brasil” uma obra aberta que nos convida a dialogar e refletir sobre o Brasil, trazendo novas questões a cada leitura (WEGNER, 2006). Por ter sido escrito na forma de um ensaio, fazia perguntas para as quais não oferecia respostas fechadas. Assim, Holanda abriu possibilidade para que os comentários pudessem ser articulados sempre de maneiras diferentes (WEGNER, 2016a). A atitude ensaística, por um lado, é parte do posicionamento político de Sérgio Buarque, que parece ter direcionado a obra ao debate na esfera pública e, por outro, uma provocação à auto-reflexão de todo brasileiro que Holanda chama de homem cordial, enquanto caráter nacional e brasilidade (WEGNER, 2016b). Essa abertura para a reflexão e diálogo sinaliza, portanto, a possibilidade de uma leitura pós-colonial capaz de extrair questões que ajudem a pensar os indivíduos, suas

sociabilidades e a própria sociedade brasileira para além das perspectivas eurocêntricas. Extrair perguntas alternativas às que surgem quando a leitura é feita utilizando o arcabouço teórico weberiano.

Holanda foi duplamente influenciado no momento da escrita da obra (CANDIDO apud HOLANDA, 1995). Por um lado, incontestavelmente, pela teoria weberiana, em especial sua sociologia histórica e metodologia dos tipos ideais. Por outro, pelo pensamento latino-americano, marcado pela reflexão da realidade e da história baseada no senso de contrastes e de contrários. Unindo teoria social (weberiana) e pensamento social (latinoamericano), o autor construiu seu argumento baseado numa metodologia dos contrários que amplia o pensamento latino-americano e modifica a teoria weberiana. Tudo indica que Sérgio Buarque uniu teoria social e pensamento social (CANDIDO apud HOLANDA, 1995; RICUPERO, 2007). Além de outras fontes da história social, da antropologia, da sociologia, da etnologia e da psicologia. Isto posto, muito provavelmente há, em sua obra inaugural, a abertura para perspectivas críticas que coloquem em evidência aspectos relevantes em termos de produção teórica atual, como um digno *livro-problema* (CASTRO ROCHA, 2012).

João Marcelo Ehlert Maia, sociólogo brasileiro, que desenvolve pesquisa centrada nas possibilidades de produzir discussão teórica atual a partir dos estudos do pensamento social brasileiro, acredita que para extrair dos estudos de pensamento brasileiro ferramentas teóricas significativas é preciso articular esses estudos em campo teórico mais amplo e transnacional. O autor parte do pressuposto de que a sociologia global vem passando por um processo de descentramento teórico, à partir de trabalhos que questionam os fundamentos eurocêntricos da disciplina, à partir de lugares outros e de discursos outros, da crítica de conceitos sociológicos e da revisão de teorias de médio alcance (MAIA, 2011). Maia afirma também que se os clássicos formam o substrato que sustenta e nutre a discussão teórica contemporânea, é urgente a necessidade do esforço de (re)leitura e (re)interpretação

dessas obras, ou seja, de trabalhos em pensamento social. Para ele, esse esforço é o que torna cada vez mais fértil a produção teórica em sociologia. Infere, à partir daí, que não há uma separação tão rigorosa entre teoria social e pensamento social. O autor acredita que a teoria social é produzida e atualizada pela (re)leitura e (re)interpretação dos clássicos e, por isso, é importante questionar a universalidade das teorias, ou seja, seu eurocentrismo (MAIA, 2011).

Mas a proposta é produzir um distanciamento estratégico da perspectiva weberiana, demasiadamente vinculadas à lógica eurocêntrica, em prol da perspectiva pós-colonial, que questiona a racionalidade ocidental moderna eurocentrada, para reexaminar as raízes de nossas sociabilidades e de nossa sociedade. Pergunto então se é possível identificar indícios, em “Raízes do Brasil”, de um possível diálogo com o conceito de colonialidade, atualmente debatido no pensamento pós-colonial? Ou, formulando de outra maneira: é possível interrogar Sérgio Buarque com questões pós-coloniais e extrair pressupostos e pistas para um diálogo, mais amplo, em torno da colonialidade? Minha hipótese é de que sim, para ambas as perguntas. Além disso, numa perspectiva mais ampla, essa aproximação entre Pensamento Social Brasileiro e Pensamento Pós-colonial promete inúmeras possibilidades de produção de teoria social atual, como propõe Maia e tem o potencial para oferecer significativa contribuição para as reflexões sobre os rumos e obstáculos na produção e disseminação de determinados estilos de pensamentos no Brasil.

CAMINHOS PARA UM DIÁLOGO DE(S)COLONIAL COM SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

Há duas afirmações muito significativas feitas por Sérgio Buarque, em “Raízes do Brasil”. A primeira, no início da obra, coloca que somos desterrados em nossa terra e a outra, no final, declara que

desde nossas raízes, nossa sociedade foi mal formada (HOLANDA, 1995). Essas declarações podem ser comparadas à de Aimé Césaire, em seu “Discurso sobre o colonialismo” (1950), quando escreve que a colonização produz sociedades esvaziadas delas mesmas e de homens desarraigados de suas terras (CESAIRE, 2010). Também de Albert Memmi, em seu “Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador” (1957), quando discorre que a sociedade colonial é uma sociedade enferma incapaz de produzir novas estruturas e provoca mutilação social e histórica no colonizado, mesmo após a colonização (MEMMI, 2007). Assim como de Frantz Fanon, em seu “Os condenados da terra” (1961), quando apresenta a sociedade colonial como um panorama social de desordem absoluta, um mundo compartimentado em que o colonizado é relegado à completa exclusão, como verdadeiro condenado da terra (FANON, 2005). Esses autores escreveram esses clássicos fundadores do pensamento pós-colonial 14, 21 e 25 anos, respectivamente, após “Raízes do Brasil”. Foi a partir desses indícios que passei a indagar sobre se seria possível um diálogo pós-colonial com Sérgio Buarque de Holanda? É o que continuo investigando em minha pesquisa, reunindo os pressupostos e pistas para esse debate.

Em “Raízes do Brasil”, Sérgio Buarque denuncia o processo de europeização nas origens da sociedade brasileira, ou seja, apresentando nossas raízes como resultado da implantação de sementes europeias em solo brasileiro. Sua convicção de que este é o fato principal e de mais diversos desdobramentos, aponta para o sentido da colonização e, conseqüentemente, para sua continuidade. Isso fica claro quando escreve que nossa sociabilidade (nossas formas de convívio), nossa institucionalidade (nossas instituições) e nosso ideário (nossas ideias) foram importados da Europa e, com isso, construiu-se nesta terra, chamada Brasil, uma pseudo-nação brasileira e, logo, foi-nos negado o direito à essa nacionalidade (desterrados em nossa terra).

É significativo também destacar que, quando o autor assevera que somos herdeiros de formas de convívio, instituições e ideias

européias e que entramos numa espécie de evolucionismo social, onde tudo que (re)produzimos ou não, em todas as dimensões de nossa existência social, participam de um sistema de evolução outro.

Ao realizar a extração de excertos de “Raízes do Brasil” que apontavam para o possível diálogo decolonial de Sérgio Buarque com a tríade de pais fundadores, obtive 15 pressupostos. O primeiro pressuposto é europeização, desterro e evolucionismo social (HOLANDA 1995, p. 31). O segundo é europeísmo, territórios-ponte e herança ibérica (idem, p. 31). O terceiro é iberismo, cultura da personalidade e originalidade portuguesa (ibidem, p. 32). O quarto pressuposto é aculturação, miscigenação e alma comum à Portugal (ibidem, p. 40). O quinto é ética da aventura, formação e evolução da sociedade brasileira (ibidem, p. 44-45). O sexto é civilização de raízes rurais e significado da Abolição de 1888 (ibidem, p. 73). O sétimo é ditadura dos domínios agrários, patriarcalismo e ideia de escravidão (ibidem, p. 80-81). O oitavo é preeminência das elites rurais e supremacia das virtudes do intelecto (ibidem, p. 82). O nono é ausência de burguesia urbana, mentalidade de casa-grande e estrutura social sui generis (ibidem, p. 88-89). O décimo pressuposto é presença massiva de negros e mouros cativos em Portugal (ibidem, p. 54). O décimo-primeiro é mestiçagem, ausência de orgulho de raça e plasticidade social portuguesa (ibidem, p. 52-53). O décimo-segundo é contato íntimo com a população de cor e o tornar-se negro português (ibidem, p. 55 e 64). O décimo-terceiro é moral das senzalas e sua influência nas várias esferas da sociedade (ibidem, p. 62). O décimo-quarto é insuficiências do americanismo e permanência das raízes lusitanas (ibidem, p. 172). E o décimo-quinto pressuposto é homem cordial, brasilidade e influência ancestral (ibidem, p. 146-147).

Esses 15 pressupostos parecem abarcar a forma como Sérgio Buarque interpreta, lê e busca sentido para o processo histórico e cultural de construção de nossa sociedade. Ao buscar nossas raízes, Holanda tentou lançar luz sobre o que realmente se passou no contexto

da colonização. Mesmo não abordando diretamente o encontro colonial, o autor parece tratar, por um lado [1] da formação da sociedade colonial (europeísmo, europeização, herança ibérica, iberismo, cultura da personalidade, ética da aventura, civilização de raízes rurais, ditadura dos domínios rurais, patriarcalismo, preeminência das elites rurais, ideia de escravidão) e [2] da produção, reprodução e atualização da situação colonial (aculturação, miscigenação, mentalidade de casa grande, insuficiências do americanismo, permanência das raízes arcaicas, homem cordial, brasilidade e influência ancestral). Por outro lado, parece negligenciar [3] as transformações das relações sociais com a situação colonial e [4] as lutas de descolonização, ao suavizar o real aspecto da colonização como forma social estruturada e estruturante pela racialização e pela violência (significado da Abolição de 1888, alma comum com Portugal, presença massiva de escravos negros e mouros cativos em Portugal, portugueses como povo mestiço, ausência de orgulho de raça, plasticidade social, tornar-se negro português, moral das senzalas influenciando toda a sociedade). Parece que Sérgio Buarque nega, em sua história da colonização, a participação de africanos e ameríndios em sua articulação dialógica conflitual com os portugueses, numa atitude historiográfica eurocêntrica. Seria preciso inverter a lógica eurocêntrica, assumindo o ponto de vista dos colonizados, com uma atitude historiográfica não-eurocêntrica.

Sérgio Buarque questiona *como esperar transformações profundas em país onde eram mantidos os fundamentos tradicionais da situação que se pretendia ultrapassar?* (HOLANDA, 1995, p. 78). Afirma que enquanto perdurassem os padrões econômicos e sociais herdados da era colonial, e expressos principalmente na grande lavoura servida pelo braço escravo, as transformações mais ousadas teriam de ser superficiais e artificiosas. Reforça que ainda éramos presos à economia escravocrata, mas com a fantasia de moderna de uma grande democracia burguesa, um forte indicativo da profunda incompatibilidade entre as formas de vida copiadas de nações

socialmente mais avançadas, de um lado, e o patriarcalismo e personalismo fixados entre nós por uma tradição de origens secular.

Holanda esclarece que durante a Monarquia e após, já durante a República, fazendeiros escravocratas e seus filhos, cujo prestígio repousava sobre o trabalho escravo, monopolizavam a política e as instituições. Mas muitos de seus representantes manifestaram inclinações anti-traditionalistas e empreenderam significativos movimentos anti-liberais. Sérgio Buarque acrescenta que o século XIX, mesmo após a proclamação da República, foi um período de febre intensa de reformas, que somadas ao nativismo lusófono, culminaram com a abolição da escravidão, ou seja, a supressão do tráfico negreiro (HOLANDA, 1995, p. 74).

Continuando o trabalho de extração de fragmentos textuais, obtive 5 pistas para o diálogo decolonial de Sérgio Buarque com Aimé Césaire, Albert Memmi e Frantz Fanon. A primeira pista é os movimentos reformadores de cima para baixo e a grande massa do povo (HOLANDA, 1995, p. 260-161). A segunda é a Abolição, a grande revolução brasileira e o aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura (idem, p. 171-172). A terceira é resignificação dos ideais da revolução francesa e o impersonalismo democrático brasileiro (ibidem, p. 179). A quarta é a antítese liberalismo-caudilhismo, liquidação dos fundamentos personalistas e revogação da velha ordem colonial patriarcal (ibidem, p. 180). E a quinta pista é revolução vertical e amalgamação das massas populares com as camadas superiores da sociedade (ibidem, p. 181).

Essas 5 pistas de Sérgio Buarque dão a dimensão de sua ideia de revolução e permitem algumas reflexões. Conforme já me referi, um dos significados de teoria é de relato normativo ou político, ampliando o esforço de produção teórica para um projeto crítico, ético, político e epistemológico. Nesse sentido, o projeto de “Provincializar a Europa”, que visa deslocar a Europa e seu pensamento da centralidade e hegemonia, em especial nas narrativas das histórias não europeias, parece se aproximar [1] das ideias de aniquilamento das raízes ibéricas de

nossa cultura e liquidação dos fundamentos personalistas, propostas por Holanda. Isso porque a autorrepresentação moderna da Europa é compartilhada, muitas das vezes acriticamente, pelos nacionalismos terceiro-mundistas, como fundamento das suas ideologias modernizadoras. Sérgio Buarque demonstra isso quando fala [2] da ressignificação dos ideais da Revolução Francesa pela elite nacionalista brasileira e consequente impersonalismo democrático, assim como com [3] da antítese liberalismo-caudilhismo. Mas considerando o projeto de “Provincializa a Europa” como um projeto de reescrita da história da modernidade com suas contradições, uso da força e tragédia, servindo de fator motivador e empoderador de lutas descoloniais e de lutas sociais e políticas por direitos. O que mais chama a atenção na narrativa buarquiiana [4] do significado da Abolição de 1888 e da grande revolução brasileira é mais uma vez a suavização dessas contradições, uso da força e tragédias. Holanda até aponta que [5] aqui os movimentos sempre foram reformadores e de cima para baixo, com a massa do povo à parte e sugere, para a revogação da velha ordem colonial patriarcal, uma revolução vertical, de baixo para cima. Mas suaviza ou nega as contradições e propõe a amalgamação das massas com as elites.

Cesaire, Memmi e Fanon parecem expressar uma ideia de *colonialidade*, em suas obras, da seguinte forma: [1] a Europa é incapaz de resolver dois problemas causados por sua existência, que são o problema do proletariado e o problema colonial; [2] milhões de homens desarraigados de seus deuses, de suas terras, de seus costumes, de sua vida, da vida, da dança, da sabedoria; [3] milhões de homens aos quais sabiamente se lhes inculcou o medo, o complexo de inferioridade, o temor, o pôr-se de joelhos, o desespero, o servilismo; [4] o racismo é o nutriente essencial da imutabilidade da relação histórica entre colonizador e colonizado, que teve data de nascimento, mas é eterna; [5] colonização seria *eterna* porque, além da missão histórica civilizacional, seria impossível a ruptura da relação colonial, pois o colonizado seria naturalmente dado à servidão e o colonizador à dominação.

Além disso, consideram revolução como: [1] recusa absoluta da relação entre colonizador e colonizado; [2] liquidação completa da situação colonial; [3] união dos escravizados oprimidos (africanos, ameríndios, asiáticos e outros) com potências produtivas modernas (proletariado), empoderados com a antiga fraternidade das ancestrais civilizações negras; [4] colonizado parar de se definir por categorias do colonizador; [5] abandonar a antítese Oriente-Occidente, que caracteriza o colonizado negativamente; [6] revolução não é revolução dos métodos; [7] mobilização das massas e luta no plano real; [8] reparação moral e material resultante de dupla tomada de consciência do colonizador e do colonizado; [9] evolução dos povos colonizados em autarquia coletiva; [10] revolução socialista, pela amalgamação das “massas europeias” e das “massas subdesenvolvidas”.

Esse segundo sentido, parece se aproximar da ideia de “aniquilação das raízes coloniais” de Sérgio Buarque, mas como ele não trata a situação colonial da mesma forma que Cesaire, Memmi e Fanon, não é possível definir, por ora, se é o mesmo fio condutor. Talvez, quando Sérgio Buarque fala de “revolução vertical”, de baixo para cima, aproxime mais da ideia de revolução dos pais fundadores pós-coloniais, mas teríamos que problematizar um pouco. De antemão, o que vimos é que Sérgio Buarque fala da amalgamação das massas com as elites. Cesaire, Memmi e Fanon falam da amalgamação das massas escravizadas com massas proletarizadas. Além disso, a revolução que Cesaire, Memmi e Fanon propõem é violenta, a partir da explosão do colonizado, em resposta à opressão do colonizador. Sérgio Buarque propõe uma revolução lenta, sem deixar claro por que meios. De qualquer forma, a aproximação entre os autores aponta para uma discussão sobre revolução no sentido do protagonismo das massas populares.

CONCLUSÃO

A releitura crítica panorâmica de “Raízes do Brasil” permitiu colocar em evidência alguns aspectos do clássico que as leituras weberianas identificavam como dados, mas que identifiquei como pressupostos, vislumbrando possibilidades para colocá-los em questão, a partir de nova releitura crítica, mais aprofundada e ampla, em diálogo decolonial futuro. Além de colocar em evidência os 15 pressupostos do pensamento de Holanda, ajudou a entender a estrutura básica do pensamento Ocidental, que considera a Europa sujeito da História e de todas as histórias, o que explicou o fato de Sérgio Buarque ter definido nossas raízes à partir da subjetividade e das ações objetivas dos colonizadores portugueses. Do ponto de vista da diferença colonial e imperial, Holanda faz sua macrointerpretação da perspectiva do colonizador e da metrópole, valorizando o personalismo e o iberismo como determinantes na constituição de nossa brasilidade [colonialidade], sociedade e cultura.

Cesaire, Memmi e Fanon invertem o olhar colonial e imperial, se propondo a reexaminar e recontar a história da colonização da perspectiva dos colonizados, negando o monólogo Ocidental que exclui os colonizados e afirmando o diálogo não-Ocidental que valoriza o ponto de vista do subalterno. A aproximação entre Holanda e a tríade explicou a posição coadjuvante dada por Holanda à africanos e ameríndios na constituição de nossas raízes, inclusive negando a violência do encontro e da situação colonial, ao propor a ausência do orgulho de raça e da relação amistosa dos portugueses com negros e índios, ao propor que são capazes de americanizarem-se, africanizarem-se e tornarem-se negros por sua plasticidade social.

Essa aproximação, visando um diálogo decolonial, se mostrou muito mais potencialmente frutífera do que minha hipótese supunha. Sendo assim, entendendo que os limites da pesquisa não permitiriam a articulação em nível de aprofundamento e amplitude necessários,

considerando que é nas noções de “revolução” dos autores que um diálogo decolonial se concretizaria, tanto nas aproximações quanto nos afastamentos. Isso porque Sérgio Buarque propõe uma revolução em curso, uma dissolução e um cataclismo lentos, ao contrário de Cesaire, Memmi e Fanon. Com base nos 15 pressupostos e 5 pistas, confirmo a hipótese de que “Raízes do Brasil” dialoga com a atual discussão de colonialidade. A inovação teórico-metodológica é a possibilidade de inversão do olhar e ponto de vista de Sérgio Buarque. A questão que fica, para reflexões futuras, é: seria a cordialidade, portanto, colonialidade à brasileira? Dessa questão, abre-se um caminho para enegrecer o Pensamento Social e Político Brasileiro, por meio de um diálogo de(s)colonial mais amplo, em minhas pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

ANHEZINI, Karina. Perspectivas e expectativas para novas interpretações da obra de Sérgio Buarque de Holanda. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, v. 5, n. 9, p. 262-266, ago. 2012.

BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). **Raízes de Sérgio Buarque de Holanda**. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

CANDIDO, Antonio. **Sérgio Buarque de Holanda**: vida e obra. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

CANDIDO, Antonio. O significado de Raízes do Brasil. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 9-21.

CASTRO ROCHA, João. Raízes do Brasil: biografia de um livro-problema. *In*: MARRAS, Stelio (Org.). **Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda**. São Paulo: Edusp; IEB, 2012, p. 19-39.

CESAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Blumenau: Letras Contemporâneas, 2010.

COSTA, Sérgio. O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 823-839, set. 2014.

- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MAIA, João Marcelo. Ao Sul da Teoria: A atualidade teórica do pensamento social brasileiro. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 71-94, mai./ago. 2011.
- MARRAS, Stelio (Org.). **Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). **Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas**. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.
- MONTEIRO, Pedro Meira; SCHWARCZ, Lilia Moritz. Uma edição crítica de Raízes do Brasil: o historiador lê a si mesmo. In: MONTEIRO, Pedro Meira; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). **Raízes do Brasil: edição crítica**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 11-26.
- RICUPERO, Bernardo. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2007.
- WEGNER, Robert. Raízes do Brasil: uma obra aberta que convida para o diálogo (Entrevista). **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, n. 205, p. 9-10, nov. 2006.
- WEGNER, Robert. A insistência da cordialidade (Entrevista). **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, n. 498, p. 50-53, nov. 2016a.
- WEGNER, Robert. A montanha e os caminhos: Sérgio Buarque de Holanda entre Rio de Janeiro e São Paulo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 36, n. 73, p. 111-133, set./dez. 2016b.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Maro Lara Martins possui graduação em História pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), mestrado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e doutorado em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Realiza estágio pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi professor na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e na Universidade Federal de Viçosa (UFV). Atualmente, é Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e coordenador do Núcleo de Teoria Social e Interpretação do Brasil (Netsib-UFES). Membro da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), da Associação Nacional de História (ANPUH) e da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH). Áreas de interesse: Pensamento Social Brasileiro, Teoria Social e Sociologia Histórica.

Marcos Abraão Ribeiro é sociólogo e jornalista, professor de Sociologia do Instituto Federal Fluminense - IFF campus Campos Centro, coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), mestre e doutor em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF. Seus temas de interesse são teoria social, pensamento social e político brasileiro, relações étnico-raciais, sociologia dos intelectuais, modernização periférica e modernidade global, sociologia da educação, ações afirmativas, racismo e desigualdade social.

SOBRE OS AUTORES E AUTORAS

Allysson Botelho de Oliveira é mestre em Direito pela UFMG. Professor da Faculdade de Viçosa (FDV). Graduiu-se em Direito, pela Universidade Federal de Viçosa (2019). Foi homenageado, em novembro de 2018, pelo Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal de Viçosa, pela trajetória acadêmica na graduação. Foi homenageado, em janeiro de 2019, quando da colação de grau, pelo desempenho acadêmico. Exerce atividades de pesquisa nas seguintes áreas: Direito Constitucional, Teoria do Estado, Pensamento Político e Jurídico Brasileiro e História do Direito.

Ana Laudelina Ferreira Gomes é Professora Titular de Sociologia (2018) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), onde atuou como professora do Departamento de Ciências Sociais de 1994 a 2019, quando se aposentou. Doutora em Ciências Sociais (Antropologia) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000). Pós-doutora em Educação Estética e Filosofia das Imagens, com estágio realizado através da parceria entre a Fundação Universidade Federal de Rio Grande (FURG) e a Université Jean Moulin – Lyon 3 (2011-2013). Tem marcante participação na preservação da memória da poeta oitocentista brasileira Auta de Souza (1876-1901), através de pesquisas, publicações, consultoria editorial, participação em eventos, entrevistas, realização/direção de filme e outros. Foi Editora-chefe da Revista Inter-legere do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN (2014-2018). Programa este onde, desde 2001 orienta dissertações e teses e atualmente é docente em caráter de colaboração voluntária (PCV). É pesquisadora do Grupo de Pesquisa Myhtos-Logos: imaginário e parcerias do conhecimento/Ppgcs/UFRN-Cnpq, com estudos articulados à leitura imaginativa de imagens, especialmente a partir da filosofia estética de Gaston Bachelard. Além disso, mais recentemente, tem se dedicado também à escrita literária (poesias, crônicas, contos e histórias para crianças).

Ana Maria Bezerra do Nascimento possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí (1993). Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí (2005). Doutorado em Ciências Sociais PUCSP (2020). Professora da Universidade Estadual do Piauí do curso de licenciatura em Ciências Sociais. Linhas/ temas de pesquisa: sertão, sociedade, intelectuais, literatura, pensamento brasileiro, regionalista e piauiense.

André Luiz de Miranda Martins Economista graduado pela Universidade Católica de Pernambuco. Professor associado no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (2004), com estudos em nível pós-doutoral no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, (2018-2019). Áreas de ensino e pesquisa: história econômica, história do pensamento econômico, pensamento social brasileiro e economia brasileira (ênfase: Nordeste). Presentemente estuda o debate sobre a Nova Política Econômica-NEP na imprensa operária brasileira na década de 1920.

Caique G. Oliveira de Carvalho é licenciado em Sociologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais no PPGCS-UFBA e bolsista CNPQ. Membro do grupo de pesquisa Representações Sociais: arte, ciência e ideologia, instalado no NUCLEARTE (Núcleo de Estudos em Sociologia da Arte), sediado na FFCH / UFBA.

Camilla dos Santos Nogueira é doutora em Política Social pela UFES. Atualmente é economista da equipe técnica de acompanhamento das ações socioeconômicas de recuperação da Bacia do Rio Doce, porção capixaba, alocada na Secretaria Estadual de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social do Espírito Santo.

E-mail: camilladossantosnogueira@gmail.com

Carla S. S. Esquivel é graduanda na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Carlos Eduardo da Silva Colins possui graduação em História Licenciatura Plena pela Universidade Federal do Maranhão (2009); Mestrando em Ciências Sociais - PPGSC - UFES. Tem experiência na área de História, com ênfase em História.

Christian Salles possui licenciatura (1998) e bacharelado (2000) em História, pela Universidade Federal de Minas Gerais, e mestrado em Ciência Política, pela Universidade Federal de Minas Gerais (2004). É doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos IESP/UERJ, tendo desenvolvido pesquisa sobre o movimento antropofágico, expressão do modernismo brasileiro. Tem experiência nas áreas de História, Ciência Política e Sociologia, com ênfase nos seguintes temas: pensamento social brasileiro, relação entre cultura e política, identidade nacional brasileira, modernismo brasileiro, sentido político da poética de Carlos Drummond de Andrade.

Francisco de Assis Kuhn é bacharel em Administração Pública e Social – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2017). Mestre em Ciências Sociais - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2020). Tem interesse no campo da Ciências Sociais, com prioridade para Crises Políticas, Política Internacional, América Latina, Integração Regional, Movimentos Sociais e Conflitos.

Helio Cannone é doutor em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) e mestre em Ciência Política (2018) pela mesma instituição. Concluiu graduação com Licenciatura (2016) e Bacharelado (2016) em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Tem interesse nas áreas de Teoria Política e Pensamento Político Brasileiro, Ideologias políticas, História do Brasil Republicana, Teoria da História e História da Historiografia.

Isabel Foletto Curvello cursa mestrado em Direitos da Sociobiodiversidade, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Nessa Instituição, entre 2016 e 2018, durante a graduação, participou do Núcleo de pesquisa NUDMARX da UFSM, que investiga temas na área do Direito, do Marxismo e do Meio Ambiente, a partir da relação entre esses temas. Atualmente, pesquisa junto ao grupo de pesquisa Poder, Controle e Dano social, vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), dedicado a discutir, sob um viés criminológico crítico, temas como controle social, crime e relações raciais, criminalidade dos poderosos e dano social, a partir da perspectiva das vítimas. Também fez parte do projeto de extensão, vinculado a tal grupo, “Livros que livram”, dedicado a executar um projeto de remição pela leitura dentro da Penitenciária Estadual de Santa Maria, tendo desenvolvido atividades de escolha de leituras, apresentação de livros e correção majoritariamente no período correspondente ao segundo semestre de 2019. Atua na escrita de roteiros do Podcast Legítima Defesa, um dos projetos do Grupo Poder, Controle e Dano. Advogada, com pós-graduação em Direito Público Aplicado, pela Escola Brasileira de Direito.

Jessica Almeida Fontes é graduanda na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Joana Caroline Gomes Cipriano de Oliveira possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2013). Especialização em Ciências Políticas pela Universidade Católica De Pernambuco (2020). Formação Pedagógica em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (2021). Participo atualmente como Monitora voluntária de um grupo social chamado SalvaGuarda, que auxilia alunos da rede pública na preparação para o Enem. Tem interesse em Teoria Social e Sociológica, Metodologia da Pesquisa Social, Sociologia Política, Estratificação Social, Feminismo e Movimentos Sociais.

João Pedro Silva dos Santos é Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Lílian Almeida de Souza Cid possui graduação em Pedagogia Licenciatura Plena pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (20005), especialização em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Universidade Estadual Vale do

Acará (2010) e mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2020). Experiência na área de Educação, atuando nos seguintes temas: formação docente, TIC e políticas públicas. Participação em bancas de Trabalho de Conclusão de Curso (graduação e pós-graduação) como professora convidada. Além disso, experiência profissional como assistente pedagógica em uma universidade particular em Natal.

Marcel Villemor Jofily de Lima é mestre em Filosofia no programa “Culturas e Identidades Brasileiras” do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP). A dissertação defendida teve por título: “Paulo Amigo: novas perspectivas e documentos para o estudo da obra de Paulo Prado”. Enfoque em História da Primeira República e Pensamento Social Brasileiro. Possui graduação em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Política Externa do Brasil. Cursa bacharelado e licenciatura em Filosofia na Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

Marcela de Oliveira Pessôa é doutora em Sociologia Política (2016), mestra em Políticas Sociais (2012) e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Tem experiência na área de Ciências Sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas públicas, desenvolvimento socioeconômico, desenvolvimento rural, sustentabilidade. Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Marcelo Luiz da Costa é formado em História pela Universidade de São Paulo e graduado também em Pedagogia e doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, possuindo mais de 16 anos de atuação na educação básica e pedagogia social. Como professor universitário leciona em cursos de graduação e pós graduação nas áreas e temas da História, Fundamentos da Educação, Formação Docente (Pedagogia), Teorias Curriculares, Projetos Sociais e Políticas Públicas. Mestre em teorias e políticas da educação (Educação), é coordenador pedagógico da rede municipal de ensino de São Paulo.

Marcos Marques de Oliveira é doutor em Educação Brasileira (UFF), com estágio pós-doutoral em Sociologia Política (UENF/Darcy Ribeiro). Possui ainda os seguintes títulos: Mestrado em Ciência Política (UFF), Bacharelado em Ciências Sociais (UFF) e Bacharelado em Comunicação Social (Faculdade Pinheiro Guimarães). Tem experiências profissionais nas áreas de Jornalismo, Assessoria de Imprensa, Responsabilidade Social Empresarial, Docência no Ensino Superior e Gestão Acadêmica. Atualmente é Professor Associado da UFF, responsável pelas disciplinas de Sociologia do Curso de Pedagogia do

Instituto de Educação de Angra dos Reis (IEAR). Também é docente e pesquisador permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação (PPG-Educação da FEUFF), vinculado à linha de pesquisa “Intelectuais, Juventudes e Educação Democrática” (IJED) e ao Núcleo de Estudos e Documentação em Educação de Jovens e Adultos (NEDEJA). Na UFF, trabalhou na Chefia do Departamento de Educação do IEAR, entre 2011-2015, e na Coordenação do PPG-Educação da FEUFF, entre 2015-2019. Foi, ainda, membro do Comitê Assessor de Pesquisa (CAP), entre 2017 e 2020, na Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPI/UFF), coordenando a Área de Ciências Humanas (2019-2020), e integrante, entre 2019 e 2021, do Conselho Universitário (CUV-UFF). Atualmente, executa as seguintes funções administrativas: membro do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Sociais, Sociais Aplicadas, Humanas, Letras, Artes e Linguística (CEP/Humanas) da UFF; e membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX/UFF) – com atuação nas Câmaras Reunidas de Ensino, Pesquisa e Extensão. Possui estudos sobre: Sociologia da Educação; Educação do Campo; Ensino Privado; Florestan Fernandes, José de Souza Martins e a Escola Paulista de Sociologia.

Maria Silveira Garcia Guerra é mestranda em Literatura e Cultura pelo PPGLIT-CULT (UFBA). Possui graduação em Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (2017) e em Letras Vernáculas (2019) também pela Universidade Federal da Bahia.

Pedro Henrique Santos de Sales é graduando na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Pollyana Paganoto é doutora em Economia do Desenvolvimento pela UFRGS. Atualmente é professora substituta do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo.

E-mail: pollyanapaganoto@hotmail.com

Raimundo Paulino da Silva é doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo – USP. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2020). Especialização em Metodologias Inovadoras Aplicadas à Educação pela FACINTER (2006). Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte com bacharelado em Sociologia (2004) e bacharelado em Antropologia (2008). Pesquisador no grupo de pesquisa Mythos-Logos: Imaginário e Parcerias do Conhecimento, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Experiência docente na Educação Básica e na Educação Superior e nos seguintes temas: sociologia clássica e contemporânea, sociologia urbana, estudos urbanos, bairros periféricos; formação docente, o ensino de sociologia, sociologia no ensino médio, metodologia da pesquisa, orientação de TCC, orientação de estágio supervisionado, entre outros.

Rodrigo Badaró de Carvalho é doutorando em Ciência Política pela UFMG, com bolsa da FAPEMIG. Mestre em Direito e Bacharel em Ciências do Estado pela Universidade Federal de Minas Gerais. Participou de grupos de estudos e eventos ligados ao estudo do Estado. Desenvolve pesquisa sobre Teoria Política e Pensamento Político e Social Brasileiro e os seus impactos no Direito e no Estado. Coordena o projeto de pesquisa e extensão Ideias em Prática, vinculado ao Programa de Extensão Observatório do Estado. Tem interesse por temas ligados à Teoria Política, Filosofia Política, História, Direito e Estado.

Rodrigo Emmanuel Santana Borges é doutor em Economia Internacional e Desenvolvimento pela Universidad Complutense de Madrid. Bolsista de pós-doutorado (EDITAL FAPES/CAPES N. 10/2018 – PROFIX 2018) no Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da UFES.

E-mail: rodrigo@imperialismoedependencia.org

Rodrigo Straessli Pinto Franklin é professor do Departamento de Economia da UFES.

E-mail: rodrigo.franklin@ufes.br

Stefany Ferraz Sousa é graduanda na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Thiago de Oliveira Thobias possui mestrado pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCS/UFRRJ). Especialização em Educação, Política e Sociedade pela Faculdade de Educação São Luis de Jaboticabal (FSLJ). Bacharelado pelo Instituto de Ciências Sociais da universidade do Estado do Rio de Janeiro (ICS/UERJ).

E-mail: thiago.thobias@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

abordagens 21, 39, 72, 73, 75, 76, 136, 149, 175, 201, 245
acentuadamente ritualístico 266
alternativas políticas 133
anarquista 15, 55, 56, 57, 62, 63, 64, 66, 67, 71, 72, 77, 79, 80, 81
antropofágicas 265
Arte 13, 39, 101, 102, 400
autores clássicos 112, 133
autoritária brasileira 133

B

Brasil Contemporâneo 13, 76, 80, 145

C

camponês pentecostal 244
capitalismo 17, 26, 48, 68, 75, 76, 99, 108, 109, 110, 111, 112, 115, 117, 118, 128, 135, 147, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 193, 282, 284, 300, 332
capital nacional 153, 164
cenário nacional 42
ciência 30, 85, 100, 122, 123, 124, 176, 204, 218, 223, 227, 294, 347, 366, 400
Ciências Sociais 13, 86, 87, 101, 102, 103, 119, 121, 136, 150, 201, 243, 300, 313, 330, 380, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404
cinematográfico 313, 314, 339, 340
civilização 30, 33, 50, 65, 67, 90, 95, 98, 178, 199, 200, 202, 203, 205, 207, 208, 209, 210, 212, 214, 266, 267, 272, 283, 288, 292, 295, 296, 347, 348, 349, 350,

352, 356, 359, 361, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 376, 390, 391
civilização original 266
configurações históricas 355
conjuntura brasileira 121
consubstanciada 180
contextos específicos 232
contextualizados 355
correntes intelectuais 84
corrupção 42, 43, 75, 126, 304
criminalmente escravizados 302
crise política 42, 53, 54, 334, 339
crítica social 55, 56, 62, 64, 66, 67, 68, 72, 77, 78
cultura 13, 29, 30, 36, 38, 39, 50, 74, 80, 81, 88, 93, 108, 150, 176, 184, 185, 189, 190, 194, 200, 202, 204, 214, 220, 227, 228, 232, 235, 238, 263, 264, 266, 267, 268, 270, 271, 272, 273, 275, 276, 278, 279, 280, 282, 283, 306, 309, 320, 331, 332, 336, 339, 340, 355, 356, 358, 359, 366, 370, 385, 390, 391, 392, 393, 395, 400

D

Debilidade social 132
Decolonialidade 176, 285, 286, 291
democracia 13, 15, 25, 44, 46, 53, 54, 70, 71, 73, 74, 75, 87, 89, 103, 119, 130, 135, 140, 141, 185, 186, 192, 250, 259, 293, 306, 307, 318, 331, 332, 353, 360, 361, 363, 365, 367, 369, 371, 373, 375, 380, 391
desenvolvimentismo 15, 18, 19, 22, 24, 28, 35, 36, 38, 41, 145, 321

desenvolvimento capitalista 114, 118, 154, 155, 156, 157, 158, 164, 165, 167, 171
desigualdades 26, 50, 70, 123, 125, 129, 165, 219
desobediência epistêmica 383
diminuição gradativa 303
direitos básicos 231
discurso antropofágico 266, 284
Ditadura Militar 231, 233, 235, 244

E

Economia 13, 14, 40, 46, 151, 172, 201, 400, 403, 404
Educação 13, 78, 79, 80, 81, 87, 102, 250, 263, 317, 399, 402, 403, 404
elemento humano 84
embates jornalísticos 313
Engradecer-se 18
experiência civilizatória 266

F

formação nacional 134, 219, 266, 269, 270, 273, 283
formação religiosa 246

G

genuinamente brasileiras 357
geopolítica 18, 28, 33, 37, 383
giro decolonial 299, 300, 383

H

heterogeneidade 57, 123, 266, 323, 324
história cultural 245, 263
história musical 231
historiográfica 343, 391
homem comum 82, 86, 97, 100, 372
homens livres 90, 92, 96, 302

I

ideias articuladas 176, 266

identidade nacional 56, 126, 176, 229, 230, 232, 234, 237, 266, 275, 303, 348, 366, 368, 400
Imaginário Social 301
Imaginário Social Brasileiro 301
intelectuais 15, 16, 20, 21, 28, 29, 58, 60, 71, 84, 85, 88, 90, 100, 103, 105, 129, 138, 144, 155, 168, 177, 201, 203, 218, 220, 224, 289, 295, 321, 326, 328, 331, 332, 334, 336, 338, 340, 346, 349, 353, 355, 356, 357, 368, 377, 378, 398, 399

L

leituras críticas 201, 224
liberdade política 231
lideranças políticas 245
Literatura 13, 202, 203, 204, 215, 229, 339, 380, 403

M

macroprocessos 56
macroprocessos históricos 56
Marxismo 13, 153, 158, 340, 341, 401
miscigenada 266, 268
modelo democrático 41
modernidades 174
Modernismo 219
modernismo brasileiro 266, 400
modernismos 174
movimento antropofágico 176, 266, 267, 268, 400
Movimento Modernista 219
movimento operário 57, 62, 68, 71, 253, 333
mudanças econômicas 56

N

nacional-desenvolvimentismo 18, 28, 35, 36, 321
Nacionalismos 13, 36, 174, 243, 313
nutrição 176, 218, 223, 224

O

obra historiográfica 343
origens econômicas 219

P

palavra estrangeira 231
paraíso americano 83
parasitariamente 219
Parasitismo Social 285
Partido Democrático 345, 346, 353
pensamento brasileiro 132, 136, 175, 201,
203, 214, 215, 216, 218, 220, 387, 399
pensamento cinematográfico 313, 314,
339, 340
Pensamento Decolonial 285
pensamento outsider 55, 78
Pensamento Pós-colonial 382, 388
pensamento social 13, 15, 56, 57, 71,
72, 78, 80, 122, 127, 129, 150, 151, 177,
178, 202, 219, 224, 227, 228, 302, 306,
310, 340, 377, 383, 385, 387, 388, 397,
398, 400
pensamento sociológico 16, 105, 121, 125
perecer 18
período contemporâneo 134
pesquisa exploratória 180
pluralidade 177, 201, 245, 338
Poder Coordenador 175, 179, 180, 181, 182,
188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195
político prático 356
positivista paulista 219
possibilidades teóricas 245
potencialidades 19, 32, 133, 347, 383
prática religiosa 254, 255, 266

Primeira República Brasileira 354, 379
processos independentistas 232

Q

questão nacional 24, 201, 232, 335
questões sociais 231, 302

R

Raízes antropofágicas 265
razão ocidental 383
relações capitalistas 153
revisão constitucional 180, 187, 190
ritualístico 266, 272, 278

S

sertão baiano 219
singularidades 16, 25, 85, 240, 245, 308, 377
sociabilidade 58, 73, 77, 82, 86, 91, 94, 96,
97, 100, 178, 281, 330, 356, 385, 389
sociedade brasileira 16, 54, 67, 71, 72, 73,
74, 75, 76, 90, 91, 96, 100, 104, 106, 110,
116, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128,
133, 175, 176, 201, 202, 204, 214, 266,
267, 268, 270, 271, 282, 302, 308, 319,
332, 347, 369, 385, 386, 387, 389, 390
sociologia 16, 21, 54, 84, 85, 91, 99, 100,
101, 102, 118, 119, 121, 124, 131, 215,
220, 223, 224, 243, 300, 331, 355, 362,
385, 387, 388, 398, 403, 404
sociólogos 102, 121, 125, 128, 129, 130,
221, 294

T

tendência eclesiástica 245
trajetória crítica 177, 312, 318, 336, 337

COLEÇÃO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

www.pimentacultural.com

Economia, Estado e sociedade.

nacionalismos, modernismos, modernidades

volume **1**

FAPEs
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

 **pimenta
cultural**